

V. 25 • N. 3
SÃO PAULO
SET./DEZ. 2025
ISSN 1809-4163 (*on-line*)

Cadernos de Pós-Graduação em Letras



Universidade Presbiteriana Mackenzie

© 2025 Universidade Presbiteriana Mackenzie

Os direitos de publicação desta revista são da Universidade Presbiteriana Mackenzie.
Os textos publicados na revista são de inteira responsabilidade de seus autores.
Permite-se a reprodução desde que citada a fonte.

Todo o conteúdo de Cadernos de Pós-Graduação em Letras está licenciado sob Licença Creative Commons CC - By 4.0 Não Adaptada.



This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License.

Os Cadernos de Pós-Graduação em Letras são indexados por:



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Cadernos de Pós-Graduação em Letras [recurso eletrônico] / Universidade Presbiteriana Mackenzie, Programa de Pós-Graduação em Letras. – v. 1, n. 1 (2001-). – São Paulo : Ed. Mackenzie, 2001-.

Quadrimestral.

Semestral: 2010-2017.

Anual: 2001-2009.

Título anterior: Cadernos de Pós-Graduação em Comunicação e Letras (2002).

ISSN 1809-4163.

1. Letras - Periódicos. 2. Literatura - Periódicos. 3. Linguística - Periódicos. I. Universidade Presbiteriana Mackenzie. Programa de Pós-Graduação em Letras.

CDD 400

Bibliotecária Responsável: Maria Regina Pontes Trugilho - CRB 8/5005

Cad. Pós-Grad. Let.	São Paulo	v. 25	n. 3	p. 1-224	set./dez. 2025
------------------------	-----------	-------	------	----------	----------------

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Universidade Presbiteriana Mackenzie

Centro de Comunicação e Letras

Rua Piauí, 143, Higienópolis – São Paulo – SP – Brasil – CEP 01241-001

V. 25 • N. 3
SÃO PAULO
SET./DEZ. 2025
ISSN 1809-4163 (on-line)

Cadernos de Pós-Graduação em Letras



UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

CONSELHO EDITORIAL

Alexandre Marcelo Bueno (UPM)
Alleid Ribeiro Machado (UPM)
Ana Elvira Luciano Gebara (Unicsul/FGV-SP)
Ana Maria Domingues de Oliveira (Unesp)
Ana Lúcia Trevisan (UPM)
Brenda Carlos de Andrade (UFRPE)
Cláudia Stumpf Toldo (UPF)
Clemara Bidarra (FAAP)
Cristhiano Motta Aguiar (UPM)
Eduardo Cesar Maia Ferreira Filho (UFPE)
Elaine Cristina Prado dos Santos (UPM)
João Cesário Leonel Ferreira (UPM)
José Gaston Hilgert (UPM)
José Marcelo Freitas Luna (Univali/UC, Portugal)
Josilene Pinheiro-Mariz (UFCG)
Lilian Jacoto (USP)
Lívia Márcia Rádis Baptista (UFBA)
Luciano Magnoni Tocaia (UFMG)
Maria Elisa Rodrigues Moreira (UPM)
Maria Lucia Marcondes Carvalho Vasconcelos (UPM)
Marisa Philbert Lajolo (UPM/Unicamp)
Nancy dos Santos Casagrande (PUC-SP)
Neusa Maria Oliveira Barbosa Bastos (UPM/PUC-SP)
Renata Philippov (Unifesp)
Rogério Mendes (UFRN)
Valéria Bussola Martins (UPM)
Vera Lúcia Harabagi Hanna (UPM)
Vima Lia de Rossi Martin (USP)

EDITORES-CHEFES

Cristhiano Motta Aguiar (UPM)
Elaine Cristina Prado dos Santos (UPM)

EDITORES DISCENTES

Nathália Taise de Camargo Mendes (UPM)
Isabela Franco Rodrigues (UPM)

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Izabela Fernandes Simão

PREPARAÇÃO DE ORIGINAIS

Caduá Editorial

REVISÃO PORTUGUÊS

Hebe Lucas

PROJETO GRÁFICO

Libro Comunicação

DIAGRAMAÇÃO

Libro Comunicação

SUMÁRIO

9

EDITORIAL

Cristhiano Motta Aguiar

Elaine Cristina Prado dos Santos

11

APRESENTAÇÃO

DOSSIÊ: FAZER SEMIÓTICO COMO FAZER POLÍTICO

Alexandre Marcelo Bueno

Luiza Helena Oliveira da Silva

DOSSIÊ

20

A TONICIDADE DA FRIEZA NA SOCIEDADE DE EMOÇÕES

TRANSPARENTES

Kati Caetano, Júlio César Rigoni Filho

41

ENTRE EFEITOS DE IDENTIDADE E VALORES DE EXCLUSÃO:

A CONSTRUÇÃO DO *ETHOS* EM TEXTOS DESINFORMATIVOS

Leonardo Chaves Ferreira, Paulo Ricardo Sousa de Oliveira

59

O QUE FICOU NA MEMÓRIA COLETIVA DA GUERRILHA DO ARAGUAIA:

OLHAR SEMIÓTICO SOBRE A LENDA URBANA DA PASSAGEM DE CHE

GUEVARA POR IMPERATRIZ/MA | CHE VIVE NA MEMÓRIA COLETIVA

Kayla Pachêco

79

A CONSCIÊNCIA DUAL E O SUJEITO NEGRO EM UMA SOCIEDADE

RACISTA: MUITO OBSERVADO, MUITO OBSERVADOR

Eduardo Prachedes Queiroz

96

UMA ANÁLISE SEMIÓTICA DO EPISÓDIO “AS TORTURAS”, DA SÉRIE

O Caso Evandro

Luíza Martins dos Santos

- 113** VOZES QUE NÃO SE CALAM: ANÁLISE SEMIÓTICA DE DEPOIMENTOS DE DOCENTES E ESTUDANTES SOBRE AS REFORMAS NO ENSINO MÉDIO NO CONTEXTO DO TOCANTINS
Ellyzandreia Alves de Sousa
- 129** UM IMPERATIVO SEMIÓTICO PELA POPULARIZAÇÃO DA CIÊNCIA
Andrey Istvan Mendes Carvalho

ARTIGOS

- 149** “ESTOU MORTA, MAS BEM”: A FRANTUMAGLIA E LE LUCCIOLE
Eduarda Duarte Pena
- 162** RECOLHENDO OS FRAGMENTOS: TESTEMUNHAS E O NARRADOR TRAPEIRO EM *K.: RELATO DE UMA BUSCA*, DE B. KUCINSKI
Gustavo Luís de Oliveira
- 180** DESLOCAMENTOS E IDENTIDADE EM *A FILHA PERDIDA*, DE ELENA FERRANTE: REPRESENTAÇÕES DAS EXPERIÊNCIAS SOCIAIS FEMININAS
Jéssica Dametta
- 195** A RESISTÊNCIA, DE JULIÁN FUKS: EXCELÊNCIA EM EXPERIMENTALISMO FORMAL?
Jefferson Silva do Rego
- 207** LINGUAGEM E CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE: REFLEXÕES SOBRE A IDENTIDADE DA “PESSOA COM DEFICIÊNCIA”
Marcella Wiffler Stefanini

CONTENTS

- 9** EDITORIAL
Cristhiano Motta Aguiar
Elaine Cristina Prado dos Santos
- 11** PRESENTATION
DOSSIÊ: FAZER SEMIÓTICO COMO FAZER POLÍTICO
Alexandre Marcelo Bueno
Luiza Helena Oliveira da Silva
- DOSSIER**
- 20** THE TONE OF COLDNESS IN A SOCIETY OF TRANSPARENT EMOTIONS
Kati Caetano, Júlio César Rigoni Filho
- 41** BETWEEN IDENTITY EFFECTS AND VALUES OF EXCLUSION:
THE CONSTRUCTION OF ETHOS IN DISINFORMATION TEXTS
Leonardo Chaves Ferreira, Paulo Ricardo Sousa de Oliveira
- 59** WHAT REMAINED IN THE COLLECTIVE MEMORY OF THE ARAGUAIA GUERRILLA: A SEMIOTIC LOOK AT THE URBAN LEGEND OF CHE GUEVARA'S PASSAGE THROUGH IMPERATRIZ/MA | CHE LIVES IN THE COLLECTIVE MEMORY
Kayla Pachêco
- 79** DUAL CONSCIOUSNESS AND THE BLACK SUBJECT IN A RACIST SOCIETY: MUCH OBSERVED, GREAT OBSERVER
Eduardo Prachedes Queiroz
- 96** A SEMIOTIC ANALYSIS OF "THE TORTURES", AN EPISODE FROM THE SERIES *THE EVANDRO CASE*
Luíza Martins dos Santos

- 113** VOICES THAT CANNOT BE SILENCED: SEMIOTIC ANALYSIS OF TEACHER AND STUDENT STATEMENTS ABOUT HIGH SCHOOL REFORMS IN THE CONTEXT OF TOCANTINS
Ellyzandreia Alves de Sousa

- 129** A SEMIOTIC IMPERATIVE FOR THE POPULARIZATION OF SCIENCE
Andrey Istvan Mendes Carvalho

ARTICLES

- 149** "I'M DEAD, BUT FINE": THE *FRANTUMAGLIA* AND THE *LUCCIOLE*
Eduarda Duarte Pena

- 162** PICKING UP THE PIECES: WITNESSES AND THE NARRATOR IN *K.: RELATO DE UMA BUSCA*, BY B. KUCINSKI
Gustavo Luís de Oliveira

- 180** DISPLACEMENTS AND IDENTITY IN *THE LOST DAUGHTER*, BY ELENA FERRANTE:
REPRESENTATIONS OF FEMALE SOCIAL EXPERIENCES
Jéssica Dametta

- 195** RESISTANCE, BY JULIÁN FUKS: EXCELLENCE IN FORMAL EXPERIMENTALISM?
Jefferson Silva do Rego

- 207** LANGUAGE AND IDENTITY CONSTRUCTION: REFLECTIONS ON THE IDENTITY OF
"PEOPLE WITH DISABILITIES"
Marcella Wiffler Stefanini

EDITORIAL

Esta edição dos *Cadernos de Pós-Graduação em Letras* tem a honra de apresentar o dossiê “O fazer semiótico como fazer político”, organizado pelo Prof. Dr. Alexandre Marcelo Bueno, do Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade Presbiteriana Mackenzie, e pela Prof.^a Dra. Luiza Helena Oliveira da Silva, docente da Universidade Federal do Tocantins, *campus* de Araguaína.

O dossiê procurou reunir trabalhos voltados à relação entre o fazer semiótico e o fazer político, destacando o engajamento da semiótica discursiva com questões sociais, econômicas, culturais e históricas do Brasil contemporâneo. O fulcro desta organização buscou discutir a tradição da semiótica brasileira em propiciar um diálogo com outras perspectivas teóricas, assumindo uma postura crítica e implicada de tal forma a inscrever-se no campo das forças e dos valores que estruturam o mundo social. Com 12 artigos – dos quais sete estão vinculados estreitamente ao dossiê e cinco reunidos pelo fluxo contínuo –, esta coletânea se estrutura em um fio discursivo de organização interessante quanto à proposta temática, uma vez que toda escolha de objeto, todo recorte metodológico e toda forma de analisar os discursos implica uma tomada de posição diante das relações de poder, segundo apresentação dos organizadores deste dossiê.

Estão dispostos, neste número, os seguintes trabalhos: “A tonicidade da frieza na sociedade de emoções transparentes”, de Júlio César Rigoni Filho (UTP) e Kati Caetano (UTP); “Entre efeitos de identidade e valores de exclusão: a construção do *ethos* em

textos desinformativos”, de Leonardo Chaves Ferreira (UFC) e Paulo Ricardo Sousa de Oliveira (UFC); “O que ficou na memória coletiva da Guerrilha do Araguaia: olhar semiótico sobre a lenda urbana da passagem de Che Guevara por Imperatriz/MA | Che vive na memória coletiva”, de Kayla Pachêco (UFNT); “A consciência dual e o sujeito negro em uma sociedade racista: muito observado, muito observador”, de Eduardo Prachedes Queiroz (USP); “Uma análise semiótica do episódio ‘As Torturas’, da série *O Caso Evandro*”, de Luíza Martins dos Santos (UFMG); “Vozes que não se calam: análise semiótica de depoimentos de docentes e estudantes sobre as reformas no Ensino Médio no contexto do Tocantins”, de Ellyzandreia Alves de Sousa (UFNT); e “Um imperativo semiótico pela popularização da ciência”, de Andrey Istvan Mendes Carvalho (UFRJ).

No fluxo contínuo, por sua vez, apresentam-se os seguintes artigos: “‘Estou morta, mas bem’: a *frantumaglia e le lucciole*”, de Eduarda Duarte Pena (Cefet-MG); “Recolhendo os fragmentos: testemunhas e o narrador trapeiro em *K.: relato de uma busca*, de B. Kucinski”, de Gustavo Luís de Oliveira (Cefet-MG); “Deslocamentos e identidade em *A filha perdida*, de Elena Ferrante: representações das experiências sociais femininas”, de Jéssica Dametta (UPM); “*A Resistência*, de Julián Fuks: excelência em experimentalismo formal?”, de Jefferson Silva do Rego (UFG); e “Linguagem e construção da identidade: reflexões sobre a identidade da “‘pessoa com deficiência’”, de Marcella Wiffler Stefanini (Unicamp).

A partir da organização deste dossiê dos *Cadernos de Pós-Graduação em Letras*, os estudos refletem a variedade institucional de seus autores e autoras, cujos trabalhos resultam de investigações desenvolvidas em diferentes programas de Pós-Graduação, como os da: Universidade Tuiuti do Paraná (UTP); Universidade Federal do Ceará (UFC); Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT); Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Universidade Tecnológica de Minas Gerais (Cefet-MG); Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM); Universidade Federal de Goiás (UFG); Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Dessa forma, este número enfatiza o propósito dos *Cadernos de Pós-Graduação em Letras* de manter-se como um valoroso e consagrado veículo de publicação das pesquisas de mestrandos, doutorandos, assim como de mestres e doutores recém-formados nos diversos programas de pós-graduação espalhados pelo Brasil e pelo exterior.

Por fim, convidamos a todos e a todas a mergulharem no vasto universo de temas e abordagens que este Caderno poderá abrir a cada leitor e leitora como um leque para o campo do fazer semiótico como fazer político.

Ótima leitura neste fio discursivo de pesquisas apresentadas!

CRISTHIANO MOTTA AGUIAR

ELAINE CRISTINA PRADO DOS SANTOS

EDITORES-CHEFES

APRESENTAÇÃO

DOSSIÊ: FAZER SEMIÓTICO COMO FAZER POLÍTICO

PROF. DR. ALEXANDRE MARCELO BUENO*

PROFA. DRA. LUIZA HELENA OLIVEIRA DA SILVA**

O presente dossiê se propõe a ser um espaço de reflexão sobre o engajamento da semiótica discursiva com os debates sociais, culturais e históricos do Brasil contemporâneo. Trata-se de uma proposta que parte de uma compreensão renovada da atividade científica: não como um exercício neutro ou desinteressado, mas como um fazer situado e implicado — que se inscreve no campo das forças e dos valores que estruturam o mundo social, enquanto mundo da significação. O fazer semiótico, nessa perspectiva, é também um fazer político, porque toda escolha de objeto, todo recorte metodológico e toda forma de analisar os discursos é, inevitavelmente, uma tomada de posição diante das relações de poder que produzem sentido.

Como já observou Ferdinand de Saussure (1975, p. 15), “é o ponto de vista que define o objeto”: em outras palavras, não há análise sem uma perspectiva, e não há perspectiva sem um horizonte ético e político que a oriente. A partir desse entendimento, a semiótica se revela não apenas como uma teoria da significação, mas como uma forma de interrogar criticamente os modos pelos

* Professor do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM). *E-mail:* alexandre.bueno@mackenzie.br

** Professora associada da Universidade Federal do Norte do Tocantins, *campus* Araújo, no Mestrado Profissional em Letras em Rede Nacional (ProfLetras) e no Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura (PPGLIT). Atualmente, é coordenadora adjunta dos programas profissionais na Área de Linguística e Literatura (Capes). *E-mail:* luiza.silva@ufrn.edu.br

quais os discursos constroem (e impõem) realidades, naturalizam desigualdades e legitimam posições de poder. O gesto interpretativo do semioticista, portanto, é também um gesto de resistência, de desnaturalização e de reposicionamento no campo dos sentidos que está aberto e em disputa.

Essa concepção de um fazer semiótico implicado — expressão inspirada na reflexão de Landowski (2001) e retomada por Schwartzmann e Silva (2022) — remete à necessidade de repensar e questionar constantemente o lugar do analista diante do mundo que ele interpreta. Ora, se o discurso é sempre um campo de tensões e de negociações, o pesquisador que o estuda participa, de algum modo, dessas mesmas disputas, tornando-se um sujeito que também produz sentido em suas pesquisas. O desafio da semiótica contemporânea, como apontam diversos trabalhos brasileiros, é justamente o de assumir essa implicação, compreendendo que o trabalho teórico é, ele próprio, uma forma de intervenção nos âmbitos simbólico, social e político.

Dessa forma, o dossiê acolhe trabalhos que tematizam diretamente essa articulação entre o fazer teórico e o fazer político, entre a reflexão analítica e a prática de análise crítica dos discursos que circulam na esfera pública. Contudo, é preciso ressaltar que essa não é uma empreitada inédita: a semiótica brasileira tem longa tradição nesse tipo de engajamento, desde os estudos pioneiros sobre os discursos da ditadura militar (Fiorin, 1988), passando pelas análises sobre intolerância (Barros, 2016), racismo (Schwartzmann, 2022; Bueno, 2022), *fake news* (Barros, 2000), populismo (Demuru, 2023; Fulaneti, 2024) e outros temas em que a teoria se vê convocada a pensar as condições da produção de sentido em contextos de crise, polarização e conflito.

Os trabalhos reunidos neste volume dos *Cadernos de Pós-Graduação em Letras* dão continuidade a essa tradição crítica, demonstrando que a semiótica praticada no Brasil não é apenas uma teoria importada da Europa. Ao se estabelecer em terras brasileiras, a teoria passa a responder — por meio de prática interpretativa voltada à transformação do olhar sobre o mundo — às demandas de nossa coletividade. É, dessa forma, uma semiótica que se deixa afetar pelo seu tempo e que se reconhece como participante dos debates contemporâneos; uma semiótica que se envolve com os discursos passionais, políticos, sociais e culturais que nos atravessam cotidianamente.

Assim, os artigos aqui apresentados respondem ao chamado para uma semiótica que não se pretende distante, neutra ou impassível, mas que se assume como prática crítica e comprometida. Cada um deles testemunha o

potencial da análise semiótica para compreender e desestabilizar as narrativas hegemônicas, revelando os modos pelos quais o discurso organiza as sensibilidades coletivas, as crenças e as relações de poder que sustentam a vida social. A seguir, passamos para os artigos que compõem este dossiê e que ilustram essa postura engajada.

O primeiro artigo “A tonicidade da frieza na sociedade de emoções transparentes”, de Júlio César Rigoni Filho e Kati Caetano (Universidade Tuiuti do Paraná), examina o valor passional da frieza nas relações contemporâneas. O texto reflete sobre como aquela, enquanto uma paixão social, atua como uma estratégia de manipulação e de separação em uma sociedade hiperexposta às emoções. Os autores constroem uma reflexão semiótica sobre as formas de vida que emergem da saturação afetiva e midiática, trazendo à luz a dimensão política da sensibilidade e a maneira como a frieza se torna, paradoxalmente, uma resposta emocional à transparência excessiva que o mundo digital impõe nos dias atuais.

Na sequência, Leonardo Chaves Ferreira e Paulo Ricardo Sousa de Oliveira (Universidade Federal do Ceará) apresentam “Entre efeitos de identidade e valores de exclusão: a construção do *ethos* em textos desinformativos”, no qual, a partir da semiótica discursiva, analisam o modo como o *ethos* do enunciador é construído em textos de desinformação e como essa construção se articula à intencionalidade persuasiva de exclusão e manipulação do enunciatório. O estudo demonstra que a eficácia das *fake news* não depende apenas da falsidade dos conteúdos, mas da adesão passional a um *ethos* identitário que reproduz valores de intolerância e de fechamento discursivo em relação ao outro.

Com o artigo “O que ficou na memória coletiva da Guerrilha do Araguaia: olhar semiótico sobre a lenda urbana da passagem de Che Guevara por Imperatriz/MA | Che vive na memória coletiva”, Kayla Pachêco (Universidade Federal do Norte do Tocantins) propõe uma leitura semiótica da memória coletiva e da resistência. A autora investiga como a figura mítica de Che Guevara é reescrita na memória social brasileira por meio de uma lenda urbana, explorando a articulação entre história e ficção. O texto revela como a discursivização da memória refaz os sentidos da luta política e dos afetos ligados ao passado autoritário brasileiro, ao mesmo tempo que preserva a resistência do ator discursiva em questão.

O trabalho “A consciência dual e o sujeito negro em uma sociedade racista: muito observado, muito observador”, de Eduardo Prachedes Queiroz

(Universidade de São Paulo), inscreve-se de maneira marcada na tradição da semiótica implicada, ao retomar a reflexão de Du Bois (1903), Fanon (1952) e Aldama (2023) sobre a experiência da negritude. O autor discute a gestão simbólica e passional que o sujeito negro precisa realizar em uma sociedade estruturada pela desigualdade racial, evidenciando os efeitos de sentido gerados por simulacros que o olhar social projeta sobre o corpo negro. Tem-se, com o texto, um estudo exemplar de como a semiótica pode dialogar com as teorias pós-coloniais e raciais para compreender as tensões entre identidade, alteridade e visibilidade, sem perder, paralelemente, sua especificidade metodológica e seus pressupostos epistemológicos.

Em “Uma análise semiótica do episódio ‘As Torturas’, da série *O Caso Evandro*”, Luíza Martins dos Santos (Universidade Federal de Minas Gerais) examina os efeitos de sentido e as projeções de pessoa e tempo na narrativa audiovisual. A autora analisa como as alegações de tortura reconfiguram a percepção pública sobre os acusados, discutindo a construção discursiva do *true crime* como gênero que combina emoção, crítica social e denúncia. O artigo destaca a potência política das narrativas audiovisuais na reescrita das memórias e na problematização das instituições que legitimam a verdade, questionando, por meio da semiótica discursiva, seu estatuto.

O texto “Vozes que não se calam: análise semiótica de depoimentos de docentes e estudantes sobre as reformas no Ensino Médio no contexto do Tocantins”, de Ellyzandreia Alves de Sousa (Universidade Federal do Norte do Tocantins), examina os discursos de professores e estudantes diante das reformas educacionais recentes. A autora analisa os modos de enunciação e as estratégias discursivas que revelam resistência, indignação e desejo de transformação, reafirmando a importância do espaço escolar como lugar de disputa simbólica e de construção política da voz coletiva.

Encerrando o dossiê, o artigo “Um imperativo semiótico pela popularização da ciência”, de Andrey Istvan Mendes de Carvalho (UFRJ), propõe a análise entre o conhecimento científico e as tradições culturais. Recorrendo à semiótica tensiva — em particular aos operadores de triagem e mistura —, o autor indica um caminho dialético de afastamento do discurso científico em relação ao senso comum para, em seguida, ser reincorporado como saber difundido na sociedade. Desse modo, é possível ao texto diferenciar discursos que parecem ser científicos (isto é, pseudociência e paraciência) daquele que efetivamente o é, sugerindo o caminho da divulgação científica como um modo

de combater a difusão de conhecimentos que possam prejudicar o funcionamento da sociedade.

Os textos aqui reunidos constituem um testemunho vigoroso da vitalidade e da relevância social da semiótica praticada no Brasil. São trabalhos produzidos por pesquisadoras e pesquisadores em formação — mestres e doutorandos — que reafirmam a potência da nova geração de semióticistas, herdeira de uma tradição teórica sólida e, ao mesmo tempo, consciente das questões urgentes e das contradições de nosso momento histórico. Essa mesma nova geração demonstra que o fazer semiótico, longe de se restringir a um exercício formal ou descritivo, é também uma prática de leitura crítica do mundo, uma forma de produzir conhecimento situada, sensível e comprometida com as lutas simbólicas que definem a vida coletiva.

O que se observa nos artigos reunidos é a continuidade — e a inovação — de uma linhagem de pensamento que, desde os trabalhos de José Luiz Fiorin, Diana Luz Pessoa de Barros e de outros expoentes da semiótica brasileira, insiste na ideia de que não há discurso inocente, neutro ou imparcial. Toda construção de sentido participa de uma dinâmica que organiza valores, afetos e relações de poder. Identificar isso é reconhecer que o gesto analítico do semióticista também é um gesto político, na medida em que desvela os mecanismos pelos quais os discursos validam modos de ver, sentir e agir no mundo.

A força desta edição está justamente em tornar visível esta implicação: a de que compreender os discursos é também intervir neles. Cada artigo, a seu modo, mostra como a análise semiótica pode iluminar zonas de opacidade — sejam elas as manipulações passionais das *fake news*, os efeitos de exclusão racial, os mecanismos de resistência inscritos na memória coletiva ou as tensões políticas que atravessam as práticas educacionais contemporâneas. Em todos esses casos, o fazer teórico revela-se inseparável de um gesto ético: o de dar visibilidade a vozes, experiências e afetos que, muitas vezes, permanecem marginalizados ou são frequentemente silenciados.

Nessa direção, o dossier “Fazer semiótico como fazer político” propõe-se não apenas como uma coletânea de estudos, mas como um gesto coletivo de afirmação: a semiótica, quando praticada de forma implicada, é capaz de dialogar com o presente e de oferecer instrumentos para problematizar as formas discursivas que estruturam nossa experiência social. Isto é, uma semiótica que reconhece a dimensão tensiva e passional da vida, que assume o risco de pensar o sensível e o político conjuntamente, entendendo o fazer científico como um ato de responsabilidade diante do mundo.

Ao reunir pesquisas que tratam de temas como racismo, intolerância, educação, manipulação midiática e afetividade, este dossiê demonstra que a semiótica está em movimento, dialogando com correntes críticas contemporâneas — da decolonialidade às epistemologias feministas, dos estudos raciais às análises das tecnologias de comunicação. Esses jovens pesquisadores e pesquisadoras mostram que o fazer semiótico contemporâneo pode ser, antes de tudo, um fazer engajado: um modo de pensar e agir que se compromete com os valores de justiça, diversidade e transformação social.

Em tempos marcados por discursos de ódio, negacionismos e diminuição do espaço democrático, o ato de analisar os sentidos é, ele próprio, um ato de resistência. Os trabalhos aqui reunidos, ao conjugar rigor teórico e sensibilidade de crítica, reafirmam que a semiótica, mais do que uma metodologia de análise, envolve uma ética necessária para se refletir sobre a significação em sua dimensão social e política. E é justamente nessa encruzilhada entre teoria e compromisso que o fazer semiótico se revela, mais do que nunca, um fazer político.

REFERÊNCIAS

BARROS, D. L. P. de. Estudos discursivos da intolerância: o ator da enunciação excessivo. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, v. 58, p. 7-24, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8646151>. Acesso em: 2 mar. 2025.

BARROS, D. L. P. de. As fake news e as anomalias. *Verbum*, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 26-41, 2020. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/verbum/article/view/50523>. Acesso em: 2 mar. 2025.

BUENO, A. M. O racismo recreativo contra descendentes de asiáticos. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, Campinas, v. 61, n. 1, p. 137-147, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/010318139563511520210310>. Acesso em: 2 mar. 2025.

DEMURU, P. Le même et le différent. La construction discursive du peuple en politique: notes du cas brésilien. *Acta Semiotica*, São Paulo, v. 3, n. 5, p. 95-106, 2023. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/actasemiotica/article/view/62454>. Acesso em: 6 mar. 2025.

FIORIN, J. L. *O regime de 1964: discurso e ideologia*. São Paulo: Ática, 1988.

FIORIN, J. L. A organização semântica do discurso da extrema-direita. In: MANCINI, R.; BEIVIDAS, W.; LOPES, I. C. (org.). *Semiótica: horizontes, perspectivas, debates*. Campinas: Pontes, 2024. p. 51-88.

FULANETI, O. de N. À direita, mas separados pelo Atlântico: análise semiótica dos discursos eleitorais de Jair Bolsonaro e Marie Le Pen. *EntreLetras*, [s. l.], v. 15, n. especial, p. 106-126, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufnt.edu.br/index.php/entreletras/article/view/1927>. Acesso em: 4 mar. 2025.

LANDOWSKI, E. O olhar comprometido. *Galáxia*, n. 2, p. 19-56, 2001. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/view/1241>. Acesso em: 2 mar. 2025.

SAUSSURE, F. de. *Curso de linguística geral*. São Paulo: Cultrix, 1975.

SCHWARTZMANN, M. N.; SILVA, L. H. O. da. Romper, desviar, desafiar: reflexões por uma semiótica implicada. *Estudos Semióticos*, São Paulo, v. 18, n. 3, p. i-ix, 2022. Disponível em: <https://revistas.usp.br/esse/article/view/203773>. Acesso em: 2 mar. 2025.

SCHWARTZMANN, M. N. Língua, gênero e diversidade: o que a semiótica tem a ver com isso? *Estudos Semióticos*, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 258-278, 2022. Disponível em: <https://revistas.usp.br/esse/article/view/203778>. Acesso em: 7 mar. 2025.

DOSSIÊ

A TONICIDADE DA FRIEZA NA SOCIEDADE DE EMOÇÕES TRANSPARENTES*

KATI CAETANO**

Universidade Tuiuti do Paraná (UTP), Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Linguagens, Curitiba, PR, Brasil.

JÚLIO CÉSAR RIGONI FILHO***

Universidade Tuiuti do Paraná (UTP), Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Linguagens, Curitiba, PR, Brasil.

Recebido em: 17 set. 2025. Aceito em: 14 out. 2025.

Como citar este artigo: CAETANO, K.; RIGONI FILHO, J. C. A tonicidade da frieza na sociedade de emoções transparentes. *Cadernos de Pós-Graduação em Letras*, v. 25, n. 3, p. 20-40, set./dez. 2025. DOI: 10.5935/cadernosletras.v25n3p20-40

* Parte desta pesquisa foi apresentada na modalidade de apresentação oral no *VI Congresso Internacional da Associação Brasileira de Estudos Semióticos* (ABES), no simpósio “O fazer semiótico como um fazer político”, realizado na Universidade de São Paulo (USP) entre os dias 1º e 4 de julho de 2025. Os autores agradecem as contribuições e discussões promovidas pelos pesquisadores e participantes do evento.

** E-mail: katicaetano@hotmail.com
 <https://orcid.org/0000-0002-8385-1390>

Bolsista produtividade em pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

*** E-mail: julinhorigoni@hotmail.com
 <https://orcid.org/0000-0002-5151-1623>
Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) (PDSE-202537905160).

Resumo

A frieza pode ser considerada a partir de uma perspectiva tanto circunstancial quanto estrutural, em relações pessoais ou coletivas. Nossa foco está na frieza diante dos males da humanidade e decorrentes de interações predatórias manifestadas midiaticamente e nas redes digitais. Sua historização, em diversos pensamentos críticos, aponta uma trajetória a qual, de forma semiótica, delineia-se como resultado de um percurso passional que remonta à constituição da sociedade moderna. Manifestações de frieza podem, em maior ou menor grau, agenciar formas de manipulação, de conjunção ou separação, envolvendo mecanismos de ordem cognitiva, passional e pragmática. Ainda, expressam-se por meio de valores, estratégias, práticas e formas de vida, marcados por componentes figurativos e discursivos.

Palavras-chave

Frieza. Paixões. Enunciação.

INTRODUÇÃO

Elegemos a frieza como escopo de nossa discussão porque entendemos estar implicada em uma série de manifestações passionais que estão no centro de debates atuais, sobretudo pela situação de polaridade instigada por fatores de ordem política. A princípio, associar a frieza a paixões no eixo das disputas ideológicas e partidárias, e mesmo associá-la ao domínio passional como um todo, parece paradoxal. Afinal, a frieza, assim como a indiferença (Marsciani, 1984), pode situar-se em um ponto neutro que não contempla nem paixões consideradas benevolentes, nem malevolentes, uma vez que *não quer fazer bem* ou *não querer fazer mal* a um outro (Barros, 1990).

Adentrando o campo da semiótica tensiva e sensível a partir de Fontanille e Zilberberg (2001), com base no pressuposto de que ambas as dimensões são correlacionadas, a paixão pode ser concebida “como matéria de investigação da práxis enunciativa sob a forma de taxionomias conotativas” (Fontanille; Zilberberg, 2001, p. 296). No caso deste artigo, busca-se investigar como a frieza é manifestada ou demonstrada nos discursos no ciberespaço, considerando o contexto no qual ela é açãoada e na recorrência que apresenta culturalmente em interações com outrem.

Nesse sentido, deve-se considerar tal paixão a partir de uma perspectiva tanto circunstancial quanto estrutural, em relações de ordem pessoal ou nas interações em contexto social de grande desigualdade. Em termos individuais, pode ser requerida estrategicamente como contenção emotiva necessária, como demonstração de lugares devidos a cada um, como autossuficiência e *superioridade* (não seria essa a busca permanente do *blasé*?). Nossa interesse, porém, está voltado à frieza com respeito aos males da humanidade, ao sofrimento alheio decorrente de uma injusta estrutura socioeconômica. Para tal, o texto organiza-se em duas instâncias: a primeira consiste em uma discussão sobre a frieza/indiferença, cotejando pontos da filosofia e da semiótica das paixões; e a segunda visa ao exame, a partir das abordagens levantadas, de exemplos da midiatização da frieza, em discursos políticos e em conteúdos digitais, especialmente aqueles voltados a representar estados emotivo-passionais, como os *emoticons*.

SOBRE A FRIEZA/INDIFERENÇA

No Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa encontra-se a expressão figurada *dar um gelo*, como o ato de “passar a tratar (alguém) com indiferença, frieza” (1999, p. 843). Podemos interpretar, sob uma perspectiva do senso comum, tal situação como um comportamento ou atitude de um sujeito que demonstra a ausência de emoção, ou uma insensibilidade. De modo geral, em termos semióticos, a emoção é característica de perturbações físicas e mentais bruscas, em um estado afetivo intenso, ao passo que a paixão é a inclinação, a perseguição, para um objeto. “Se falta à emoção o traço /duratividade/, este se inscreve firmemente na paixão. Podemos admitir que a emoção se transforma em paixão quanto ela molda o percurso inteiro do sujeito” (Fontanille; Zilberberg, 2001, p. 282). Os autores alertam, no entanto, para um possível reducionismo e binarismo conceitual dessa noção.

Para este artigo, basta-nos compreender que a paixão é “afetada por um ritmo, uma escansão e uma pulsação [...] enquanto a emoção, nesse aspecto, não passaria de uma explosão, um ‘golpe’ ou um acento” (Fontanille; Zilberberg, 2001, p. 283). Partimos do princípio de que a frieza é explicável historicamente, convertendo-se em um traço do sujeito ou da sociedade que imprime a marca de um projeto de vida, daí sua designação em termos passionais. A novidade é

que, na atualidade, circula com recorrência tônica e em extensividade, configurando um processo invertido em relação ao esquema lógico da tensão (+tônico/-átono; +intenso/-extensivo). Portanto, baseamo-nos nos postulados de Fontanille e Zilberberg (2001) sobre a intensidade tônica e a extensidade átona, vislumbradas normalmente como presentes de forma proporcional – quanto mais intenso/tônico, menos extenso/átono –, sem excluir a hipótese de um tensionamento às avessas que se ritma pela crescente manifestação da frieza e da indiferença tanto qualitativa quanto quantitativamente.

Se seguirmos uma perspectiva sócio-histórica, a frieza pode ser abordada semioticamente como fator integrado a certo percurso passional que remonta à constituição da sociedade moderna. Algumas vertentes são explicativas desse processo: na teoria marxista, a reificação do dinheiro e a transformação do ser humano em mercadoria destitui qualquer laço igualitário nas relações, do que derivam os problemas de classe; em Weber (2013), o racionalismo econômico gerador do desencantamento do mundo é propulsor do estado constante de frieza em face de uma sociedade injusta; em Adorno e Horkheimer (2014), a dialética do esclarecimento explica a destituição da visão mágica dos destinos pessoais e aponta o papel do saber científico e técnico – dos quais depende a autoconservação – como fatores relevantes para a atitude de frieza (Facci; Galuch, 2019). Nesta última perspectiva, a autoconservação mobiliza a lógica da dominação, sobre a natureza e os outros homens, bem como a percepção de que saber é poder.

Em todos esses teóricos, a frieza converte-se na nova subjetividade do capitalismo na esteira de uma trajetória que envolve o medo do perigo implícado na autoconservação, o princípio do domínio para a preservação do poder e da vida, a ação preventiva para evitar os riscos e as perdas geradora de uma angústia perene que deve ser disfarçada nessa frieza (Facci; Galuch, 2019). Não se trata, portanto, de um sentimento moral ou individual, mas de um traço específico do capitalismo, do espírito próprio dessa formação histórica (Weber, 2013).

Relatada nesses termos, a sequência histórica sugere o desenvolvimento de um percurso passional iniciado com o desencanto, como resultado da crise moderna, passando pela busca da autoconservação, pelo medo do perigo, das perdas e dos riscos, o qual demanda ações preventivas baseadas no saber técnico-científico e nas formas de domínio como preservação do poder e da vida. Assim, a frieza surge, primeiro, como dissimulação, despassionalização

necessária para garantir domínio sobre os outros; depois, como a constituição de um valor de mundanidade autossuficiente, conforme o esquema a seguir resume:

Figura 1 – Sequência sócio-histórica da frieza/indiferença na sociedade moderna



Fonte: Elaborada pelos autores (2025).

Para Theodore Adorno (2024), a submissão à qual os sujeitos são forçados, no seio de uma sociedade industrial, exige esforços para além dos campos racional e instrumental, gerando uma indiferença que bloqueia as capacidades humanas de amar. Forma-se, com isso, a instância do sujeito não-ídêntico a si mesmo. A noção de não-ídêntico adorniano não se localiza apenas na desproporção categorial entre o que determinado conceito afirma ser e o que realmente é: um sujeito que não faz parte de certa comunidade por não comungar da familiaridade do grupo.

Pucci (2012, p. 6) traz que “o não-ídêntico é, pois, aquilo que o conceito reprime, despreza, rejeita. Seria aquele que se apresenta como estranho, proscrito, alienado. É o não-eu, o outro, o inferior”. Ainda, para Adorno (2024), as dinâmicas do amor possibilitam o encerramento do círculo da frieza social. O autor afirma que as tendências de amplificação das técnicas e de fetichização propulsionam uma carência na relação libidinal com o Outro, por isso as pessoas “são inteiramente frias e precisam negar também em seu íntimo a possibilidade do amor” (Adorno, 2024, p. 76). Aqui, o amor consiste em um contraconceito para revelar o não-ídêntico, ou seja, a chance de os sujeitos tornarem-se sensíveis e repelirem a “frieza burguesa regida pelo primado dos interesses orientados pelo valor de troca” (Schütz, 2016, p. 122).

Adorno (2024) ressalta, no entanto, que o mero apelo ao amor não pode ser exigido como forma para superar a frieza, posto que o imperativo ao amor (como nas tradições cristãs) é parte de um espectro que perpetua a própria frieza, uma vez que “combina com o que é impositivo, opressor, que atua contrariamente à capacidade de amar” (Adorno, 2024, p. 77). Com esse raciocínio, o trabalho contra a frieza, para o filósofo, consiste em atravessá-la sem ignorá-la, reconhecendo as razões que a originam e compreendendo seus pressupostos, a fim de agir, no plano individual ou estrutural, sobre os motivos que levam o ser a manifestar frieza diante de determinadas ocorrências. Nessa perspectiva, coletivos de sujeitos que partilham afetividades comuns tendem, em certas circunstâncias, a se proteger para não correr o risco de desintegração em um contexto de competitividade social. Inclusive, foram justamente essas condutas que produziram o silêncio diante das situações de terror. “A frieza das mônadas sociais, do concorrente isolado, foi como indiferença ao destino dos outros, a condição para que bem poucos tivessem se agitado” (Adorno, 2024, p. 77).

Passível, portanto, de ser interpretada à primeira vista como uma atitude despassionalizada que se sustenta no simples raciocínio pragmático de descartar para dominar, a frieza configura um sincretismo de valores passionais alternados entre o egoísmo, o individualismo, o interesse próprio e a negociação, a intolerância, o desprezo e a dissimulação. Na prática, tais valores concretizam-se em ações justificadas objetivamente, que podem, em maior ou menor grau, agenciar formas compostivas de programação, manipulação, exclusão ou união (Landowski, 2023)¹. Manifestações de frieza envolvem, assim, mecanismos de ordem cognitiva, passionais e pragmática.

As reflexões de Barros (1990) sobre a indiferença são aplicáveis à frieza. Em acurada análise que faz das paixões, a autora trata da indiferença como postura de distanciamento emocional ou de reação decorrente do rompimento de certo contrato fiduciário, o que poderia definir tal estratégia modal como uma espécie de contenção emocional. Ou seja, diante de um golpe ou traição, o sujeito pode optar por se proteger de envolvimentos passionais intensos, ou, ao entrar em revolta/em liquidação da falta, o sujeito pode envolver-se em percursos de vingança, de mágoa ou de hostilidade. Barros (1990) avalia, porém,

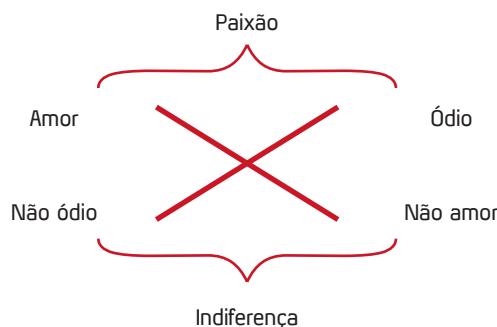
¹ Ao examinar as possíveis relações de interação social, Landowski (2023) distingue processos de assimilação ou de admissão (o outro como idêntico ou similar a si mesmo), e processos de exclusão ou cooperação (o outro como totalmente diferente ou como simplesmente diferente).

que a indiferença, quando pensada como negação do ódio, não tem igualmente uma denominação adequada, podendo ser designada como a condescendência ou a complacência, já que ambas implicam a boa vontade do sujeito do qual emana o ódio. Em síntese, a benevolência e a malevolência envolvem ou a hostilidade e/ou a atração de paixões estabelecidas a partir de um *querer-fazer* bem ou mal (Barros, 1990).

Mancini (2024) desenvolve essa questão ao retomar postulados de Pottier (1992) sobre as articulações internas do quadrado semiótico, postulando a existência de subdimensões nas relações contraditórias que explicariam as graduações. Para a autora, com base em Pottier e na esteira da semiótica tensiva (Fontanille; Zilberberg, 2001), as relações entre os valores semânticos nas articulações semióticas não são pontuais; na verdade, pressupõem contradições e implicações eletivas entre os termos ou redes categoriais (Mancini, 2024). O amor e o ódio são, assim, subdimensões da paixão, da mesma forma que o não amor e o não ódio são subdimensões da indiferença. Tanto a indiferença como a frieza carregam rastros de memória de outras paixões em suas articulações sintáticas, a depender do caminho que percorrem nos processos de contradição.

Como evidencia Mancini (2024), o percurso deve assumir ou a negação do amor ou a negação do ódio, de forma contraditória, conforme aparece no esquema que a autora retoma de Blanché (1967).

Figura 2 – Quadrado da paixão em Blanché



Fonte: Mancini (2024, p. 6).

Examinando as articulações lógico-semânticas desse esquema, afirma-se que a frieza corresponde à passagem da paixão à indiferença. Por conseguinte, paixão e indiferença são termos complexo e neutro, respectivamente, expressos

pelo jogo de oposição e de proximidade que surge entre amor e ódio. Correlatos de sentidos associam-se nessas zonas de negação (do não amor ou do não ódio), podendo ativar traços de um ou outro valor semântico.

Não se trata, portanto, de um único percurso passional, mas de passagens que revelam certo sincretismo passional, marcado pela transparência de paixões malevolentes nas ocorrências que serão examinadas. São casos em que a frieza decorre de um contexto em que nada existe além do interesse e da opinião pública – mesmo que estes firam outros sujeitos – e no qual ela se manifesta sob diversas formas passionais, sustentada pelo pressuposto de que, na sociedade da transparência, tudo pode ser dito, visto e realizado (Han, 2017).

Neste artigo, focalizamos a frieza pelas relações de contradição e implicação que mantém, com o amor e a sua negação, o não amor, sendo possíveis várias correlações nessa passagem. Aventamos, ainda, a hipótese de uma sutil distinção entre frieza e indiferença em certas circunstâncias e trajetos. Em resumo, a indiferença pode ser reflexiva, voltada a uma ação nociva contra o próprio sujeito apaixonado, enquanto a frieza nos aparece como transitiva, voltada contra o outro. Essa é a chave de leitura do nosso raciocínio, que visa examinar semioticamente a tonicidade, o percurso e a disseminação da frieza como estado valorizado na atualidade, buscando afastar-se de compreendê-la como um desvio individual, normalmente efetivada pelo senso comum, conforme se pode ver no portal *Wikipedia*.

Para nosso argumento geral, no entanto, ambas são recortadas em seus vieses transitivos com respeito a outros sujeitos e à coletividade. Nesse cenário, ambas vão se definindo por meio de estratégias enunciativas e formas figurativas que as singularizam nas manifestações midiáticas, como se verá a seguir.

A ENCARNAÇÃO INDIVIDUAL E A POLÍTICA DA FRIEZA

Embora seja considerada a forma de subjetividade predominante do capitalismo, revelando-se ao longo dos séculos em eventos recorrentes desse modo de produção – e assim explicada como algo estrutural –, a frieza tem expressões acintosas em certos momentos ou períodos. Suas tematizações e figurati-vizações são tanto verbais como não verbais.

Como exemplo, têm-se os discursos do presidente estadunidense, Donald Trump, e as figurações de sua gestualidade corporal, associadas em diversos registros ao comportamento frio perante os conflitos sociais atualmente:

“lamenta ter que retirar os palestinos de Gaza, mas será para que tenham um futuro melhor, e a região tornar-se um polo importante de lazer e turismo”; “lamenta ter que tomar a Groenlândia, mas terá de fazê-lo” (Não, 2025).

Sua gestualidade facial é muito similar àquela dos *emoticons* que representam a expressão visual da frieza, como boca em forma de curva para baixo e olhos sem expressão emocional (retos ou oblíquos). Obviamente, essas figuras se baseiam em traços culturalmente estabelecidos para exprimir emoções. Há, assim, uma espécie de figurativização cristalizada para reconhecer certo papel temático dentro da sociedade ocidental, capaz de inferir imediatamente o perfil do sujeito frio, e, nas circunstâncias atuais, Trump parece atestar com intensidade esse caráter:

Figura 3 – Montagem comparativa entre Trump e um emoticon



Fonte: Elaborada pelos autores (2025).

Ações como expulsar imigrantes ilegais sem nenhuma condição de dignidade, separando filhos menores de seus pais, suspender a ajuda humanitária internacional em casos de grandes catástrofes, guerras e tragédias, para economizar gastos do governo considerados “excessivos”, são todas justificativas denunciadoras de um estado de frieza que beira o absurdo, mesmo compreendendo o contexto em que isso é possível.

No embate recente entre Israel e Irã, afirma não querer matar (ainda) o líder supremo (Não, 2025), Ali Khamenei, mas poderá fazê-lo depois, adotando uma postura decisória sobre vidas que podem ou não ser abolidas (Agamben, 2004). O problema não consiste em ser favorável aos Estados Unidos ou ao Irã, mas ao fato de que se enuncia ostensiva e cinicamente a decisão de matar alguém como poder soberano sobre o mundo. Assim como enuncia medidas surpreendentes, não raro as afasta ou rejeita, o que se revela um traço

a mais da indiferença sobre o impensado ou o manipulado para gerar efeitos preocupantes.

Adorno teria dito em conferência transmitida pela Rádio de Hessen, em 18 de abril de 1965, que apenas esse espírito do capitalismo é que teria tornado possível Auschwitz. Na ocasião, o autor se perguntava se haveria um outro futuro possível em que tal frieza em face do sofrimento humano não aconteceria mais. Um século mais tarde, indagamos quais são os efeitos da crescente frieza que acomete ainda boa parte da sociedade, do governo e da esfera política.

Em escala menor, ou mais próxima de nossa realidade, porém, vemos fatos inaceitáveis em face dos quais nos movimentamos com certa naturalidade na vida cotidiana: pensemos nas pessoas que tentam sobreviver nas grandes cidades, em condições extremas de pobreza, sem segurança alimentar, saúde, acesso à educação ou acolhimento social; pensemos nos grupos étnicos que ainda clamam pelo pedaço de terra que lhes pertence de origem, no desrespeito às diferenças, na mortalidade infantil e no nível de analfabetização. Ainda que pesarosos, críticos, revoltados ou indignados, persistimos lutando pela nossa própria existência e a boa qualidade de vida de nossos familiares. O que é isso, senão uma frieza culturalizada em relação ao percurso incontrolável da história?

Fora do contexto individual e da própria trajetória histórica da humanidade, sob a ótica de diversos pensadores, a frieza circula livremente em sociedades marcadas pela polarização, por paixões intensas e por contrastes socioeconômicos acentuados. Ela impede que penetremos no absurdo de um mundo do qual reclamamos, e que em muitos aspectos carece de sentido, mas no qual, paradoxalmente, tudo parece se encaixar. Inclusive, exalta-se a necessidade da frieza como estratégia de defesa para continuarmos (r)existindo ou justificando a ação violenta para combater a violência. Isso é perceptível, por exemplo, na seguinte manchete: “Frieza policial também é feita de preparo e tática, diz especialista”, fala do então secretário de estado de Segurança Pública de São Paulo, Mágino Alves Barbosa Filho, em 2016, durante uma entrevista para a *Folha de S.Paulo*².

² Na apresentação da primeira versão deste trabalho, foi nos perguntado como discernir essa frieza tática policial daquela exigida pelos médicos, por exemplo. O controle médico para poder agir com técnica, boa performance e eficácia em qualquer procedimento não deve ser confundida com a frieza em relação ao outro, o paciente, e seus familiares. Ao contrário, uma relação solidária é o princípio da confiabilidade e segurança. Certas atitudes médicas, de completo distanciamento, confirmam a lógica aqui criticada, em vez de negá-la, pois implicam a extensidade da frieza aos mais diversos setores das relações humanas.

Figura 4 – Manchete da *Folha de S.Paulo*



Fonte: *Folha de S.Paulo* (2016).

Mesmo que ações de natureza policial não pressuponham emoções ou paixões benevolentes, é importante observar que, em diversas ocorrências midiatisadas, a frieza costuma ser confundida com atitudes e paixões malevolentes. Do mesmo modo, o sistema carcerário, que dá cumprimento às abordagens policiais neutraliza a ressocialização em prol da incrementação da violência aprendida em ambiente sórdido e de completa indiferença à dignidade humana³.

Se, inicialmente, a frieza pode ser considerada como o final de um percurso, em sua manifestação mais intensa, passa a ser um efeito de sentido passionai que subsume outras paixões, ou seja, no mesmo passo em que naturaliza o completo desinteresse pelo destino de outrem e da humanidade, normaliza a explicitação enunciativa de sentimentos que deveriam ser combatidos. Esse fato é facilmente verificado nas redes sociais digitais, quando, ao se assumir como *hater*, violento/a, intolerante, caluniador/a, *cancelador/a*, uma pessoa confere transparência a si.

Entendemos transparência aqui nos termos de Bill-Chiung Han (2017), que a define como a pornografia do eu, em aberta visibilidade e dizibilidade de tudo. Assim, não bastando a frieza em relação a um entorno injusto, ela é mobilizada para chancelar sentimentos perniciosos em relação aos outros como efeitos de sentido passionais dentro da *normalidade* da condição humana e de suas idiossincrasias. Para Han (2017, p. 5), “as ações se tornam transparentes quando se transformam em operacionais, quando se subordinam a um processo passível de cálculo, governo e controle”.

³ Para mais informações, consulte as páginas do perfil *Inside Prisons* no Instagram.

A normalidade, em aspectos de Landowski (2023), consiste na automatização das atividades e das experiências cotidianas. É uma construção das interações sociais baseada na sensação de familiaridade ao sentimento de que as coisas devem ser como são. Há, nesse caso, uma busca pela normalidade/normatividade/consensualidade na manutenção das relações entre os seres. Refe- rimo-nos a essa *naturalidade* com que encaramos aspectos de nossa realidade como um processo *natural*, que, no seio do qual os sujeitos frios “foram vistos dentro de nós nas nossas sociedades” (Lander, 2005, p. 8), bem ou mal teve de ser assim.

Se adentramos as veredas da filosofia contemporânea⁴, a normalidade pode emergir diante de situações de desumanização, vulnerabilidade e precariedade dos corpos, como códigos sociais que institucionalizam certas normas, em discrepâncias entre vidas dignas e indignas de serem vividas, situações em que a precariedade se mostra dominante, e em fatores socioeconômicos e desigualdades perpetuadas ao longo do tempo. Logo, há vidas que não possuem um apoio ou uma estrutura que as suporte, lançando tais formas de vida à “sua desvalorização como algo que, para os esquemas dominantes de valor, não vale a pena ser apoiado e protegido enquanto vida” (Butler, 2018, p. 165). Em resumo, nem todos os sujeitos vivos são dignos de direitos e de proteções, trata-se de um pensamento que evidencia a maneira como o social atravessa o sujeito e sua vida, revelando a tonicidade da frieza na contemporaneidade.

Na constituição dessa argumentação, que aqui emprestamos sob a ótica da normalização de narrativas, percursos passionais e discursos que expressam a frieza e a indiferença diante de situações de mazelas sociais, Butler (2018) dialoga diretamente com Adorno (1993), resgatando e atualizando as noções do alemão sobre *a vida boa*, principalmente diante das atuais formas de desigualdade, de exploração e das formas de apagamento que ocorrem no mundo.

Salienta-se que a noção de vida boa suscita diversas interpretações, algo controverso, sobretudo com a origem da expressão, que retoma as condutas morais aristotélicas e se contamina comercialmente nos atuais discursos publicitários. Por isso, Adorno (1993) questiona as relações entre a conduta moral

4 A concepção de normalidade em Butler (2009, 2017) é fruto de suas apropriações das teses foucaultianas sobre a constituição social das técnicas de repressão e de normalização dos corpos diante da “proliferação do corpo pelos regimes jurídicos” (Butler, 2017, p. 41), tanto pela emergência da psiquiatria quanto pela ascensão da justiça criminal, justaposição que adentra as instituições sociais e, consequentemente, a vida comum – é o caso das questões de gênero, por exemplo.

e as condições sociais, ao reconhecer que “as operações mais amplas de poder e dominação penetram ou interferem em nossas reflexões individuais sobre como viver melhor” (Butler, 2018, p. 224). No mesmo passo em que se busca legitimar um único caminho para a vida boa, percebe-se o descompasso entre os valores coletivos e as formas de vida individuais. Esses discursos verbais ressoam, sob novas sintaxes, em frases de efeito proliferantes na *internet*, proferidas tanto por pessoas comuns quanto políticas, corporificam-se visualmente nas postagens das redes sociais digitais e na publicidade, saudando condições hegemônicas para justificarem o viver bem ou melhor.

É curioso perceber como os pontos levantados por Butler (2018), a partir do conceito de *vida boa*, podem ser alinhados com a ideia de frieza social em Adorno (2024). Nas análises do filósofo, os indivíduos importam-se exclusivamente com aqueles aos quais há um sentimento de ligação afetiva ou sanguínea. No caso dos demais, que não partilham do mesmo convívio e afinidade, busca-se o interesse próprio, contra o interesse de outrem⁵. Essa postura também é notada por Butler (2018), sobre quais vidas são dignas de serem reconhecidas como vidas, nas instâncias de dignidade, direitos básicos e de luto. Ressalta-se aí o estudo das interações sociais na perspectiva semiótica articuladas de partida entre o mesmo e o outro.

No caso de nosso argumento, o que chama a atenção é a disseminação do efeito de frieza em relação a tudo o que diz respeito ao outro, na medida em que até o ato de matar se justifica, não mais pela honra, que já foi um absurdo insustentável de nosso sistema jurídico, mas por mera decisão própria (hoje ou daqui a duas semanas, quem sabe...) de um poder soberano, calcado na normalidade de regimes de exceção (Agamben, 2004). A imposição de tal neutralização – seja como estratégia, calculismo ou modo de ser mesmo – sobre a complexidade de nossos sentimentos é correlata a uma materialidade econômica manifestada em supremacia branca, multimilionária e agressiva, a qual constrói as próprias regras, acima de tudo e de todos, e ao bel-prazer de sua hora.

Evidentemente, reconhecemos que, desde os pensadores antigos, as mais diversas paixões são abordadas como manifestações de caráter e traços do comportamento humano. Em termos semióticos, a normalidade a que nos

⁵ Para Adorno (2024), tal postura exploratória entre os sujeitos na sociedade se distingue das constatações aristotélicas, que considerava a estrutura da sociedade a partir da atração genuína entre os indivíduos.

referimos diz respeito à dominância de valores e práticas dentro de estruturas socioeconômicas e culturais. Embora muitas delas sejam impactantes sob diversas perspectivas – ou até proibitivas no âmbito jurídico –, ocorrem com tamanha frequência que passam a ser publicizadas como *fait-divers* da vida cotidiana. Em situações tidas como normais, alimentam as mídias informativas e as redes sociais, impulsionadas pela espetacularização da notícia, pela especulação em torno de seus motes e pela troca de opiniões insultuosas nos ambientes digitais.

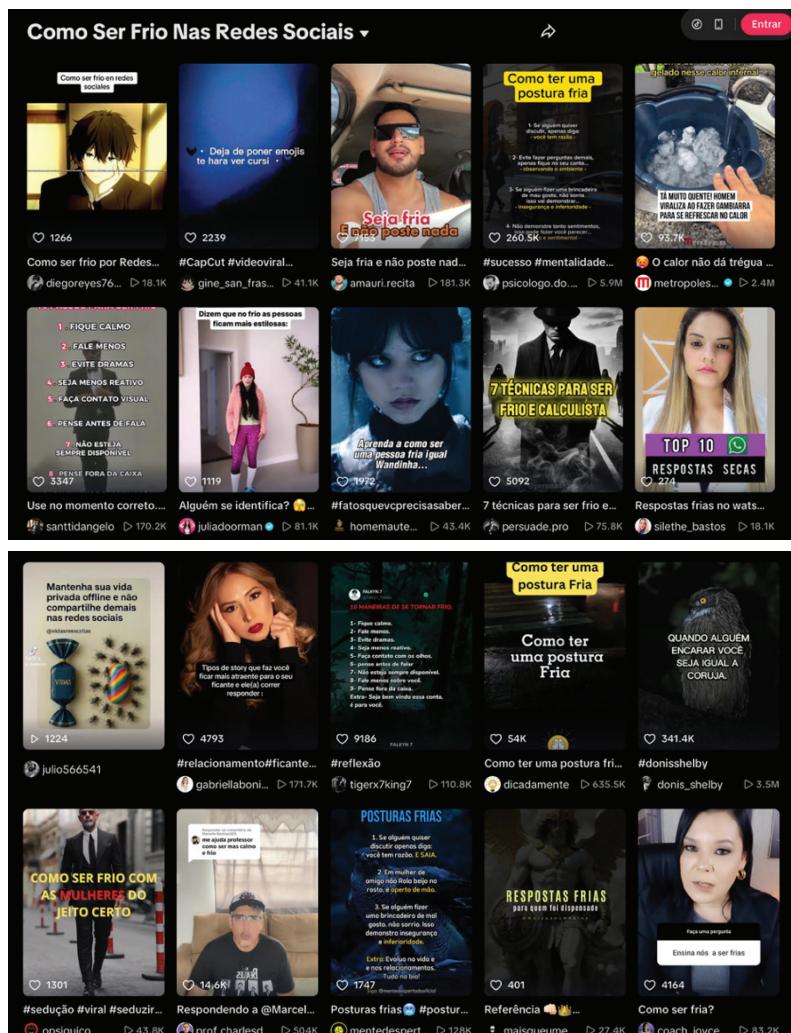
Sujeitos são *cancelados* e até mesmo linchados antecipadamente no ciberspaço, o que contribui para práticas na realidade física, em clara manifestação do olhar sobre o *completamente outro* analisado por Landowski (2023) nas relações interacionais. Aceitar essa situação com normalidade implica adotar certa forma de frieza que se aproxima, em termos penitenciais, da resignação religiosa de um lado, considerando que a falta, em termos greimasianos, pode gerar uma resignação; ou da lógica perversa e cínica de um pequeno mal para um grande bem, de outro⁶.

Neste artigo defendemos que houve, por parte do sujeito, um desencantamento diante de um contexto que instiga a polaridade, as disputas ideológicas e partidárias. Contudo, em vez de considerá-la apenas como resignação ou neutralidade, aborda-se a frieza/indiferença como um sincretismo passional que passa a ser valorizado como positivo em várias manifestações atuais.

Nas redes sociais, como o *TikTok*, encontram-se diversas páginas e/ou perfis destinados a transmitir técnicas para se tornar frio no ambiente digital, revelando tanto um procedimento de autodefesa em face do espaço conflituoso no qual as redes se converteram quanto a emergência de um objeto-valor cognitivo suscetível de assegurar poder nas relações sociais. Em tais técnicas, o silêncio seria um traço de ausência de sonoridade que, em oposição à fala, implicaria não comunicabilidade e, por decorrência, não sociabilidade, não afetividade; ou seja, seriam etapas para o sujeito adquirir uma modalização de contenção emocional, ao optar por se proteger de envolvimentos passionais intensos, conforme aventado por Barros (1990).

6 Fazemos alusão nesse trecho ao teor irônico dos contos de Voltaire contra os discursos religiosos, em especial ao intitulado *Cosi-Sancta*.

Figura 5 – Resultado da busca sobre como ser frio nas redes sociais



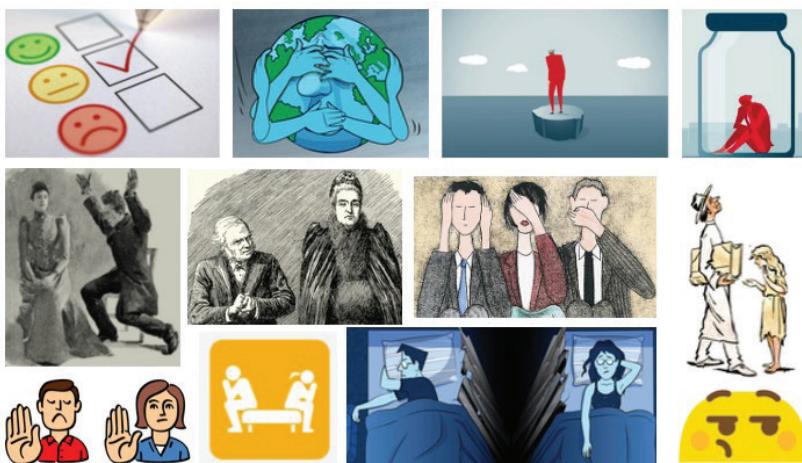
Fonte: Elaborada pelos autores, com base em buscas no TikTok (2025).

Aparece, em tais casos, a figura do sujeito calculista, que pode ser associado à forma de vida tecnocrata (Fontanille, 2018), já que trata da organização dos modos de vida incorporados em práticas, valores e condutas dominadas por regime de sentido mais cognitivo e menos patêmico, para além de uma mera estratégia enunciativa.

Igualmente, em ilustrações disponibilizadas pelo *Getty Images*, um dos principais bancos de imagens virtuais – replicados em diversos meios, publicitários,

jornalísticos e informativos –, encontram-se várias figuras da frieza e da indiferença, configuradas pela conjunção de traços reiteráveis como expressões que evitam manifestar emoções, gestos de pretensa superioridade e desprezo, distanciamento físico ou social, que implicam uma lógica imunitária, baseada em atitudes de triagem dos indivíduos (Quintana, 2021).

Figura 6 – Ilustrações sobre a frieza/indiferença



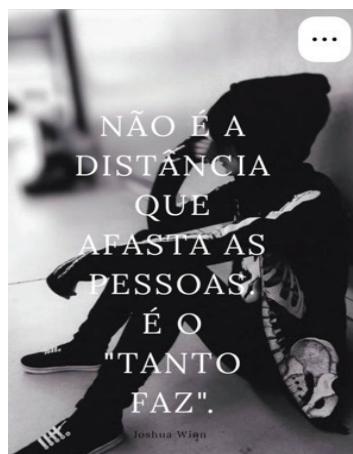
Fonte: Elaborada pelos autores, com base no acervo do *Getty Images*.

Em geral, há em tais figurativizações, determinações históricas e sociais inconscientes no discurso ou como concretizadoras da sensorialidade aos temas, revestindo os percursos temáticos (Greimas; Courtés, 1979). Com isso, a boca para baixo, que pode produzir diversos sentidos, em geral negativos, em combinação com olhos oblíquos ou mesmo retos, bem como um traço na frente, pode indicar frieza, indiferença, desdém.

Nos *emoticons*, o vermelho está associado à bravura; correlatos, o verde à afetividade, e o amarelo à frieza e ao desinteresse. É, inclusive, curiosa a associação com os sinais de trânsito, podendo entender que o amarelo é o neutro, como nos semáforos, quando não o é. Já o desenho indicando corpo ereto, para cima, cabeça erguida, pode se opor à curvatura do corpo, configurado por traços eidéticos que exprimem a imagem da menina que pede esmolas e do padre que a menospreza. Percebe-se que há tanto uma isotopia temático-figurativa quanto dos traços reiterados do plano da expressão (Fontanille, 2019), cristalizando um papel temático de sujeito frio/indiferente.

Aqui, não tomamos a frieza de um ponto de vista psicológico, nem da perspectiva corrente de um senso comum que a associa a psicopatas e assassinos⁷, postura que pode legitimá-la como um desvio e fracasso. Ao contrário, propomos que seja abordada em nossa própria cotidianidade, onde age de forma invisível e insidiosa. Tem a ver com o conceito de normalidade mencionado por Butler (2009), confrontado com formas de vida sobreviventes e *sub-existentes*, enunciadas como anônimas e excepcionais, figurativizadas na materialidade visual informativa ou de entretenimento em (con)formação com traços de sujidade, insuficiência, precariedade e violência, sem explicar os mites imperialistas e coloniais que as geraram. Em outros termos, a frieza é um efeito derivado de um estado de coisas em que o absurdo assume a compleição do normal, do *é assim* ou do *tanto faz*, como mostra a figura abaixo.

Figura 7 – Publicação do Pinterest



Fonte: Pinterest (2025).

A imagem foi retirada do site *Pinterest*, o que já indica o tipo de enquadramento do tema, uma vez que se inscreve no rol de imagens e frases a serem replicadas e curtidas pelo seu efeito emocional e pela percepção que deveria dar de um sujeito consciente.

⁷ Tal abordagem está presente no site *Wikipedia*, uma das principais comunidades virtuais que agrupa um acervo de conteúdos sobre diversas áreas, publicados por diversos internautas. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Frieza>. Acesso em: 26 jun. 2025.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Resgatando o que foi discutido anteriormente acerca das espetacularizações e noticiabilidades das mídias e redes sociais, vemos que a frieza não é combatida ao postular que os sujeitos linchados ou *cancelados* devem ser amados ou perdoados a partir de uma lógica de amor ao próximo (originada do pensamento cristão ocidental). Deve-se, em uma postura que coaduna com o que discutimos teoricamente, identificar a origem das paixões suscitadas nas redes digitais, entendendo que a postura de frieza diante de determinados acontecimentos é componente de um fator histórico ou estrutural, o qual encontra forte ressonância na sociedade atual.

Pode-se aventar caminhos de superação da frieza social, que passam por formas de resistência e de persistência, no caso de sujeitos que historicamente e culturalmente são vítimas comuns das mazelas sociais, as ditas minorias. Em Butler (2018), tal ponto consiste na luta contra a condição precária, no desejo por uma nova vida possível para ser vivida, expresso em formas políticas que assumem a necessidade de que os sujeitos têm de outros, para que possam viver *a vida boa*⁸. Trata-se do *viver juntos* defendido por Landowski (2023), ou em estimular práticas e reflexões que partam da própria realidade para “desbloquear potenciais emancipatórios” (Schütz, 2016, p. 123), em um movimento esperançoso que enxergue o Outro além do não-ídêntico adorniano, por meio do exercício reflexivo como forma de evitar a indiferença e despontar a esperança. Embora tenhamos já explorado tais visadas em outros textos, não foi essa a tônica deste trabalho; aqui, intentamos abordar, entender e desenvolver semioticamente como se delineia a frieza social, buscando resgatar seu percurso e sua presença no cenário atual.

The tone of coldness in a society of transparent emotions

Abstract

Coldness can be considered from both a circumstantial and structural perspective, in personal or collective relationships. Our focus is on coldness in the face

⁸ Em pesquisas anteriores, exploramos a dimensão política das manifestações de mulheres, na vertente da ação de confrontação das formas de violência e formas de dignidade – cf. Caetano e Rigoni Filho (2024) – e, em 2025, as formas de vida da exclusão – cf. Caetano e Rigoni Filho (2025).

of humanity's ills, and arising from predatory interactions manifested in the media and on digital networks. Its historicization, in various critical thoughts, points to a trajectory that is semiotically outlined as the result of a passionate journey that goes back to the constitution of modern society. To a greater or lesser degree, manifestations of coldness can trigger forms of manipulation, conjunction or separation, which involve cognitive, passionate and pragmatic mechanisms. They are also expressed through values, strategies, practices and ways of life, marked by figurative and discursive components.

Keywords

Coldness. Passions. Enunciation.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, T. *Educação e emancipação*. São Paulo: Paz e Terra, 2024.
- ADORNO, T. *Minima moralia*. São Paulo: Ática, 1993.
- ADORNO, T.; HORKHEIMER, M. *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. São Paulo: Zahar, 2014.
- AGAMBEN, G. *Estado de exceção*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- BARROS, D. L. P. de. Paixões e apaixonados: exame semiótico de alguns percursos. *Cruzeiro semiótico*, n. 11-12, p. 60-73, 1990. Disponível em: <https://encurtador.com.br/MmRIe>. Acesso em: 14 abr. 2025.
- BLANCHÉ, R. *Structures intellectuelles*. Paris: J. Vrin, 1967.
- BUTLER, J. *A vida psíquica do poder: teorias da sujeição*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.
- BUTLER, J. *Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia*. São Paulo: José Olympio, 2018.
- BUTLER, J. Desdiagnosticando o gênero. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, v. 19, n. 1, p. 95-126, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/Xg4SdtQL64jBYZgm9q4MyMH/?lang=pt>. Acesso em: 14 abr. 2025.
- CAETANO, K.; FILHO, J. C. R. Modos de viver, situações de exclusão, dignidade humana: desdobramentos da alteridade e da interação. In: ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 34., 2025, Curitiba. *Anais eletrônicos [...]*. Curitiba: Compós, 2025. Disponível em: <https://encurtador.com.br/BlvnQ>. Acesso em: 14 out. 2025.

CAETANO, K.; FILHO, J. C. R. Vulnerabilidade, vitimismo, confrontação, ação política: discursos e performances femininas contra a violência. In: ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 33., 2024, Niterói. *Anais eletrônicos [...]*. Niterói: Compós, 2024. Disponível em: <https://encurtador.com.br/GzFrW>. Acesso em: 14 out. 2025.

FACCI, D. T. da S.; GALUCH, M. T. B. Frieza burguesa: apontamentos para uma teoria da formação da subjetividade moderna. *Acta Scientiarum Human and Social Sciences*, v. 41, n. 1, p. e38952, 3 maio 2019. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/3073/307360096009/307360096009.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2025.

FONTANILLE, J. *Formas de vida*. Lima: Universidad de Lima; Fondo Editorial, 2018.

FONTANILLE, J. *Semiótica do discurso*. São Paulo: Contexto, 2019.

FONTANILLE, J.; ZILBERBERG, C. *Tensão e significação*. São Paulo: Discurso Editorial, Humanitas; FFLCH; USP, 2001.

FRIEZA policial também é feita de preparo e tática, diz especialista. *Folha de S.Paulo, Cotidiano*, 17 maio 2016. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/05/1773324-frieza-policial-tambem-e-feita-de-preparo-e-tatica-diz-especialista.shtml>. Acesso em: 26 jun. 2025.

GELO. *Novo dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. São Paulo: Nova Fronteira, 1999. p. 843.

GREIMAS, A. J.; COURTÉS, J. *Dicionário de semiótica*. São Paulo: Cultrix, 1979.

HAN, B.-C. *Sociedade da transparência*. Petrópolis: Vozes, 2017.

LANDER, E. Ciências Sociais: saberes coloniais e eurocêntricos. In: LANDER, E. (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 8-23.

LANDOWSKI, E. Pour une grammaire de l'altérité. *Revista Acta Semiotica*, São Paulo, v. 3, n. 5, p. 79-94, 2023. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/actasemiotica/article/view/62453>. Acesso em: 14 abr. 2025.

MANCINI, R. A dinamização como valor no modelo de Bernard Pottier. *Todas as Letras – Revista de Língua e Literatura*, São Paulo, v. 26, n. 2, p. 1-18, 2024. Disponível em: <https://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/tl/article/view/17109>. Acesso em: 19 jun. 2025.

MARSCIANI, F. Les parcours passionnels de l'indifférence. *Actes Sémiotiques: Documents*, n. 53, p. 5-30, 1984. Disponível em: <https://www.unilim.fr/actes-semiotiques/3826>. Acesso em: 24 jun. 2025.

NÃO vamos matar o líder supremo do Irã, pelo menos por enquanto, diz Trump. *G1 – Mundo*, 17 jun. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2025/06/17/nao-vamos-matar-o-lider-supremo-do-ira-pelo-menos-por-enquanto-diz-trump.ghtml>. Acesso em: 26 jun. 2025.

POTTIER, B. *Sémantique générale*. Paris: Presses Universitaires de France, 1992.

PUCCI, B. Theodor Adorno e a frieza burguesa em tempos de tecnologias digitais. *Cadernos IHU Ideias*, São Leopoldo, v. 10, n. 172, 2012. Disponível em: <https://ihu.unisinos.br/images/stories/cadernos/ideias/172cadernosihuideas.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2025.

QUINTANA, L. *Rabia: afectos, violencia, inmunidad*. Barcelona: Harder, 2021.

SCHÜTZ, R. O caráter formativo do não-ídêntico. Uma reflexão a partir da Dialética Negativa de Th. W. Adorno. *Constelaciones. Revista de Teoría Crítica*, [s. l.], v. 6, n. 6, p. 104-121, 2016. Disponível em: <https://constelaciones-rtc.net/article/view/855>. Acesso em: 14 abr. 2025.

WEBER, M. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Martin Claret, 2013.

ENTRE EFEITOS DE IDENTIDADE E VALORES DE EXCLUSÃO: A CONSTRUÇÃO DO *ETHOS* EM TEXTOS DESINFORMATIVOS

LEONARDO CHAVES FERREIRA*

Universidade Federal do Ceará (UFC), Programa de Pós-Graduação em Linguística, Fortaleza, CE, Brasil.

PAULO RICARDO SOUSA DE OLIVEIRA**

Universidade Federal do Ceará (UFC), Programa de Pós-Graduação em Linguística, Fortaleza, CE, Brasil.

Recebido em: 19 set. 2025. Aceito em: 15 out. 2025.

Como citar este artigo: FERREIRA, L. C.; OLIVEIRA, P. R. S. de. Entre efeitos de identidade e valores de exclusão: a construção do *ethos* em textos desinformativos. *Cadernos de Pós-Graduação em Letras*, v. 25, n. 3, p. 41-58, set./dez. 2025. DOI: 10.5935/cadernosletras.v25n3p41-58

Resumo

Este artigo se propôs a descrever, a partir da semiótica discursiva, como o *ethos* do enunciador (Fiorin, 2004, 2008; Discini, 2003) é construído em textos de

* E-mail: leonardochavesferreira@gmail.com
 <https://orcid.org/0000-0001-7647-4622>

** E-mail: oliveira.professorp@gmail.com
 <https://orcid.org/0009-0004-3697-9123>

desinformação. Investigou-se também de que modo essa construção é subordinada à intencionalidade discursiva (Greimas; Courtés, 2016) que visa promover a adesão do enunciatário aos valores comunicados. Foram analisadas cinco peças desinformativas, verificadas pela agência “Aos Fatos”. A partir dessa investigação, o estudo argumenta que o projeto de persuasão dos textos analisados não se sustenta somente na falsidade das informações, mas, sobretudo, na manipulação discursiva operada na esfera da enunciação, por meio da identificação do enunciatário com o *ethos* excludente construído pelo enunciador.

Palavras-chave

Semiótica. Desinformação. *Ethos*.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo principal analisar, sob a perspectiva da semiótica greimasiana, como o *ethos* do enunciador (Fiorin, 2004, 2008; Discini, 2003) é construído em textos de desinformação e de que modo essa construção é subordinada à “intencionalidade discursiva” (Greimas; Courtés, 2016, p. 237)¹ que visa promover a adesão do enunciatário aos valores comunicados. O *corpus* de análise será composto por peças verificadas pela agência de checagem “Aos Fatos”, especificamente aquelas classificadas como “discurso de ódio”.

Para a semiótica, a imagem do enunciador é criada no e pelo discurso, sendo explicitada na enunciação enunciada a partir das marcas deixadas no enunciado com vistas à adesão do enunciatário e sua identificação (Fiorin, 2004). Nessa perspectiva teórica, o cerne de nossa investigação reside nas seguintes questões: (1) Que tipo de *ethos* emerge do enunciador desses textos? (2) Quais mecanismos discursivos permitem a adesão do enunciatário a esse *ethos* construído? E (3) de que maneira o *ethos* no texto desinformativo produz efeitos de identidade?

¹ Em semiótica, a noção de intencionalidade não se confunde com a intenção consciente de um autor. Com base em Greimas e Courtés (2016), vemos que a disciplina não se compromete com a busca por um ato psicológico de criação, mas sim com a descrição dos efeitos de sentido imanentes ao texto. É a partir da análise interna do discurso que o semiótico pode postular a sua finalidade, ou seja, os objetivos que o próprio texto constrói e manifesta enquanto efeitos se sentido oriundos da significação textual.

Acreditamos que as respostas a essas perguntas abrem espaço para entendermos as nuances discursivas que envolvem a desinformação.

Enquanto um fenômeno contemporâneo e emergente, como explica Gomes e Dourado (2019), a produção e disseminação da desinformação com fins políticos comprehende fenômenos coextensivos à própria política. Nessa perspectiva, é plausível imaginar que boa parte da energia despendida na comunicação política em ambiente competitivo sempre envolveu a invenção de histórias e a disseminação de boatos, pelos mais diferentes meios e com os mais variados propósitos imediatos. Dessa forma, atualmente, veem-se desinformações que circulam a fim de criar ou destruir imagens públicas não somente de atores políticos (como o presidente Lula ou o ex-presidente Bolsonaro), mas também de atores sociais (como a comunidade LGBTQIAPN+, feministas, indígenas, comunistas etc.). Nesse caso, produzir medo na população e induzir comportamentos e atitudes dos interessados nas disputas políticas envolve uma ameaça clara à democracia e aos direitos das minorias.

Em um estado democrático ideal, é crucial que os cidadãos tenham acesso às informações confiáveis para formar opiniões e tomar decisões. No entanto, como nos explica Demuru (2024), quando a desinformação se propaga, ela distorce a realidade e corrompe o debate público. Em um embate de natureza discursiva, entre diferentes discursos e posições, a desinformação é usada para criar divisões e promover o ódio, sobretudo, contra grupos minoritários. Cria-se, então, um espaço em que não apenas se desumanizam e silenciam essas minorias, mas também as tornam alvos fáceis para ataques. O resultado é o aumento da polarização, a erosão do respeito e da tolerância, e o enfraquecimento da participação política de grupos que já são marginalizados.

Nesse sentido, a análise semiótica do *ethos* construído nas peças desinformativas oferece um caminho promissor para compreender como a desinformação consegue mobilizar diferentes sujeitos. Ao construir um *ethos* baseado em uma identidade intolerante e preconceituosa, esses textos articulam uma forma de comunicação que não se baseia apenas na falsidade da informação, mas também na manipulação discursiva que subjaz a polarização política e a exclusão de minorias, por meio da construção (programação) de um enunciatório excludente (intolerante).

Tendo em vista as referidas questões, primeiramente discutiremos o *ethos* em perspectiva semiótica, recorrendo aos trabalhos de Fiorin (2004, 2008) e Discini (2003), além de aplicações analíticas desses estudos com base em

Machado (2022). Logo depois, voltaremos a nossa atenção para a elucidação da enunciação (ou do tratamento da enunciação) dentro do arcabouço teórico da Semiótica Discursiva. Essa discussão faz-se necessária, uma vez que pautamos nossa análise, principalmente (mas não somente), a partir do nível discursivo. Isso se deve ao fato de que nesse nível é possível depreender o diálogo entre enunciador e enunciatário, identificados respectivamente na produção e interpretação do discurso, tão importante na construção discursiva do *ethos*.

Por fim, à luz do referido embasamento teórico, analisaremos cinco peças desinformativas a fim de destacar a construção do *ethos* do enunciador como uma estratégia relevante para a assunção do enunciatário aos valores propostos pelo discurso, ou seja, para uma eficaz manipulação discursiva.

O *ETHOS* DO ENUNCIADOR PELA PERSPECTIVA DA SEMIÓTICA DISCURSIVA

Para apresentar a noção de *ethos* que pretendemos analisar nos textos selecionados, é preciso, primeiro, apresentar a qual pensamento teórico estamos nos alinhando e, em seguida, mostrar quais passos analíticos devemos seguir. Tendo em vista, portanto, o aparato teórico da semiótica discursiva, recorreremos aos trabalhos de Fiorin (2004, 2008) e Discini (2003), renomados semióticos brasileiros, além de aplicações analíticas desse entendimento com base em Machado (2022), para discutir a noção de *ethos*.

A noção de *ethos* aqui utilizada foi retomada de Aristóteles e sua retórica (1991) na perspectiva da semiótica discursiva, como resume Barros (2007, p. 149):

o *ethos* se explica nos textos a partir das marcas da enunciação deixadas no enunciado; o *ethos* do enunciador é a sua imagem construída nos textos como um ator da enunciação e não como um actante da enunciação ou como um autor de carne e osso.

Dessa forma, cabe destacar que o *ethos* envolve a imagem de um enunciador, pois este não corresponde a um autor físico e real, mas a um “eu” implícito na enunciação definido pela totalidade dos seus discursos, sincretizando-se em um ator da enunciação. Nesse sentido, o “eu” implícito na enunciação não corresponde a um sujeito empírico ou a um narrador do texto, mas a uma entidade pressuposta definida pela totalidade dos discursos que produz.

Disso decorre a compreensão do *ethos* a ser construído no discurso e pelo discurso. É o que destaca Machado (2022), quando diz que a noção de *ethos* comprehende a imagem do enunciador construída inteiramente no discurso, uma vez que ela é moldada pela intertextualidade e interdiscursividade. Desse modo, a forma como o sujeito se apresenta é resultado de tudo aquilo que já foi dito sobre ele, criando uma imagem prévia estereotipada que já é, por si só, discursiva. Assim, conforme vemos em Fiorin (2008), o *ethos* não se define antes do discurso, mas sim nele e por ele.

Uma vez que a noção de *ethos* comprehende uma imagem implícita de um ator da enunciação a ser verificado pelas marcas deixadas no enunciado, o *ethos* será explicitado na enunciação enunciada. Dessa forma, o *ethos* é aprendido a partir de um sujeito discursivamente construído e não uma subjetividade que produz o enunciado.

Fiorin (2004) destaca que o *ethos* não se constitui no enunciado, mas na enunciação a partir de um modo recorrente de dizer, de uma totalidade em que se encontram recorrências, como na “escolha do assunto, na construção de personagens, nos gêneros escolhidos, no nível de linguagem usado, na figurativização, nas escolhas dos temas, nas isotopias etc.” (Fiorin, 2004, p. 71). Será, portanto, nessas recorrências que depreendemos as características tanto do plano da expressão como do plano do conteúdo que remeterão a um estilo, a uma imagem a ser construída no discurso e pelo discurso, um *ethos* que, no fim, representa um modo de ser no mundo e singulariza em si um efeito de identidade, conforme Machado (2022) nos traz.

Cabe destacar ainda que o *ethos* comprehende uma construção que leva em consideração causar uma impressão eufórica no enunciatário, funcionando como um instrumento poderoso para o exercício persuasivo do destinador, já que visa a adesão do destinatário ao contrato proposto por via de uma manipulação. Nesse tocante, Fiorin (2004, p. 23) pontua que o enunciatário “não é um ser passivo, que apenas recebe as informações produzidas pelo enunciador, mas é um produtor do discurso, que constrói, interpreta, avalia, compartilha ou rejeita significações”. No discurso, o enunciador (o eu implícito) necessariamente institui seu enunciatário (o tu implícito), e ambos constituem o sujeito da enunciação. No entanto, esse enunciatário não é um mero destinatário passivo ou um receptor indiferente na comunicação. Pelo contrário, seu papel é o de coenunciador, uma vez que, de acordo com Greimas e Courtés (2016, p. 170), ele é “um sujeito produtor do discurso, por ser a ‘leitura’ um ato de linguagem

(um ato de significar) da mesma maneira que a produção do discurso propriamente dito”.

Essas considerações sobre a função do enunciatário na construção de um *ethos* envolve, como destaca Discini (2003, p. 144), uma dimensão interativa e reflexiva. A primeira reside no fato de que essa imagem-fim é um simulacro hétero-construído, ou seja, ela pressupõe tanto a visão que o enunciador tem do enunciatário quanto a visão que o enunciatário tem do enunciador. A dimensão reflexiva, por sua vez, baseia-se na imagem que o enunciador constrói de si mesmo e com a qual se identifica, fortalecendo um efeito de identidade.

Ao analisar as peças de desinformação selecionadas, percebemos que o enunciatário não é persuadido pelo discurso de uma *fake news* apenas por compartilhar das ideias que ela veicula. A questão é mais complexa, e, como apontado por Fiorin (2004, p. 27), o enunciatário também se identifica com “um dado sujeito da enunciação, com um caráter, com um corpo, com um tom”. Portanto, o discurso não se resume a um conteúdo, mas é também um modo de dizer que constrói os sujeitos da enunciação. Nesse contexto, para que um discurso de ódio, preconceituoso e intolerante se torne persuasivo e amplamente compartilhado, não estão em jogo somente as ideias nele expressas: segundo Fiorin (2004), a eficácia de um discurso está na incorporação do *ethos* do enunciador pelo enunciatário. O que ocorre é que o enunciatário incorpora a figura de uma instância subjetiva odiosa, preconceituosa e intolerante, tornando-se a fiadora desse discurso.

Com essa última discussão, fica mais apreensível a noção de *ethos* como um produtor de efeitos de sentido de individualidade ou de identidade. Para Discini (2003), a análise do *ethos* deve ser desenvolvida nas relações estabelecidas entre identidade e alteridade. Assim, com a repetição de seu modo de dizer, o ator da enunciação de um conjunto de discursos deixa marcas tanto na expressão quanto no conteúdo. Tais marcas projetam uma imagem-fim, um simulacro de identidade que é onipresente e recorrente em todos os seus enunciados. Como nos explica Machado (2022), é nessa relação dialógica entre o “eu” e o “outro” que o ator da enunciação constrói sua imagem, isto é, o simulacro de si construído para si mesmo e para o outro com o objetivo de manipular o enunciatário.

Assim, tendo em vista o arcabouço teórico da semiótica discursiva, podemos entender o *ethos* como a imagem do enunciador construída no discurso e pelo discurso. Essa imagem do enunciador, que não se confunde com o sujeito

empírico, manifesta-se por meio de marcas recorrentes no discurso, englobando um caráter, um corpo e um tom. Dessa forma, vemos que *ethos* se constrói por modo reiterado de dizer, um simulacro identitário onipresente, persuadindo a partir da identificação do enunciatário com esse *ethos*, em um processo interativo e reflexivo.

Entendendo, portanto, que o *ethos* não se explicita no enunciado, mas na enunciação, cabe destacar como a teoria semiótica entende essa instância lingüística, a fim de orientar melhor nosso exercício analítico. Por isso, na subseção seguinte trataremos, brevemente, da enunciação e do modo como o nível discursivo do percurso gerativo do sentido permite a análise das marcas da enunciação no enunciado.

A ANÁLISE DA ENUNCIAÇÃO: ENTRE A SINTAXE E A SEMÂNTICA DO DISCURSO

Para Bertrand (2003), a semiótica fez, em seu início, a abstração do sujeito enunciador para poder focalizar a organização interna dos dispositivos significantes. Foi essa concepção que, segundo o autor, deixou pouco espaço para a enunciação. De todo modo, mesmo que inicialmente a semiótica se voltasse ao enunciado, em *Sobre o sentido: ensaios semióticos* (1975) – para o desenvolvimento de uma semiótica do mundo natural –, Greimas destaca que essa questão poderia ser analisada a partir de um conjunto de operações de transcodificação se fosse identificada a existência de um destinador-codificador (sujeito destinador) e de um destinatário-decodificador (sujeito destinatário). Conforme o autor, o ato de introduzir o sujeito na investigação dos processos significantes poderia explicar as diferentes formas de significação.

A partir desse entendimento, podemos observar que, mesmo tratando-se de algumas afirmações preliminares sobre o conceito de enunciação, há um indício da distinção que resultaria nos dois tipos de enunciação: a enunciada (eu/aqui/agora) e a enunciva (ele/alhures/então). Na obra *Semiótica e ciências sociais* (1981), ao tratar sobre o sujeito discursivo e suas performances, Greimas pontua que o sujeito da enunciação exerce um fazer persuasivo, compreendido como um tipo de contrato enunciativo determinado entre os dois participantes do discurso: “esse contrato enunciativo pressuposto, na medida em que é aceito pelo destinatário e mantido pelo destinador, garante as condições satisfatórias

da transmissibilidade do discurso” (Greimas, 1981, p. 17). A partir dessas colocações, o autor considera dois actantes que corresponderão aos sujeitos da enunciação, isto é, enunciador e enunciatário – sendo este o sujeito que sanciona o enunciado produzido pelo enunciador.

Ao analisar que a instância da enunciação utiliza as categorias de pessoa, tempo e espaço na construção do discurso, observamos, portanto, a debreagem actancial, temporal e espacial. Existem dois tipos distintos de debreagem: a enunciativa e a enunciva. Na primeira instância (enunciativa), incorporam-se ao enunciado os atuantes da enunciação *eu/tu*, o espaço do *aqui* e o tempo do *agora*. Em contrapartida, ao apagar o “eu” no enunciado, ocorre o segundo tipo de debreagem (enunciva), que destaca o *ele*, o espaço do *alhures* e o tempo do *então*. Considerando que a debreagem é compreendida como um procedimento que introduz as categorias actanciais, temporais e espaciais no enunciado, a embreagem, por sua vez, gera um efeito contrário, ou seja, um aparente retorno dessas categorias à instância da enunciação.

A utilização dos referidos procedimentos contribui para o desenvolvimento dos mais diferentes efeitos de sentido no texto, uma vez que as marcas da enunciação no enunciado – bem como o emprego de palavras de teor subjetivo, expressando apreciações, julgamentos e traços afetivos que assinalam a presença do enunciador no texto – são condicionadas por uma intencionalidade subjacente, revelando sempre uma busca pela adesão ao que foi dito e aos valores comunicados. Esses elementos fazem parte das relações sintáticas engendradas pelos sujeitos da enunciação. No entanto, para além de uma coerência sintática dos elementos do discurso, há também uma coerência semântica, possível pelo revestimento dos valores do nível narrativo em temas (disseminados em percursos temáticos) e o seu recobrimento por figuras (disseminadas em percursos figurativos). É nesse momento que as escolhas do enunciador e sua maneira própria de tratar um determinado tema são explicitadas.

Toda essa reflexão sobre a enunciação dentro da sintaxe e da semântica do nível discursivo fez-se necessária para darmos seguimento à nossa investigação, uma vez que o tratamento analítico do *ethos* está, como mostramos, estreitamente ligado à instância da enunciação. A partir desse referencial, a próxima seção será dedicada à análise das peças desinformativas selecionadas, investigando como o *ethos* é construído nesses textos e como sua eficácia persuasiva se manifesta na relação identitária entre enunciador e enunciatário.

A CONSTRUÇÃO DO *ETHOS* EM TEXTOS DESINFORMATIVOS

Segundo Barros (2007), o *ethos* pode ser retomado a partir do exame de alguns procedimentos e estratégias discursivas que levam à sua construção. Tendo em vista a noção de *ethos* defendida, reforçamos que não se trata de apontar um autor de carne e osso, mas um ator discursivo, construído em cada discurso e no conjunto deles, e pelo diálogo com outros discursos sociais.

Dessa forma, levaremos em consideração para a análise: (1) o exame das categorias de pessoa, de tempo e de espaço, para o estabelecimento das relações de aproximação e distanciamento entre enunciador e o enunciatário do discurso; e (2) o exame dos temas e figuras, para a construção de boa parte do quadro de valores em que esses discursos se inserem e de sua determinação sócio-histórica.

O sujeito da enunciação faz uma série de escolhas para projetar o discurso, elegendo os efeitos de sentido que deseja produzir. No que se refere aos efeitos de sentido ligados à ordem da sintaxe do discurso, dois tipos de mecanismos podem ser produzidos para convencerem de sua verdade: os efeitos de proximidade e de distanciamento. Na peça desinformativa que segue, conseguimos notar que existe um recurso à terceira pessoa que visa um plano de objetividade no discurso:

(1) Papa Leão XIV é crítico severo da comunidade LGBT e da transexualidade: “A transexualidade é uma doença que deve ser diagnosticada e necessita tratamento” (Aos Fatos, 2024).

No trecho, podemos identificar um efeito de sentido denominado por Greimas (2014, p. 123) como “camuflagem objetivante”, em que se finge um distanciamento da enunciação como procedimento discursivo que busca apresentar a realidade “assim como ela é”. Tal efeito de objetividade ancora-se em uma debreagem actancial enunciva, camuflando o sujeito da enunciação: “[O] Papa Leão XIV é...”. Além disso, tem-se uma debreagem interna enunciva: “A transexualidade é...”. Essa “debreagem em segundo grau” (Fiorin, 2016, p. 40) cria o efeito de objetividade que não abre espaço para dúvidas, pois o que nos é apresentado é um dado da “realidade”, “nua” e “crua”.

No exame do campo semântico do discurso, essa organização sintáxica de objetividade ganha ainda mais força de persuasão. Destaca-se, então, a figura

de um papa, enquanto fonte da informação/opinião dada, máxima autoridade no contexto cristão católico e de influência mundial. O sujeito da enunciação, assim, coloca em cena um destinador da informação que, para seus destinatários, enuncia “verdades” praticamente indiscutíveis. Ainda no exame dessas figuras semânticas, nota-se uma isotopia patológica dada à transexualidade com figuras como “doença”, diagnosticável (“diagnosticada”) e, de certo modo, curável, uma vez que pressupõe “tratamento”. Essa escolha lexical, que se apropria de um discurso médico ultrapassado, cria uma falsa sensação de neutralidade, tornando a informação mais persuasiva e difícil de ser questionada.

Para nós, toda essa organização sintáctica que mira uma objetividade do destinador, de maneira analítica, apenas “camufla” uma construção que visa aproximar enunciador e enunciatário. Como nos explica Fiorin (1998), a enunciação enunciada não deve ser entendida meramente como a construção de um simulacro da enunciação no enunciado, mas sim como o conjunto de marcas que remetem à instância da enunciação (por exemplo, adjetivos e advérbios avaliativos). É nesse ponto que destacamos as associações à transexualidade: “doença”, “necessita tratamento”. Adjetivos que dialogam polemicamente com outros discursos relacionados à comunidade LGBTQIAPN+. A proeminência desses adjetivos deixa escapar um conjunto de valores homofóbicos que formam o *ethos* do sujeito da enunciação, já que esse *ethos* não se constitui no enunciado, mas na enunciação a partir de um modo recorrente de dizer, como veremos nas peças desinformativas seguintes:

(2) “LEI QUE PROÍBE CASAMENTO GAY NO BRASIL FOI APROVADO. E OS BOIOLINHAS FICARAM COM RAIWA” (Aos Fatos, 2024).

No caso do texto (2), mais uma vez, nota-se uma organização da sintaxe do discurso que visa efeitos de sentido de objetividade. Aqui, como nos explica Barros *et al.* (2025), em uma tipologia dos gêneros objetivantes, imita-se o estilo enunciativo típico dos gêneros da esfera do discurso informativo, por meio do apagamento das marcas da enunciação no enunciado utilizando a terceira pessoa: “LEI ... FOI APROVADO”, “... BOIOLINHAS FICARAM COM RAIWA”. Apesar de exibir um indício gramatical que “desmontaria” sua inveracidade (o verbo aprovar precisa concordar com o substantivo lei, que é um substantivo feminino), o texto lança mão do discurso impessoal para expor um fato constatado: a lei foi proibida e os atingidos por essa proibição ficaram com raiva.

Diante desse exposto, o que queremos destacar é que essa organização sintáxica é recoberta por uma organização semântica que determina alguns valores. Para tal, é importante notarmos que existe a figura de uma “lei”, algo feito para regular a conduta dos cidadãos. Se uma lei proíbe X, logo, ela estabelece o comportamento esperado na sociedade em relação a X. É essa figura de ordem que disforiza a figura do “CASAMENTO GAY”. Nota-se, desse modo, o casamento homoafetivo como um valor disforizado pelo sujeito da enunciação, o que fica mais evidente com a depreciação (“BOIOLINHAS”), à comunidade LGBTQIAPN+.

Como destacamos anteriormente, a enunciação enunciada diz respeito ao conjunto de marcas que remetem à instância da enunciação. A expressão “BOIOLINHAS... COM RAIWA” não apenas usa termos pejorativos, mas também dialoga de forma polêmica com discursos que pregam respeito à diversidade. A escolha desses adjetivos, portanto, reforça a construção de um *ethos* homofóbico e intolerante do enunciador, confirmando o conjunto de valores do qual ele e os seus enunciatários previstos são contrários.

Esse *ethos* – que pretendemos delimitar melhor ao final do trabalho – constrói sua forma, de maneira a objetivar sintaticamente a informação, mas revelando seu quadro de valores a partir da proeminência das figuras (adjetivos) escolhidas e empregadas. Com base nisso, analisemos as peças desinformativas seguintes:

- (3) Mídia: O piloto de helicóptero militar black hawk que colidiu com um avião de passageiros em Washington era um transgênero anti-trumpista (Aos Fatos, 2024).
- (4) O avião que caiu em Toronto era um voo da Delta operado pela Endeavor Air, uma pequena companhia aérea obcecada por voos “sem homens” tripulação exclusivamente feminina (Aos Fatos, 2024).
- (5) Seria por acaso que esse avião sofreu esse acidente? A empresa tem implementado pesadas políticas DEI / Inclusive decidido operar totalmente “um-man-ed”/ Ou seja, por lacração esquerdistas, só há MULHERES na tripulação/ COMPETÊNCIA não é o mais importante/ Para esses imbecis (Aos Fatos, 2024).

Vê-se, nas referidas peças desinformativas, o uso predominante da terceira pessoa, recurso que, conforme já mencionado, visa a uma objetividade à informação enquanto um “dado”. Nota-se também debreagens actanciais enunciadas em: “O piloto... que colidiu... era um transgênero...”, “O avião que caiu... era um voo da Delta...”, “A empresa tem implementado...”. Desse modo,

apagam-se as marcas da enunciação no enunciado, mas, como temos procurado defender, essa organização sintáxica de objetividade é recoberta semanticamente com um certo nível de subjetividade, que dá pistas sobre o *ethos* do sujeito da enunciação.

Uma análise das figuras colocadas no texto (3), por exemplo, mostra a disforia ao “transgênero anti-trumpista”, já que essa figura foi a responsável direta pelo acidente. No texto (4), a pista sobre os valores do *ethos* é dada principalmente pelos adjetivos colocados em texto: o avião que caiu era de “uma pequena companhia”. Além disso, percebe-se a disforia a uma agenda política de inclusão, uma vez que a companhia seria “obcecada por voos ‘sem homens’”. A proeminência dos termos utilizados permite compreender a que tipo de discurso ou identidade o *ethos* do sujeito da enunciação parece se aproximar. Essa impressão é fortalecida quando analisamos a peça desinformativa (5), na qual se apresenta uma forte dimensão reflexiva e subjetiva, em frases como “Seria por acaso que esse avião sofreu esse acidente?”, além do uso de termos pejorativos, como “Para esses imbencis”, “lacração esquerdistas”.

Essas marcas indicam que, mesmo usando a terceira pessoa para descrever eventos, o enunciador está construindo uma imagem-fim (o *ethos*) de alguém que discorda, critica e julga os determinados eventos. O que nos chama a atenção, nesses casos, é o fato de essa imagem-fim se construir a partir de um *ethos* que dialoga polemicamente com outros discursos; em sua maioria, discursos que defendem as minorias sociais. Como vimos, o sujeito da enunciação das peças desinformativas analisadas dá forma a seus *ethos* a partir de uma forte intolerância à diversidade. Nesse sentido, a disforia, a negação e o peso do errado recaem sempre na “transexualidade”, no “transgênero”, nos “boolinhas”, na “lacração esquerdistas” e “no anti-trumpismo”. Se tomarmos esse conjunto de textos, veremos, então, um *ethos* que, para reforçar a sua imagem-fim, nega a alteridade disforizada por ele em seu discurso.

A IDENTIDADE NA EXCLUSÃO À ALTERIDADE

É nesse jogo entre identidade e alteridade que um *ethos* intolerante, preconceituoso e homofóbico ganha força, já que é nessa relação dialógica entre o “eu” e o “outro” que o ator da enunciação constrói sua imagem. Com base em Landowski (2002), que estabeleceu uma tipologia de interação entre

identidade e alteridade no nível narrativo, podemos pensar de que maneira a identidade que forjou o *ethos* do sujeito da enunciação das peças desinformativas analisadas se constrói.

Em seu livro *Presenças do outro* (2002), Eric Landowski nos apresenta uma organização esquemática das práticas semióticas da constituição da identidade e da alteridade. Essa dinâmica tem o mérito de apresentar, em um quadrado semiótico, os quatro processos por meio dos quais uma identidade se forja no contato com os valores e com a(s) alteridade(s) que a atravessam. O autor pensa a dinâmica identitária como um estado instável que envolve a tensão entre quatro configurações: a assimilação (conjuntiva); a exclusão (disjuntiva); a admissão (não disjuntiva); e a segregação (não conjuntiva). É na correlação entre essas posições que a dinâmica da identidade se tece.

Queremos crer que a interação entre identidade e alteridade nos textos analisados operam, sobretudo, em um regime de exclusão (disjunção). Nesse regime, procede-se com uma disjunção identitária, ou seja, não se almeja qualquer tipo de proximidade com o “outro”. Como nos explica Saraiva (2011), no esquema proposto por Landowski (2002), a formação da identidade é um estado de tensão e instabilidade que resulta da interação entre quatro referidas configurações:

Na base desta estrutura está a tensão entre a conjunção e a disjunção, ou, em termos hjelmslevianos, a tensão entre a relação “e...e” e a relação “ou...ou”, de que Fontanille e Zilberberg (2001), por exemplo, aproximam as correlações que se estabelecem entre os gradientes da intensidade e da extensidade, na constituição do valor (Saraiva, 2011, p. 9).

No caso, Fontanille e Zilberberg (2001) identificam dois tipos de correlação entre essas duas forças: a conversa, quando intensidade e extensidade aumentam ou diminuem juntas, e a inversa, quando uma aumenta e a outra diminui. Para Saraiva (2011), essas duas correlações criam um espaço em que a intensidade e a extensidade coexistem, permitindo que dois princípios fundamentais da antropologia se manifestem: o princípio da exclusão (ligado à disjunção) e o princípio da participação (ligado à conjunção).

Dessa forma, o operador triagem (disjuntivo) exclui participantes, cujo processo, se levado ao limite, resulta na “confrontação contensiva do exclusivo e do excluído e, para as culturas e as semióticas que são dirigidas por esse regime, à confrontação do ‘puro’ e do ‘impuro’” (Landowski, 2002, p. 29). É nessa perspectiva que defendemos que o *ethos* construído pelo sujeito da enunciação

das peças desinformativas analisadas constrói sua identidade a partir de um regime de interação que leva em consideração a “exclusão” da alteridade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho se propôs descrever, a partir da metodologia desenvolvida pela semiótica para o tratamento imanente da enunciação, como o *ethos* do enunciador é construído em textos de desinformação e de que modo essa construção é subordinada à intencionalidade discursiva de promover a adesão do enunciatário aos valores comunicados. A análise dos cinco textos verificados pela agência “Aos Fatos” confirmou a tese de que o projeto de persuasão dos textos analisados não se sustenta somente na falsidade das informações, mas, sobretudo, na manipulação discursiva operada na esfera da enunciação por meio da identificação do enunciatário com o *ethos* construído pelo enunciador. Portanto, a construção do *ethos* em textos desinformativos tornou-se o objeto deste trabalho.

Para observar esse fenômeno, descrevemos as articulações sintáticas e semânticas do nível discursivo do percurso gerativo. A saber, como o sujeito da enunciação simula discursivamente sua presença no enunciado; e os modos como os temas e figuras se encadeiam no corpo do enunciado, manifestando valores que são assumidos pelo enunciador.

No que diz respeito à sintaxe do nível discursivo, a análise apontou para uma reiterada estratégia: o uso da camuflagem objetivante (Greimas, 2014) que se ancora em uma debreagem actancial enunciva, apagando as projeções do sujeito da enunciação nos enunciados em questão. Avaliamos, na esteira de Barros *et al.* (2025), que a maneira como o enunciador articula a sintaxe discursiva é coerente com a estratégia de imitar o estilo enunciativo típico da esfera do discurso informativo com vistas a criar o efeito de sentido da objetividade e, com isso, creditar os fatos apresentados com valores de verdade.

Em contrapartida, a análise da semântica discursiva dos textos aponta para uma forte filiação do enunciador aos valores eufóricos do texto. Identificamos duas recorrências nos textos que explicitam essas marcas: uma delas é a manifestação figurativa do antagonista do texto que é feita por meio de figuras oriundas do universo figurativo que denominamos “minorias”, a outra é a maneira como esses antagonistas são predicados figurativamente, com adjetivações e outros recursos como diminutivo com valor pejorativo.

A interação da sintaxe e semântica discursiva nos textos analisados resulta em uma aparente contradição: por um lado, o enunciador apaga as marcas de sua presença mobilizando recursos sintáticos que apresentam os fatos como um dado da realidade e não como uma opinião. Por outro, impregna o enunciado de subjetividade revelada na escolha das figuras e predicações que manifestam os antagonistas dos textos (“boiolinhas”, “transexualidade é doença”, “lacração esquerdista”), que são atores do universo figurativo denominado por nós como “minorias”. É nesse ponto que o *ethos* do enunciador é relevante para a persuasão, visto que não apenas comunica uma ideia, mas encarna uma postura moral e ideológica com a qual se identifica o enunciatário, possibilitando, assim, seu engajamento fiduciário no texto.

Por fim, com o intuito de entendermos que tipo de *ethos* emerge do enunciador desses textos e, em contrapartida, que tipo de enunciatário é configurado ao se identificar com esse *ethos*, consoante a Bueno (2017), articulamos as contribuições teóricas de Landowski (2002) e da semiótica tensiva cujo principal expoente é Zilberberg. A partir do jogo entre identidade e alteridade apreensível por meio do esquema fundamental apresentado (Landowski, 2002), propomos que o *ethos* do enunciador nos textos analisados se forja em um regime de exclusão pelo qual há uma triagem dos valores em cena e a respectiva disforização daqueles que se manifestam em figuras que representam a alteridade. Sendo assim, entendemos que o *ethos* do enunciador das peças de desinformação analisadas é construído com base em um modo de interação que se fundamenta na “exclusão do outro” (Bueno, 2015, p. 61). O tipo de *ethos* que surge daí e com o qual o enunciatário se identifica é de um sujeito excludente, averso à alteridade.

A exclusão é um processo que opera rejeitando ativamente o que é diferente. Nos textos, sua lógica é a eliminação do “outro” para garantir que o equilíbrio e a identidade do grupo ao qual o *ethos* se filia não sejam ameaçados. Queremos crer que esse *ethos*, sendo uma construção discursiva, aponta para uma intencionalidade discursiva que visa configurar enunciatários intolerantes e excludentes.

Em uma perspectiva política, podemos argumentar que a exclusão, especificamente, atua como uma barreira direta, pois impede a entrada de elementos que possam perturbar a homogeneidade interna de uma determinada identidade. Nesse contexto, o *ethos* do enunciador das peças de desinformação não busca apenas proteger seu grupo e seus valores; ele está intrinsecamente ligado a essa intencionalidade discursiva de exclusão. A lógica textual não é

simplesmente a de salvaguardar o “mesmo”, mas sim a de operar uma exclusão à diversidade e, por consequência, a grupos minoritários como a comunidade LGBTQIAPN+. A rejeição do “outro” se torna, então, uma estratégia discursiva que merece especial atenção pelo desserviço que pode promover em uma sociedade democrática a qual, como tal, deve pautar-se pela inclusão e diversidade.

Between identity effects and values of exclusion: the construction of *ethos* in disinformation texts

Abstract

This paper aims to describe, from the perspective of discursive semiotics, how the enunciator's *ethos* (Fiorin, 2004, 2008; Discini, 2003) is constructed in disinformation texts and how this construction is subordinated to the discursive intentionality (Greimas; Courtés, 2016) that aims to promote the enunciatee's adherence to the communicated values. Five pieces of disinformation verified by the agency “Aos Fatos” will be analyzed. From this investigation, the study argues that the persuasion project of the analyzed texts is not sustained only by the falsity of the information but, above all, by the discursive manipulation operated in the sphere of enunciation through the enunciatee's identification with the exclusive *ethos* constructed by the enunciator.

Keywords

Semiotics. Disinformation. *Ethos*.

REFERÊNCIAS

- AOS FATOS. Falso que Congresso aprovou lei que proíbe casamento homoafetivo. [S. l.], 27 jun. 2024. Disponível em: <https://encurtador.com.br/Gjii4>. Acesso em: 1º jul. 2025.
- AOS FATOS. Falso que Papa Leão XIV afirmou que “transexualidade é doença”. [S. l.], 23 ago. 2024. Disponível em: <https://abrir.link/BrmxM>. Acesso em: 1º jul. 2025.
- AOS FATOS. Piloto de helicóptero que colidiu com avião não era trans. [S. l.], 14 jul. 2024. Disponível em: <https://abrir.link/AeoUV>. Acesso em: 1º jul. 2025.
- AOS FATOS. Acidente aéreo no Canadá não tem relação com política de igualdade. [S. l.], 14 jul. 2024. Disponível em: <https://abrir.link/TNLVw>. Acesso em: 1º jul. 2025.

ARISTÓTELES. *Rhétorique*. Paris: Librairie Générale Française, 1991.

BARROS, D. L. P. de. A identidade intolerante no discurso separatista. *Filologia e Linguística Portuguesa*, [s. l.], n. 9, p. 147-167, 2007. Disponível em: <https://revistas.usp.br/flp/article/view/59777>. Acesso em: 25 maio 2025.

BARROS, D. L. P. de; DEMURU, P.; GOMES, R. S.; MANCINI, R. *A construção da verdade*. São Paulo: Contexto, 2025.

BERTRAND, D. *Caminhos da semiótica literária*. Bauru: Edusc, 2003.

BUENO, A. M. Para uma gramática da intolerância. *Entremeios: Revista de Estudos do Discurso*, v. 10, p. 57-68, jan./jun. 2015. Disponível em: <https://constelaciones-rtc.net/article/view/855>. Acesso em: 1º jun. 2025.

DEMURU, P. *Políticas do encanto: extrema direita e fantasias da conspiração*. São Paulo: Elefante, 2024.

DISCINI, N. *O estilo nos textos: histórias em quadrinhos, mídia, literatura*. São Paulo: Contexto, 2003.

FIORIN, J. L. *As astúcias da enunciação: as categorias de pessoa, espaço e tempo*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2016.

FIORIN, J. L. As figuras de pensamento: estratégia do enunciador para persuadir o enunciatário. *ALFA: Revista de Linguística*, São Paulo, v. 32, p. 53-67, 1998. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/3798>. Acesso em: 20 maio 2025.

FIORIN, J. L. *Em busca do sentido: estudos discursivos*. São Paulo: Contexto, 2008.

FIORIN, J. L. O ethos do enunciador. In: CORTINA, A.; MARCHEZAN, R. C. (org.). *Razões e sensibilidade: a semiótica em foco*. Araraquara: Laboratório Editorial/ FCL/ Unesp; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2004. p. 117-138.

FONTANILLE, J.; ZILBERBERG, C. *Tensão e significação*. Tradução Ivã Carlos Lopes, Luiz Tatit e Waldir Beividas. São Paulo: Discurso Editorial: Humanitas; FFLCH; USP, 2001.

GOMES, W. da S.; DOURADO, T. *Fake news*, um fenômeno de comunicação política entre jornalismo, política e democracia. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, v. 16, n. 2, p. 33-45, 2019. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/337325475_Fake_news_um_fenomeno_de_comunicacao_politica_entre_jornalismo_politica_e_democracia. Acesso em: 1º jun. 2025.

GREIMAS, A. J. *Semiótica e ciências sociais*. São Paulo: Cultrix, 1981.

GREIMAS, A. J. *Sobre o sentido: ensaios semióticos*. Petrópolis: Vozes, 1975.

GREIMAS, A. J. *Sobre o sentido II: ensaios semióticos*. Tradução Dilson Ferreira da Cruz. São Paulo: Nankin: Edusp, 2014.

GREIMAS, A. J.; COURTÉS, J. *Dicionário de semiótica*. Tradução Alceu Dias Lima et al. São Paulo: Contexto, 2016.

LANDOWSKI, E. *Presenças do outro*. São Paulo: Perspectiva, 2002.

MACHADO, D. de S. *Ethos e identidade no discurso religioso fundador: uma abordagem semiótica do corpus paulinum*. 2022. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2022.

SARAIVA, J. A. B. Sujeito do discurso, crise de identidade e poéticas contemporâneas. CASA: *Cadernos de Semiótica Aplicada*, Araraquara, v. 9, n. 2, p. 1-21, dez. 2011. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/casa/article/view/4715>. Acesso em: 1º jun. 2025.

O QUE FICOU NA MEMÓRIA COLETIVA DA GUERRILHA DO ARAGUAIA: OLHAR SEMIÓTICO SOBRE A LENDA URBANA DA PASSAGEM DE CHE GUEVARA POR IMPERATRIZ/MA | CHE VIVE NA MEMÓRIA COLETIVA

KAYLA PACHÊCO*

Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura (PPGLIT), Araguaína, TO, Brasil.

Recebido em: 20 set. 2025. Aceito em: 15 out. 2025.

Como citar este artigo: PACHECO, K. O que ficou na memória coletiva da Guerrilha do Araguaia: olhar semiótico sobre a lenda urbana da passagem de Che Guevara por Imperatriz/MA | Che vive na memória coletiva. *Cadernos de Pós-Graduação em Letras*, v. 25, n. 3, p. 59-78, set./dez. 2025. DOI: 10.5935/cadernosletras.v25n3p59-78

Resumo

Este artigo analisa o papel da memória coletiva (Halbwachs, 2006) na preservação e na ressignificação da Guerrilha do Araguaia, tomando como ponto central a lenda urbana que associa a figura de Che Guevara à cidade de Imperatriz/MA. A partir de um olhar semiótico, investigamos como essa narrativa popular se consolida em torno de um episódio histórico marcado pela resistência e pela violência do regime militar brasileiro na Região Tocantina. Nossa intenção aqui é discutir as estratégias discursivas mobilizadas para conferir o efeito de verdade

* E-mail: kayla.nunes@ufnt.edu.br
 <https://orcid.org/0000-0002-8403-0586>

ao que se conta na enunciação sobre a passagem de Che Guevara por Imperatriz, entrelaçando história e ficção.

Palavras-chave

Memória coletiva. Che Guevara. Enunciação.

ANTES DA NARRATIVA, O CONTEXTO

Ao lado de uma história escrita há uma história viva, que se perpetua ou se renova através do tempo (Halbwachs, 2006, p. 86).

O ano era 2020. Estávamos sobrevivendo aos primeiros 60 dias de pandemia de covid-19. Para manter o distanciamento social sem prejuízo no ensino, muitos cursos passaram a funcionar com aulas em chamadas de vídeo, mediadas pelas plataformas digitais. Assim, dada a oportunidade, cursei a disciplina de Literatura do Testemunho como ouvinte no programa de pós-graduação da UFNT, ministrada pelos professores doutores Luiza Helena Oliveira Silva e Cesar Alessandro Sagrilo Figueiredo. Dias após uma das aulas em que a Guerrilha do Araguaia foi o tema central, indaguei um dos meus conhecidos da cidade, imperatrizense como eu, sobre o que ele já tinha ouvido desse evento. Ele, que nascera cinco anos depois de eclodido o confronto, não comentou sobre as operações militares na cidade, tampouco sobre os políticos cassados e presos. Foi direto ao ponto: Che Guevara esteve aqui.

No imaginário imperatrizense há uma história viva que se eterniza na escrita, nas rodas de conversas e, até mesmo, nas salas de aula. Entre tantas narrativas que perduram sobre a resistência aos anos de Ditadura Militar e à repressão sofrida pela população da Região Tocantina, a visita de um dos líderes da revolução cubana à terra do Frei¹ permanece viva na memória da comunidade local. Na função de conselheiro da resistência, Che Guevara, o visitante misterioso, teria pernoitado em Imperatriz em meados dos anos 1960, pouco antes de seu assassinato. Há dentro de cada morador a presença dele e um certo prazer, um orgulho de saber que a cidade está inserida na história.

¹ Apelido dado ao município de Imperatriz em homenagem a seu fundador, Frei Manoel Procópio.

E mesmo que se prove o contrário, o povo imperatrizense ainda prefere acreditar naqueles que viram e sentiram Che.

A visita, segundo ecoa em diferentes versões, não era exclusiva, uma vez que a localização geográfica posicionou a cidade na rota que desviaria os olhares durante sua passagem pela América do Sul. O pouso às margens do rio Tocantins teria servido de contribuição na análise estratégica do cenário que se desenhava para o combate às forças de opressão estatal. Sentado em uma rede, com feições físicas desfavoráveis a um combatente, o herói da resistência latino-americana teria alertado a uma meia dúzia de jovens insubmissos sobre a inviabilidade da luta armada na região que, pelo que se conta, ele considerou como “de dimensões continentais”.

“*Tem testemunha viva*”, e todo o resto é intriga da oposição. O relato de um dos jovens², que estivera presente nesse encontro e que fornece matéria-prima a uma das principais lendas urbanas da região, foi a nós concedido durante entrevista que trata da participação da cidade de Imperatriz, Maranhão, no apoio logístico da Guerrilha do Araguaia³.

Na tentativa de refletir sobre os sentidos que concorrem para a construção da memória de uma região forjada em contextos de violência, partimos do que se concebe como memória coletiva em Halbwachs (2006)⁴ e nos deparamos com esse entrelaçar de história e ficção. A partir do relato de uma testemunha que narra esse episódio sob a ótica de personagem, chegamos a registros bibliográficos que também constroem o efeito de veracidade do inusitado. Nossa intenção, dessa forma, é discutir as estratégias discursivas mobilizadas para conferir o efeito de verdade ao que se conta na enunciação sobre a passagem de Che Guevara por Imperatriz.

2 Anistiado em 2011, Carlos Lima de Almeida foi um dos vereadores de Imperatriz cassados, presos e torturados por ter sido acusado de colaborar com os guerrilheiros do Araguaia.

3 Ocorrido há mais de 50 anos, é considerado o confronto mais cruel da história recente do Brasil, praticado pelo Estado contra civis. Segundo registros da imprensa, o primeiro confronto da guerrilha rural que marcou a participação da Região Tocantina, em especial da cidade de Imperatriz, nos confrontos que se sucederam durante a Ditadura Militar, iniciou-se em 12 de abril de 1972. (Disponível em: <https://anovademocracia.com.br/no-187/6934-45-anos-da-gloriosa-guerrilha-do-araguaia>. Acesso em: 2 abr. 2022).

4 Discussão sociológica que defende a memória coletiva como testemunho das marcas subjetivas do vivido por um determinado grupo social em determinados tempo e espaço; portanto, mais ampla e complexa que os registros da história: “A história não é todo o passado e, também, não é tudo o que resta do passado. Ao lado de uma história escrita há uma história viva, que se perpetua ou se renova através do tempo” (Halbwachs, 2006, p. 86).

Com o instrumental da semiótica discursiva, teoria da significação que se dedica “à construção conceitual das condições de apreensão e produção do sentido” (Greimas; Courtés, 2018, p. 455) e a partir da relação de oposição semântica *ser versus* *parecer/realidade versus* *ficção*, tentaremos dar conta das estratégias discursivas empregadas para construir o sentido de verdade dessa narrativa que ecoa na memória do lugar e de sua gente em forma de lenda urbana. Para tanto, mobilizamos os estudos da enunciação como instância de mediação⁵, projeção de um dizer a partir de escolhas linguísticas que conferem determinado efeito de sentido.

Nesse movimento entre o registro da história e o fazer da memória, de antemão, o que fazemos são apontamentos sobre o que é enunciado num exercício de seleção, de esforço de um sujeito que guarda, no arcabouço do tempo, o que ficou de experiências sensíveis (por vezes traumáticas/gloriosas). Como dito por Luiza Silva (2022, p. 54), “[...] a memória é reconstituída aos poucos, por partes, que podem articular-se numa sequência narrativa maior”.

Partindo do relato pessoal de um dos colaboradores da Guerrilha, fazemos um passeio pelo imaginário popular na tentativa de construir uma crônica sobre esse recorte de um evento histórico tão caro à memória da Região Tocantina. No contraponto, observando relatos historiográficos, evidenciamos, em seguida, as marcas que buscam conferir efeito de realidade pela forma de dizer mobilizada na enunciação.

“NÃO SOU EU QUEM DIZ, QUEM DIZ É A HISTÓRIA, CHE ESTEVE AQUI!”, UMA CRÔNICA

Era mais um dia de mormaço quente daqueles que cozinham até o juízo de quem convive com o período de estiagem do meio-norte. Silenciosas, as ruas trêmulas pelo vapor que subia do solo de chão batido levavam, em tom de segredo pelas folhas secas carregadas na aragem, muitas informações ao pé do ouvido de figuras emblemáticas que davam à cidade o título de Princesa Rebelde.

⁵ Sobre enunciação, o *Dicionário de Semiótica de Greimas e Courtés* (2018, p. 166) considera como “uma instância linguística logicamente pressuposta pela própria existência do enunciado (que dela contém traços e marcas). [...] uma instância que possibilita a passagem entre a competência e a *performance* (linguísticas); entre estruturas semióticas virtuais, de cuja atualização ela deve encarregar-se, e as estruturas realizadas sob a forma de discurso”.

Tínhamos encontro marcado com um visitante “à boca da noite, na pensão de Dona Dolores, sem falta”, sussurrou em meu ouvido o mensageiro, um molecote montado em uma Monark circular já sem garupa, que me exigiu pagamento pelo recado para comprar um geladinho e amenizar o calor.

No clima de tensão e sempre à espreita do inesperado, a conduta não podia ser outra: sondar o terreno antes de aceitar o convite. Após conferir se estava tudo em ordem no pequeno bosque que servia de depósito para mantimentos alimentícios e bélicos de meus hóspedes transeuntes, uma passada pelo cais do porto e na farmácia de seu Cunha. Na prosa desinteressada, a confirmação de que Dona Dolores hospedara um trio de viajantes vindos lá de cima e que ficariam apenas uma noite por aqui, tempo necessário para que um deles fosse medicado contra a malária.

“Não entendi direito o que disse, mas a cara dele toda amarela não negava. Levei direto ao quarto dos fundos e apliquei umas injeções. As pílulas, reforcei que deveriam servir para complementar o tratamento por 30 dias”, disse seu Cunha, contente por ter ganhado seis cervejas do cliente forasteiro como agradecimento pelo atendimento prestado após o expediente e pela boa prosa.

Com a penumbra da noite, fomos nos aproximando da rua principal, cada um por um caminho, optando sempre pelas sombras das mangueiras para não chamar a atenção dos moradores reunidos nas calçadas. Adentrando o casarão, ao fundo do corredor comprido, um moço sentado numa rede rodeado por rostos ora familiares, ora desconhecidos. Falavam do cenário político local e nacional enquanto ele observava um a um os militantes recrutados para o encontro.

Feita a análise da expressão corporal de cada sujeito ali presente, pronunciou algumas palavras. A princípio, era difícil a compreensão, mas pela interlocução com outros dois sujeitos mais letrados que nós, vindos das bandas de Porto Franco, íamos compreendendo que o tema da discussão era a viabilidade de deflagrar a luta armada com apoio dos campesinos aqui no Norte e avançar para o Sul. “Ele tava muito doente por sinal, pálido, magro, entendeu? E discordando. Ele tava passando por aqui e sempre discordando dessa guerrilha”.

Lembro-me que alertava aos companheiros “que era uma região continental e não dava pra fazer a guerrilha rural. Muito difícil, não tinha estrutura pra isso”. Mas pelo ímpeto do grupo, composto por jovens inebriados pelo ideal de liberdade, seus conselhos não foram ouvidos – “foi decidido pelo grupo que já estava na linha de frente”.

“A resistência começou mesmo antes dos ataques, com os preparativos. Dois anos antes daquele encontro, quando perdi o mandato de vereador e com a fuga do prefeito pela janela dos fundos do Paço Municipal. Depois de solto, eu não tinha mais o que perder, só me restava lutar. Contribuir com aquele grupo destemido que largou tudo na cidade grande para se dedicar ao nosso povo tão sofrido aqui nos confins do país me traria a oportunidade de reaver minha honra, perdida nas sessões de tortura na frente de minha esposa e meus filhos.

Por recados trazidos sempre por meios e vozes diferentes, eu recebia as orientações de como servir à causa maior da luta pela democracia. Escondia armas, dava hospedagem e arrumava transporte terrestre e aquático, motorizados ou não, pros militantes que chegavam aqui, vindos de todo canto, em direção à Serra das Andorinhas. Eu não perguntava nome, local de origem nem o paradeiro, se apresentassem o código de recepção, acolhia os companheiros, guardava o que precisavam, enterrava em sacos nos fundos da minha chácara na beira do riacho Cacau e, transcorrido o tempo necessário, entregava a quem as requisitava.”

Foi por isso que recebi aquele recado naquela tarde. Quando ele passou por aqui, o pessoal já tinha uns dois anos quase, trabalhando aí. Não tinha como voltar atrás só com base no conselho de um cara sem identidade revelada. Embora eu tenha ido com a cara e com a opinião daquele visitante misterioso de que seria uma missão suicida, meu dever era colaborar.

Fui pra casa encabulado com as palavras daquele cara, “uma região continental, muito difícil”. Quem seria aquele tipo emagrecido pela dureza de uma vida clandestina com tamanha inteligência e sensatez? A dúvida me perseguiria por dias e noites a fio, afinal cumprimentos e apresentações eram proibidos em encontros daquela natureza. Pedir informações seria confissão de culpa contra as forças de controle estatal. Por vezes me peguei sonhando, até em pesadelos, com aquela voz de um rosto sem barba ecoando em meu subconsciente. Era como um sinal, um prenúncio, um alerta. “Vai dar errado!”.

Pouco tempo depois, a foto estampada no jornal vindo da capital me traria a resposta. Já com barba crescida, o mesmo rosto era exibido como troféu. Ernesto Guevara, o Che, fora assassinado como criminoso. A surpresa pelo rosto familiar e a revolta pela crueldade de seu aniquilamento misturaram-se à sensação de realização em ter tido a oportunidade de ouvir, cara a cara, aquelas palavras que ecoavam a experiência de um militante nato, um guerreiro,

que, a partir dali, transformava-se em herói, vestindo-se com a aura mística que o acompanhava.

Orgulho que não podia ser estampado nem com um leve sorriso de canto. Naquele momento minha vontade era gritar bem alto, na praça da igreja matriz “eu estive de noite com ele”. Mas quem acreditaria? Talvez os guardas da vigilância me dessem voz de prisão só pelo prazer de rirem após socos e pontapés que me fariam repetir o ocorrido. Esse grito ficou engasgado por anos a fio, mas as prisões e torturas viriam por outros motivos que eu precisava esconder e negar, mesmo sob a iminente ameaça de morte.

Como eu não era o único na penumbra daquela pensão, a história foi sendo contada ao pé do ouvido, em becos e esquinas, como assunto proibido e identidades não reveladas. Baixinho, igual fogo de monturo, permanecia como a brasa, discreta, mas sempre viva, naquele movimento de asserção-negação, “me disseram, mas ninguém viu”. “Olha, eu não gosto de falar do Guevara porque as pessoas dizem que não é verdade. Mas não sou eu quem diz, quem diz é a história.” Tão impressionante como a trajetória de nosso herói viajante é o efeito de sua passagem pelo portal da Amazônia oriental. Ao contrário de muitas outras narrativas orais, o transcurso do tempo não apagou as chamas e marcas daquela visita. À medida que os anos avançavam em direção à reabertura democrática, as conversas de alpendre sobre aquele fato extraordinário iam se reavivando e se espalhando como as labaredas que o vento carrega em tempos de queimadas.

“Aí dizem que não porque não existe isso nos anais dele. Mas ninguém desmente que ele não esteve. Não temos registro porque todo mundo fazia questão de esconder as coisas. A repressão era muito pesada demais. Os poucos documentos que eu tinha, se chegava uma batida, levava tudo.”

Se não fosse verdade nem tivesse nenhuma importância, esse episódio teria sido enterrado no campo do esquecimento. Mas quando as pessoas puderam falar sem serem presas, ainda com medo, abriram o jogo, e eu pude dizer de peito aberto: “Che esteve aqui! Ele estava doente mas andou na região – e bebeu da água do Tocantins”.

Muitos anos depois, o pessoal do curso de história trouxe uns palestrantes pra cá e me chamaram pra ir lá participar, e os palestrantes todos concordaram comigo que ele passou por aqui. Além da universidade, a imprensa e a cidade reconhecem a veracidade. Afinal, Imperatriz sempre se opôs à repressão mesmo antes do Golpe. Muito mais valioso que o registro documental é o registro da memória e da vida.

“Fiz um documentário lá na casa antes de ser derrubada, fui lá em cima com o Antonio Filho (repórter da cidade), e mostrei o lugar onde ele ficou. Ele não tava deitado na rede. Tava sentado. Se tem foto eu não tive acesso. A gente escondia tudo, não registrava.”

Em minha biografia, um dia terei uma, essa visita do Che terá capítulo especial, porque assim foi essa experiência na minha vida, na minha formação de homem, militante e cidadão. Tive a sorte e a honra de conhecer o herói da resistência.

ESTRATÉGIAS DISCURSIVAS E O EFEITO DE VERDADE NA ENUNCIAÇÃO

Em meio à narrativa da dor de ser vítima da repressão, partimos do relato que mostra esse traço de leveza e orgulho demonstrados por nosso narrador ao defender a veracidade do que é contado e o que ainda se faz presente na memória da contribuição com a Guerrilha do Araguaia, contra a Ditadura. Excertos do depoimento que inspira a crônica acima são analisados a seguir.

Avançando na análise das marcas discursivas que inscrevem um “eu” como testemunha para conferir o efeito de verdade, chegamos à breve abordagem em obras bibliográficas que tratam da Guerrilha, agora como a menção de um “outrem”, do que se ouviu falar. É sobre esse contraponto entre diferentes enunciações sobre o mesmo fato que tratamos a seguir.

EU AQUI, A TESTEMUNHA OCULAR E FIADOR DA VERDADE

Ao tratar da enunciação, Fiorin (2016, p. 18) ressalta a instabilidade da história que é contada por sujeitos que se inscrevem num determinado tempo e espaço, “a enunciação cria novos modos de dizer [...] reinventa o universo de sentidos”. Realidade ou ficção? Comecemos nosso exercício de análise por excertos do depoimento de nosso narrador-personagem.

Logo em suas primeiras palavras, “não sou eu quem diz, quem diz é a história”, o enunciador adverte o enunciatário quanto à validade do que se conta sobre a visita de Che. Para estabelecer o acordo fiduciário e o efeito veridictório já na introdução do que enuncia, busca amparo no valor eufórico que

os registros históricos conferem ao fazer da memória, para que seu relato seja “considerado do ponto de vista da verdade e da realidade” (Fiorin, 2016, p. 30). Ao estabelecer a subjetividade pela negação da condição de autoria, esse sujeito que diz “eu” recorre ao prestígio da história como evidência e, “com esse discurso, o enunciador diz sem ter dito” (Fiorin, 2016, p. 34).

Em “eu estive de noite com ele”, inscreve-se como um “eu” demarcado explicitamente pela debreagem actancial e temporal enunciativas⁶; enquanto “eu” que se projeta em primeira pessoa, assume sua posição discursiva perante o fato situado no “então”; que se refere a um “ele” e “impõe um ponto de vista sobre os acontecimentos narrados” (Fiorin, 2016, p. 35) como testemunha do supostamente ocorrido. Com a afirmação de quem viu, retoma uma ação já distante, mobilizando na debreagem temporal o esforço da memória, demarcada pelo tempo pretérito. “Assim, espaço e tempo estão na dependência do *eu*, que neles se enuncia. [...] porque a enunciação é o lugar de instauração do sujeito e este é o ponto de referência das relações espaço-temporais, ela é o lugar do *ego*, *hic et nunc*” (Fiorin, 2016, p. 36).

Sobre as estratégias do parecer verdadeiro, a partir dos postulados por Greimas (2014, p. 123), Barros *et al.* (2025, p. 16) nomeiam a projeção do “eu” no enunciado como uma camuflagem subjetivante, na qual

o sujeito da enunciação faz questão de mostrar sua presença e seu papel apresentando-se como um ‘eu fiador da verdade’. Ao ser incorporado ao discurso, o enunciador assume também o papel de narrador, a quem cabe convencer os seus destinatários da veracidade de seu discurso em primeira pessoa. [...] Os efeitos gerados por essa operação são dois: um efeito de subjetividade e um efeito de proximidade, que visa construir um contato direto entre enunciador e enunciatário.

Essa confiabilidade requerida pelo enunciador também é observada ao mencionar que, “muitos anos depois, o pessoal do curso de história trouxe uns palestrantes pra cá e me chamaram pra ir lá participar, e os palestrantes todos concordaram comigo que ele passou por aqui”. Sabendo que, “ao narrador compete a localização no espaço linguístico propriamente dito” (Fiorin, 2016, p. 260), observa-se na demarcação espacial mobilizada pelos advérbios “cá” e “lá” um momento que oscila da aproximação ao distanciamento. Em um

⁶ Sobre as estratégias enunciativas, Fiorin (2016) trata das categorias de pessoa, espaço e tempo na construção dos processos de ancoragem do discurso.

tempo do “então”, ao convocar um “ele”, situa-se em um espaço marcado no “lá” distante, mas que confere ao “cá” proximidade ao se inscrever neste lugar próximo do enunciatário. Operando a debreagem espacial enunciativa, usa o seu espaço para demarcar, no “lá”, o distanciamento do fato ao momento que é narrado; e, no “cá”, a presentificação desse lugar. “Cá marca o espaço da enunciação e lá, o espaço fora do lugar da cena enunciativa” (Fiorin, 2016, p. 241, grifos do autor).

Importante frisar que além de ser testemunha ocular, ter a pesquisa acadêmica interessada pelo tema e concordando com sua versão dos fatos também confere o sentido que atesta a veracidade de sua narrativa.

Seguindo o relato, ao apontar local e nomes dos envolvidos nesse episódio, o enunciador busca reforçar esse grau de verdade numa memória que, embora seja organizada pela enunciação subjetiva, não é individual e tem outras testemunhas, devendo ser compreendida como coletiva. “Fomos nos encontrar à noite, lá na pensão da Dolores ali na XV de Novembro. Eu fui, fui eu daqui, foi o Valmir Gomes, e o Remi Ribeiro disse que estava também”, relatou em entrevista o senhor Carlos Lima de Almeida, vereador de Imperatriz cassado pelo Golpe Militar, nosso entrevistado sobre esse episódio da memória local. Conforme Fiorin (2016, p. 261, grifo do autor), “o espaço da narração é sempre um *aqui*, projetado ou não no enunciado”, a partir do uso da primeira pessoa, agora do plural “nós” – também pela debreagem actancial e espacial enunciativas, de um tempo enuncivo –, amplia a dimensão do efeito de verdade com a indicação de que não é apenas a sua palavra, mas a de outros sujeitos que podem atestar o ocorrido. A referencialização, situando nesse espaço tópico da pensão localizada precisamente à Rua XV de Novembro, reforça o efeito de verdade do que é narrado e defendido, haja vista que especifica esse espaço linguístico do “lá”.

Além dos envolvidos no encontro, outros nomes que não presenciaram o fato, mas mantiveram contato com o visitante são mencionados nesse esforço de construção da confiabilidade de sua narrativa: “como o Lima da Sucam, o Fernando Cunha, tinha mais gente”. Pela imprecisão do quantitativo, nesse fazer da memória, ao elencar outros sujeitos nominalmente, o advérbio “mais” tenta garantir que o fato, presenciado por muitas pessoas, deve ser compreendido como verdade/realidade, afinal, são sujeitos que integram a comunidade local, os quais viveram no mesmo período histórico do fato enunciado, e são consideradas testemunhas vivas.

Pela ausência de evidências formais, a dúvida sobre a veracidade do relato é justificada: “Eu estive de noite com ele”, “aí dizem que não porque não existe isso nos anais dele”. Seguida pela conjunção adversativa “mas”, projeta de forma dialética um certo desafio ao afirmar que “ninguém desmente que ele não esteve”. O que é acrescido pelo argumento da condição de clandestinidade a que os subversivos tiveram de submeter-se para continuar em ação e vivos:

Se tem foto eu não tive acesso. A gente escondia tudo, não registrava. Não temos registro porque todo mundo fazia questão de esconder as coisas. A repressão era muito pesada demais. Os poucos documentos que eu tinha, se chegava uma batida, levava tudo.

Ainda, observa-se o emprego constante do pretérito imperfeito, como sinalizando uma atividade continuada, mas que foi interrompida, ficando para trás.

A tentativa de reconstituição do episódio com a imprensa local anos depois também respalda a narrativa pelo detalhamento da cena que pode ser considerada o emblema desse encontro: “Fiz um documentário lá na casa antes de ser derrubada, fui lá em cima com o Antonio Filho (repórter da cidade), e mostrei o lugar onde ele ficou. Ele não tava deitado na rede. Tava sentado. Ele tava muito doente por sinal, pálido, magro, entendeu?”. Mais uma vez o “lá” aparece como traço desse esforço em narrar com precisão de detalhes um fato distante no tempo e espaço. Advérbios que, conforme explica Fiorin (2016, p. 241), agora operam com debreagem enuncia e, “em função anafórica, retomam um espaço inscrito no enunciado”. A tentativa de conferir efeito de verdade na sistematização desse espaço também pode ser percebida na posição manifestada em “lá em cima”, delineando com precisão a visão desse enunciador – o que Fiorin (2016, p. 247) considera como visão de orientação vertical: “indicam posição superativa de um objeto em relação a um ponto de referência”.

Considerando a premissa de que narrar é sempre ficcionalizar, mesmo que tenha compromisso com a verdade e se esforce na descrição da imagem que ecoa nessa memória coletiva, o enunciador projeta um narrador-personagem que se coloca na linha de frente da enunciação. Dando sua palavra de honra, mobiliza uma espécie de juramento testemunhal para reforçar o contrato veridictório estabelecido com seu enunciatário desde a primeira afirmação. Na busca pela persuasão e na ausência de provas formais do fato, é na repetição do “eu” e na descrição das feições de seu ilustre visitante que, sentado e não

deitado, o enunciador o figurativiza como doente/pálido/magro, tentando compor uma espécie de desenho do momento e buscando, a todo custo, o efeito de realidade em um testemunho que se sustenta na afirmativa “sei porque vi”, de uma narrativa que mais parece ficção.

O NÃO EU, O QUE HISTORIADORES CONTAM

Além do depoimento de um sujeito que desempenha a função de narrador-personagem/testemunha do que consideramos como uma das mais tradicionais lendas urbanas locais, algumas produções historiográficas também destacam o fato que nutre a memória coletiva sobre os anos de repressão na segunda maior cidade do Maranhão. Em seus relatos sobre a resistência à opressão militar durante a Ditadura, vivenciada nesse recorte geográfico que abriga o conflito conhecido como Guerrilha do Araguaia, pesquisadores mencionam o fato mediante outro ponto de vista enunciativo. Também baseados em depoimentos de quem afirma ter participado do referido encontro, tais enunciadores optam pelo distanciamento do fato enunciado, como veremos adiante.

Nesta seção, trataremos sobre as formas do dizer, registrado nessas produções acadêmicas. Para tanto, recordamos dos textos de João Paulo Maciel, *Guerrilha no Araguaia-Tocantins* (2014), e de Adalberto Franklin em parceria com Valdizar Lima, *Repressão e resistência em Imperatriz* (2016), passagens que reforçam esse ponto de vista enunciativo a favor da narrativa em tela, mas como a construção do efeito de imparcialidade pela camuflagem objetivante (Barros *et al.*, 2025, p. 15).

Obedecendo à ordem cronológica dos escritos, começemos por *Guerrilha no Araguaia-Tocantins*. Publicado em 2014 pela Ética Editora, é fruto de pesquisa documental e de campo do historiador João Paulo Maciel e se filia ao gênero bibliográfico da historiografia. Não sendo configurado como literatura, mantém, portanto, compromisso com a veracidade do que é relatado.

Entre a reprodução de depoimentos, mapas e documentos oficiais, a narrativa da passagem de Che Guevara por Imperatriz é mencionada entre as páginas 69 e 72. Para facilitar a compreensão do narrado, bem como orientar nossa análise, transcrevemos o trecho em blocos. O primeiro traz o contexto da visita:

O fato é que a cidade de Imperatriz, como polo regional, foi incluída no mapa das guerrilhas, sendo ela o principal portal de entrada para o Bico do Papagaio, local onde abrigou o maior efetivo de militantes adeptos à organização guerrilheira e ocorreram os combates liderados pelo PCdoB. Mas, além desse grupo mais expressivo, outros grupos rebeldes passaram por essa cidade objetivando também a instauração da luta armada (Maciel, 2014, p. 69).

Sabendo que só enxergamos o enunciador pelas escolhas discursivas que ele faz, observa-se que o enunciador se mantém distante perante o que conta, operando “o apagamento, no enunciado, de todas as marcas do sujeito da enunciação” utilizando-se da camuflagem objetivante (Barros *et al.*, 2025, p. 15). Com uso da impessoalidade no “não eu”, refere-se ao espaço tópico da cidade de Imperatriz como “alhures” (outro lugar), portanto situada fora da enunciação. Em um tempo passado pela debreagem espacial enunciava no demonstrativo “essa cidade” operando em função anafórica, refere-se a um fato, real e verdadeiro, demarcado no lugar. “Esse assinala o que acabou de ser dito, porque isso está ainda na situação de enunciação, mas, já tendo sido recebido pelo enunciatário, pertence já ao seu espaço” (Fiorin, 2016, p. 239).

Ainda sobre o “não eu”, Greimas (2014, p. 123), citado por Barros *et al.* (2025), considera que discursos elaborados com o recurso do apagamento do sujeito buscam a aceitação/adesão do enunciatário, conferindo um efeito de imparcialidade. Embora busquem esse efeito, os semióticos ressaltam que há um “eu” implícito, como no exemplo do próprio Greimas (2014, p. 123): “Isso não impede que todo esse suporte enunciativo, que insere o enunciado no contexto de uma comunicação corriqueira, seja oculto para, a rigor, deixar transparecer apenas o impessoal”.

Do excerto anterior também destacamos de Maciel (2014, p. 70): “Confirmado, portanto, que a região foi palco de grandes operações militares antiguerilha”, mobiliza no “ele” os personagens que teriam protagonizado um episódio importante do evento histórico narrado no segundo trecho aqui transcrito:

[...] visando a limpeza de quaisquer resquícios da área que pudesse levar a suspeitas de atos comunistas. Da lista de nomes indicados para busca e captura na Operação Mesopotâmia, dois nomes, ainda ativos na política partidária, são relatados pelo jornalista Décio Sá, como ativistas assíduos no preparo e colaboração com os militantes do PCdoB. Foram eles: Carlos Lima e Remi Ribeiro. O depoimento é do próprio Remi, ainda na condição de senador pelo Maranhão, ao jornalista, informando que ele e o colega Carlos Lima eram responsáveis

para receber e abrigar os militantes que chegavam vindo de outros Estados na cidade, em residências de companheiros militantes. O senador ex-comunista relata ainda que Carlos Lima recebia as armas e as escondia em buracos forrados com zinco, ao longo do Riacho Cacau, um dos afluentes do Tocantins (Maciel, 2014, p. 70).

Ao mencionar o jornalista responsável pela coleta dos depoimentos que vai mobilizar, o enunciador busca a ancoragem do que é enunciado como fonte fidedigna e avalista da informação. No entanto, quando afirma que o depoimento “é do próprio Remi, ainda na condição de senador”, reforça a confiabilidade do relato pelo prestígio que a função política exerce no seio social, e justifica a relevância do papel desempenhado pela cidade como entroncamento logístico no contexto da Guerrilha. Contudo, todo o enredo construído até aqui serve de “abre- alas” para um ponto especial na seção intitulada “Operações militares na Guerrilha”: a visita de Che. O adendo, instaurado mediante uma digressão, é narrado em detalhes:

Outro elemento que sobrevive como aragem na memória da cidade, especialmente nos interessados em sua história, é a pressuposição de que o líder revolucionário Ernesto Che Guevara teria tido passagem por Imperatriz, por ocasião de organização da Guerrilha do Araguaia, no final da década de 1960, tendo ficado hospedado num hotel às margens do Rio Tocantins. Esses rumores circulam fluentemente até hoje, mas ainda sem uma comprovação histórica sobre essa presença em terras tocantinhas. Mas é certo que Guevara esteve em terras brasileiras, com identidade falsa, nesse mesmo período, com missão de interagir com as organizações de luta armada no País, com estadia em Corumbá (MS), em 1966, o que indica grande possibilidade do revolucionário ter realmente vindo à região para tratar de assuntos estratégicos com os representantes dos focos instalados na região (Maciel, 2014, p. 70-71).

Para apresentar tal fato, o enunciador antecipa que a narrativa “sobrevive como aragem na memória da cidade”. Ao figurativizar essa memória no presente durativo como aragem/leve brisa, confere efeito eufórico, mesmo sem inscrever-se como sujeito actante da enunciação. Na tentativa de manter distanciamento do que é enunciado, revela seu posicionamento discursivo favorável ao que narra com verbos ora no futuro do pretérito, ora no pretérito, na tentativa de manter efeito de imparcialidade/não envolvimento ao passo em que, com verbos no presente, traz a noção de continuidade/presentificação dessa memória que considera “fluente”, ainda que sem comprovação histórica.

A conjunção adversativa “mas” no período seguinte dá indícios da sua posição em defesa da veracidade do narrado, uma vez que afirma a passagem de Guevara pelo Brasil em tempo e espaço demarcados (Corumbá-MS, 1966), como dado que reforça a possibilidade de sua estadia nesse espaço circunscrito “às margens do Rio Tocantins”. É o sujeito que não se inscreve diretamente no discurso, mas que demarca seu ponto de vista, indicando uma certa direção de leitura ao enunciatário. Dando voz às testemunhas, segue:

Sobre esse assunto o senador conta que naquela ocasião ele e Carlos Lima foram ao encontro de um militante estrangeiro que acabava de chegar à cidade. Depois souberam que poderia ser Che Guevara. Certamente que com todas as evidências indicando a cidade de Imperatriz e seu entorno como ponto estratégicamente ideal e por isso escolhido pelos grupos de esquerda para a preparação guerrilheira, fazendo desse ambiente uma espécie de encruzilhada, de encontro dos focos guerrilheiros, uma visita do líder da revolução cubana seria, portanto, oportuna em articulação com o movimento revolucionário internacional (Maciel, 2014, p. 71).

Ainda pela debreagem actancial enunciativa, o enunciador segue o relato sem mencionar minúcias do suposto encontro para manter o efeito de impessoalidade e objetividade. Como dito por Fiorin (2016, p. 57, grifo do autor), “mesmo que não haja um *eu* explicitamente instalado por uma debreagem actancial enunciativa, há uma instância do enunciado que é responsável pelo conjunto de avaliações e, portanto, um *eu*”. Dessa forma, ao considerar “oportuna” a visita do líder da revolução cubana à cidade de Imperatriz, deixa marcas desse sujeito que defende o sentido de realidade, o que se esforça para ratificar no trecho seguinte.

As notícias registradas, documentadas sobre a presença desses sujeitos históricos pela cidade de Imperatriz, são relativamente frágeis, em relação a significância político-social que alcançou o acontecimento da Guerrilha do Araguaia e os outros projetos de organizações clandestinas e subversivas para o País. Considerando também que essas reações ao regime ditatorial com base inicial nessa parte do país, não se resumiam em casos isolados, sem contextura, ao contrário, mesmo sendo iniciativas com certas particularidades, mas todas elas tinham na essência de sua formação, motivações de um contexto histórico assolado por ações contrárias ao poder instalado, a exemplo de tantos conflitos já registrados na história do povo brasileiro. Por esse ângulo, pode-se dizer que as publicações voltadas para a história regional e história de Imperatriz têm

dado pouca importância para esses fatos. Contudo, com o advento da internet, as informações sobre o tema começaram a circular de maneira mais acessível e democrática, possibilitando a exposição das memórias de quem vivenciou esse período com intensidade, compartilhando isso através especialmente das, assim chamadas, redes sociais, consequentemente aguçando a curiosidade de quem se interessa pelo estudo da história, pela via dos fatos regionais (Maciel, 2014, p. 71-72).

Criticando-se a pouca importância dada à história local nas publicações já veiculadas, e diante da impossibilidade de comprovar historicamente a visita de Che à cidade, o enunciador recorre à memória coletiva para refutar a possível fragilidade do fato ao enfatizar a presença dos relatos cada vez “mais acessível e democrática”, em especial com o advento da *internet* conferindo-lhe o *status* de fonte “regional”. Pelos argumentos apresentados, não assume a veracidade, mas a defende.

Avançando em nossas reflexões, tomamos agora *Repressão e resistência em Imperatriz* (2016), de Franklin e Lima, também publicado pela Ética Editora. Em crônica jornalística, o texto traz um panorama da vivência política da cidade desde o início dos anos 1960, quando a maioria da população votou e escolheu um candidato da oposição para a Prefeitura. A obra, que também reúne documentos e fotografias, narra o antes, o durante e o depois da repressão militar na cidade durante os Anos de Chumbo. O capítulo intitulado “Os guerrilheiros do Araguaia” dedica as páginas 232 e 233 ao relato da passagem de Che por Imperatriz:

Nos primeiros dias de outubro de 1966, cinco jovens militantes da esquerda de Imperatriz são convidados para tomarem parte de uma reunião reservada que aconteceria no piso superior da Pensão da Dolores, na rua 15 de Novembro, subesquina da rua Rio Branco. Dela tomaria parte um experiente militante da revolução cubana que falaria com os militantes do PCdoB que iniciavam a organização da futura guerrilha do Araguaia.

O nome do personagem central do encontro não foi divulgado. Era um homem alto, cabelos lisos, sem barba, que falava português com dificuldade e tinha forte sotaque castelhano. Chegara naquele dia à cidade, de ônibus, proveniente de Belém, alegando fortes dores nas costas, que teria sido causada por uma queda de cavalo, conforme afirmara. Carlos Lima e Remi Ribeiro teriam ido buscá-lo no ponto de ônibus e conduzido-o até a pensão. Os dois tomariam parte na reunião. Um outro seria Benedito Batista, mas não chegara a tempo de uma viagem a Amarante (Franklin; Lima, 2016, p. 232-233).

Distanciando-se do fato, aqui, o enunciador também busca o efeito de imparcialidade ao mobilizar a debreagem actancial enunciva, isto é, o “ele”, quando menciona cinco jovens militantes. Além da riqueza de detalhes na descrição com data e endereço, o tempo situado no presente na debreagem temporal enunciativa do “agora” confere efeito de aproximação do enunciatário diante do narrado.

Sobre o tempo sistematizado, Fiorin explica que o presente omnitemporal ou gnômico é mobilizado, pois é “[...] utilizado para enunciar verdades eternas ou que se pretendem como tais” (Fiorin, 2016, p. 134). No entanto, o futuro do pretérito mobilizado logo em seguida em “aconteceria/tomaria/falaria” lança mão do tom ficcional/incerteza do enredo, daquele que sabe, mas não viu, portanto não pode comprovar.

Aqui também observamos o uso da camuflagem objetivante na tentativa de manter a impessoalidade e posição de isenção que os gêneros jornalísticos requerem (Barros *et al.*, 2025, p. 19). Pelo emprego da terceira pessoa, segue com a descrição física e do sotaque do personagem até então misterioso. Ao mencionar diretamente os nomes dos anfitriões – Carlos e Remi –, traz a noção de proximidade com tais personagens, como conhecidos dos sujeitos da enunciação, portanto, algo familiar. A descrição detalhada segue:

Da reunião tomaram parte cerca de dez pessoas, mas apenas os comunistas e o estrangeiro falaram e, nalguns momentos, num sotaque tão carregado que se tornava impossível aos imperatrenses compreendê-lo. Era possível entender, entretanto, que tratavam da viabilidade de êxito da guerrilha em preparação. O suposto cubano afirmava que o território era demasiado grande, havia poucos guerrilheiros e o envolvimento da população era pequeno, o que se traduziria em derrota. Os guerrilheiros discordavam e diziam que não havia como paralisar o movimento.

Depois de algumas horas de discussão, sem chegarem a um acordo, a reunião foi encerrada. Os militantes do PCdoB o levaram de barco até Xambioá, para conhecer o ambiente das operações militares. Retornaram dias depois e ele teria permanecido ainda dois dias na cidade (Franklin; Lima, 2016, p. 232-233).

A precisão nos detalhes continua sendo mobilizada no quantitativo de integrantes do encontro e nos adjetivos utilizados para identificar tais atores “comunistas/estrangeiro/ imperatrenses”, classificando-os segundo sua origem. A guerrilha, tema do relato, é evidenciada pelas figuras de “guerrilheiros/movimento/Xambioá/operações”. Mesmo lançando mão de minúcias, o

enunciador tenta esconder seu envolvimento e se manter distante, construindo uma aparência de neutralidade e não envolvimento, mas o emprego do discurso indireto reproduzindo a fala dos personagens traz a noção de afinidade com o fato mediante as escolhas lexicais que mobiliza, denunciando sua posição de defesa quanto à veracidade do narrado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao revelar como discursos e estratégias enunciativas produzem efeitos de verdade, este estudo reforçou a importância da memória coletiva como espaço de preservação e ressignificação do passado, bem como de posicionamento político diante das narrativas que envolvem a Guerrilha do Araguaia.

Com um “discurso designativo que aponta fatos” (Barros *et al.*, 2025, p. 23), assim como em Maciel (2014), Franklin e Lima (2016) buscam, no discurso veridictório objetivante, construir enunciação com discurso imparcial e produzir efeito de neutralidade de uma “constatação por parte de quem lê, de evidências concretas, que não deixam espaço para interpretações ou avaliações de caráter subjetivo” (Barros *et al.*, 2025, p. 23). Nesse tocante, para Fiorin (2016, p. 58, grifo do autor), “todas as apreciações moralizantes do texto são de responsabilidade de uma instância inscrita no discurso, mas que não diz *eu*”. Quando buscam confirmar tanto por argumentos e relatos, bem como por provas documentais que Che esteve em Imperatriz, esse sujeito que enuncia inscreve-se no discurso como defensor da verdade do fato, assumindo seu ponto de vista num fazer interpretativo que se baseia em um regime de crença.

Na narrativa colhida pela entrevista de um dos colaboradores da guerrilha, o qual se assume como narrador-personagem/testemunha do fato histórico, o discurso se dá por outras estratégias discursivas, em que o enunciador convoca seus enunciatários a um contrato fiduciário, sem provas para mostrar, mas apresentando-se como um *eu* que viu e viveu aquele momento que ficara marcado na memória. Assim, os fatos são atestados pelo afeto que as memórias vão trazendo à tona e reforçados por enunciados que se firmam pelo regime da sedução.

Desse modo, comprehende-se que a figura de Che permanece viva não apenas como personagem histórico, mas como símbolo cultural e de resistência política, fortalecendo o imaginário popular em torno da guerrilha.

What remained in the collective memory of the Araguaia Guerrilla: a semiotic look at the urban legend of Che Guevara's passage through Imperatriz/MA | Che lives in the collective memory

Abstract

This article analyzes the role of collective memory (Halbwachs, 2006) in the preservation and resignification of the Araguaia Guerrilla, focusing on the urban legend that associates the figure of Che Guevara with the city of Imperatriz. From a semiotic perspective, we investigate how this popular narrative is consolidated around a historical episode marked by resistance and by the violence of the Brazilian military regime in the Tocantina Region. Therefore, our aim is to discuss the discursive strategies mobilized to produce an effect of truth in the enunciation about Che Guevara's alleged passage through Imperatriz, intertwining history and fiction.

Keywords

Collective memory. Che Guevara. Enunciation.

REFERÊNCIAS

- 45 ANOS da Gloriosa Guerrilha do Araguaia. *A Nova Democracia*, 18 abr. 2017. Disponível em: <https://anovademocracia.com.br/materias-impressas/45-anos-da-gloriosa-guerrilha-do-araguaia/>. Acesso em 22 fev. 2024.
- BARROS, D. L. P. de; DEMURU, P.; GOMES, R. S.; MANCINI, R. *A construção da verdade*. São Paulo: Contexto, 2025.
- FIORIN, J. L. *As astúcias da enunciação: as categorias de pessoa, espaço e tempo*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2016.
- FRANKLIN, A.; LIMA, V. *Repressão e resistência em Imperatriz*. Imperatriz: Ética Editora, 2016.
- GREIMAS, A. J.; COURTÉS, J. *Dicionário de semiótica*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2018.
- HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

MACIEL, J. P. *Guerrilha no Araguaia-Tocantins*. Imperatriz: Ética Editora, 2014.

SILVA, L. H. O. da. Um herói da Guerrilha pelas lentes de JJ Leandro. *Revista Escritas do Tempo*, v. 4, n. 11, p. 45-62, maio/ago. 2022. Disponível em: <https://periodicos.unifesspa.edu.br/index.php/escritasdotempo/article/view/1882>. Acesso em: 22 fev. 2024.

A CONSCIÊNCIA DUAL E O SUJEITO NEGRO EM UMA SOCIEDADE RACISTA: MUITO OBSERVADO, MUITO OBSERVADOR

EDUARDO PRACHEDES QUEIROZ*

Universidade de São Paulo (USP), Programa de Pós-Graduação em Semiótica e Linguística Geral, São Paulo, SP, Brasil.

Recebido em: 20 set. 2025. Aceito em: 15 out. 2025.

Como citar este artigo: QUEIROZ, E. P. A consciência dual e o sujeito negro em uma sociedade racista: muito observado, muito observador. *Cadernos de Pós-Graduação em Letras*, v. 25, n. 3, p. 79-95, set./dez. 2025. DOI: 10.5935/cadernosletras.v25n3p79-95

Resumo

Comprometido com a semiótica implicada de Schwartzmann e Silva (2022), o presente artigo insere-se no contexto dos debates acerca do racismo e de seus efeitos sobre o sujeito negro, debruçando-se sobre a problemática da consciência dual para discutir algumas das características da experiência negra em uma sociedade racista, como a gestão que o sujeito negro precisa fazer dos diferentes simulacros gerados a seu respeito. Para as reflexões, partimos da semiótica discursiva e buscamos o diálogo entre as ideias de Du Bois (2021), Fanon (2020) e Aldama (2023).

* E-mail: pprachedes@gmail.com
 <https://orcid.org/0000-0001-9699-1512>

Palavras-chave

Racismo. Observador. Negro.

INTRODUÇÃO

Comprometido com uma semiótica implicada (Schwartzmann; Silva, 2022), o presente trabalho tem o intuito de traçar reflexões que contribuam para as discussões e melhores compreensões sobre o racismo e seus efeitos sobre o sujeito negro. Nesse contexto, seu objetivo é o de mostrar quais são algumas das características do racismo e suas implicações para a experiência negra em sociedades racistas, além de fornecer explicações possíveis para a capacidade que o sujeito negro parece ter para compreender e/ou calcular as imagens que uma sociedade racista faz ou pode fazer dele. Visa, ademais, discutir as dificuldades que advêm da necessidade, experienciada por esse sujeito negro, de ser certeiro nesses cálculos e compreensões.

Assim, busca-se cumprir aqui uma função dupla – social e acadêmica – no sentido de tanto (i) contribuir para as discussões acerca do racismo, as quais, por sua vez, servem de base para mudanças efetivas na sociedade – sobretudo, mas não exclusivamente, por meio da conscientização – quanto (ii) proporcionar caminhos metodológicos para análises e reflexões semioticamente enformadas a respeito não apenas da experiência negra, mas também de outros grupos minorizados.

Para o desenvolvimento das reflexões que traçaremos mais adiante, lançamos mão do ferramental da semiótica discursiva, em especial no que diz respeito aos conceitos de simulacro e às relações entre destinador-manipulador/julgador e destinatário-sujeito, bem como aos modos de presença semiótica. Este trabalho faz o esforço, ainda, de proporcionar diálogos com diferentes áreas do conhecimento, uma vez que servem de base para nossas reflexões as ideias aportadas tanto pelo semióticista Juan Alonso Aldama (2023), como pelo sociólogo W. E. B. Du Bois (2021) e pelo psicanalista Frantz Fanon (2020).

Além desta breve introdução e das considerações finais, o artigo está dividido em quatro partes. Reservamos a primeira delas à conceituação de consciência dual, central para a discussão que faremos ao longo deste texto. No tópico seguinte, discorremos sobre a generalidade da dinâmica racial e da

experiência negra em sociedades racistas. Em seguida, recuperando o conceito de consciência dual, passamos a tratar das estratégias movidas pelo sujeito negro para sobreviver em tais sociedades. Por fim, no quarto tópico, valendo-nos das reflexões de Aldama (2023) sobre o espião, traçamos comparações entre as experiências do sujeito negro em sociedades racistas e do espião em terras estrangeiras.

PRIMEIROS PASSOS: SOBRE A CONSCIÊNCIA DUAL

Em *As almas do povo negro* (2021, p. 23), W.E.B. Du Bois declara: “É uma sensação peculiar, essa consciência dual, essa experiência de sempre enxergar a si mesmo pelos olhos dos outros, de medir a própria alma pela régua de um mundo que se diverte ao encará-lo com desprezo e pena”. Essas palavras do sociólogo estadunidense, publicadas pela primeira vez em 1903, trazem reflexões interessantes a respeito da consciência que teriam as pessoas negras: não a partir do próprio ponto de vista – ou seja, a partir do ponto de vista proveniente do grupo étnico de que fazem parte –, mas, sobretudo, a partir do ponto de vista de um grupo que desprezaria esse sujeito negro, notadamente o grupo étnico composto pela branquitude e, no caso de que fala Du Bois, da branquitude estadunidense.

Embora Du Bois relate esse caráter dual da consciência, ele o faz de maneira a colocar o acento sobre a “experiência de sempre enxergar a si mesmo pelos olhos dos outros” (Du Bois, 2021, p. 23, grifo nosso). Isso porque, para o autor, ser um sujeito negro nos Estados Unidos é viver em “um mundo que não lhe deixa tomar uma verdadeira consciência de si mesmo e que lhe permite ver a si mesmo apenas através da revelação do outro mundo” (Du Bois, 2021, p. 23, grifos nossos). Entretanto, o próprio uso do termo *consciência dual* sugere que se leve em consideração *duas* variantes da consciência. Se a primeira parte dessa consciência diz respeito ao olhar que o outro tem sobre o sujeito negro, a segunda parte da consciência dual corresponde ao olhar intra-grupo, ao olhar do *um* sobre o *um*, ou, para dizer de outro modo, da consciência negra no seio da negritude. Essa ideia está muito bem expressada, primeiramente em 1952, quando Fanon (2020, p. 31) diz que “O negro tem duas dimensões. Uma com seu semelhante e outra com o branco”. O que Fanon chama de duas dimensões, Du Bois chama de consciência dual.

A importância da dualidade na percepção que o sujeito negro tem de si próprio também está marcada nas palavras que Du Bois profere pouco depois da citação que abre este tópico:

O indivíduo sente sua dualidade – é um norte-americano e um negro; duas almas, dois pensamentos, duas lutas inconciliáveis; dois ideais em disputa em um corpo escuro, que dispõe apenas de sua força obstinada para não se partir ao meio (Du Bois, 2021, p. 23).

É no mínimo curioso que Du Bois (2021, p. 23) descreva o sujeito negro como um *indivíduo* que sente sua *dualidade*. Ora, *indivíduo* seria justamente aquilo ou aquele “que não se divide”, de acordo com a primeira acepção do verbete *indivíduo* no Dicionário Caldas Aulete em sua versão *on-line*. O paradoxo que se nota nessa caracterização traduz bem as tensões vividas por um sujeito negro em uma sociedade racista: acontece que, para parafrasear outro pensador negro estadunidense¹, ser negro numa sociedade racista e ser relativamente consciente não só das imagens que representa para o outro, mas também das imagens que representa para si próprio, é viver quase o tempo todo em um estado de alerta a dois sistemas de valores distintos.

Na esteira do que afirma Du Bois (2021) sobre a consciência dual e sobre o que declara Fanon (2020) a respeito das duas dimensões, diríamos, em termos semióticos, que o sujeito negro é treinado desde cedo para ter consciência tanto do *simulacro* que faz de si próprio como do *simulacro* que faz o sujeito branco a respeito do sujeito negro. Aqui, vale lembrarmos que o conceito de *simulacro*

é utilizado, na semiótica narrativa e discursiva, para designar o tipo de figuras, com componente modal e temático, com a ajuda das quais os actantes da enunciação se deixam mutuamente apreender, uma vez projetados no âmbito do discurso enunciado. Do ponto de vista do seu conteúdo, essas figuras podem ser consideradas como representativas das competências respectivas que os actantes da comunicação atribuem reciprocamente uns aos outros. Por isso, a construção de tais *simulacros* intervém, na dimensão cognitiva, como

1 Em *The Negro in American Culture* (1961), James Baldwin disse “Ser negro neste país e ser relativamente consciente é estar em um estado de raiva quase o tempo todo”, tradução nossa a partir do original em inglês: “*To be a Negro in this country and to be relatively conscious is to be in a state of rage almost all the time*”.

um pré-requisito necessário a qualquer programa de manipulação intersubjetiva² (Landowski, 1986, p. 206).

Como notamos na parte final desse trecho retirado do segundo volume do *Dicionário de semiótica* (1986), não se pode ignorar a importância que os simulacros têm nas relações intersubjetivas, isto é, nas comunicações entre sujeitos. Para refinar essa definição de consciência dual, podemos dizer que a consciência dual, no que tange ao sujeito negro, guarda relação com a capacidade de compreender os simulacros que fazem de si tanto em relações intersubjetivas intragrupos como intergrupos.

Dito de outra maneira, a consciência dual do sujeito negro diria respeito à capacidade de reconhecer o simulacro feito a partir das ideias da negritude e o simulacro feito a partir das ideias da branquitude. Ao tratar da experiência negra em uma sociedade racista, neste trabalho, é de nosso interesse nos ocupar, sobretudo, com a capacidade do sujeito negro de lidar com o último dos casos: o dos simulacros construídos a partir das ideias da branquitude.

SOBRE A GENERALIDADE DA EXPERIÊNCIA NEGRA EM SOCIEDADES RACISTAS

Embora tenham sido feitas em outro espaço geográfico e em outro tempo cronológico – e não obstante partirem de uma crença difundida no início do século XX em diante de que no Brasil as relações raciais seriam harmônicas³ –, as afirmações de Du Bois a respeito da consciência dual também podem ser reconhecidas no Brasil, tanto no século XX como nos dias atuais. Aliás, quanto não seja universal e tenha importantes particularidades, a experiência negra apresenta semelhanças não apenas em nosso país e nos Estados Unidos, mas em diversos lugares do mundo, notadamente naqueles em que a colonização

2 Tradução nossa a partir do original em francês: “*on emploie le terme de simulacre, en sémiotique narrative et discursive, pour désigner le type de figures, à composante modale et thématique, à l'aide desquelles les actants de l'énonciation se laissent mutuellement appréhender, une fois projetés dans le cadre du discours énoncé. Du point de vue de leur contenu, ces figures peuvent être considérées comme représentatives des compétences respectives que s'attribuent réciproquement les actants de la communication. De ce fait, la construction de tels simulacres intervient, sur la dimension cognitive, comme un préalable nécessaire à tout programme de manipulation intersubjective*”.

3 Essas ideias foram difundidas sobretudo a partir de Gilberto Freyre em *Casa Grande e Senzala* (2006), publicado originalmente em 1933, e ficaram conhecidas como o *mito da democracia racial*.

impôs uma convivência racializada e hierarquizada. Não é à toa que encontraremos pensamentos convergentes com essa ideia de Du Bois em outras partes do mundo, como na Martinica, a partir das ideias de Fanon, já comentadas por nós, sobre as duas dimensões do sujeito negro.

As aproximações entre as experiências negras no Brasil, nos Estados Unidos e em outros territórios que comportam diásporas africanas têm relação direta com o processo de inferiorização da raça negra em detrimento da raça branca. Tal inferiorização tem por corolário o enlevoamento da raça branca, o que – não sempre, mas *frequentemente* – resulta na busca, por parte do sujeito negro, de aproximar-se o máximo possível do ideal branco, de uma forma de vida da branquitude.

Nessa altura, um adendo se faz necessário: a ideia de que o sujeito negro busca, em muitos casos, aproximar-se de uma forma de vida da branquitude não pode ser usada contra ele, nem o culpando pelo fardo que é obrigado a carregar. Em vez disso, o mais apropriado é acompanhamos as reflexões de Fanon acerca de um paciente negro que o visita em seu consultório:

Se ele se encontra a tal ponto imerso no desejo de ser branco, é porque vive em uma sociedade que torna possível seu complexo de inferioridade, uma sociedade de que extrai sua consistência da preservação desse complexo, uma sociedade que afirma a superioridade de uma raça (Fanon, 2020, p. 114).

Exemplo atual de como a sociedade possibilita o complexo de inferioridade de uma raça e o de superioridade de outra pode ser encontrado nas reflexões de Letícia Moraes (2024) sobre o racismo algorítmico. Ao examinar resultados de pesquisas no banco de imagens da *Shutterstock*, a semióticista mostra que, embora haja nele imagens de pessoas médicas negras, uma busca usando o lexema “médico” retorna imagens cujas unidades semânticas ignoram traços da negritude e formam exclusivamente uma isotopia da branquitude: /pele clara/, /cabelo liso/, /nariz fino/ etc. Ou seja, aparecem somente pessoas com fenótipos brancos usando jalecos, o que pode reforçar os estereótipos raciais que atrelam a branquitude a papéis temáticos e sociais de prestígio, de superioridade.

Esse cenário reforça as hierarquizações raciais e constitui mais um exemplo de como, ainda que não seja de maneira alguma única, a experiência negra de que tratamos neste trabalho pode encontrar convergências ao redor do mundo – inclusive na porção digital desse mundo –, e notadamente após o

evento da escravização em massa dos povos africanos. Talvez possamos indicar justamente esse evento como o responsável por impor uma acuidade negra para lidar integralmente com dois simulacros, pois, a partir dele, o sujeito negro passou a viver dois mundos diferentes.

Nesse sentido, Fanon (2020, p. 125) aponta que “[o]s negros, de um dia para o outro, passaram a ter dois sistemas de referência em relação aos quais era preciso se situar”. Vivendo entre dois sistemas de valores e precisando estar sempre atentos às diversas significações de seus corpos, a depender de onde estão presentes, os sujeitos negros desenvolveram a capacidade de observar o seu observador. Nesse ponto, percebe-se, com nitidez, que estamos lidando com o plano de pertinência semiótica que corresponde às estratégias: o que faz o sujeito negro é uma gestão estratégica das práticas com base nos dois sistemas de valores de que “participa”. Vejamos isso de maneira mais detida.

CONSCIÊNCIA DUAL E ESTRATÉGIAS DO SUJEITO NEGRO: O OBSERVADO OBSERVADOR

Ciente de que seu corpo, em um universo racista, é interpretado como uma figura que condensa práticas socialmente disforizadas, o sujeito negro sabe, com bastante frequência, qual é o caminho que deve seguir para *estrategicamente* ter mais chances de dirimir ou amenizar os *efeitos pragmáticos* do racismo. Nesse sentido, ocupa tanto o papel de sujeito observador como o de objeto observado. Algo parecido com o espião em terras estrangeiras, conforme o caracteriza Juan Alonso Aldama (2023, p. 141, tradução nossa) ao dizer que o espião é um: “[...] observado que deve ser absolutamente o observador de seus próprios observadores”⁴. Ora, sem essa observação de quem o observa, fica muito comprometida a capacidade do sujeito de criar estratégias de sobrevivência em um mundo que lhe é hostil – o que vale de maneira especial, mas não exclusiva, tanto para o sujeito negro quanto para o espião.

Duas observações precisam ser feitas a esta altura. Em primeiro lugar, note-se que o esforço do sujeito negro é o de *dirimir* ou *amenizar* os efeitos *pragmáticos* do racismo; isso porque o fato de esse sujeito tratar de criar estratégias para lidar com tais efeitos já é um efeito do racismo em si, ainda que de

⁴ Do original: “Surveillé qui doit absolument être le surveillant de ses propres surveillants”.

ordem mais cognitiva do que pragmática. Esse caráter inescapável do sofrimento negro em uma sociedade racista, embora possa parecer um fatalismo, põe de manifesto a essência social do racismo e a impossibilidade de superá-lo individualmente, ao mesmo tempo que revela a necessidade de mobilização conjunta para a sua efetiva suplantação.

Em segundo lugar, vale marcar que ser um observador de quem te observa não é uma característica exclusiva dos espiões nem dos sujeitos negros. Em certa medida, todas as pessoas observam seus observadores e buscam estar cientes do simulacro que representam para o outro, além de fazerem simulacros de si próprias. A diferença aqui está no fato de essa característica não ser de ordem individual e subjetiva, mas, antes, com base em classificações gerais – compreendendo, em um caso, a classe dos espiões, e, no outro, a das pessoas negras.

Assim, ao observar seu observador, uma pessoa negra o faz não apenas enquanto indivíduo, mas também enquanto sujeito participante da classe racial negra. Além disso, o grau de afetação derivado dessa situação costuma ser alto para essas duas “classes”. Nos casos do espião em terras estrangeiras e do sujeito negro em uma sociedade racista, esse grau de afetação advém da *hostilidade do mundo para com a classe a que pertence o sujeito*. Embora as situações do sujeito negro e do espião sejam obviamente diferentes, trazem características similares, pois, em ambos os casos, vive-se em território inimigo.

Com isso em mente, arriscamos dizer que aquilo que pontuamos a respeito da experiência negra numa sociedade estruturalmente racista poderia ser dito a respeito da experiência do sujeito mulher em uma sociedade estruturalmente misógina ou do sujeito pessoa trans em uma sociedade estruturalmente transfóbica, não obstante as particularidades de cada um dos casos e guardadas as devidas proporções.

Devido à “natureza da situação” – ou seja, a vivência em uma sociedade que lhe é hostil –, é comum que pessoas negras se sintam coagidas a antecipar situações ainda não ocorridas, pois não o fazer pode resultar em sanções cognitivas e pragmáticas que podem chegar a diferentes níveis de gravidade. Em uma situação dentro de um supermercado, por exemplo, o sujeito negro, desde cedo treinado pela sociedade para saber quais atitudes parecem suspeitas, pode buscar evitá-las a todo custo para não passar pelo constrangimento de ser seguido por seguranças nos corredores do estabelecimento, ou pelo constrangimento de ser abordado para que sua bolsa, seus bolsos etc. passem por revisas, ou, ainda, de que seja interpelado com acusações de roubo, como vemos em uma matéria do jornal *El País* em que se lê:

Cauã era apenas um bebê quando seu tio Robson deu uma passada no supermercado, na frente do seu trabalho, para aproveitar a oferta de um litro de leite a um real. Comprou duas caixas, ajeitou o avental da lanchonete onde trabalhava e atravessou a rua para voltar à cozinha. Mas os gritos que se ouviram às suas costas o detiveram. Entre a gritaria, três palavras se repetiram: “negrinho”, “ladrão” e “safado”.

Duas funcionárias seguraram Robson pelo braço e o acusaram de roubar o leite. Ele mostrou o comprovante de compra e elas se desculparam. Mas a supervisora do estabelecimento, uma loja da rede Walmart, em Carapicuíba, na Grande São Paulo, colocou a cereja do bolo nesse tumulto: “Desculpa, te confundimos com um outro negrinho ladrão” (Martín, 2014).

Além disso, saber qual é o simulacro que a sociedade faz de si é um pré-requisito para que esse sujeito trace estratégias para escapar de sanções ainda mais graves, que podem chegar a encarceramento, violência física⁵ ou mesmo a sua morte. Essas estratégias podem passar por coisas simples como não se desfazer da nota fiscal de uma compra, como vimos na já citada matéria do *El País*. Ao buscar antecipar e evitar essas ocorrências, o sujeito negro está trabalhando não apenas com o que já está realizado, mas também com o que está virtualizado ou potencializado; isto é, o sujeito negro trabalha com a *suspeita* para evitar o escalonamento da consumação da violência racial – pois, em consonância com o que já dissemos a respeito das sanções cognitivas, é preciso considerar essa necessidade de “alerta constante” já como uma ocorrência da violência racial.

Dissemos que há uma necessidade de atentar-se não somente ao modo de presença realizado, mas também – e sobretudo – aos modos de presença virtualizado e potencializado. Assim, vale a pena explicar, ainda que em linhas bastante gerais, esse jargão que faz parte da metalinguagem semiótica.

Os valores *virtualizados* dizem respeito a tudo aquilo que está previsto no sistema como uma possibilidade; se os valores *virtualizados* são da ordem do sistema, os *realizados* dizem respeito ao processo, sendo os elementos efetivamente acionados e realizados, como o nome sugere. Depois da realização, esses valores voltam para o sistema *potencializados*, ou seja, “como uma memória de um uso possível” (Coutinho; Mancini, 2020, p. 21). Tanto os

⁵ A respeito disso, conferir matérias como a da CNN Brasil: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/jovens-negros-sao-agredidos-em-mercado-da-rede-carrefour-em-salvador-veja-video/>. Acesso em: 15 set. 2025.

valores potencializados como os virtualizados referem-se, portanto, a elementos que não estão (ainda ou já) realizados, mas que podem ser colocados em uso a qualquer momento. É por isso que o sujeito negro em uma sociedade racista vive em alerta constante: sente que deve estar atento a todo e qualquer sinal de que certos valores sejam realizados.

O discurso sobre essa necessidade de alerta em tempo integral é comum dentro da comunidade negra. As pessoas pertencentes a ela sabem que, estando em sociedades racistas, seus corpos comunicam certas práticas disforizadas e são mais passíveis de sofrer com certas práticas sancionadoras de terceiros. Dessa forma, a comunidade negra está ciente de que, por exemplo e de maneira geral, a seus membros, não só não é aplicado o princípio jurídico da presunção de inocência, como o exato oposto é colocado em prática, na medida em que parece existir uma espécie de presunção de culpa para tais sujeitos. Estar ciente sobre isso implica saber que portar provas de sua inocência será uma estratégia – cujo uso pode ser necessário a qualquer momento – de mitigação dos resultados cognitivos e pragmáticos do racismo.

A materialização de tal discurso pode ser encontrada nos relatos de pessoas negras, nas falas de pais e mães que recomendam que seus filhos sempre peguem os recibos de suas compras nos supermercados ou que andem sempre com documentos de identificação. Esse último exemplo está bem ilustrado no poema de Bell Puã chamado “Prelúdio para Iluminar o Rolê”, de que reproduzimos alguns versos: “Por ter cor da noite/ O véu do suspeito/ Meu peito acende in tranquilo/ Será que é acusado, perseguido/ Não esquece a identidade/ No bolso e nos cabelos” (Puã, 2020, faixa 6, grifos nossos).

Essa necessidade constante de buscar os signos – sejam realizados, potencializados, virtualizados – pode ser um dos elementos que justificam a aproximação que Fanon (2020) faz entre a experiência do negro antilhano – mas que pode ser pensada também para o negro que vive no Brasil – e a neurose. Tratar da situação como uma neurose não significa dizer que tudo surge da cabeça criativa do sujeito negro. Em lugar disso, é preciso encarar essa neurose como resultante de uma sociedade que insiste em lhe apresentar hostilidade, pois, ainda de acordo com Fanon (2020, p. 114), “é na exata medida em que essa sociedade lhe cria dificuldades que ele [o sujeito negro] se vê colocado numa situação neurótica”.

Como veremos mais adiante, a experiência de uma pessoa negra numa sociedade racista é cruel, dentre outros motivos, justamente por cobrar

primorosa e impecável coerência de uma pessoa que vive em tal campo de agonia, de “excesso de signos”. Para melhor compreendê-lo, podemos passar a uma comparação entre certos elementos da experiência do sujeito negro em uma sociedade racista com os do espião que vive em terras estrangeiras.

O SUJEITO NEGRO EM SOCIEDADES RACISTAS E O ESPIÃO EM TERRAS ESTRANGEIRAS: COMPARAÇÕES

Ainda que haja muitas particularidades derivadas das experiências de cada um dos grupos, notam-se similaridades entre a experiência negra numa sociedade racista e aquilo de que fala Juan Alonso Aldama (2023) a respeito da experiência do espião em terras estrangeiras. Enquanto, de acordo com Aldama, o espião corre o risco, por conta de uma paranoia, de acolher demasiadamente sinais a serem interpretados, o sujeito negro, conforme discutimos, tem motivos de sobra para desenvolver uma neurose. De ambos, exige-se a mais perfeita sanidade, no sentido de que precisam ser extremamente competentes para apontar quais são os signos realmente relevantes e quais são aqueles que devem ser ignorados na composição do mundo enquanto objeto significante. É o que percebemos a partir do trecho a seguir, também escrito pelo semiótico:

O espião, que pode ser levado, por uma espécie de paranoia, a proliferar sem limites os sinais a serem interpretados, terá que domar esse risco precisamente com a ajuda de um método, aquele que ele aprendeu em seu treinamento como agente, que lhe permite detectar o que é potencialmente significativo, o que é virtualmente significativo e o que não o é⁶ (Aldama, 2023, p. 145, tradução nossa).

A exemplo do espião, o sujeito negro também precisa aprender, em seu “treinamento”, como detectar o que é potencial e/ou virtualmente significativo, bem como o que não o é. Esse esforço constante para identificar situações arriscadas sem incorrer em “exageros” ou “vícios” interpretativos demanda uma atenção que, fosse o mundo menos hostil, poderia ser direcionada a outros

6 Texto original em francês: “*L'espion, qu'une sorte de paranoïa pourrait pousser à faire proliférer sans limite les signes à interpréter, devra dompter ce risque grâce précisément à une méthode, celle qu'il a apprise dans sa formation comme agent, lui permettant de déceler ce qui est potentiellement signifiant, ce qui l'est virtuellement et ce qui ne l'est pas*”.

campos. A necessidade de estar sempre atento aos sinais (potencializados, virtualizados ou realizados) exige do sujeito negro uma energia preciosa, e pode resultar no que pesquisadores como Smith, Hung e Franklin (2011) chamam de fadiga da batalha racial. De acordo com esses pesquisadores,

[a] fadiga da batalha racial considera a tensão fisiológica, psicológica e comportamental imposta aos grupos racialmente marginalizados e estigmatizados. Essas tensões **excessivas** exigem **energia adicional** redirecionada de desejos mais positivos e gratificantes da vida para lidar com o racismo cotidiano e lutar contra ele⁷ (Smith; Hung; Franklin, 2011, p. 66-67, grifos nossos, tradução nossa).

Restaria saber qual é o peso da carga que tal fadiga representa para o sujeito negro, quais feitos e quais níveis de qualidade de vida poderiam ser alcançados por um sujeito negro que não precisasse se preocupar com o racismo. Embora a resposta para tais questionamentos fique no campo da conjectura, vale lembrar as palavras de Du Bois (2021, p. 24), para quem

A dupla luta do artesão negro – de um lado para escapar do desprezo dos brancos por uma nação de meros rachadores de lenha e carregadores de água, e de outro para arar e pregar e cavar para uma horda relegada à pobreza — só poderia ter como resultado transformá-lo em um mau trabalhador, pois só é capaz de dedicar metade de seu coração a cada causa.

Assim, o que poderia parecer um simples trunfo – um poder-fazer, uma capacidade acima da média de compreender e antecipar os simulacros criados por outros – representa, em verdade, uma obrigação, um dever-fazer, uma carga extra que dificulta a concentração em outros projetos. Essa carga, como dissemos, não pode ser facilmente medida. Fiquemos, por ora, com o que temos de mais difícil de contestar: ao sujeito negro, como ao espião, exige-se eficiência nas triagens de signos interpretativos.

A mínima ineficiência nessas triagens, seja por falta de saber e/ou de poder para levá-las a cabo, ou devido a um querer não as levar a cabo de acordo com os parâmetros impostos, pode resultar em diferentes “penas” impostas por um poderoso destinador-julgador transcidente. Essas “ineficiências” podem se

⁷ Texto original em inglês: “*racial battle fatigue considers the physiological, psychological, and behavioral strain exacted upon racially marginalized and stigmatized groups. These excessive strains require additional energy redirected from more positive life fulfilling desires for coping with and fighting against mundane racism*”.

dar tanto por (i) uma suposta falta de interpretação de signos, como nos casos em que o sujeito negro “deixa passar” um signo que seria relevante para a interpretação de uma situação; como por (ii) um suposto excesso de interpretação de signos, como nos casos em que o sujeito negro “exagera” ao levar em conta signos demais; ou até mesmo por (iii) uma indecisão a respeito de quais signos levar em consideração ou não.

Nos primeiros dois motivos mencionados acima (faltas e excessos nas interpretações), o mais comum é que esse sujeito negro sofra com sanções que podem ser de ordem mais cognitiva ou mais pragmática. No campo da sanção pragmática estão as violências físicas em cujo paroxismo está a morte biológica. É o que percebemos nos casos em que pessoas negras são agredidas ou assassinadas por policiais ou por seguranças de supermercados ao serem consideradas infratoras⁸. As sanções de natureza cognitiva minam a existência social do sujeito negro e podem culminar em sua *morte social*; nessas sanções de ordem cognitiva está incluída a descredibilização desse sujeito e dos apontamentos que venha a fazer a respeito de situações racistas pelas quais tenha passado, esteja passando ou que venha a experienciar no futuro.

Nos casos em que se nota o terceiro motivo para as “ineficiências”, ou seja, aqueles em que há indecisão quanto a levar ou não em conta certos signos interpretativos, também podem ocorrer sanções pragmáticas e/ou cognitivas impostas pelo destinador-julgador. O que há de diferente, nesse caso, é a possibilidade de um congelamento sentido pelo sujeito, e que parece advir de conflitos modais de diferentes características, a saber: (i) quer e/ou deve interpretar os signos, mas não sabe como fazê-lo; (ii) deve, mas quer não interpretar esses signos; e (iii) quer, mas deve não os interpretar.

De todo modo, esse congelamento e essa sensação de incapacidade de agir são comumente fomentados por uma espécie de soterramento que esse sujeito sofre com a miríade de signos interpretativos que ele considera potencialmente relevantes. Portanto, a triagem aparece, mais uma vez, como elemento de fundamental importância para a sobrevivência desse sujeito. Em uma gestão estratégica das práticas implicadas no processo de triagem, até mesmo alguns dos signos *provavelmente relevantes* precisam ser deixados de lado de modo a evitar o congelamento. Algo similar é dito por Juan Alonso Aldama (2023) ainda a respeito do espião:

⁸ Exemplo sórdido disso é o caso relatado em notícia veiculada pelo G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2020/11/20/homem-negro-e-espancado-ate-a-morte-em-supermercado-do-grupo-carrefour-em-porto-alegre.ghtml>. Acesso em: 18 set. 2025.

[...] por razões de “economia semiótica”, o espião não pode levar em consideração todos os elementos que provavelmente serão importantes, pois isso arriscaria a imobilidade e a inação. Ele precisa decidir o que merece sua atenção e o que deve ser deixado de lado⁹ (Aldama, 2023, p. 146).

Sem essa economia semiótica de que fala Aldama, o mundo é para o sujeito uma eterna perturbação, é demasiadamente significante. Além disso, o seu campo de presença constantemente povoado por elementos significantes faz com que o sujeito corra até mesmo o risco de não notar os sinais mais urgentes e ameaçadores. O equilíbrio perfeito e a boa gestão estratégica das práticas interpretativas parecem impor-se e representam mais um dever-fazer ao sujeito já sobrecarregado.

Nesse sentido, ainda vale dizer que, em uma sociedade racista, o sujeito negro pode ser levado a acreditar que a não ocorrência da violência racial depende apenas de sua boa gestão estratégica, o que inclui o reconhecimento dos simulacros feitos por outros sujeitos e a triagem dos signos potencialmente relevantes. Entretanto, a adoção de uma estratégia, não obstante a observação realizada e o esforço empreendido, nem sempre é eficaz, pois o jogo de forças nas relações sociorraciais é uma parte importante da equação e, por vezes, o /poder/ e o /querer/ de outros sujeitos (ou antissujeitos) implicados nas práticas podem suplantar o /poder/ e o /querer/ de sujeitos negros.

Isso não deveria surpreender: considerando que uma sociedade racista tem como uma de suas premissas a assimetria de poderes – e, no fim das contas, nas tensões entre programas e contraprogramas –, quem *faz* é o sujeito que *pode mais*. Além disso, não se deve perder de vista que as sanções racistas incidem não apenas sobre o *fazer*, mas também – e principalmente – sobre o *ser* de um sujeito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste artigo, discutimos a noção de consciência dual (Du Bois, 2021), buscando esclarecê-la à luz das ideias de pensadores como Fanon (2020)

⁹ Texto original em francês: “*C'est ainsi que, pour des raisons d'«économie sémiotique», l'espion ne pourra pas prendre en considération tous les éléments susceptibles d'être importants car il risquerait alors l'immobilité et l'inaction. Il doit justement décider de ce qui mérite d'attirer son attention et ce qui devra être laissé de côté*”.

e da teoria semiótica; tratamos do caráter relativamente geral da experiência negra em sociedades racistas, das estratégias mobilizadas pelo sujeito negro com vistas a dirimir certos efeitos do racismo e abordamos as familiaridades entre sujeitos negros vivendo em sociedades racistas e espiões em terras estrangeiras.

A partir das reflexões que desenvolvemos, constatamos que a consciência dual do sujeito negro é a sua capacidade de reconhecer os simulacros que fazem de si tanto intragrupos, ou seja, a partir das ideias da negritude, como intergrupos, isto é, a partir de parâmetros da branquitude. Também chegamos à conclusão de que é essa consciência dual que possibilita ao sujeito negro fazer uma gestão estratégica de suas práticas, antecipando situações ainda não ocorridas e reagindo de maneira a reduzir ou eliminar sanções pragmáticas e cognitivas, embora a existência obrigatória dessa gestão estratégica já represente, ela mesma, uma sanção negativa aplicada sobre o sujeito negro. Com as comparações entre a experiência negra em sociedades racistas e a do espião em terras estrangeiras, ficou destacada a exigência de um estado de alerta em tempo integral e alguns dos possíveis efeitos para o sujeito alerta, os quais incluem o congelamento e a inação desse sujeito.

À guisa de uma conclusão, reforçamos que é preciso atentar-se às características sociais do racismo e à impossibilidade de sua superação por vias individuais. Acreditar no individualismo como o caminho para a superação do racismo é aumentar a carga sobre os ombros desse indivíduo já sobrecarregado, às voltas com a dualidade que se vê obrigado a possuir e lidando com essa espécie de campo de presença dual, sempre correndo o risco de negligenciar sinais importantes ou, preocupado em não os negligenciar jamais, o de cair nas garras da inação, da imobilidade.

Dual consciousness and the Black subject in a racist society: much observed, great observer

Abstract

Based on Schwartzmann and Silva (2022), this article situates itself within the broader debates on racism and its effects on the Black subject. It addresses the issue of double consciousness to discuss certain characteristics of the Black experience in a racist society, such as the necessity that Black subjects have of managing different simulacra constructed about them. The reflections are based

on discursive semiotics and they seek to establish a dialogue between the ideas of Du Bois (2021), Fanon (2020), and Aldama (2023).

Keywords

Racism. Observer. Black People.

REFERÊNCIAS

- ALDAMA, J. A. *La tension politique: pour une sémiotique de la conflictualité*. Paris: L'Harmattan, 2023.
- BALDWIN, J. The Negro in American Culture. *CrossCurrents*, Chapel Hill, North Carolina, v. 11, n. 3, p. 205-224, 1961. Disponível em: <https://www.baldwinbibliography.com/uploads/1/0/7/2/107262851/crosscurrents1961.pdf>. Acesso em: 10 set. 2025.
- COUTINHO, M. de S.; MANCINI, R. Graus de concessão: as dinâmicas do inesperado. *Estudos Semióticos*, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 13-34, 2020. Disponível em <https://doi.org/10.11606/issn.1980-4016.esse.2020.172392>. Acesso em: 20 ago. 2024.
- DICIONÁRIO Contemporâneo da Língua Portuguesa Caldas Aulete. Disponível em: <http://www.aulete.com.br/>.
- DU BOIS, W. E. B. *As almas do povo negro*. São Paulo: Editora Veneta, 2021.
- FANON, F. *Pele negra, máscaras brancas*. São Paulo: Ubu Editora, 2020.
- FREYRE, G. *Casa Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 51. ed. São Paulo: Global Editora, 2006.
- LANDOWSKI, E. Simulacre. In: GREIMAS, A. J.; COURTÉS, J. (org.). *Sémiotique: Dictionnaire raisonné de la théorie du langage*. Tome II. Paris: Hachette, 1986. p. 206.
- MARTÍN, M. Os negros levantam a voz. *El País*, São Paulo, 7 mar. 2014. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2014/03/07/sociedad/1394233077_046965.html?. Acesso em: 18 set. 2025.
- MORAES, L. O que pode o(a) semióticista na era da inteligência artificial? – Semiótica, big data e racismo algorítmico. In: PORTELA, J. C. et al. *Identidade, experiência e discurso: semiótica e crítica da cultura*. Campinas: Pontes, 2024. (v. 1). p. 139-168.
- NAOME, L.; KOGA, G.; CASSIANO, L. Jovens negros são agredidos em mercado em Salvador. CNN, São Paulo, 7 maio 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/jovens-negros-sao-agredidos-em-mercado-da-rede-carrefour-em-salvador-veja-video/>. Acesso em: 18 set. 2025.

PUÃ, B. Prelúdio para iluminar o Rolê. In: *Do meu coração nu*. Coprodução musical e produção executiva: Zé Manoel. São Paulo: Jóia Moderna Discos, 2020. 1 CD, faixa 6. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=HjrMqK-Dd1E>. Acesso em: 13 ago. 2025.

SCHWARTZMANN, M. N.; SILVA, L. H. O. da. Romper, desviar, desafiar: reflexões por uma semiótica implicada. *Estudos Semióticos*, São Paulo, v. 18, n. 3, p. i-viii, 2022. Disponível em: <https://revistas.usp.br/esse/article/view/203773>. Acesso em: 1º set. 2025.

SMITH, W. A.; HUNG, M.; FRANKLIN, J. D. Racial battle fatigue and the mis-education of Black men: racial microaggressions, societal problems, and environmental stress. *The Journal of Negro Education*, Washington, DC, v. 80, p. 63-82, 2011.

UMA ANÁLISE SEMIÓTICA DO EPISÓDIO “AS TORTURAS”, DA SÉRIE *O CASO EVANDRO*

LUÍZA MARTINS DOS SANTOS*

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Belo Horizonte, MG, Brasil.

Recebido em: 20 set. 2025. Aceito em: 15 out. 2025.

Como citar este artigo: SANTOS, L. M. dos. Uma análise semiótica do episódio “As Torturas”, da série *O Caso Evandro*. *Cadernos de Pós-Graduação em Letras*, v. 25, n. 3, p. 96-112, set./dez. 2025. DOI: 10.5935/cadernosletras.v25n3p96-112

Resumo

Recentemente, as obras audiovisuais sobre crimes reais se popularizaram no Brasil a partir da contextualização dessas histórias com questões sociais. Neste artigo, pretendemos examinar, por meio da análise de um trecho da série documental *O Caso Evandro* (2021), como são construídas, discursivamente, novas percepções sobre os acusados de um crime a partir de suas alegações de tortura sofrida. Para isso, utilizamos como referência a teoria Semiótica Francesa, apoiados nas obras de diversos autores como Barros (2002), Benveniste (2006),

* E-mail: luiza5marsan@gmail.com
 <https://orcid.org/0000-0001-9699-1512>

Fiorin (1996, 2000, 2001, 2012), entre outros, a fim de investigar as projeções de pessoa e tempo, bem como a figurativização do texto.

Palavras-chave

Semiótica francesa. *True crime. O Caso Evandro.*

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, é perceptível o crescimento massivo de produtos midiáticos que exploram o universo dos crimes. Mais especificamente, as produções *true crime* (crimes reais), cujo conteúdo consiste na investigação e na narração de crimes e casos de não ficção, vêm ganhando notória atenção desde que alguns casos começaram a ser recontados em filmes, séries televisivas e *podcasts*. Muito longe de ser um fenômeno recente, o interesse por histórias criminais foi ampliado por meio de novas produções *true crime* que vêm alcançando sucesso ao articular e debater questões políticas, sociais e culturais nessas narrativas.

Na *internet*, encontram-se diversos *sites* que oferecem listagens com as recomendações das melhores produções brasileiras com essa temática e, no caso de séries e filmes em *streamings* como Netflix, HBO Max e Globoplay, essa popularidade do *true crime* parece conquistar ainda mais espaço. Pelo próprio formato das plataformas, os casos são narrados em episódios que sempre contêm *cliffhangers*, isto é, ganchos responsáveis por manter a curiosidade viva e o espectador por mais tempo assistindo à produção. Assim, os últimos anos também foram repletos de séries documentais criminais, como: *Em Nome de Deus*¹ (2020), a qual versa sobre abusos sexuais cometidos pelo líder religioso João de Deus; *Elize Matsunaga: Era uma Vez um Crime*² (2021), exibida pela Netflix e que explora assuntos como machismo e classismo enquanto a personagem ocupa posições diversas em relação ao crime, desalicerçando o local definitivo de vítima ou culpada; a série ainda não lançada *Praia dos*

¹ Série disponível em: <https://globoplay.globo.com/em-nome-de-deus/t/6NB6npkjnd/>. Acesso em: 20 set. 2025.

² Série disponível em: <https://www.netflix.com/br/title/81043160?source=35&fromWatch=true>. Acesso em: 20 set. 2025.

Ossos³ (2025), oriunda do *podcast* homônimo e distribuída pela HBO Max, que contará a história de Ângela Diniz, vítima de um feminicídio que deu início a importantes movimentos contra a violência de gênero no país.

Um dos mais famosos sucessos do *true crime* brasileiro, *O Caso Evandro*⁴ – série produzida a partir do *podcast*⁵ investigativo sobre o caso do menino Evandro Ramos Caetano, desaparecido em abril de 1992 na cidade litorânea de Guaratuba, Paraná, e encontrado morto dias depois –, desperta interesse por ter originado uma das séries nacionais mais impactantes sobre crimes reais na contemporaneidade brasileira.

A série foi construída de modo a dar voz aos diversos argumentos que a defesa e a acusação utilizaram para livrar ou atribuir a culpa às pessoas que foram presas pelo crime. De um lado, existem entrevistados que se apoiam no argumento de que a criança foi vítima de um ritual de sacrifício, caracterizado como “magia negra”, realizado por sete pessoas. Do outro, a defesa é baseada na denúncia das torturas cometidas pelos órgãos de investigação contra os suspeitos e nas alegações de intolerância religiosa. Há também os depoimentos dos próprios acusados e suas impressões sobre o caso. Ademais, tem-se a presença do narrador, cuja função parece ser a de organizar todos os lados da trama.

Essa estrutura narrativa de *O Caso Evandro* permitiu que espectadores se mantivessem curiosos e instigados para tentar descobrir o que realmente havia acontecido com Evandro. Cada episódio era marcado pelas dúvidas sobre quem eram os verdadeiros culpados, pelas incertezas sobre os acusados terem de fato sido torturados e por outros mistérios que rondavam o assassinato do menino. Dessa forma, a imagem dos acusados – os quais viriam a ficar conhecidos nacionalmente como os “Bruxos de Guaratuba”, o que reverberou negativamente na memória coletiva paranaense por muito tempo – começou também a ser modificada a partir da construção narrativa do seriado.

Notou-se que, mais do que falar sobre o desaparecimento e morte da criança paranaense, o principal propósito da série *O Caso Evandro* parece ser

-
- 3 Informações disponíveis em: <https://tangerina.uol.com.br/filmes-series/hbo-max-libera-previa-e-confirma-estreia-de-serie-sobre-angela-diniz/>. Acesso em: 20 set. 2025.
- 4 Série disponível em: <https://globoplay.globo.com/o-caso-evandro/t/1z5m5PxLkK/temporadas/1/>. Acesso em: 20 set. 2025.
- 5 Podcast disponível em: <https://www.projetohumanos.com.br/temporada/o-caso-evandro/>. Acesso em: 20 set. 2025.

revelar ao público as injustiças cometidas contra os sete acusados durante as investigações do crime, principalmente contra as acusadas Celina e Beatriz Abagge, mãe e filha. Com o fim da exibição do seriado, a *hashtag* #7INOCENTES-DEGUARATUBA foi amplamente utilizada por internautas ao comentarem os desdobramentos do caso. Em uma perspectiva relacional, percebe-se que a tentativa de eximir os acusados da alcunha de “Bruxos” e da imagem de criminosos, satanistas e assassinos para os espectadores obteve êxito pela produção.

Dessa forma, observamos que esse tipo de produto audiovisual, do gênero documentário e do universo *true crime*, volta seu interesse à promoção do suspense por meio dos diferentes papéis que os atores discursivos ocupam durante o desenrolar da trama. Se em um primeiro momento um personagem é apresentado como solucionador do caso, em poucos episódios esse mesmo personagem também se torna suspeito do crime. O mesmo acontece com os acusados, que ora são vilões, ora são vítimas nesse tipo de narrativa.

Essas mudanças ocorridas em tramas *true crime* permitem que o espectador embarque nas construções de sentidos da narrativa à procura do que realmente aconteceu. Assim, não é incomum notar uma persuasão do público na busca pela “verdade” do crime, bem como uma estrutura baseada em lógicas concessivas do acontecimento (*embora* ninguém esperasse, algo aconteceu). Mais que isso, essas produções capturam a audiência dos espectadores ao trazer para a trama novas camadas de discussões sociais que hoje são debatidas mais amplamente do que na época dos fatos, mudando a percepção sobre os acontecimentos relatados de acordo com a exploração de novos temas sobre os assuntos apresentados.

De acordo com o psicólogo André Komatsu e o sociólogo Marcelo Nery em entrevista ao Jornal da USP (Medeiros, 2022), o *true crime* é uma modalidade de narrativa que, por ser sensível, precisa ser cuidadosamente abordada, pois pode trazer danos às famílias das vítimas, que correm o risco de serem retraumatizadas com certas produções. Apesar disso, eles também acreditam que o gênero, para além de trazer entretenimento, pode ter um valor social positivo se trouxer novas reflexões e discussões para o debate sobre o contexto do crime no país, bem como uma maior compreensão sobre a violência e a violação de direitos, e também sobre o aumento ou diminuição desses eventos.

Por isso, neste trabalho, pretende-se compreender como a série *O Caso Evandro* constrói e atualiza, discursivamente, novas percepções sobre os acusados do crime. Portanto, optou-se por utilizar, nesta análise, a transcrição de

algumas cenas do quarto episódio da série, intitulado “As Torturas”, que se debruça sobre a versão de Beatriz e Celina Abagge, duas acusadas do crime que alegam terem sido torturadas por policiais militares para confessar o assassinato do menino Evandro. A escolha desse *corpus* deve-se à crença de que as cenas contidas nesse episódio são significativamente importantes para a narrativa da série, uma vez que na produção é a primeira vez que temos contato com a versão das acusadas sobre o que aconteceu com elas no dia de suas prisões.

Utilizaremos como base teórica a Semiótica Francesa apoiados nas obras de autores como Barros (2002); Benveniste (2006); Fiorin (1996, 2000, 2001, 2012), entre outros, examinando, além do nível discursivo do percurso gerativo de sentido, as categorias enunciativas de pessoa e tempo, alguns apontamentos que versam sobre a subjetividade na linguagem e a figurativização dos textos.

PRESSUPOSTOS TEÓRICOS: A SEMIÓTICA FRANCESA

A teoria Semiótica Francesa ou Greimasiana “concebe o processo de produção do texto como um percurso gerativo, que vai do mais simples e abstrato ao mais complexo e concreto, num processo de enriquecimento semântico” (Fiorin, 2012, p. 167). É composta por três níveis: o fundamental, o narrativo e o discursivo – níveis que vão se complexificando respectivamente. O fundamental caracteriza-se por ser o nível das oposições semânticas que mantêm uma relação de contrariedade. Já no nível narrativo, as oposições do nível fundamental são concretizadas e operadas por um sujeito. No nível discursivo, o mais superficial e complexo do percurso gerativo, as invariantes narrativas são revestidas e ganham concretude, ou seja, no nível narrativo temos mais ou menos uma estrutura não variável que ganha corpo no nível discursivo. De acordo com Barros (2002, p. 72), o campo discursivo constitui o espaço em que se tornam mais perceptíveis as intencionalidades e as condições que orientam a produção textual.

Desse modo, é no discurso que certas estruturas são incorporadas pelo sujeito da enunciação e explicitadas em um determinado enunciado. Nesta pesquisa, entende-se que a enunciação, segundo Benveniste (2006), é o processo em que se coloca a língua em funcionamento individualmente. Logo, a enunciação é a instância que faz a mediação entre a língua e a fala, ela é sempre única e irrepetível, e dela deriva o enunciado, seu produto.

Se o texto é a realização do discurso por meio da manifestação (Fiorin, 2012, p. 174), no campo da semântica, as estruturas narrativas serão concretizadas no patamar discursivo por processos de tematização e figurativização. Para Tocaia (2020, p. 161), tais processos são “operações enunciativas que manifestam os valores do enunciador e estão relacionadas à instância da enunciação, além de desvelarem os valores, as crenças e as posições do sujeito”. Com essas operações podemos definir os textos em duas categorias: os temáticos e os figurativos. Os textos temáticos são compostos por termos abstratos e objetivam explicar o mundo; já os textos figurativos são formados por termos concretos e procuram criar simulacros de mundo (Fiorin, 2000).

De acordo com Tocaia (2020, p. 161), a partir de Barros (2002), mesmo os textos tidos como puramente temáticos podem conter alguma figurativização esparsa. Nesse sentido, o autor nos ensina que todo texto é inicialmente temático, e pode ser diferenciado daqueles chamados figurativos por meio do exame dos graus de figurativização contidos nele: um texto com muitas figuras se mostra como texto figurativo; um texto de figurativização esparsa que tem como pretensão a explicação do mundo – como um texto científico, por exemplo – pode ser visto como texto temático. Ademais, conforme o autor, os processos de figurativização podem dar sensorialidade aos temas por meio dos traços semânticos que dão forma ao enunciador, ao passo que também podem determinar lugares ideológicos e sócio-históricos no texto.

Aqui, a sintaxe discursiva se voltará para dois tipos de observação: a primeira consiste nas relações de contrato e persuasão de discurso entre o enunciador e o enunciatário, em que o sujeito (*eu*) destina a enunciação a algo ou alguém (*tu*), utilizando estratégias para que o outro acolha o simulacro discursivo criado pelo enunciador durante determinado processo comunicativo (Fiorin, 2000). Ainda, conforme explicita Fiorin (2001, p. 57) sobre as relações de contrato entre enunciador e enunciatário:

Como se produz um enunciado para comunicá-lo a alguém, o enunciador realiza um fazer persuasivo, isto é, procura fazer com que o enunciatário aceite o que ele diz, enquanto o enunciatário realiza um fazer interpretativo. Para exercer a persuasão, o enunciador utiliza-se de um conjunto de procedimentos argumentativos, que são parte constitutivas das relações entre o enunciador e o enunciatário.

A segunda observação parte das projeções enunciativas de pessoa, tempo e espaço relacionadas ao *eu-aqui-agora* do discurso. De acordo com Fiorin

(2001, p. 57), a enunciação se define em um *eu-aqui-agora*, em que o *eu* é o sujeito que diz algo para um *tu* enquanto está inserido em um determinado espaço (*aqui*) e em um determinado tempo (*agora*).

De tal modo, Benveniste (2006) nos ensina que a subjetividade na linguagem estaria em justamente instaurar no enunciado a categoria de pessoa através do *eu* – “eu é quem diz eu” – constituindo o princípio de que a linguagem faz parte da própria possibilidade de existência desse *eu* enquanto sujeito. Por sua vez, esse *eu* tem o poder de instaurar também um *tu*, em uma construção de relação dialógica⁶ na qual o *eu* se projeta no *tu* enquanto esse *tu* também se projeta no *eu*. Para o autor (Benveniste, 2006, p. 121),

a linguagem só é possível porque cada locutor se coloca como sujeito, remetendo a si mesmo como *eu* em seu discurso. Dessa forma, *eu* estabelece uma outra pessoa, aquela que, completamente exterior a mim, torna-se meu eco ao qual eu digo *tu* e que me diz *eu*.

Soma-se a isso as inscrições das categorias de tempo e espaço e, então, temos um cenário de investigação que se preocupa com os efeitos ou pareceres de sentido de um discurso em relação à aspectualização.

Sabe-se que a estrutura narrativa é assumida por um sujeito da enunciação o qual converte essa estrutura em discurso a partir de certas escolhas e, com isso, deixa marcas da enunciação no enunciado (Barros, 2002, p. 80). Segundo Fiorin (2001, p. 56), o *eu* pressuposto na enunciação corresponde ao enunciador, enquanto o *tu* pressuposto corresponde ao enunciatário, sendo eles respectivamente a imagem de autor e leitor construídas na enunciação. Já o *eu* projetado no enunciado corresponde ao narrador, bem como o *tu* projetado diz respeito ao narratário, sendo eles o destinador e destinatário do discurso e instalados no enunciado, diferentes do *eu* e do *tu* da enunciação. Há também o interlocutor e o interlocutário, actantes que recebem do narrador o direito de se instalarem no enunciado por meio de um discurso direto.

Tais projeções podem ser investigadas por meio da análise dos mecanismos de debreagem – em que o sujeito disjunge de si e projeta na enunciação certos elementos – e embreagem – na qual há a neutralização das categorias de

⁶ Compreende-se o dialogismo, conforme explicita Bakhtin, como um princípio constitutivo da linguagem em que sempre existe uma relação entre discursos, pois em cada discurso dito existe a voz de outro alguém e, por isso, entendemos que um enunciado mantém interação com diversos outros enunciados.

pessoa/espaço e tempo e um retorno à enunciação (Fiorin, 2001, p. 74). Quando o enunciador delega a voz para o narrador, ocorre uma debreagem de 1º grau; já se o narrador delega voz para o interlocutor, existe uma debreagem de 2º grau.

De acordo com Fiorin (2001, p. 58), no exame de um texto podemos observar ainda o mecanismo de debreagem enunciativa, em que predomina o uso da 1ª pessoa e se criam efeitos de subjetividade ao texto (*eu-aqui-agora*), e a debreagem enunciva, quando se faz uso da 3ª pessoa, gerando efeitos de objetividade (*ele-lá-então*). Com os mecanismos de embreagem, rompem-se as oposições entre *eu/ele*, *aqui/lá* e *agora/então*. Sabe-se ainda que o *eu* e o *tu* são instâncias do discurso, enquanto a 3ª pessoa (*ele*) corresponde à não pessoa (Benveniste, 2006). Nesse caso, a 1ª e a 2ª pessoas são únicas e reversíveis na situação de comunicação, enquanto a 3ª pessoa comporta uma infinidade de sujeitos e a irreversibilidade no enunciado (Fiorin, 1996, p. 60).

Em suma, existem três procedimentos de discursivização das marcas de enunciação no enunciado: a actorialização (configuração da categoria de pessoa); a temporalização (configuração da categoria de tempo); e a espacialização (configuração da categoria de espaço). Nos ateremos mais especificamente em nossa pesquisa à categoria de pessoa que, ao ser tematizada e figurativizada, estabelece um papel actorial na enunciação. Esse tipo de observação será importante para entendermos como os actantes narrativos ganham concretude em atores discursivos de *O Caso Evandro* e se imprimem na enunciação por meio das projeções do *eu* e, assim, compreendermos a representação desses atores na trama do seriado.

De todo modo, consideramos também ser necessário realizar brevemente algumas observações sobre a categoria do tempo neste trabalho, pois, em alguns momentos de prévia análise do nosso objeto, percebemos que o tempo também revela grande importância na construção do sentido da obra, sendo necessário, por consequência, explicarmos seu funcionamento para que nossa investigação seja mais bem compreendida.

Conforme coloca Fiorin (1996, p. 42), a enunciação instaura o sujeito e, dessa forma, o tempo será organizado a partir do ponto de referência do sujeito que enuncia. Por isso, é preciso ter em mente que *O Caso Evandro* dispõe sua organização temporal utilizando como auxílio os recursos audiovisuais para desenvolver o enredo da série. Então, para a compreensão dos diferentes momentos de enunciação (ME) exibidos na série, somente a análise do plano

do conteúdo não é suficiente para responder às questões concernentes à temporalização presentes nas enunciações. Foi necessário tomar uma decisão teórico-metodológica que considerasse o plano da expressão como constituinte e construtor dos efeitos de sentido, a fim de compreendermos como tais categorias estavam sendo articuladas.

A série é constituída por entrevistas, imagens de arquivo e algumas simulações realizadas por atores. Logo, devemos destacar, como mostra Fiorin (1996, p. 142), que o tempo linguístico de um texto não necessariamente deve ter correspondência com o tempo cronológico humano, por isso o tempo presente (*agora*) deve ser entendido como o tempo da concomitância entre o evento narrado e o momento em que se narra, e o passado e o futuro serão definidos a partir do presente.

Em nossa análise, vemos que as enunciações proferidas em *O Caso Evandro* se referem, quase sempre, ao passado, pois trata-se de uma série que rememora eventos. Nesse caso, os entrevistados realizam um trabalho sobre a memória, um exercício de recontar o passado, em suma, falando do que se viveu com o auxílio das representações que povoam sua consciência atual, já que relembrar eventos passados não significa revivê-los, mas sim reconstruí-los a partir de percepções, ideias e valores que se alteraram conforme o passar do tempo (Bosi, 1994). Ainda sobre isso, Butler (2015, p. 51) pontua:

O relato que dou de mim mesma no discurso nunca expressa ou carrega totalmente esse si-mesmo vivente. Minhas palavras são levadas enquanto as digo, interrompidas pelo tempo de um discurso que não é o mesmo tempo da minha vida. Essa “interrupção” recusa a ideia de que o relato que dou é fundamentado apenas em mim, pois as estruturas indiferentes que permitem meu viver pertencem a uma sociabilidade que me excede.

Conforme Butler (2015, p. 51) nos ensina, o relato de si é uma reflexão crítica do “eu” em confronto com o “outro” e com as normas sociais que estão imersas em uma temporalidade independentemente da existência desse “eu”. No exemplo de *O Caso Evandro* e do trabalho de memória, notamos que a reflexão desse “eu” do presente acontece quando se precisa revisitar os eventos ocorridos no passado e, por consequência, o seu “eu” do passado que já não é mais o mesmo de então, mas um “outro” governado pelo “eu” do agora.

Com diferentes momentos de enunciação explorados pelo seriado, a diferenciação do tempo linguístico narrativo da série advém da utilização das

imagens como um recurso de diversidade temporal. Percebemos, nesse sentido, que as entrevistas cedidas à série foram realizadas para delinear o tempo “presente”, provocando possivelmente efeitos de sentido de atualidade para a construção narrativa do programa. As imagens de arquivo de reportagens e julgamentos mostram aos enunciatários, no caso, os espectadores de *O Caso Evandro*, o que se passou com os acusados à época dos fatos, ou seja, o “passado”. Além disso, elas funcionam como um recurso que auxilia nos efeitos de sentido de verdade do estilo documentário. Na série, alguns elementos demarcam a mudança do presente para o passado, como as imagens de gravadores ou de televisões antigas e a diminuição da imagem em relação ao tamanho da tela.

Tais recursos mesclam o verbal, com informações sobre o tempo das gravações, mas também podem ser observados pelos elementos espaciais: em casa (presente) e no tribunal do júri (passado), e pela qualidade das imagens do arquivo (2004) e do tempo das gravações do seriado (2020), decorrente dos avanços tecnológicos ao longo do tempo. Assim, ainda que não se fale em datas, o processo de resgate de memórias do passado pode ser apreendido por elementos sincréticos ao longo dos episódios.

PESSOA E TEMPO: APONTAMENTOS A RESPEITO DOS TESTEMUNHOS SOBRE TORTURA

Visto que a questão a respeito da inocência dos acusados se pautou nas acusações sobre tortura, percebemos que foram essenciais os movimentos de discursivização desse tema para a narrativa de *O Caso Evandro*. Em relação às projeções da enunciação no enunciado, sentimos a necessidade de realizar alguns apontamentos no que se refere às debreagens actanciais e temporais ocorridas durante a abordagem do tema da tortura no seriado. Desse modo, veremos na análise dos trechos a seguir tais reflexões:

[EP 04] [ENTREVISTAS – SÉRIE DOCUMENTAL]

12'42" [BEATRIZ][ACUSADA] Eu não falo sobre a tortura. Eu já falei no júri e eu não falo mais.

[JULGAMENTO - IMAGENS DE ARQUIVO]

12'57" [BEATRIZ][ACUSADA] Eles me ditavam, quando errava eles paravam essa fita, ditavam de novo, se eu errasse eles me davam choque de novo até sair o

que eles queriam. Passou o tempo eles me levaram no banheiro. Mandaram eu tomar banho. Eu tava toda urinada, evacuada. Eu tirei minha calcinha, joguei no lixo do banheiro, pra provar que eu tinha sido torturada, pra provar que tinha acontecido alguma coisa, mas ninguém tomou providência nenhuma. Eu contei no meu primeiro depoimento e ninguém foi atrás pra saber o que que tinha acontecido.

[ENTREVISTAS - SÉRIE DOCUMENTAL]

13'50" [CELINA] [ACUSADA] Bom, a tortura, se eu for contar que eu nunca contei pra ninguém, só contei dos tapas e... e do soco. [CHORO] Eu não tenho condição de falar perto de homem. [PAUSA]

14'00" [HOMEM] [ENTREVISTADOR] A gente sai. A gente sai. Vamos cortar e a senhora conversa com a Michelle.

14'10" [CELINA] [ACUSADA] Eu não quero que minha filha escute. Ela vai escutar. [PAUSA][FUNGAR DE NARIZ] Eu nunca contei, meu marido nunca soube, meus filhos nunca souberam. Mas eu disse "Um dia eu tenho que contar". E eu ficava apanhando, e quando eu parava de apanhar que eles saíam do quarto, daí eu escutava os gritos da Bea, e eu já sabia que tavam fazendo alguma coisa com ela. E ela gritava, ela gritava, ela gritava, daí eu gritava de cá, daí eles voltavam pra me torturar, daí ficamos não sei quanto tempo ali. Daí eles vieram e baixaram minha calça e enfiaram não sei o quê na minha vagina e... e atrás. E diziam "Sua vagabunda, sua puta. É isso que você quer? Tá aqui. Quer mais que um homem? Sua vagabunda" e faziam... Eu nunca mais tive relacionamento com meu marido porque eu tava presa, né, e as presas pediam íntima, essas coisas, mas eu jamais iria. E depois de sofrer tudo isso como que eu iria não contar pra ele? Um dia... Eu não queria, ele tava muito mal, não queria que ele sofresse e não contei pros meus filhos porque eu não queria que eles se revoltassem.

Se é pela linguagem que nos situamos enquanto sujeitos e acessamos nossa realidade, certamente pela linguagem também conseguimos construir e compreender certos acontecimentos que nos atravessam. Algumas violências não são totalmente assimiladas no momento em que se vive, justamente por nossa organização mental se apoiar na linguagem para nomear e descrever o que sentimos. Esse trabalho cognitivo-linguístico que muitos erroneamente consideram automático não funciona da mesma forma para todas as situações vivenciadas. Nesse sentido, conseguir construir linguisticamente um acontecimento também é construir um novo significado para o que foi vivido.

É o que percebemos na fala de Beatriz Abagge, quando se coloca no próprio discurso e produz efeitos de sentido de subjetividade e proximidade, uma vez que se expressa em 1^a pessoa para descrever os acontecimentos, um

mecanismo de debreagem actancial enunciativa. Quando ela afirma que hoje não fala mais sobre tortura, indicando que a produção de uma enunciação sobre o ocorrido aconteceu apenas no júri e não tornará a ocorrer, o enunciado nos mostra que a decisão de não compartilhar detalhes sobre certos acontecimentos também marca uma posição discursiva. Por isso, essa escolha enunciativa parece uma decisão de não reviver momentos dolorosos por meio da publicidade de um novo testemunho.

Nas gravações do julgamento, temos acesso às marcas de enunciação no testemunho de Beatriz sobre a tortura vivenciada por ela no dia de sua prisão. Nesse momento, ela centraliza seu testemunho em um *eu* que é acometido por violências causadas por um *ele*. Benveniste (2006) nos ensina que o *eu* e o *tu* são instâncias do discurso, enquanto a 3^a pessoa *ele* corresponde a uma não pessoa. Nesse caso, percebe-se que Beatriz está figuratizando o *eu* enquanto pessoa vítima, violentada e torturada, enquanto *ele* marca uma oposição a essas características. O *ele* não é com quem se fala, pois não é *tu*; assim, o *ele* demarca de quem se fala, sendo figurativizado como os perpetradores da tortura.

Ainda, podemos vislumbrar o que teria acontecido à Beatriz pelo exame da figurativização nesse enunciado. Segundo Tocaia (2020, p. 162), as figuras investem semanticamente os textos temáticos, concretizando-os e lhes dando corporeidade. Vemos que a utilização das palavras “choque”, “banho”, “lixo”, “banheiro”, “urinada”, “evacuada” e “calcinha” são figuras que concretizam o tema da degradação humana, da violência e até mesmo da sujeira que é consequência da tortura. Essas escolhas trazem ao corpo do enunciado a dureza do acontecimento e uma fragilidade de Beatriz em relação a ele. Além disso, o texto traz elementos sinestésicos ao espectador, pois as figuras utilizadas preenchem sensorialmente o testemunho de Beatriz enquanto pessoa torturada. Nesse sentido, esses elementos podem ter o efeito de provocar no espectador a capacidade perceptiva das sensações corpóreas a que Beatriz poderia ter sido submetida durante as sessões de tortura.

No caso de Celina, seu testemunho também em 1^a pessoa traz para a série os efeitos de subjetividade dos eventos passados. No enunciado, observamos que até o momento da entrevista, a acusada compartilhou poucas informações sobre o que realmente teria vivenciado e que não havia contado para ninguém as violências que iam além dos tapas e socos. Por meio das figuras *filha*, *mariado*, *filhos* e *Bea* concretiza-se o tema da família no discurso de Celina, que

parece prezar por essa instituição e orientar seu relato a partir de suas expectativas em relação à família, tendo receio quanto à reação dos familiares caso tomassem conhecimento dos abusos cometidos contra ela. Por isso, ela centraliza o *eu* em seu discurso e, nas figuras *tapas*; *socos*; *apanhar*; *gritos*; *calça*; *vagina*; *torturar*; *vagabunda*; e *puta* concretiza-se o tema das agressões físicas/psicológicas recebidas e, principalmente, a violência de viés sexual que a atingiu em diversas camadas. Percebemos que, com a utilização dessas figuras, o testemunho de Celina traz novamente aos espectadores do seriado uma sensorialidade das violências vivenciadas em diversas camadas: o toque; o som; o cheiro etc. Tudo é relatado, apresentado e percebido de forma agressiva.

Além disso, nesse momento, Celina realiza uma debreagem de 2º grau, dando voz ao interlocutor que a ofende com as palavras “vagabunda” e “puta” pelo discurso direto, criando possíveis efeitos de verdade para justificar que aquilo realmente aconteceu. Com os recursos audiovisuais, também é perceptível a mudança de tom de voz ao acionar o interlocutor em seu enunciado, emulando agressividade nas palavras que utiliza, podendo ser uma maneira de criar distanciamento de seu *eu* em relação a quem a violentou. Todos esses elementos nos permitem dizer que a discursivização do enunciado orienta os enunciatários à conexão e empatia com o testemunho compartilhado.

Em relação à categoria de tempo, faremos duas observações em nossa análise: a primeira corresponde ao tempo linguístico expresso nos testemunhos das acusadas; já a segunda assumirá as questões relacionadas ao material audiovisual que também é componente do tempo linguístico da série, haja vista que essas duas instâncias se misturam nesse texto sincrético.

Desse modo, no primeiro enunciado de Beatriz, temos como momento de referência (MR) o presente, pois se trata de uma entrevista cedida à série. No enunciado, vemos que ela usa tanto o presente do presente com o verbo *falo* (debreagem temporal enunciativa), como o pretérito do presente com o verbo *falei* (debreagem temporal enunciativa), marcando sua decisão de não mais compartilhar informações.

Já ao observarmos seu segundo testemunho, temos como MR o pretérito, pois as cenas utilizadas advêm de imagens de arquivo do julgamento de 1998 – na série, isso demarca um momento de enunciação (ME) de passado. Vemos que há predominância de dois tempos verbais: primeiro, para se referir às ações dos perpetradores da tortura, o testemunho de Beatriz é composto por verbos como “ditavam”; “paravam”; “davam”; e “queriam”, no pretérito imperfeito.

Isso dá um efeito de continuidade no discurso, como se o testemunho fosse reconstruído de maneira que, mesmo no passado, aquelas ações estariam *inacabadas* (Fiorin, 1996, p. 155). Depois, são usados os verbos “levaram”; “mandaram”; “tirei”; e “joguei”, no pretérito perfeito, que já nos dá a sensação de acontecimento acabado. Essa alternância entre o *agora* e o *então*, própria do processo de rememorar acontecimentos passados, permite-nos visualizar que os testemunhos sobre tortura não são coesos nem regulares, pelo contrário, parece demonstrar que as vítimas sentem dificuldade em dizer em palavras tudo que lhes ocorreu.

Quando analisamos o enunciado de Celina, identificamos o presente como MR. Em seu testemunho, há variadas dimensões temporais para dar conta dos processos de violência experienciados. Esse discurso se constrói predominantemente no sistema enunciativo para garantir efeitos de presentificação, de relembrar, hoje, eventos do passado. Destacamos, então, uma situação particular que nos salta aos olhos: Celina insere a fala de outrem em seu discurso e realiza a debreagem de 2º grau. O verbo conjugado “diziam” é acionado para anunciar a fala do outro, e, nessa fala, é utilizado o verbo “quer” (“É isso que você quer?”). Portanto, o momento de acontecimento (MA) usado pelo perpetrador é o passado, já o MR e o ME do testemunho correspondem ao tempo presente, bem como o verbo utilizado na enunciação. Aqui, acreditamos que o enunciado do interlocutor trazido por ela comporta o sistema enunciativo em um presente do presente, mesmo que sua ação tenha ocorrido no passado. Tal escolha traz a sensação de atualidade para a ofensa proferida contra Celina, como se aquilo ainda ecoasse nela e não estivesse no passado, trazendo duratividade à violência.

Tais considerações sobre a temática da tortura, especificamente nas falas ditas por Celina e Beatriz Abagge, parecem-nos estar em continuidade às construções e dotadas de sentidos pretendidos pela série quando encerra seu percurso com a imagem das acusadas sendo atualizadas para inocentes. O interesse do seriado em trazer o trabalho de memória desses atores discursivos nos remete ao que apresentamos com Bosi (1994) e Butler (2015), ao notarmos que os testemunhos sobre o passado são permeados pela consciência das estruturas sociais que nos excedem e das vivências do “eu” do presente que discursa sobre o “eu” do passado. Nesse sentido, concebemos que a produção de um discurso contrário às torturas só foi possível devido às transformações sociais que, na maioria das vezes, disforizam esse tema. Mais que isso, é importante

salientar que a perspectiva discursiva do seriado é que permite a apreensão de uma visão negativa sobre tortura por meio das relações que estabelece entre o que é aceito no passado e o que não é aceito no presente. De tal forma, foi importante destacarmos esses trechos para que, nesta pesquisa, confirmemos nossas hipóteses de que a série se orientou às transformações narrativas em que os suspeitos passaram de acusados culpados para pessoas que foram torturadas e injustiçadas por um sistema e regime violento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fundamentados pela Semiótica Francesa, procuramos investigar, neste trabalho, como a série *O Caso Evandro* realiza a representação dos acusados e opera uma atualização da apresentação destes por meio das estratégias de discurso da narrativa.

Notamos que, mais do que falar sobre o desaparecimento e morte da criança paranaense, o principal propósito da série *O Caso Evandro* parece ser revelar ao público as injustiças cometidas contra os acusados durante as investigações do crime. Vemos que o exame da figurativização do seriado, bem como a análise das projeções enunciativas de pessoa e tempo foram cruciais para entendermos melhor a aproximação desses acusados ao *status* da inocência. Com a discursivização das investigações, apreendemos que houve uma exploração massiva de questões concernentes às torturas e da actorialização dos acusados enquanto pessoas individuais – como Celina e Beatriz –, o que trouxe afetividade à trama. Esta, no caso, foi conquistada pelo exercício da fala e do relato de si, num trabalho de memória do “eu” do presente em confronto com as violências realizadas ao “eu” do passado, um ponto que parece evocar uma redenção a ser conquistada pelos próprios acusados que, com o espaço da narrativa, podem compartilhar suas experiências com os espectadores.

Ainda, tentamos construir brevemente algumas reflexões que nos apontam para as questões da subjetividade na linguagem, compreendida na instauração do *eu* no discurso e em como essa centralização de si determina certos efeitos de sentido na produção da série *O Caso Evandro*, principalmente no que se refere aos relatos sobre tortura. Com o exame das categorias de pessoa e tempo, alinhadas à breve exploração das figuras encontradas nos trechos

analisados, conseguimos conceber que, assim como o terreno da linguagem é instável e inacabado, o trabalho de reconstruir uma violência por meio de um sistema linguístico é igualmente complexo e não se finda quando o acontecimento termina.

A semiotic analysis of “The tortures”, an episode from the series *The Evandro Case*

Abstract

Recently, audiovisual works about true crimes have become popular in Brazil due to the contextualization of these stories within social issues. In this article, we analyze, through an excerpt from the documentary series *The Evandro Case* (2021), how new perceptions about those accused of a crime are discursively constructed based on reports of torture they suffered. To this end, we use French Semiotic theory as a reference, supported by the works of various authors such as Barros (2002), Fiorin (1996, 2000, 2001, 2012), Benveniste (2006), among others, in order to investigate the projections of person and time as well as the figuration of the text.

Keywords

French semiotics. True Crime. *The Evandro Case*.

REFERÊNCIAS

- BARROS, D. L. P. de. *Teoria do discurso: fundamentos semióticos*. 3. ed. São Paulo: Humanitas; FLLCH; USP, 2002.
- BENVENISTE, É. *Problemas de Linguística Geral I*. Campinas: Pontes Editores, 2006.
- BOSI, É. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BUTLER, J. *Relatar a si mesmo: crítica da violência ética*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.
- FIORIN, J. L. *As astúcias da enunciação: as categorias de pessoa, espaço e tempo*. São Paulo: Ática, 1996.

FIORIN, J. L. Sendas e veredas da semiótica narrativa e discursiva. *Delta*, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 177-207, 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/delta/a/3hbG65rCHs6H8stNtxZdmwH/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 20 set. 2025.

FIORIN, J. L. *Elementos de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2001.

FIORIN, J. L. A noção de texto na semiótica. *Organon*, Porto Alegre, v. 9, n. 23, p. 165-176, 2012. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/organon/article/view/29370>. Acesso em: 20 set. 2025.

MEDEIROS, A. P. Gênero “true crime” pode gerar discussões sobre a sociedade, mas abordagem exige cuidados. *Jornal da USP*, São Paulo, 28 set. 2022. Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/genero-true-crime-pode-gerar-discussoes-sobre-a-sociedade-mas-abordagem-exige-cuidados/>. Acesso em: 20 set. 2025.

TOCAIA, L. M. Análise do discurso e semiótica discursiva: em busca de diálogos possíveis. In: EMEDIATO, W.; MACHADO, I.; LARA, G. M. P. (org.). *Teorias do discurso: novas práticas e formas discursivas*. Campinas: Pontes Editores, 2020.

VOZES QUE NÃO SE CALAM: ANÁLISE SEMIÓTICA DE DEPOIMENTOS DE DOCENTES E ESTUDANTES SOBRE AS REFORMAS NO ENSINO MÉDIO NO CONTEXTO DO TOCANTINS

ELLYZANDREIA ALVES DE SOUSA*

Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), Programa de Pós-Graduação em Linguística e Ensino (PPGLLIT), Araguaína, TO, Brasil.

Recebido em: 20 set. 2025. Aceito em: 15 out. 2025.

Como citar este artigo: SOUSA, E. A. de. Vozes que não se calam: análise semiótica de depoimentos de docentes e estudantes sobre as reformas no Ensino Médio no contexto do Tocantis. *Cadernos de Pós-Graduação em Letras*, v. 25, n. 3, p. 113-128, set./dez. 2025. DOI: 10.5935/cadernosletras.v25n3p113-128

Resumo

Este artigo traz reflexões sobre as reformas educacionais no Ensino Médio (Leis nº 13.415/2017 e nº 14.945/2024), a partir dos discursos de professores e estudantes, buscando compreender o que mobilizam como estratégia discursiva para dar sentido aos seus posicionamentos sobre as políticas educacionais. Para tanto, tem como objeto de análise trechos de entrevistas, dados gerados para uma pesquisa de doutorado, desenvolvida no âmbito do Programa da Pós-Graduação em Linguística e Ensino da Universidade Federal do Norte do Tocantins (PPGLLIT/ UFNT).

* E-mail: ellyzandreia.sousa@ufnt.edu.br
 <https://orcid.org/0009-0002-7390-8485>

Palavras-chave

Reforma educacional. Depoimentos. Semiótica discursiva.

INTRODUÇÃO

Diferente de Bibiana, que falava em ser professora, eu gostava mesmo era da roça, da cozinha, de fazer azeite e de despolpar o buriti. Não me atraía a matemática, muito menos as letras de dona Lourdes. Não me interessava por suas aulas em que contava a história do Brasil, em que falava da mistura entre índios, negros e brancos, de como éramos felizes, de como nosso país era abençoado. Não aprendi uma linha do Hino Nacional, não me serviria, porque eu mesma não posso cantar. Muitas crianças também não aprenderam, pude perceber, estavam com a cabeça na comida ou na diversão que estavam perdendo na beira do rio, para ouvir aquelas histórias fantasiosas e enfadonhas sobre os heróis bandeirantes, depois os militares, as heranças dos portugueses e outros assuntos que não nos diziam muita coisa. Meu desinteresse só fazia crescer. Tinha a sensação de que perdia meu tempo naquela sala quente, ouvindo aquela senhora de mãos finas e sem calos, com um perfume forte que parecia incensar a escola nos dias de calor (Vieira Júnior, 2019, p. 97).

A epígrafe que selecionamos para principiar nosso texto apresenta duas visões sobre a escola. A primeira corresponde à da escola que promete mudança de vida pela formação a ascensão social, tal como a vê a personagem Bibiana; a segunda é da escola como obstáculo, que não tem nada a oferecer para aqueles que não conseguem dela tirar proveito, uma vez que os conteúdos programáticos não se alinham a suas vivências, como narra Belonísia. Esta, em disjunção ao ambiente escolar com suas aulas programadas, descreve seus sentimentos e de outras crianças que não conseguem atribuir sentidos aos conteúdos presentes nos livros didáticos, tal como a narrativas de Dona Lourdes, a professora do romance de Itamar Vieira Júnior. Há uma mostra de seu desinteresse por aqueles assuntos que nada podiam contribuir para sua vivência, pois não passavam de *histórias fantasiosas e enfadonhas*, que em nada corroboravam para sua vida; afinal de contas, Belonísia não tinha pretensão de ser professora como era o sonho da irmã Bibiana.

Na visão da personagem Belonísia, a programação seguida pela professora de nada serviria, pois, para ela e as demais crianças, os conteúdos das aulas estavam desconectados da realidade local, por descreverem belezas e riquezas desconhecidas, bem como por apresentarem um país que não se parecia em nada com as terras dali. As narrativas dos livros, as letras “desenhadas” no quadro negro e a matemática, enfim, todos os conteúdos curriculares pensados por pessoas que viviam distantes da fazenda e que não levavam em consideração o local, não a atraíam e, muito menos, provocavam nela o desejo de aprender. Ao contrário, tais conteúdos produziam “o desinteresse [que] só fazia crescer, e Belonísia tinha a sensação de que perdia tempo naquela sala quente” (Vieira Júnior, 2019, p. 97). O modelo de ensino idealizado por ela seria o rio e a companhia do pai que lhe ensinava muito mais sobre a vida de forma prática.

Não diferente da visão da personagem, vemos hoje a insatisfação dos estudantes quando se trata de disciplinas como projeto de vida, trilhas de aprofundamento, eletivas etc., que passaram a compor o currículo do Ensino Médio após as reformas nº 13.415/2017 e nº 14.945/2024¹.

Conforme nossa pesquisa vem demonstrando, para muitos, esses novos componentes curriculares não lhes dizem muita coisa, sendo “desnecessários” e sem contexto para os alunos, como afirmam Eriquina e Lindinha², estudantes de uma escola estadual localizada no interior do estado do Tocantins.

Eriquina: acho que sem contexto. Desnecessário. Eu acho que não tem necessidade, porque, futuramente, não vamos utilizar aquilo. Aí é sem cabimento (Arquivo pessoal, 2025).

-
- 1 A Lei nº 13.415 sancionada em 2017, reformou o Ensino Médio no Brasil, propondo mudanças na estrutura curricular e na organização do tempo escolar, além de retomar a visão do professor notório saber. Nessa perspectiva, os conteúdos passam a ser flexíveis no tocante à parte diversificada (Itinerários Formativos) que deveriam ser organizados e oferecidos em 1.200 horas, enquanto a parte comum (Formação Geral Básica), em 1.800 horas. Em 31 de julho de 2024, após inúmeros protestos, o então presidente Luís Inácio Lula da Silva sancionou a Lei nº 14.945 trazendo ajustes e complementos à Lei nº 13.415/2017. O tempo da formação geral básica retorna para 2.400 horas, admitindo-se que até 300 horas dessa carga horária possam ser destinadas ao aprofundamento de estudos da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), diretamente relacionados à formação técnica e profissional. Enquanto isso, os itinerários formativos terão carga mínima de 600 horas.
 - 2 As falas de estudantes e professores que são apresentadas neste artigo foram gravadas, mediante autorização do comitê de ética e pesquisa – CEP/UFNT, (parecer nº 7.469.849). Os nomes utilizados são fictícios, a fim de preservar a identidade de cada participante. Para a transcrição dos áudios, foram empregados os recursos de Inteligência Artificial (CapCut e ChatGPT).

Lindinha: Eu acho que nem o professor sabe os assuntos que são passados nessas Eletivas e nessas Trilhas. Parecem assuntos que nem eles entendem. Por que isso tem que ser ensinado? Pra que isso tem que ser ensinado de alguma forma? (Arquivo pessoal, 2025).

Ao serem questionadas sobre o que pensam da parte diversificada do currículo, as respostas das alunas se aproximam do pensamento de Belonísia sobre as histórias enfadonhas e fantasiosas presentes no conteúdo das aulas. Ao selecionar os pronomes “isso” e “aquilo” para se referirem às disciplinas, as estudantes demonstram desprezo como quem também perdesse tempo com aulas de que não lhes dizem muitas coisas. Eriquina afirma que no futuro não utilizará aquilo, fazendo alusão à disciplina de Trilhas de Aprofundamento, parte da matriz curricular do estado do Tocantins até o ano de 2024. Já Lindinha, logo após afirmar que, assim como os estudantes, os professores também não sabem o porquê dos assuntos ensinados em eletivas e trilhas, faz dois questionamentos: “Por que isso tem que ser ensinado? Pra que isso tem que ser ensinado de alguma forma?”

As perguntas soam como as de quem tenta compreender o porquê dessas mudanças. Essa falta de prazer pelo conteúdo oferecido pela escola, tanto para a personagem Belonísia quanto para as estudantes, resulta de uma programação que centraliza seus esforços na preparação dos egressos para o mercado de trabalho. As reformas educacionais que ocorreram no Brasil nos últimos anos no Ensino Médio promoveram mudanças estruturais, sobretudo no currículo, sobre a promessa de modernizar o sistema de ensino, tornando-o mais dinâmico, flexível e adaptável à realidade dos estudantes em todo o país. Embora apresentadas sob o discurso da autonomia e da possibilidade de os sistemas de ensino fazerem múltiplos arranjos, tais reformas têm sido percebidas como extremamente danosas por professores e alunos, conforme se nota nas falas das estudantes entrevistadas.

Diante de tal realidade e com o objetivo de contribuir com as diversas pesquisas voltadas para o Ensino Médio, este artigo busca analisar os modos como professores e estudantes compreendem as reformas que ocorreram nos últimos anos. Para tanto, utilizamos um recorte dos dados gerados para a pesquisa de doutorado intitulada *Vozes de Sala de aula: análise semiótica dos discursos de professores e estudantes da região tocantina sobre as reformas no Ensino Médio*, desenvolvida no âmbito do Programa da Pós-Graduação em Linguística e Ensino da Universidade Federal do Norte do Tocantins (PPGLLIT/

UFNT). Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de natureza descritiva, em fase de desenvolvimento. Como instrumento de construção de dados, foram realizadas entrevistas com dez professores e 25 estudantes pertencentes à rede pública de ensino dos estados do Maranhão e Tocantins, no período compreendido entre os meses de março e junho de 2025.

As questões presentes no roteiro da entrevista, inicialmente, voltavam-se para as reformas que ocorreram no Ensino Médio, focalizando o modo como esses sujeitos entendem as políticas públicas para esta etapa da educação básica. As vozes que destacamos são de Luiz Inácio, professor há 37 anos na educação básica e Helena, que está na docência há 18 anos. Já as duas estudantes tocantinenses da 2^a série do Ensino Médio entrevistadas aqui são nomeadas como Laura e Geovana. Trata-se de uma amostragem que pode explicar a totalidade do pensamento docente e discente sobre as reformas do Ensino Médio. Os recortes selecionados respondem às seguintes questões: Como estudantes e professores recebem as reformas educacionais para o Ensino Médio? Como compreendem as mudanças curriculares propostas pelas leis 13.415/2017 e 14.945/2024? O foco recai, portanto, sobre as estratégias discursivas que utilizam para construírem seus discursos a partir de suas experiências de vida.

Da construção dos sentidos

No romance *Torto arado*, a professora Lourdes seguia, em suas aulas, um roteiro didático programado nos moldes do que lhe era imposto por uma instância superior, visto que o ato de ensinar, dentro do contexto escolar, pressupõe seguir um modelo de ensino construído a partir das relações próprias das dinâmicas pessoais (professores, estudantes, gestores, coordenadores etc.) e das relações advindas da política educacional (legislação, normativas, governo e educadores).

Essas interações, próprias ao ato de educar, passam a ganhar destaque na semiótica discursiva, a partir de 1979, quando Greimas apresenta as primeiras formulações de uma semiótica didática no texto intitulado *Le Bulletin*. Para o semióticista, era preciso pensar em uma disciplina formal voltada ao discurso didático de forma a compreender os modos como são construídos e organizados. Nessa perspectiva, a partir da sintaxe narrativa, estudantes serão descritos

como o sujeito do fazer enquanto professores são concebidos como programadores que organizam um roteiro programado performático para os discentes executarem. Sobre os postulados de Greimas (1979), Eliane Miqueletti (2024, p. 65-66) afirma que

nos discursos didáticos o sujeito da enunciação desse discurso é um sujeito modalizado pelo dever-fazer, há um “meta-discurso didático” que presume manipular o professor e o aluno. Há um destinador que se revela numa “instância de poder”, a exemplo do governo ou de outras instâncias que atuam sobre a escola, os professores, para um dever-fazer. Em outras palavras, concebe o discurso didático como programação e persuasão/manipulação.

Sendo o discurso didático concebido como programação e considerando que a educação se inscreve na ordem da programação, torna-se pertinente explicitar os sentidos atribuídos a esse termo no contexto deste artigo. Para tanto, apoiamo-nos em Landowski (2016), que, ao discutir as concepções de educação, analisa as relações educativas a partir de quatro regimes de interação: programação, manipulação, assentimento e ajustamento. Em sua abordagem teórica, o autor define

a programação como uma concepção que se manifesta, atualmente, por meio dos recursos a diversos substitutos tecnológicos do educador que permitem, hoje, a “interatividade” e a “autonomia”, programar melhor que nunca as fases de uma aprendizagem (Landowski, 2016, p. 11).

Nesse sentido, Luiza Silva (2023) pontua que, nas práticas educativas atuais, e que identificamos claramente na concepção de educação proposta pelas reformas ocorridas no Ensino Médio, “a programação corresponde à concepção mais tradicional de educação, que resulta nas práticas de repetição de um saber já dado como certo” (Silva, 2024, p. 34). Essa prática ocorre dada a própria dinâmica das estruturas educativas, uma vez que, conforme Landowski,

o ato de educar põe por definição em relação de interação um sujeito-educador (*educator*), um sujeito-“educável” (*a educar, educandum*, e não “*educado*”, termo resultativo) e um objeto-educante (*educans*, matéria cujo domínio, sob forma de utilização ou de prática, fará um dia do educável um *educado*) (Landowski, 2016, p. 10).

Em virtude dessa interação entre professor (sujeito-educador), estudante (sujeito-educável) e currículo (objeto-educante) é que a programação, regida pelo princípio de regularidade, torna-se, por meio de “coerções sociais traduzidas sob a forma de regras, de hábitos, de rituais” (Landowski, 2024, p. 19), um instrumento da política neoliberal em que se pressionam professores a permanecerem alinhados à proposta pedagógica estabelecida pela rede de ensino à qual a escola pertence, mesmo que para isso precise apagar os desejos de uma educação como ansiava Belonísia e as vozes que destacamos para compor o *corpus* deste artigo.

Fundamentamos na semiótica discursiva, vinculada à semiótica didática, por se voltar ao texto, especialmente, ao modo como os sentidos são construídos. Essa teoria busca reconstituir os efeitos de sentido dos enunciados, apreendendo as marcas deixadas pela enunciação. Ademais, em sua versão *standard*, preconiza que a narratividade presente nos textos se manifesta quando há transformação do estado inicial ao estado final, oriunda das relações da ação entre sujeitos e suas relações com o objeto. Assim, apoiamo-nos na sintaxe narrativa para compreender a transformação de estado dos sujeitos após as sucessivas reformas, observando as categorias da enunciação, como analisaremos na próxima seção.

O QUE PENSAM PROFESSORES E ESTUDANTES?

No trecho exposto de *Torto arado* (2019), Belonísia menciona o sonho da irmã Bibiana em se tornar professora. Esse sonho pressupõe que a escola seria o espaço capaz de oferecer os meios necessários para a conquista de uma formação profissional. De modo semelhante, muitos estudantes do Ensino Médio almejam concluir essa etapa da educação básica para ingressar no Ensino Superior e, assim, alcançar uma qualificação que lhes permita exercer uma profissão. Contudo, as reformas educacionais, segundo a percepção de professores e estudantes, parecem ter sido planejadas de forma a restringir o acesso à universidade, gerando sentimentos de incerteza e insegurança no ambiente escolar.

Discentes e docentes sentem-se cada vez mais fragilizados com metodologias que padronizam os conteúdos, competências e habilidades. Essa padronização determinada pelos documentos oficiais tem por objetivo controlar as práticas didáticas, alinhando-se a uma política neoliberal, para a qual a

educação é um meio de formar jovens adaptáveis às constantes mudanças do mercado de trabalho. Assim, a escola

ocupa-se com a formação de um sujeito flexível para a ordem econômica que impõe múltiplos saberes, mas não tem interesse por propor experiências efetivas para a sensibilidade de natureza poética. Forma-se para o mercado, mas não para a escuta, o afeto, o respeito, a amizade (Silva, 2021, p. 214).

O excerto conduz-nos a pensar na escola descrita por Belonísia que impõe múltiplos saberes, mas que não busca desenvolver o afeto, a escuta, as vivências dos estudantes. Forma-se apenas para o mercado de trabalho. A formação que se propõe desse sujeito flexível-mercadológico tem sido promovida de forma mais intensa a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº 9.394/1996, quando a agenda neoliberal passa a ocupar a centralidade das diretrizes políticas que, ao introduzir novos componentes curriculares, priorizam a preparação dos alunos para atenderem aos interesses do Estado em vez de atenderem às necessidades dos estudantes. Como forma de disfarçar um rígido cronograma neoliberal, os documentos oficiais mascaram seus discursos com termos como “sugestões, flexibilidade e autonomia”, presentes não apenas neles, mas nas agendas semestrais e nas matrizes curriculares que chegam à escola.

Na prática, o que se percebe é que não há abertura para um ensino democrático em que os professores possam adaptar os conteúdos à realidade em que estão inseridos, pois há um rígido controle para a aplicação desses conteúdos nos relatórios e planos de aula. Ao imprimir à rede um calendário fixado previamente, que define quais conteúdos devem ser trabalhados no currículo, deixa subentendido quais conteúdos devem ser silenciados, por exemplo, o aparente apagamento dos conteúdos que se voltam aos textos literários – pautando uma grave questão acerca do valor do texto estético na/para a formação dos educandos.

De dentro da escola, no entanto, professores e estudantes começam a se posicionar e compreender os reais motivos por trás das políticas educacionais, como se pode ver no posicionamento do professor Luís Inácio:

Luís Inácio: Olha, o que é que eu posso te falar, né? É assim, eu vou até ter o cuidado de destacar na minha fala isso que eu vou falar agora pra ti. Quando eu pego o meu histórico de vida, né? Por exemplo, meu pai era militante no sindicato dos trabalhadores rurais. Então, eu tenho um pé fincado lá na questão sindical. De lá pra cá, a trajetória na educação, o meu envolvimento na

criação de sindicatos dos professores, como foi o caso de Açaílândia, né? A minha participação na criação do Centro de Direitos Humanos de Açaílândia, né? A minha trajetória política em candidaturas de esquerda. Eu não sei como você, como pesquisadora, vai analisar a minha fala, né? Mas a minha fala, eu não vejo como desvincular. Por isso, estou contando dessa trajetória. Eu não consigo desvincular a minha trajetória de vida e todo esse engajamento nos movimentos sociais descolado da educação, do meu fazer educativo, né? Eu vejo que está muito entranhado e, por isso, não deixa de ser tendencioso, né? Então, tem uma tendência, tem um lado, um posicionamento. Conto isso pra lhe dizer o seguinte: quando a reforma do Ensino Médio cai de cima pra baixo, vindo de uma estratégia política com alinhamento à direita, à extrema direita, né? Logo nesse processo de reforma, acaba mexendo e alterando exatamente aquelas disciplinas que formam a questão do pensamento crítico. Então, assim, eu vejo que foi um procedimento intencional, tá certo? Com uma finalidade que, pra mim, ficou extremamente clara: que era exatamente bloquear o desenvolvimento do pensamento crítico, tá certo? E você criar uma massa de estudantes sem o raciocínio crítico pra poder realmente fazer um enfrentamento ao governo no processo de mudança, né? Pra fazer um enfrentamento dentro da sua própria realidade no sentido de transformá-la em algo mais participativo e democrático. Então, assim, eu vejo que foi extremamente danoso (Arquivo pessoal, 2025).

No seu fazer persuasivo, o professor busca a adesão do enunciatário por meio da exposição de sua experiência de vida. Ao iniciar sua resposta, Luís Inácio chama a atenção do enunciatário para o seu processo de formação discursiva. Conforme Fiorin (2024, p. 31), “é por meio dessa formação que o homem constrói seu discurso e reage linguisticamente aos acontecimentos que determinam os modos de como serão construídos os sentidos da fala”. Assim, o enunciador adverte sobre sua formação em movimentos sociais porque expressará, de forma mais evidente, que a reforma tem um viés ideológico a serviço do capital, ou seja, vem de um procedimento intencional. Para o docente, o currículo é tomado como um instrumento de disseminação dos ideais neoliberais para bloquear o desenvolvimento do pensamento crítico, paralisando avanços nesse campo.

A escolha pela narrativa de vida é uma estratégia argumentativa consciente, uma vez que, no gênero entrevista, o sujeito já se encontra ciente de que será interpretado pelo pesquisador em sua atuação como enunciatário; e o discurso proferido é carregado de sua experiência de vida, da militância, do pensamento político e ideológico que foi formado ao longo de sua história de vida. Para

Fiorin (2024, p. 75), “nesse jogo de persuasão, o enunciador utiliza-se de certos procedimentos argumentativos visando levar o enunciatário a admitir como certo, como válido o sentido produzido”.

Assim, Luís Inácio recorre a sua formação discursiva, construída a partir das experiências vividas com o pai na formação sindical e movimentos políticos, para afirmar que as reformas educacionais afetaram justamente aquelas disciplinas responsáveis por fomentar o pensamento crítico, vindo de uma estratégia política alinhada à direita e à extrema direita.

Esse mesmo posicionamento pode ser identificado na fala da professora Helena, ainda que manifestado de forma diferente no plano de expressão:

Helena: A percepção que eu tenho é que toda mudança que acontece na educação que eu vivenciei, ela é jogada. Ela é só repassada de uma forma assim: é, agora é assim. No andar da carroagem vão fazendo alguma formação, vão explicando a respeito. E a sensação que eu tenho é que até as pessoas que vão fazer a formação conosco também recebem essas informações de maneira, eu não digo nem irresponsável, mas é assim, jogado mesmo. Como se fosse: “Agora é assim. Pronto. Se vira”. Essa é a sensação que eu tenho. E isso não aconteceu só agora. Eu lembro, essa já é uma realidade que eu percebo há muito tempo. Eu lembro que quando eu era adolescente, quando mudou de ensino, era de primeira a oitava série e aí você ia fazer o segundo grau, o nome era esse, sim. E aí, como eu morava lá em Brasília, lá era piloto, né? Era um dos polos. E aí mudou. E quando os professores ficaram sabendo, eles chegaram pra gente e disseram assim, eu tava na oitava série, no caso eu ia pro segundo grau. Os professores também não estavam sabendo como que ia ser. Eles só chegaram na sala e disseram: “Ó, gente, a partir do ano que vem não existe mais segundo grau”. E não era isso, é porque mudou a nomenclatura. Ia ser Ensino Médio, né? E aí todo mundo na sala ficou desesperado: “Meu Deus, e agora? Ninguém vai mais entrar na faculdade, ninguém vai mais entrar na universidade, agora é só ensino técnico”. Aí todo mundo na sala ficou apavorado porque cada um tinha um sonho, né, de fazer alguma coisa. E aí todo mundo perdido. E essa mesma sensação eu tenho quando ocorrem essas mudanças. Porque quando entrou o novo Ensino Médio, com esse formato, né, com esses componentes que são totalmente diferentes da nossa vivência... Você tem que criar alguma coisa, tem que criar uma eletiva, tem que trabalhar agora com essa temática aqui. Então foi jogado, traz insegurança. Essa é a sensação que eu tenho, de insegurança em relação ao que pode ser o ano que vem. E isso acontece muito no Tocantins. Todo ano no Tocantins tem uma mudança, todo ano tem alguma coisa diferente. A gente nunca encerra o ano com a certeza do que vai ser o ano letivo seguinte. A gente se sente frustrada (Arquivo pessoal, 2025).

Nota-se que, para apontar como ocorreu o processo de implementação das reformas educacionais dentro da escola, os professores recorrem ao verbo “jogar” e “cair”, que dão concretude à ideia de jogo político por trás da reforma, desencadeando um aspecto sensorial. A forma nominal (particípio) “jogado”, revela como as normativas, as diretrizes, os novos componentes curriculares chegam à escola: são lançados, arremessados, ficando o professor na obrigação de executar aquilo que lhe foi imposto, como expressa a professora Helena: “Pronto, se vira”. Os termos ainda acentuam a assimetria das posições entre quem planeja (programa) e quem executa (operador, no caso, o professor), assim como a falta de sentido, como se as mudanças ocorressem aleatoriamente (por um “acidente”).

A docente cria a imagem-simulacro do jogo político (manobras) em que o currículo é tomado como a “bola da vez”, como um instrumento de disseminação dos ideais neoliberais. As expressões “cai de cima para baixo”, presente no discurso de Luís Inácio, e “jogada”, dita por Helena, não fazem referência apenas a um jogo que envolve estratégias/manobras de manipulação para lograr êxito ao projeto político em andamento, mas se referem a uma imposição autoritária que reforça uma visão verticalizada, estando o Estado sempre em posição topológica de superioridade, em que não há diálogo entre quem está em cima e joga, e quem está embaixo e recebe o golpe como um peso que cai na cabeça.

Para os docentes, todas as mudanças na educação são “jogadas”, o que traz um ambiente de insegurança e medo – paixões de natureza disfórica. A prática das constantes mudanças revela um sistema educativo no qual o “professor deixa de ser aquele que programa, ou seja, que antecipa e projeta sua prática pedagógica, e passa a ser apenas um operador, alguém que executa o que foi programado por outra instância” (Silva, 2024, p. 53), sem qualquer possibilidade de ajustamento entre docente e sistema, ao contrário do processo de interação entre docente e estudantes, em que ainda há ajustamento.

Como estratégia argumentativa para reforçar que as políticas educacionais sempre chegam à escola sem explicações claras – simplesmente *jogadas* –, a professora Helena recorre à memória, relembrando reformas anteriores, como forma de explicitar que as práticas políticas não mudam no decorrer da história, mas se revestem de novas estratégias; aproveita e cita como foi anunciado dentro da sala de aula, enquanto ainda era estudante, o processo de transição entre as leis nº 5.692/1971 e nº 9.394/1996, em que o antigo 2º grau

seria nomeado como Ensino Médio, conferindo a essa etapa um caráter formativo e de terminalidade, ou seja, possibilidade de prosseguimento dos estudos e inserção no mercado de trabalho.

Nota-se, ainda, que as sucessivas reformas são acontecimentos que transformam e moldam as experiências da docente como algo frustrante. Sujeita às normativas impostas, “vive um estado de cólera” (Bertrand, 2003, p. 360) em relação à programação, uma vez que se vê privada de autonomia no ambiente escolar, fazendo o que lhe é imposto e não aquilo que acredita ser o ideal, vendo-se em um estado de disjunção com a liberdade pedagógica.

Conforme observa Silva (2024)³, as atuais políticas educacionais vêm produzindo discursos que atribuem aos docentes papéis actanciais definidos por esferas de poder que, direta ou indiretamente, ditam o dever/ser da escola. Esses discursos institucionais, muitas vezes intimidatórios, regulam a prática pedagógica e reposicionam o professor no interior do sistema educacional. Em vez de sujeito ativo na construção do processo de ensino-aprendizagem – ou seja, aquele que programa, planeja e problematiza sua prática –, o professor é reduzido à função de mero operador, encarregado de executar instruções previamente estabelecidas por instâncias superiores.

Aqui, a pesquisadora aponta que nesse modelo de política educacional, o docente passa a seguir um roteiro didático rigidamente padronizado e controlado, pensado como uma fórmula universal para qualquer sala de aula, sem considerar as especificidades dos sujeitos envolvidos nem as complexidades próprias da prática educativa. Trata-se de uma lógica que despersonaliza o ensino, impondo aulas abstratas e descontextualizadas, às quais tanto professores quanto estudantes devem se submeter. Ainda conforme Luiza Silva (2024, p. 35),

sob a programação, não interessa a alteridade representada pelo outro, sendo a dinâmica propriamente intersubjetiva praticamente reduzida a zero, numa quase objetificação do outro. Há uma instância que ordena; outra que executa, previsivelmente, independentemente de seu querer, de sua adesão ao que é ordenado. Não é necessário, nesse sentido, que o educandum veja sentido no que faz, no que lhe é proposto como objeto-educante. Em termos pedagógicos,

³ No capítulo intitulado “O que é, o que pode, o que deve ser o professor? Reflexões semióticas a respeito de discurso sobre a docência”, de seu livro *Semiótica e ensino*, Silva (2024) traz reflexões sobre as políticas educacionais a partir da semiótica didática com base nos trabalhos de Greimas, Landowski e Hammad.

opera-se sobre modelos, “trilhas”, atividades predefinidas, independentemente dos sujeitos envolvidos na relação: os estudantes e, mesmo, o próprio educador. Em perspectiva filosófica, corresponderia a um saber dogmático.

Silva (2024), a partir de Landowski (2016), adverte que nesse jogo – como citado pelos professores – a programação presente na Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2018) e nas diretrizes estaduais e municipais não levam em conta as vivências, o contexto educacional dos estudantes. Nessa partida, figurativizada pelos docentes nos termos “jogada” e “de cima para baixo”, as constantes mudanças no currículo determinam o vencedor da partida independentemente dos sujeitos envolvidos.

Não diferentemente dos professores, os estudantes também entendem que, nesse jogo político, as reformas visam dificultar o desenvolvimento do pensamento crítico. É o que expõem Laura e Geovana, estudantes tocantinenses:

Laura: Parece que o Estado tá botando a gente pra estudar pra ser só o escravo deles.

Geovana: Na verdade, eu tenho uma opinião formada sobre isso, porque o governo, ele não quer pessoas que pensem por conta própria. Eles, tipo, querem pessoas pra ser igual aquele negócio de pão e circo. Eles querem, tipo, pessoas que não têm opiniões próprias. Pessoas que podem ser dominadas e pessoas que não têm conhecimento, elas são susceptíveis a serem dominadas.

As falas das alunas apontam para os conteúdos das disciplinas da parte diversificada do currículo, nas quais os temas estudados nas aulas são vistos como um mero entretenimento, sem respaldo científico, além de excluírem o tempo das disciplinas científicas da Formação Geral Básica (FGB).

Ao selecionar as figuras “pão e circo” para ilustrar o jogo político educacional, Geovana rememora fatos históricos, revelando sua formação social e o conhecimento histórico adquirido durante as aulas. Ademais, sinaliza que essa programação (pão e circo), como um projeto do governo, bloqueia o pensamento crítico, tornando-se antissujeito, uma vez que paralisa a aquisição de novos saberes e a impede de conquistar o tão desejado objeto de valor que é ingressar na universidade. Já Laura apresenta o Estado como algoz, um superdestinador, pois, ao empregar o substantivo “escravo”, remete ao regime de servidão, denunciando, ao mesmo tempo, que estudantes não têm direito à voz; portanto, para ela, há um discurso de engodo sobre o protagonismo juvenil presente nos documentos oficiais.

Sob a perspectiva das estudantes, o Estado oferece um currículo que forma os jovens para serem escravizados, considerando que a política educacional se assemelha à política de “pão e circo”, na qual se ofereciam divertimento e alimento como forma de desviar a atenção da população dos problemas sociais. Na visão delas, o desejo do governo é dominar, uma vez que a privação do conhecimento é intencional e visa deixar os estudantes mais suscetíveis à dominação e à escravidão.

O posicionamento das alunas também revela a consciência moldada pelos discursos que interiorizaram ao longo da vida escolar. Laura e Geovana moram longe da escola, em povoados distantes da cidade, e precisam do transporte escolar que, em períodos de intensas chuvas na região, muitas vezes não consegue chegar até elas devido às condições da estrada. É na escola que elas têm acesso aos livros. É por meio das disciplinas da Formação Geral Básica que conseguem acesso aos conteúdos históricos, os quais mobilizaram, ao longo da entrevista, para construir seus discursos.

As alunas e os professores, ainda que mobilizem figuras diferentes, convergem para o mesmo posicionamento: a crítica a um modelo de ensino em que o Estado impõe uma programação que inviabiliza a liberdade de produção de conhecimento. Para Eliane Miqueletti (2024, p. 68), esses sujeitos “têm experimentado o resultado de um projeto de educação e de sociedade regidas pelo neoliberalismo, visto que as salas de aula e suas dinâmicas passam a ser territórios em disputa pelas concepções conservadoras, burocratizantes e controladoras”. Nesse sentido, a escola oferece conhecimentos mínimos aos estudantes, o suficiente para atender às exigências do mercado de trabalho. As vozes analisadas, portanto, denunciam as manobras das políticas educacionais que, por meio de novos componentes curriculares, visam formar estudantes como capital humano a serviço do mercado de trabalho, reforçando valores como a propriedade privada e a exploração da força de trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As vozes que apresentamos carregam, em sua entonação, sentimentos diversos: algumas marcadas pela indignação, outras, como a de Helena, silenciadas pelo choro ao final da entrevista. As lágrimas da professora e os questionamentos feitos por Lindinha, por exemplo, demonstram o peso – que carregam sobre si – de uma programação que se volta apenas para uma educação

mercadológica. É claro que é preciso formar para o mercado de trabalho, há em cada estudante o desejo da formação profissional, como sonha Bibiana.

Contudo, é preciso pensar em um ensino que tenha responsabilidade com a cidadania, com a formação humana e com a própria constituição humanística do ser humano. Afinal, a escola precisa fazer sentido aos estudantes – bem como precisa ser um espaço em que o professor possa transgredir a forma imposta pelos documentos oficiais – para que as muitas “Belonísias” percebam que as brincadeiras de rua, as histórias que ouvem nas portas das casas, as danças e festas juninas também estão nas páginas dos livros em forma de textos escritos, e que as histórias contadas pelos professores, mesmo que narrem sobre o parlamento brasileiro, o qual a todo instante vota em medidas que beneficiam apenas eles próprios, são necessárias para que estudantes sempre digam não quando lhes forem oferecidos pão e circo.

Voices that cannot be silenced: semiotic analysis of teacher and student statements about High School reforms in the context of Tocantins

Abstract

This article reflects on educational reforms in High School (Laws nº 13.415/2017 and 14.945/2024). The objective is to analyze the discourses of teachers and students, trying to understand the discursive strategies they mobilize to give meaning to their positions on educational policies. To reach this goal, the analysis focuses on excerpts from interviews, data generated for a doctoral research project developed within the Graduate Program in Linguistics and Teaching at the Federal University of Northern Tocantins (PPGLIT/UFNT).

Keywords

Educational reform. Testimonies. Discursive semiotics.

REFERÊNCIAS

- BERTRAND, D. *Caminhos da semiótica literária*. Bauru: Edusc, 2003.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular: Ensino Médio*. Brasília, DF: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2018.

BRASIL. *Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017*. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e nº 11.494, de 20 de junho de 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 17 fev. 2017.

BRASIL. *Lei nº 14.945, de 31 de julho de 2024*. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), e as Leis nº 14.818, de 16 de janeiro de 2024, 12.711, de 29 de agosto de 2012, 11.096, de 13 de janeiro de 2005, e 14.640, de 31 de julho de 2023. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 31 jul. 2024.

FIORIN, J. L. *Linguagem e ideologia*. 6. ed. São Paulo: Ática, 1998.

FIORIN, J. L. *Elementos de análise do discurso*. 15 ed. São Paulo: Contexto, 2024.

LANDOWSKI, E. Regimes de sentido e formas de educação. *Entreletras*, Araguaína, v. 7, n. 2, p. 8-14, jul./dez. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufnt.edu.br/index.php/entreletras/article/view/3201>. Acesso em: 10 out. 2025.

MIQUELETTI, E. A. Semiótica e currículo: modalização e regimes de interação para na prática docente. In: SILVA, L. H. O. da; MIQUELETTI, E. A. (org.). *Semiótica e ensino: diálogos teóricos e práticos para/com a escola*. São Paulo: Dialética; Araguaína: Universidade Federal do Norte do Tocantins – EDUFNT, 2024. p. 63-108.

SILVA, L. H. O. da. O que é, o que pode, o que deve ser o professor? Reflexões semióticas a respeito de discursos sobre a docência. In: SILVA, L. H. O. da; MIQUELETTI, E. A. (org.). *Semiótica e ensino: diálogos teóricos e práticos para/com a escola*. São Paulo: Dialética; Araguaína: Universidade Federal do Norte do Tocantins – EDUFNT, 2024. p. 29-61.

SILVA, L. H. O. da. Formação do leitor na escola: questionamentos a partir da semiótica discursiva. In: PINTO, F. N. P.; SILVA, L. H. O. da; MELO, M. A. de; CARVALHO, D. B. A. de (org.). *Ensino da literatura no contexto contemporâneo*. São Paulo: Mercado de Letras, 2021. (v. 1). p. 197-217.

SILVA, L. H. O. da. Não vejo o mundo com seus olhos: inquietações sobre a leitura e literatura na perspectiva da semiótica didática. In: BRITO, Á. R. B.; SILVA, L. H. O. da; SOARES, E. P. (org.). *Divulgando conhecimento de linguagem: pesquisas em línguas e literaturas no Ensino Fundamental*. Rio Branco: Napan, 2017.

VIEIRA JÚNIOR, I. *Torto arado*. São Paulo: Todavia, 2019.

UM IMPERATIVO SEMIÓTICO PELA POPULARIZAÇÃO DA CIÊNCIA

ANDREY ISTVAN MENDES CARVALHO*

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Recebido em: 21 ago. 2025. Aceito em: 15 out. 2025.

Como citar este artigo: CARVALHO, A. I. M. Um imperativo semiótico pela popularização da ciência. *Cadernos de Pós-Graduação em Letras*, v. 25, n. 3, p. 129-147, set./dez. 2025. DOI: 10.5935/cadernosletras.v25n3p129-147

Resumo

Este artigo analisa a popularização da ciência como um imperativo, examinando a relação dialética entre o conhecimento científico e as tradições socioculturais. Utilizando o quadrado semiótico, articulam-se quatro tradições de conhecimento (teórica, metodológica, histórica e prática) e demonstra-se como operações de triagem e mistura permitem à ciência distanciar-se do senso comum para depois reintegrar-se à sociedade como aplicação. Identifica ainda as deturações desse processo: a pseudociência (triagem exacerbada) e a paraciência

* E-mail: andrey_carvalho@letras.ufrj.br
 <https://orcid.org/0000-0001-8270-0534>

(indeterminação semântica pela mistura). Conclui que a popularização é crucial para combater esses desvios, garantindo a relevância e o diálogo contínuo entre ciência e sociedade.

Palavras-chave

Epistemologia. Popularização da ciência. Semiótica.

INTRODUÇÃO

Nos últimos 20 anos, os estudos sobre a popularização da ciência têm ganhado enorme fôlego, e muito tem se falado sobre as diferentes estratégias e modos de levar adiante esse esforço (cf. Brossard e Lewenstein, 2021; Germano e Kulesza, 2007; Moirand e Reboul-Touré, 2016; dentre outros). Outros trabalhos, como Vogt (2011), têm buscado identificar o lugar da popularização da ciência como modo de relação entre os cientistas e a sociedade. Dessa forma, o que buscamos, no presente artigo, é abrir, de maneira ainda exploratória e a ser refinada, uma terceira via de reflexão sobre o tema, buscando identificar como, por um viés epistemológico, é possível argumentar em favor da popularização científica e de seu papel como um imperativo para o desenvolvimento da própria ciência.

Nesse sentido, o presente artigo se divide em quatro seções. Na primeira delas, buscamos apresentar uma definição baseada em estudos em Epistemologia sobre a posição do conhecimento científico diante de outras tradições de conhecimento. Com essa definição, partimos para a apresentação de um dispositivo semiótico, na forma de um quadrado, o qual apresenta as operações de triagem e mistura que qualificam essas diferentes tradições. Na terceira seção, trataremos de dois grandes problemas atuais, isto é, a pseudociência e a paraciência, que são fruto de uma espécie de deturpação dos procedimentos de construção das tradições científicas. Por fim, na última seção, argumentamos em favor de que a popularização da ciência se mostra, semioticamente, como uma espécie de imperativo para o progresso da ciência e da sociedade.

COMPREENDENDO UMA DEFINIÇÃO DE CIÊNCIA

A diferenciação entre o conhecimento científico e o conhecimento do senso comum é, historicamente, uma das principais discussões presentes para as teorias do conhecimento ou, em outros termos, a epistemologia. É, no entanto, a partir do século XIX e, com mais força, no século XX, que essas discussões ganham maior corpo. Isso se deve, principalmente, ao rompimento de determinados domínios de pensamento com o conhecimento vulgar, por meio de uma maior especialização dos seus métodos observacionais. Para Bachelard (2006), a construção dos campos científicos, em especial os de ponta, como a física e a química,

trata-se nada mais nada menos que da primazia da reflexão sobre a percepção, da preparação numenal dos fenômenos tecnicamente constituídos. As trajetórias que permitem separar os isótopos no espectroscópio de massa não existem na natureza; é preciso produzi-las tecnicamente. São teoremas reificados. Teremos de demonstrar que aquilo que o homem faz numa técnica científica não existe na natureza e não é sequer uma continuação natural dos fenômenos naturais (Bachelard, 2006, p. 19).

É nesse período, portanto, que a ciência começa a poder ser entendida, com maior força, como uma forma de conhecimento especial perante as outras possíveis em um contexto sócio-histórico, e seus discursos passam a gozar de determinados privilégios de circulação no campo social. Rompendo com um plano de evidência acessível, o discurso da ciência ganha ares de uma produção que não trata de dados imediatos para qualquer ser humano, mas como um discurso que precisa (i) fundamentar os próprios dados e os próprios objetos por meio de procedimentos lógicos ou experimentais específicos; (ii) diferenciar o domínio de seus procedimentos diante dos objetos diretamente acessíveis pela experiência, que são quase que totalmente excluídos do domínio da ciência; e (iii) delimitar os procedimentos que garantem a especificidade dos próprios procedimentos, ou seja, sua delimitação diante do que é ou não é cabível em seu espaço de atuação. De acordo com Gil (1991), nesse sentido, o conhecimento científico passa a ser entendido, ao longo do século XX, como

uma forma de conhecimento objetivo, racional, sistemático, geral, verificável e falível. O conhecimento científico é objetivo porque descreve a realidade

independentemente dos caprichos do pesquisador. É racional porque se vale sobretudo da razão, e não de sensações ou impressões, para chegar aos seus resultados. É sistemático porque se preocupa em construir sistemas de ideias organizadas racionalmente e em incluir os conhecimentos parciais em totalidades cada vez mais amplas. É geral porque seu interesse se dirige fundamentalmente a elaboração de leis ou normas gerais, que explicam todos os fenômenos de um certo tipo. É verificável porque sempre possibilita demonstrar a veracidade das informações. Finalmente, é falível porque, ao contrário de outros sistemas de conhecimento elaborados pelo homem, reconhece sua própria capacidade de errar (Gil, 1991, p. 21).

Conforme Ferrari (1982, p. 2), em um direcionamento semelhante, a ciência pode ser definida como “todo um conjunto de atitudes e de atividades racionais, dirigido ao sistemático conhecimento com objetivo limitado, capaz de ser submetido a verificação”. O cientista, ou seja, o sujeito operador da ciência, assume um papel duplo: é o produtor do conhecimento, mas nele não deve aparecer como figura pessoalmente responsável, uma vez que o componente subjetivo, os “caprichos”, devem ser afastados. Nesse sentido, o cientista, apesar do prestígio que sua prática confere, vê-se delegado ao papel de um resolver sistemático de problemas os quais, em muitos casos, fazem sentido apenas para ele e seus pares, pois apenas esse grupo tem acesso aos dispositivos lógicos e observacionais da ciência. A limitação, portanto, converte-se na palavra-chave do conhecimento científico, característica que hoje, ao modo de uma oposição entre o sagrado e o profano, define o científico e o não científico.

O sagrado, no entanto, encontra seus meios de ligação com o mundo profano, da mesma forma que a ciência retorna ao terreno sócio-histórico, ainda que dele demarcada. As razões, nesse sentido, são variadas, mas é importante notar que são as necessidades do mundo e da vida comum que, em um retrospecto, lançaram os motivos da ciência e da investigação. É assim que a ciência, inicialmente demarcada do senso comum, encontra-se com ele ao converter-se em uma lógica de resolução de problemas aos quais os sujeitos sociais, não cientistas, recorrem. A diferença entre esses sujeitos e seus espaços aparece, assim, pelo fato de que a ciência, diferente do senso comum, busca se afirmar como uma lógica de resolução de problemas por meio de postulados lógicos, relações validadas por expedientes logicamente relacionados, mas principalmente racionais das quais extraem, além de soluções para problemas sociais, seu poder nos diversos cenários políticos, históricos e sociais.

O racionalismo e a Razão ocupam, assim, um papel fundamental na diferenciação da ciência diante do conhecimento comum e acabam, historicamente, por constituir um de seus principais instrumentos de poder. A Razão pode ser entendida, entre outros aspectos, como um procedimento discursivo que visa construir enunciados cuja validade, concordada em uma cultura, é incontestável e universal. Como aponta Nicola Abbagnano (2007, p. 827, grifos do autor),

o conceito da Razão como discurso permite a consideração formal do procedimento racional: possibilita uma lógica, que é na realidade a lógica tradicional na forma elaborada pelos filósofos desde Aristóteles até o fim do séc. XIX. Entendida neste sentido, a lógica é ao mesmo tempo descritiva e normativa: descritiva em relação aos procedimentos próprios da Razão, normativa no sentido de que essa mesma descrição vale como regra para o uso correto da razão.

Por esse entendimento, Lecourt e Borgueios (2006) definem o procedimento de construção e afirmação da razão, o discurso racionalista, como

aquele que admite como válido apenas o que pode ser reconhecido como tal por uma **inteligência estritamente humana**, excluindo qualquer revelação de origem transcendental e qualquer dogma metafísico que esteja distante de uma experiência das realidades acessíveis por meios do conhecimento, sejam eles naturais ou tecnicamente sofisticados¹ (Lecourt; Borgueios, 2006, p. 928; tradução e grifos nossos).

Considerar o discurso racionalista por esse viés, no entanto, pressupõe a assunção de que existem padrões universalmente válidos de conhecimento que podem ser tomados como modos universais de validação dos saberes, modos esses reconhecíveis a qualquer inteligência humana. Assim, a forma por meio da qual o discurso racionalista se constrói é tomada como, no mínimo, evidente a qualquer ser humano. Uma recíproca, nesse sentido, surge, abrindo a perigosa possibilidade de assumir que reconhecer a universalidade da razão como forma universalmente válida de conhecimento e existência é condição para que um sujeito seja. O que subjaz a essa possibilidade, como aponta Feyerabend (1999), é um pressuposto potencialmente autoritário de validação de formas de vida eleitas por um grupo tomado por racional, em detrimento de outras

¹ Texto original em francês: “*Celui qui n'admet comme recevable que ce qui peut être reconnu comme tel par une intelligence strictement humaine, à l'exclusion de toute révélation d'origine transcendante et de tout dogme métaphysique en retrait par rapport à une expérience des réalités accessibles aux moyens de connaissance soit naturels soit techniquement sophistiqués*”.

que, mesmo válidas, não ostentem os valores de racionalidade elegidos. Nas palavras do autor,

o pressuposto de que existem padrões de conhecimento e de ação universalmente válidos e restritivos é um caso especial de uma crença cuja influência ultrapassa o domínio do debate intelectual. Esta crença pode ser formulada através da afirmação da existência de um modo de vida certo e que o mundo deve ter sido feito para aceitá-lo. [...] Podemos inferir que a ideia [de que existe tal padrão universalmente reconhecível] não passa de um resquício dos tempos em que assuntos importantes eram decididos por um único centro, um rei ou um deus ciumento, apoiando e dando autoridade a uma única visão do mundo. E podemos ainda inferir que Razão e Racionalidade são poderes afins e que se encontram rodeados da mesma aura que os deuses, os reis, os tiranos e as suas leis implacáveis (Feyerabend, 1999, p. 20-21, grifos nossos).

Tal conjuntura é, portanto, fruto de um processo histórico no qual a Razão, tomada no sentido estrito que temos exposto, por motivos materiais, assumiu a dianteira diante de outras formas de vida. Nessa linha, ao compreendermos o papel da ciência – exemplar mais evidente do discurso racionalista –, constatamos que “a racionalidade não é um árbitro de tradições, mas é ela própria uma tradição ou um aspecto de uma tradição” (Feyerabend, 2011, p. 287). Essa tradição racional e científica guarda em si determinados valores que se especificam, portanto, diante dos valores de outras tradições com as quais continuamente interage. Essa ciência, prática de resolução de problemas que ela mesma diagnostica, ostenta valores de racionalidade puramente diferenciais, que não existem substancialmente, visto que cientistas sempre praticaram um ecletismo em suas fontes e métodos o qual, *a posteriori*, foi definido como racional e usado, após sua definição, como instrumento de poder e exclusão de outras formas igualmente ecléticas de produção de conhecimento. De acordo com Feyerabend (1999, p. 48, grifos nossos), torna-se claro que

a unidade fictícia “ciência” que deve excluir tudo o mais [que não seja racional], pura e simplesmente não existe. Os cientistas recolheram ideias dos mais diversos campos, com suas opiniões a colidirem muitas vezes com o senso comum e as doutrinas estabelecidas, e sempre adaptaram seus procedimentos à tarefa em mãos. [...] tudo serve – quer dizer, tudo o que é suscetível de fazer progredir o conhecimento na perspectiva de um investigador ou de uma tradição de investigação.

A relação entre essas tradições teóricas e as tradições sócio-históricas das quais se diferenciam é, assim, conflituosa, mas igualmente marcada pelas trocas que estabelecem entre si, já que, por seu ecletismo – mesmo constantemente negado –, as tradições científicas se alimentam dessas tradições construídas pelo senso comum. Posteriormente a sua construção e “metodização”, as práticas dessa comunidade social são reinterpretadas e tomam uma forma dita, enfim, científica. Na mesma linha, as tradições teóricas, organização dos discursos científicos em um determinado campo de conhecimento restrito e elido como racional, resolvendo os problemas levantados pela vida comum de forma apartada, retorna a ela, sendo interpretada e usada por não especialistas e alterando, por dentro, a própria história. Nesse sentido, é possível pontuar que

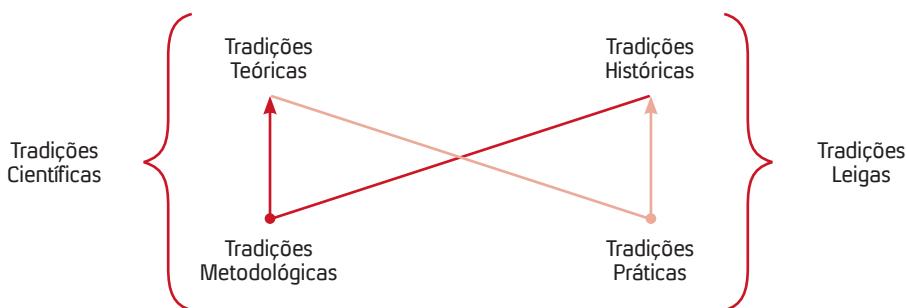
as tradições teóricas opõem-se as tradições históricas na *intenção*, não no *facto*. Ao tentarem *criar um conhecimento* que diverge do ‘mero’ conhecimento histórico ou empírico, conseguiram encontrar formulações (teorias, fórmulas) que *pareçam* objetivas, universais e logicamente rigorosas, mas que são *usadas*, e no uso, *interpretadas*, de modo contrário a todas essas propriedades. O que temos é uma *nova tradição* histórica que, arrastada por uma considerável falsa consciência, pode transcender a percepção e a opinião humanas e a vida humana (Feyerabend, 1999, p. 152, grifos do autor).

Em outros termos, com o estabelecimento de determinadas tradições sócio-históricas, as tradições teóricas se diferenciam na tentativa de criar, por meio de expedientes que definem como racionais, seus conteúdos: fórmulas, teorias, modelos. Esses expedientes são as regras de formulações racionais que o próprio campo científico formula, seus métodos. Criada essa tradição metodológica e teórica, ela é usada e interpretada pelos sujeitos políticos e sociais (que, em alguns casos, podem ser os próprios cientistas em posições de poder), em um campo não científico, dando origem a outras tradições sócio-históricas ou alterando as já existentes. A diferenciação, portanto, entre ciência e senso comum mostra-se, reafirmamos, como uma diferenciação formal, não substancial; e a avaliação de um conhecimento como científico é posicional, não constitucional, delimitando campos formais de circulação e produção de poder científico.

AS TRADIÇÕES DE CONHECIMENTO: UM DISPOSITIVO SEMIÓTICO²

Com essas considerações, é possível interpretar semioticamente a tipologia epistemológica esboçada por Feyerabend (1999, 2011) para os conhecimentos que circulam nos espaços históricos e sociais. Usando o dispositivo do quadrado semiótico (Greimas; Courtés, 1989; Fontanille; Zilberberg, 2001), podemos ter como resultado a seguinte configuração:

FIGURA 1 – As tradições de conhecimento



Fonte: Elaborada pelo autor.

As tradições científicas, representadas no lado esquerdo, seriam compostas pelas tradições teóricas e metodológicas. Por sua vez, representadas no lado direito, estão as tradições sócio-históricas e práticas, que, nesse sentido, compõem as tradições leigas. O conhecimento do senso comum, elemento das tradições sócio-históricas, é negado por meio de um conjunto de regras de construção, e, em linhas gerais, constituem os -ismos (racionalismo, empirismo), tradições metodológicas voltadas para a sistematização dos conhecimentos em relação a uma realidade que recortam de um contexto sócio-histórico mais amplo. Tais tradições metodológicas se desdobram – construindo teorizações, modelos da realidade, leis de interpretação – em tradições teóricas, o campo específico das teorias científicas (física, química). O produto dessas

² Consideramos enormemente, para elaboração desta seção, o trabalho de Lima (2019), em que a autora discute a ideia de transposição didática e sua relação com algum dos conceitos aqui explorados. Ressaltamos, no entanto, ainda que adotando um instrumental de análise semelhante, tratar-se de dois empreendimentos diversos os que levamos a cabo.

tradições teóricas, por sua vez, visa, como vimos, a resolução de problemas recortados de um contexto histórico e social. Desse modo, as tradições teóricas precisam ser negadas em favor da construção de tradições práticas e aplicadas, em que o caráter utilitário das primeiras é elevado e, com isso, o uso desses conhecimentos toma a dianteira. Esse caráter prático vai, aos poucos, constituindo-se como uma construção histórica, na qual as práticas de resolução se convertem em hábitos, tradições, formas de vida, retornando para o início do esquema.

O que se estabelece, assim, é uma espécie de dialética do progresso social por meio da ciência ou, o que é igualmente válido, o progresso e a renovação da ciência por meio da experiência histórica e social. Ressaltando a importância desse movimento, para o desenvolvimento científico, entre comunidade sócio-histórica e tradições científicas, Feyerabend (2011, p. 317-318, grifos nossos) reflete que

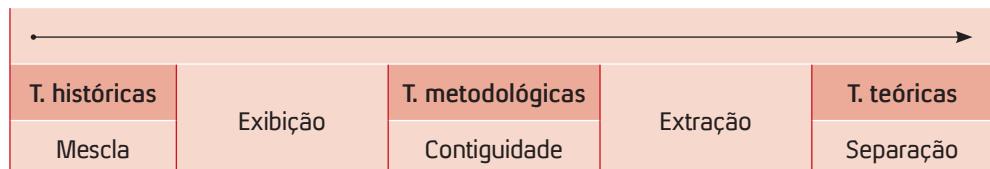
uma comunidade usará ciência e cientistas de um modo que concorde com seus valores e objetivos e corrigirá as instituições científicas em seu meio para deixá-las mais próximas a esses objetivos. A objeção de que a ciência é autocorretiva e, assim, não necessita de interferência externa não leva em conta, primeiro, que todo empreendimento é autocorretivo e, segundo, que, em uma democracia, a autocorreção do todo, que busca alcançar modos de viver mais humanos, elimina a autocorreção das partes, a qual tem um objetivo mais limitado – a menos que seja dada às partes uma independência temporária. Consequentemente, em uma democracia, as populações locais não apenas usarão, mas também deveriam usar as ciências nas maneiras mais adequadas a elas. A objeção de que os cidadãos não têm a competência de um especialista para julgar assuntos científicos não leva em conta que problemas importantes frequentemente cruzam os limites de várias ciências, de modo que os cientistas em cada uma dessas ciências também não têm as qualificações necessárias. Além do mais, casos duvidosos sempre apresentam especialistas a favor de um dos lados, especialistas a favor de outro e especialistas que defendem uma posição intermediária. A competência do público geral, contudo, poderia ser grandemente melhorada por uma educação que expusesse a falibilidade dos especialistas, em vez de agir como se ela não existisse.

Nesse cenário, as coerções históricas e sociais, em suas tradições, delimitam os modos pelos quais os problemas podem ser encarados por determinados grupos autorizados, ou seja, os cientistas, e ajusta, indiretamente, suas

práticas como um instrumento global de correção. Tais sujeitos da ciência tornam-se cientistas ao desenvolverem modos regulares de indagação que se convertem em métodos e doutrinas, tradições metodológicas. Essas tradições metodológicas, ao delimitarem e resolverem problemas surgidos das tradições históricas, estabelecem-se como tradições teóricas desligadas das tradições históricas, visto que agora respondem aos problemas e demandas que construíram, metodologicamente, para si. Construídas, as tradições teóricas resolvem os problemas a que se propuseram, mas de forma indireta, sendo necessária uma etapa de interpretação e uso dos resultados teóricos que pode ser assumida pelos próprios cientistas ou pela comunidade. As tradições práticas e aplicadas, negando o caráter de independência das tradições teóricas em relação ao mundo histórico, cumprem esse papel demonstrando a deriva já conhecida das ciências para as tecnologias. Tais tradições práticas, por fim, constroem novas tradições históricas, reiniciando o ciclo ao promover alterações nas formas de vida de uma sociedade, com novas práticas e novas regularidades de ação.

As tradições históricas, assim como o *locus* de interação social, são as responsáveis por determinar os conjuntos de temas relevantes para uma época. Não sendo a ciência uma criação espontânea, tem seus temas definidos por um *zeitgeist* que anima os empreendimentos e leva à crítica e à reformulação das teorias e paradigmas. Esse papel da história externa dos campos científicos, estabelecendo e restabelecendo as demandas sociais pertinentes, as crises de pensamentos e os momentos de choques entre as ideias sociais toma a forma, discursivamente, de uma operação de triagem. Desse modo, recortando os valores e temas globais do terreno da cultura, em sentido amplo, tal operação constrói, usando os termos de Zilberberg (2004, 2011), valores de absoluto. Assim, as diferentes passagens do domínio histórico para o metodológico, e do metodológico, enfim, para o teórico dizem respeito a uma triagem bastante específica de temas, que podemos ver no seguinte esquema:

ESQUEMA 1 – A passagem das tradições históricas para as tradições teóricas

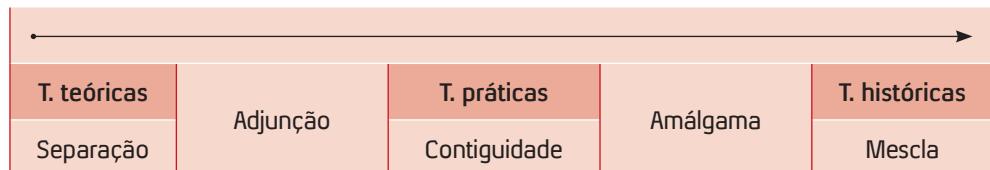


Fonte: Elaborado pelo autor.

Ao destacarem elementos das tradições históricas, os sujeitos enunciadores do discurso científico discretizam alguns elementos da mescla existente entre os conhecimentos em um contexto sócio-histórico determinado. Assim, os temas gerais, mescla que constitui um ambiente histórico, social e cultural dado, são exibidos na forma de uma escolha, cuja motivação pode ser econômica, ideológica etc., e pela qual passam a ter um valor de destaque; definem-se, assim, como direção para os esforços de pensamento. Nessa condição, passam a estar em uma espécie de contiguidade instável em relação aos outros conhecimentos gerais, de modo que tem seu valor próprio afirmado e se configuram com destaque a ponto de assumirem espaços de circulação próprios, mas sem, ainda, estarem inteiramente independentes de um terreno comum. É nesse sentido que as tradições metodológicas, não independentes das tradições históricas, constituem as lógicas de resolução de problemas que, nos mais diversos campos da atuação humana, têm *status* privilegiado diante dos outros sem que delas se separem, de modo que sofrem coerções, mais diretamente, de questões históricas e sociais – sendo um caso exemplar o do humanismo e o do estruturalismo.

É, portanto, por um processo de extração que se elegem os temas e valores passíveis de elevação e delimitação, os métodos que podem ser validados e replicados, e os ideais aos quais a ciência aspira. É nesse movimento, fruto dessa delimitação mais clara, construindo objetos apartados da experiência comum, que se constroem as tradições teóricas e os espaços de distinção e legitimação. Essa origem genética do espaço comum, no entanto, possibilita, em momentos de crise, a circulação e a conversão de termos³. Assim, ao construírem uma espécie de dialética, o caminho oposto pode ser apresentado nos seguintes termos:

ESQUEMA 2 – A passagem das tradições teóricas para as tradições históricas



Fonte: Elaborado pelo autor.

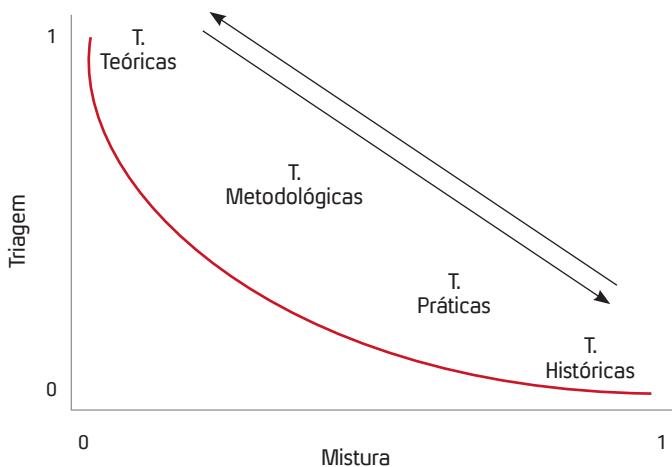
³ Esse procedimento de interpretação é, acreditamos, aplicável ao corte epistemológico bachelardiano (Bachelard, 2006). Não citamos tais relações de forma explícita, pois essa interpretação, ainda que interessante, não constitui objetivo deste trabalho.

As tradições teóricas, separadas de um campo de valores e temas prosaicos, têm suas fronteiras rompidas por uma espécie de deriva em direção ao campo histórico; desse modo, a separação, por razões externas, se vê valorada negativamente. Essa deriva, parte do processo histórico, se deve, principalmente, a dois fatores: as crises da ciência normal (Kuhn, 1979) ou a construção de ciências aplicadas (Fourez, 1995). Nos momentos de crise, os valores da ciência são postos em xeque e um retorno ao “terreno comum” da prática se faz necessário para o estabelecimento das críticas e mudanças de paradigmas. Em contrapartida, inseridos num campo de atuação social, os cientistas precisam gerar produtos capazes de afirmar valores pertinentes aos sujeitos históricos, situações em que descem das “torres de marfim” e buscam aplicações para seus constructos, estabelecendo uma interface contígua em que o capital acadêmico pode se converter em capital político e econômico (Bourdieu, 2004). Essa conversão, por fim, opera uma (re)mescla entre esses sistemas de valoração, criando tradições históricas ou transformando as tradições até então existentes.

A dialética do progresso pela ciência – ou o processo de construção sócio-histórica do discurso científico – pode ser semioticamente interpretada como um movimento pendular entre uma mescla e uma separação. Apesar disso, no plano aspectual, não se parece envolver uma expulsão – não há ciência, por mais idealizada que seja, que construa um mundo inteiramente à parte. A adjunção e a exibição, operações propostas por Zilberberg (2004), marcadas pela incoatividade, são responsáveis pela grande passagem entre a região dos conhecimentos científicos e não científicos. Isso porque, sendo um processo também histórico, a afirmação de certos conhecimentos como valores distintos é dotada de um caráter inicial, mas não imediato, já que é a afirmação do campo oposto que encerra o processo. A liga e a amálgama, por sua vez, atuam de forma progressiva, uma processualidade não imediata. A conversão dos valores de uma tradição metodológica para uma tradição teórica, nesse sentido, é fruto de uma série de etapas, uma metodologização, valendo também para a conversão dos valores de tradições práticas em valores sociais, uma transformação que, ainda que em termos individuais possa parecer revolucionária, é um processo histórico de longo prazo – a internet e suas novas formas de vida, as comunicações de massa e suas novas práticas, por exemplo.

Nossa estrutura quaternária pode ser mais bem compreendida, portanto, por meio de um diagrama, em que as tradições teóricas e históricas compreendem os sobrecontrários, enquanto as tradições históricas e metodológicas se mostram como subcontrários, nos termos de Zilberberg (2011):

FIGURA 2 – Diagrama das tradições do conhecimento



Fonte: Elaborada pelo autor.

Baseadas na triagem, reafirmamos: as tradições teóricas estabelecem valores de absoluto, contrapostos aos valores das tradições históricas, de universo (Zilberberg, 2011). Entre elas, as tradições práticas e metodológicas apresentam posições de maior neutralidade, em que as triagens e misturas, ainda que operadas, não atingem nenhum grau mais elevado de separação entre os valores, centradas na identificação de diferenças que permitem uma mescla que não se desdobra em uma fusão ou uma extração que não se completa, por sua vez, em uma expulsão.

AS DETURPAÇÕES DO DISCURSO CIENTÍFICO

Ao definirmos, assim, tradições científicas, divididas em metodológicas e teóricas, e as não científicas, divididas entre práticas e históricas, a questão da pseudociência parece não se colocar, já que tudo o que não é científico passa a ser ou histórico ou prático. Isso, no entanto, está longe de ser uma interpretação correta. Antes de posições estanques, as tradições de conhecimento que temos abordado se definem precisamente pela capacidade de mobilização e transformação, engendrando-se umas nas outras.

Um fator fundamental para a definição das pseudociências tem sido precisamente a falta dessa mobilidade e engendramento. Nesse sentido, como

afirma Bunge (2017 *apud* Souza; Oliveira, 2024), os conceitos estáticos e a falta de relação com outras tradições de conhecimento, sem estabelecer sobreposições e alternativas, é marca fundamental de um tipo de pensamento pseudocientífico. Hansson (2025), no entanto, estabelecendo um contraponto, esclarece que a noção de pseudociência é mais bem aplicada a um tipo de conhecimento que, ao mesmo tempo, não é científico e se esforça, por meio de seus proponentes, para parecer científico. Dessa forma, semioticamente, os discursos pseudocientíficos são interpretados como parte dos discursos mentirosos, que parecem e não são, construindo uma manifestação que não ostenta, em um plano imanente, os valores da ciência (Barros, 2022).

No entanto, como vimos, se as tradições não científicas podem assumir caráter prático ou histórico, é possível pensar em pseudociências mais próximas de uma tradição histórica e pseudociências mais próximas de uma tradição prática. É preciso, assim, em primeiro lugar, estabelecer uma primeira cisão nessa categoria, que tem assumido caráter bastante amplo. Pensando uma divisão desse amplo conceito de pseudociência, Mahner (2007, p. 548) propõe que sejam considerados dois tipos de práticas: a paraciência e a pseudociência propriamente dita. Para o autor, a pseudociência está relacionada diretamente com o esforço de fazer com que determinados conhecimento e discurso pareçam científicos sem o ser; a paraciência, por sua vez, diz respeito às tradições de conhecimento que não estabelecem compromisso com a ciência por fazerem parte de rationalidades distintas, como a astrologia e as medicinas tradicionais.

Tal noção de paraciência se aproxima, assim, do que Hansson (2014, p. 40) chama de pseudoteoria, uma rejeição consciente do todo ou de parte do conhecimento científico em prol de uma tradição de comportamentos e ações próprios. Como parte da pseudociência, o autor, igualmente, inclui o negacionismo científico, que enxerga como dotado de características próprias, como a rejeição da ciência. Esse negacionismo científico, no entanto, como também mostra Barros (2022), é parte de uma estratégia de afirmação de um conhecimento pseudocientífico, apresentado como alternativa à ciência negada. Assim, ao pensarmos nessas categorias, parece-nos pertinente a diferenciação apenas entre, de um lado, a pseudociência e, do outro, a paraciência, uma vez que tem sido visto que a negação da ciência é, quase sempre, uma afirmação da pseudociência ou da paraciência.

Entendemos, assim, que as pseudociências são uma espécie de passagem das tradições científicas em tradições práticas hipercientíficas: os conhecimentos, conceitos, temas e práticas da ciência são filtrados por um *cherry picking*,

uma seleção de partes convenientemente escolhidas, muito pertinente à construção de um tipo de discurso marcado pela exacerbação da triagem para a construção de uma nova tradição e um novo modo de ser e agir no mundo – daí uma relação entre as pseudociências e as teorias da conspiração (Carvalho, 2024). As paraciências, por sua vez, seriam parte das tradições históricas que, por seu caráter alternativo, negam a passagem para uma metodologização tradicional e estabelecem alternativas, exacerbando as misturas de questões que, mesmo metodologicamente pertinentes, passam a ser semanticamente indeterminadas. Em suma, as paraciências são um estancamento das tradições históricas que, por meio da ambiguidade e da indeterminação semântica (exacerbação da mistura) de termos como método, prova, eficácia, preservam-se.

Isso posto, podemos resumir, em uma tabela, as relações de construção das tradições científicas, metodológicas e teóricas, e das tradições não científicas, históricas e práticas, incluído, agora, as noções de pseudociência e paraciência:

Tabela 1 – Tradições de conhecimento: operações e deturpações

Tradição	Operações	Sintagmas	
(1) Teórica (2) Metodológica (3) Histórica (4) Prática	Triagens e misturas	[1] → [4] → [3]	1 ^a etapa
		[3] → [2] → [1]	2 ^a etapa
		[1] → [4] → [3]	3 ^a etapa
		[3] → [2] → [1]	4 ^a etapa
(5) Pseudocientífica	Exacerbação da triagem (<i>cherry picking</i>)	[1] → [4] → [5]	
(6) Paracientífica	Exacerbação da mistura (indeterminação semântica)	[3] → [2] → [6]	

Fonte: Elaborada pelo autor.

Se as tradições científicas e não científicas se relacionam por meio de operações de triagem e misturas, intercaladas, construindo sintagmas marcados pela ideia de uma dialética da produção de conhecimento, o cenário das pseudociências e paraciências é o oposto. Em primeiro lugar, o caso das pseudociências se destaca, como argumentamos, pelo estabelecimento de uma exacerbação da triagem. Uma tradição teórica, construída por meio de operações de triagem, é mais uma vez triada, de modo a selecionar, do conjunto teórico, apenas as partes convenientes para sustentar novos modos de ser e de

fazer no mundo. Os exemplos desse tipo de construção são numerosos, como a teoria da Terra plana, em que apenas determinados procedimentos genuinamente científicos, e determinadas visões científicas já superadas, são selecionados e elevados à categoria de conhecimento válido, pois sustentam as crenças e o sentimento de grupo dos seus adeptos. Por sua vez, a paraciência se constrói como uma exacerbação da mistura ao assumir que termos como evidência podem se relacionar com apenas alguns casos, sem diferenciar metodologicamente efeitos como a eficácia de um chá por suas propriedades ou por um efeito placebo; logo, não definem seus meios de verificação e testagem, usando termos científicos de forma imprecisa.

A POPULARIZAÇÃO DA CIÊNCIA COMO UM IMPERATIVO

Parece possível, nesse sentido, pensar duas frentes de combate a esses discursos. A ferramenta de combate aparece, para os discursos pseudocientíficos, no restabelecimento das misturas. Aproximando os conhecimentos científicos dos sujeitos sociais, tais práticas visam minorar os efeitos das triagens indevidas, reunindo o conhecimento científico às tradições históricas, e, portanto, restabelecendo a justeza que permite o progresso dos conhecimentos na sociedade. Teorias como a da Terra plana e do criacionismo podem ser combatidas se aproximarmos os sujeitos sociais dos métodos da ciência, de suas ferramentas de investigação e experimentação, para que, a partir dessa compreensão, empreendam indagações científicas que lhes permitam chegar a conclusões sobre a invalidade das ideias que têm por verdade – e de compreender novas formas de ser e de fazer social mais harmônicos com a cultura estabelecida.

O combate às paraciências, por sua vez, funciona no sentido contrário, isto é, restabelecendo as triagens. Para isso, busca-se desfazer as indeterminações semânticas, esclarecendo o sentido dos termos científicos, dos conceitos, das teorias e dos constructos, delimitando os espaços justos de atuação daqueles saberes. Ao confrontarmos, por exemplo, os usos de termos e conceitos das ciências, como “energia” e “quântico”, é possível esclarecer os usos indevidos que fazem com que, falsamente, as ciências sejam usadas como suporte para conhecimentos que nela não encontram respaldo e a preservação de práticas, hábitos e atitudes que, mesmo sem embasamento científico, são afirmados como se o tivessem.

Mais do que opositos, os dois esforços se mostram complementares no cenário contemporâneo. E, como vimos, essa complementaridade aparece sendo parte de um mesmo dispositivo semiótico, a popularização da ciência e a ciência se retroalimentam. Pensar um esforço científico que se separe inteiramente do social é um dos primeiros passos para a construção das pseudociências, mas levar a ciência irresponsavelmente para a sociedade também tem seus prejuízos (cf. Carvalho, 2025, sobre a responsabilidade da imprensa sobre a ciência). O isolamento é marca dos discursos que, recorrendo a esoterismos e circunscrições exacerbadas, desafiam a ciência num esforço de a descredibilizar; a perda de identidade da ciência leva a um discurso que, antes de negar seus valores, faz com que eles se desfaçam em um campo de ideias que podem servir a qualquer um e a qualquer propósito. Popularizar a ciência, assim, é uma espécie de imperativo para qualquer cientista e, mais que tudo, nossa responsabilidade.

A semiotic imperative for the popularization of science

Abstract

This article analyzes the popularization of science as a semiotic imperative, examining the dialectical relationship between scientific knowledge and socio-cultural traditions. Using the semiotic square, it articulates four traditions of knowledge (theoretical, methodological, historical, and practical) and demonstrates how operations of filtering and blending allow science to distance itself from common sense and later reintegrate into society as applied knowledge. It also identifies distortions of this process: pseudoscience (excessive filtering) and parascience (semantic indeterminacy through blending). It concludes that popularization is crucial to combat these deviations, ensuring the relevance and ongoing dialogue between science and society.

Keywords

Epistemology. Popularization of science. Semiotics.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, N. *Dicionário de filosofia*. Tradução Alfredo Bossi. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

BACHELARD, G. *A epistemologia*. Tradução Fátima Lourenço Godinho e Mário Carmo Oliveira. Lisboa: Edições 70, 2006.

BARROS, D. L. P. de. Contrato de veridicação: operações e percursos. *Estudos Semióticos*, v. 18, n. 2, p. 23-45, ago. 2022. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/003123816>. Acesso em: 12 nov. 2025.

BOURDIEU, P. *Os usos sociais da ciência*: por uma sociologia do campo científico. Tradução Denice Barbara Catani. São Paulo: Unesp, 2004.

BROSSARD, D.; LEWENSTEIN, B. Uma avaliação crítica dos modelos de compreensão da ciência: usando a prática para informar a teoria. In: MASSARANI, L.; CASTRO MOREIRA, I. (ed.). *Pesquisa em divulgação científica: textos escolhidos*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2021. p. 15-56.

CARVALHO, A. I. M. Desinformação nos meios digitais: formação semiótica e conscientização. *Linha D'Água*, São Paulo, v. 37, n. 3, p. 92-108, 2024. Disponível em: <https://revistas.usp.br/linhadagua/article/view/221509>. Acesso em: 12 nov. 2025.

CARVALHO, A. I. M. Brasil inabitável em 50 anos... De novo: veridicação às vidas de um jornalismo cientificamente irresponsável. *Entrepalavras*, [s. l.], v. 15, p. e95463, 2025. Disponível em: <https://periodicos.ufc.br/entrepalavras/article/view/95463>. Acesso em: 12 nov. 2025.

FERRARI, A. T. *Metodologia da pesquisa científica*. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1982.

FEYERABEND, P. *Adeus a razão*. Tradução Maria Georgina Segurado. Lisboa: Edições 70, 1999.

FEYERABEND, P. *Contra o método*. Tradução Cezar Augusto Mortari. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

FONTANILLE, J.; ZILBERBERG, C. *Tensão e significação*. Tradução Waldir Beividas, Ivã Carlos Lopes e Luiz Tatit. São Paulo: Humanitas, 2001.

FOUREZ, G. *A construção das ciências: introdução à filosofia da ciência*. Tradução Luiz Paulo Rouanet. São Paulo: Edusp, 1995.

GERMANO, M. G.; KULESZA, W. A. Popularização da ciência: uma revisão conceitual. *Caderno Brasileiro de Ensino de Física*, v. 24, n. 1, p. 7-25, abr. 2007.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 1991.

GREIMAS, A. J.; COURTÉS, J. *Dicionário de semiótica*. Tradução Alceu Dias Lima et al. São Paulo: Cultrix, 1989.

HANSSON, S. O. Defining pseudoscience and science. In: PIGLIUCCI, M.; BOUDRY, M. (org.). *Philosophy of pseudoscience: reconsidering the demarcation problem*. Chicago: University of Chicago Press, 2014. p. 61-78.

HANSSON, S. O. Science and pseudo-science. In: ZALTA, E. N.; NODELMAN, U. (ed.). *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Stanford: Metaphysics Research Lab of Stanford University, 2025. Disponível em: <https://plato.stanford.edu/entries/pseudo-science/>. Acesso em: 12 nov. 2025.

KUHN, T. S. Lógica da descoberta ou psicologia da pesquisa? In: LAKATOS, I.; MUSGRAVE, A. *A crítica e o desenvolvimento do conhecimento*. Tradução Octavio Mendes Cajado. São Paulo: Cultrix, 1979.

LECOURT, D.; BOURGEOIS, T. *Dictionnaire d'histoire et philosophie des sciences*. Paris: Presses Universitaires de France, 2006.

LIMA, E. S. de. De triagens a misturas: por uma compreensão semiótica do processo de transposição didática. *Estudos Semióticos*, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 114-132, 2019. Disponível em: <https://revistas.usp.br/esse/article/view/165206>. Acesso em: 12 nov. 2025.

MAHNER, M. Demarcating Science from Non-science. In: KUIPERS, T. A. F. (ed.). *General philosophy of science: focal issues*. North Holland: Elsevier, 2007. p. 515-575.

MOIRAND, S.; REBOUL-TOURÉ, S.; RIBEIRO, M. P. A divulgação científica no cruzamento de novas esferas de atividade linguageira. *Bakhtiniana*, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 145-171, maio-ago. 2016.

SOUZA, D. V. L. de; OLIVEIRA, I. M. de. Pseudociências e os desafios atuais impostos ao ensino de ciências. *Educação & Realidade*, v. 49, p. 1-17, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/xhbjYwtDffG8WygCxs6XZbr/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 12 nov. 2025.

VOGT, C. De ciências, divulgação, futebol e bem-estar cultural. In: PORTO, C.; BRO-TAS, A.; BORTOLIERO, S. (org.). *Diálogos entre ciência e divulgação científica: leituras contemporâneas*. Salvador: EdUFBA, 2011. p. 7-17.

ZILBERBERG, C. As condições semióticas da mestiçagem. Tradução Ivã Carlos Lopes e Luiz Tatit. In: CAÑIZAL, E. P.; CAETANO, K. E. (org.). *O olhar à deriva: mídia, significação e cultura*. São Paulo: Annablume, 2004. p. 69-101.

ZILBERBERG, C. *Elementos de semiótica tensiva*. Tradução Ivã Carlos Lopes, Luiz Tatit e Waldir Beividas. São Paulo: Ateliê Editorial, 2011.

ARTIGO

“ESTOU MORTA, MAS BEM”: A *FRANTUMAGLIA* E *LE LUCCIOLE*

EDUARDA DUARTE PENA*

Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (Cefet-MG), Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens (Posling), Belo Horizonte, MG, Brasil.

Recebido em: 27 mar. 2025. **Aprovado em:** 19 set. 2025.

Como citar este artigo: PENA, E. D. “Estou morta, mas bem”: a *frantumaglia* e *le lucciole*. *Cadernos de Pós-Graduação em Letras*, v. 25, n. 3, p. 149-161, set./dez. 2025. DOI: 10.5935/cadernosletras.v25n3p149-161

Resumo

Frantumaglia é uma palavra do dialeto napolitano, apresentada por Elena Ferrante (2017a) em seu livro de título homônimo. Segundo ela, é a palavra que sua mãe usava para descrever a confusão mental que, vez ou outra, a atingia. Para Ferrante, a palavra ecoa a perda, a instabilidade e os detritos. Em sua obra, a autora fala sobre como a *frantumaglia* se impunha a ela, lançando-a para a escrita. A partir dessa noção, este texto propõe um diálogo entre a *frantumaglia* e a imagem de *lucciole* (vaga-lumes), conceito de Georges Didi-Huberman presente em *Sobrevivência dos vaga-lumes* (2011), a fim de investigar como ambas as ideias iluminam o papel da escrita como possibilidade de vida diante do caos e da fragmentação.

* E-mail: dduartep@gmail.com
 <https://orcid.org/0000-0002-3411-3316>

Palavras-chave

Escrita. *Frantumaglia. Lucciole.*

Frantumaglia é uma palavra de dor que nomeia um mal-estar. Ou uma “paisagem instável, uma massa aérea ou aquática de destroços infinitos que se revelam ao eu, brutalmente, como sua verdadeira e única interioridade” (Ferrante, 2017a, p. 106). Quem sabe, ainda, “o efeito da noção de perda, quando temos certeza de que tudo o que nos parece estável, duradouro, uma ancoragem para a nossa vida, logo se uniram àquela paisagem de detritos que temos a impressão de enxergar” (Ferrante, 2017a, p. 106). Essas são algumas definições que Elena Ferrante atribui à palavra do dialeto napolitano que marcou sua infância e dá título a um de seus livros. É a palavra que sua mãe “usava para dizer como se sentia quando era puxada de um lado para o outro por impressões contraditórias que a dilaceravam” (Ferrante, 2017a, p. 105). Essa palavra, *frantumaglia*, parece ressoar em outra imagem-conceito, como a de *lucciole* (vaga-lumes), conforme reflexão de Georges Didi-Huberman em *Sobrevivência dos vaga-lumes* (2011). O autor nos coloca diante da seguinte ponderação: quando o mundo está em declínio, é necessário organizar o pessimismo para não se render à queda. É preciso juntar os restos, os cacos, os destroços desse mundo e criar algo para ressaltar a possibilidade de vida. O que se cria a partir do estilhaçamento são pequenas luzes, vaga-lumes.

Como alguém que está muito próxima da letra, da palavra, não pude deixar de pensar na escrita como algo que dá a ver *le lucciole*. Em seu ensaio “A literatura e a vida”, Deleuze (1993, p. 3) defende que “a sintaxe é o conjunto dos desvios necessários, criados, de cada vez, para revelar a vida nas coisas”. Não seria, assim, temerário dizer que, para este, a literatura representaria justamente a possibilidade de vida almejada por Didi-Huberman. Acredito que essa ideia converse com Ferrante, quando diz haver um ruído da *frantumaglia* que pressiona para se tornar história. Não apenas a pressiona a escrever, como também a suas narradoras: diante de um mundo despedaçado, o que fica se transforma em matéria para que escrevam. Delia (*Um amor incômodo*, 2017b), diante da morte de sua mãe; Olga (*Dias de abandono*, 2016b), diante do declínio de seu casamento; Leda (*A filha perdida*, 2016a), diante do suposto fracasso de sua maternidade; Lenu (*A amiga genial*, 2023), diante do desaparecimento de sua amiga; todas elas escrevem. Ou seja, Elena Ferrante narra mulheres que, cada qual,

[...] de repente, percebe-se em desestruturação, perde o sentido do tempo, não se sente mais em ordem, se vê como um vórtice de detritos, um turbilhão de pensamentos-palavras. Para, depois, parar de repente e recomeçar a partir de um novo equilíbrio que – notem –, não é necessariamente mais avançado e nem mais estável que o anterior. Serve apenas para dizer: agora estou aqui e me sinto assim (Ferrante, 2017a, p. 239-240).

Não me entenda mal: não há salvação na escrita. Com ela, as narradoras de Ferrante não alcançam um triunfo, mas encontram uma possibilidade de vida, um pequeno respiro, uma luz intermitente. É quase uma forma de dizer “estou morta, mas passo bem” (Ferrante, 2016, pos. 1793), como disse Leda, narradora de *A filha perdida*, ao final do romance. Estou morta, despedaçada, pura *frantumaglia*, mas passo bem – avistei *le lucciole*, “sinais, singularidades, pedaços, brilhos passageiros, ainda que fracamente luminosos” (Didi-Huberman, 2011, pos. 398). O próprio paradoxo da declaração de Leda enfatiza, a meu ver, a força da *frantumaglia*: recolhem-se os pedaços porque são eles que permitem escrever, criar, viver.

Ferrante fala sobre um sentimento comum entre suas personagens: a dor de se debruçar sobre a *frantumaglia*. Primeiro, como é possível debruçar-se sobre tal? Debruçar sobre algo significa esquadrinhá-lo, analisá-lo, mas com distanciamento. A escolha pelo verbo parece apontar para a necessidade de não se deixar envolver completamente pela sensação. E acredito que seja possível debruçar-se sobre ela ao escrever, com e sobre os restos. Aquele que escreve se inclina sobre um assunto, debruça-se sobre ele, mas não se deixa afetar: transforma-o em outra coisa. Há um trecho no qual Ferrante confessa a admiração que tinha, quando menina, pelo ofício de sua mãe, que era costureira:

muito mais do que o cortar, era aquele costurar que me encantava. A arte móvel daquela mão unia os retalhos de fazenda, tornava invisíveis os pontos de junção, o tecido em pedaços recuperava a suave continuidade, uma nova coesão (Ferrante, 2017a, p. 167).

A descrição que faz do ato de costurar se assemelha ao de recolher os destroços, as ruínas da *frantumaglia*, unindo vestígios para transformá-los em outra coisa. Escrever é, nesse sentido, unir os retalhos para que ganhem uma nova forma, e, desse arranjo rearranjado, surja outra vida possível.

Fazê-lo suscita dor, pois a escrita “se arqueia, fica agitada, absorvendo tudo, pondo rememorações, desejos, em um redemoinho”, e “faz com que

destroços de diferentes épocas rodopiem e, por fim, passem em um turbilhão” (Ferrante, 2017a, p. 114-115). Tais destroços – restos, *frantumaglia* – são recuperados pela escrita como “modos de existência rejeitados”, que agora podem ser acolhidos e tidos como uma pequena luz, como *le lucciole*. Esses modos de existência rejeitados, quando acomodados pela escrita, permitem a intermitência: iluminam e se apagam, como vaga-lumes. Há algo dessa intermitência, desse jogo de luz e sombra, de acender e apagar, que aponta para a característica da escrita de reunir passado e futuro pela montagem, pela aproximação de opositos, de destroços que preservam um turbilhão, tal como Ferrante diz. A escrita coloca aquele que escreve em um vórtice, uma brecha entre o passado e o futuro. Para a autora, é a partir desse vórtice que suas narradoras contam histórias:

A dor deriva do fato de que, em volta delas, simultaneamente, em uma espécie de acronia, amontoam-se o passado de suas precursoras e o futuro daquilo que elas procuram ser, sombras, fantasmas; até o ponto em que, por exemplo, Delia [*Um amor incômodo*], depois dos trajes do presente, pode vestir o velho tailleur da mãe como o traje resolutivo; e Olga [*Dias de abandono*] pode reconhecer no espelho, no rosto, o perfil da pobre coitada-mãe que se matou como parte constitutiva de si mesma (Ferrante, 2017a, p. 115).

Se a relação entre as personagens de Ferrante e suas antecessoras é acrônica, Delia, narradora de *Um amor incômodo* (2017a), parece ser um exemplo paradigmático para se refletir sobre esse cruzamento temporal. Na tentativa de lidar com a morte de sua mãe, Amalia, ela resgata seu passado e sua complexa relação com essa figura materna. Na brecha, “nos trajes do presente” (Ferrante, 2017a, p. 115), Delia percebe que passou uma vida inteira tentando se desvencilhar desse amor e desejando tornar-se diferente de Amalia, por isso foi perdendo uma a uma as razões para se parecer com ela. Mais ainda, a narradora descobre que o que a mãe foi não difere do que ela é. Portanto, agora, Delia pode assumir Amalia como ponto alto da própria expansão vital, “pode vestir o velho tailleur da mãe como o traje resolutivo” (Ferrante, 2017a, p. 115) e traçar um futuro. O que me leva a dialogar, mais uma vez, com Didi-Huberman, quando diz que:

Devemos, portanto, – em recuo do reino e da glória, na brecha aberta entre o passado e o futuro – nos tornar vaga-lumes e, dessa forma, formar novamente uma comunidade do desejo, uma comunidade de lampejos emitidos, de danças apesar de tudo, de pensamentos a transmitir (Didi-Huberman, 2011, pos. 1906).

A *frantumaglia* evoca a escrita, que só pode ser feita de restos, destroços, fragmentos. Essa escrita situa quem escreve entre o passado e o futuro, e é nesse vórtice, nessa brecha, que se enxergam *le lucciole*. Não se trata de um percurso fácil – muito pelo contrário, ele é doloroso. Em *As margens e o ditado: sobre os prazeres de ler e escrever* (2023), Ferrante diz que sempre teve muito medo da *frantumaglia*. Preferia, portanto, permanecer fechada dentro de uma “jaula”, de onde a *frantumaglia* parecia controlável. Cita os cadernos da escola primária, com suas linhas horizontais pretas e as verticais vermelhas, como uma de suas jaulas: entre essas linhas, ela começou a traçar suas primeiras histórias, transformava “qualquer coisa em uma narrativa limpa, ordenada, harmônica, bem-sucedida” (Ferrante, 2023, pos. 280).

Mesmo tentando se defender com uma escrita bem-comportada, a qual ela se refere como escrita aquiescente, “perdurou uma energia que quer atrapalhar, desordenar, desiludir, errar, falir, sujar” (Ferrante, 2023, pos. 280-283). Essa energia parece ser o ruído da *frantumaglia*, força incontrolável que espalha seus restos na escrita. E é assim que nasce sua outra escrita, a impetuosa:

[...] sempre começo com uma escrita [aquiescente] agregadora, alimentada por coerências, que constrói um mundo com todos os seus andaimes no lugar certo. É uma jaula sólida, e a construo com os efeitos de realidade necessários, com citações cifradas de mitografias antigas e modernas, com a minha bagagem de leituras. Depois chega – ou pelo menos acredito, espero que chegue – a escrita [impetuosa] convulsa, desagregadora, geradora de oximoros, feia-bonita, bonita-feia, que espalha incoerências e contradições (Ferrante, 2023, pos. 399).

Segundo Ferrante (2023), essa escrita irrompe do nada e não é possível senti-la se aproximar, muito menos retê-la. Apesar do medo, a autora deseja que tal irrompimento aconteça: “narro à espera de que, de uma escrita bem plantada na tradição, surja algo que embaralhe as cartas para que a mulher abjeta e vil que sou encontre um modo de se fazer ouvir” (Ferrante, 2023, pos. 235). Ela aguarda por uma escrita que a leve para onde tem medo de ir, para onde dói ir, pois, indo para esse lugar, é possível “dar-se os meios de *ver aparecerem os vaga-lumes*” (Didi-Huberman, 2011, pos. 803, grifo do autor).

Assim como a escrita impetuosa, às vezes os vaga-lumes brilham tão fracaamente que é difícil vê-los ou por suas pequenas luzes ser iluminado. Outras vezes, o brilho proveniente deles é passageiro como um lampejo. Eles também

podem ser feios-bonitos, bonitos-feios. Em *O Abecedário de Gilles Deleuze* (1992), o filósofo fala sobre como

as pessoas só têm charme em sua loucura, eis o que é difícil de ser entendido. O verdadeiro charme das pessoas é aquele em que elas perdem as estribeiras, é quando elas não sabem muito bem em que ponto estão. Não que elas desmoronem, pois são pessoas que não desmoronam. Mas, se não captar aquela pequena raiz, o pequeno grão de loucura da pessoa, não se pode amá-la. Não pode amá-la. É aquele lado em que a pessoa está completamente... Aliás, todos nós somos um pouco dementes. Se não se captar o ponto de demência de alguém... Ele pode assustar, mas, quanto a mim, fico feliz de constatar que o ponto de demência de alguém é a fonte de seu charme (Deleuze, 1996 *apud* Lucheta, 2021)¹.

A mulher abjeta e vil precisa aparecer, pois é dela que surge uma pequena luz capaz de recalcular a rota. Mesmo sendo doloroso, é necessário debruçar-se sobre a *frantumaglia* para não se perder por completo nela. Quem o faz não desmorona. Ferrante revela a mulher abjeta e vil em Delia, Olga, Leda e Elena: ao “quebrar a couraça da boa cultura e dos bons modos da [sua] personagem, pôr em crise a imagem que ela tem de si mesma, sua determinação, e revelar outra alma mais bruta, torná-la barulhenta, talvez vulgar” (Ferrante, 2017a, p. 289). Quando essa outra alma se revela, suas personagens avistam *le lucciole*. É necessário, por exemplo, que Delia confesse que odeia sua mãe na mesma intensidade que a ama, para que, assim, abrace a ambiguidade e a complexidade que permeia essa relação e acolha a Amalia em si. É assim que suas personagens “fazem o próprio percurso e chegam ao final da história machucadas, porém salvas” (Ferrante, 2017a, p. 288).

A abjeção de Ferrante também escorre pela própria linguagem. Sua escrita, ora aquiescente, ora impetuosa, apresenta desde as primeiras linhas “um tom pacato, mas com rachaduras repentinhas” (Ferrante, 2017a, p. 288). É dessas fraturas que emerge tal abjeção. Há um momento de *Um amor incômodo* no qual Delia, durante o enterro da mãe, sente um líquido escorrer entre suas pernas. A imagem é forte: enquanto segue o caixão que carrega Amalia morta, junto a um séquito de parentes, amigos e conhecidos, surpreende-se ao pensar, aliviada, que não precisaria mais se preocupar com sua mãe. Em seguida, experimenta “um fluxo morno” e sente-se “molhada entre as pernas”. Ela descreve

¹ Trecho transcrito de *O Abecedário de Gilles Deleuze*, documentário de Pierre-André Boutang.

o momento como uma “dissolução involuntária” de seu corpo, que a assustou como “a ameaça de uma punição” (Ferrante, 2017b, p. 12).

Esse acontecimento abre o segundo capítulo da obra e, talvez, seja o primeiro jorro de repulsividade que atinge o leitor. A cena é uma rachadura repentina na descrição do enterro de Amalia. Em meio ao momento fúnebre, a vida pulsa em Delia e seu corpo responde: “o líquido quente que saía de mim contra a minha vontade me deu a impressão de um sinal acordado de estranhos dentro do meu corpo” (Ferrante, 2017b, p. 14). Posteriormente, ela percebe que o que escorria entre suas pernas era o sangue de sua menstruação. Diante disso, ela poderia se tranquilizar, dizer a si mesma que não sente prazer com a morte daquela que a gerou. A narrativa ganha tons tranquilizadores novamente, porém não demora muito para que a abjeção retorne.

Logo após o enterro, Delia vai até a casa de Amalia e se depara com os rastros de vida deixados pela mãe. Ao entrar no banheiro, encontra o cesto de lixo repleto de roupas íntimas velhas e é tomada pela imagem da mãe morta, na praia, usando apenas um sutiã novo e refinado. Delia fica inquieta e sai do banheiro imediatamente, na intenção de apagar a imagem desse corpo materno de sua mente. Tentativa inútil, pois, assim que passou pela porta, o banheiro se recompõs à sua frente, no corredor: em sua memória, Amalia estava sentada no vaso observando-a enquanto se depilava, então, Delia decide passar a cera no corpo da mãe:

Depois fui arrancando a cera enquanto ela me observava, sem piscar. Não fui cautelosa, como se quisesse submetê-la a uma prova de dor, e ela me deixou agir sem dar um pio, como se tivesse aceitado a provação. Mas a pele não resistiu. Primeiro tornou-se vermelho-fogo e, logo sem seguida, arroxeadas, revelando uma rede de capilares rompidos.

— Não tem problema, depois passa — disse ela enquanto eu me arrepedia levemente do estado em que a deixara (Ferrante, 2017b, p. 29).

O arrependimento se tornou ainda mais intenso diante do presente, no qual Amalia estava morta. Delia tenta, mais uma vez, tranquilizar-se, desviando-se da imagem do corpo da mãe, de suas pernas lívidas, e da ideia de que teria desejado machucá-la. Ela retorna ao banheiro, lava-se, escolhe uma calcinha de Amalia para vestir e, ao passar na frente do espelho, sorri para si mesma com a intenção de se tranquilizar. A narrativa de Ferrante, portanto, sofre uma fratura, permitindo que a abjeção necessária escorra para, depois, recompor-se.

Ao fraturar a língua com o repulsivo, a autora suscita em suas personagens o inquietante, faz-lhe fechar os olhos para, quando abri-los, conseguir enxergar *le lucciole*.

Como a própria autora diz, “àquela altura, os leitores já sabem que a sua calma é falsa, que vai durar pouco, que a ordem na narrativa voltará a se desmanchar com cada vez mais decisão e prazer” (Ferrante, 2017a, p. 289). Aos poucos, Delia se entrega ao torpor de imagens de sua infância e adolescência, por mais doloroso que seja. Ela, assim como as outras narradoras de Ferrante, debruça-se sobre a *frantumaglia*. A literatura, como aponta Deleuze, “tem que ver, em contrapartida, com o informe, com o inacabado” (Deleuze, 1993, p. 1). Ela é uma questão de devir, “é um processo, quer dizer, uma passagem de Vida que atravessa o vivível e o vivido” (Deleuze, 1993, p. 1). Delia, por meio da escrita, vê-se com a *frantumaglia* – o informe, o inacabado –, atravessando aquilo que viveu. Assim, ela faz surgir outra possibilidade de vida: nela, nasce uma terceira pessoa. Para Deleuze (1993, p. 4), “a literatura só começa quando nasce em nós uma terceira pessoa que nos retira o poder de dizer Eu”.

Em outro momento da narrativa de *Um amor incômodo*, Delia se dá conta de que, apesar das tentativas de eliminar todas as raízes vindas de Amalia, ela nunca conseguiu fugir desse corpo materno: “que maquiagem ingênua e descuidada tinha sido essa tentativa de definir o ‘eu’ como essa fuga forçada de um corpo de mulher, embora eu tivesse levado comigo menos do que nada! Eu não era nenhum eu” (Ferrante, 2017b, p. 78). A escrita leva Delia a destituir-se do “eu”, esse “eu” que foge do corpo de Amalia, dando espaço para esse outro corpo. Ao final do romance, Delia veste o tailleur da mãe, desenha sobre sua foto de identidade os traços de Amalia e a acolhe em si. A figura materna deixa de ser um incômodo e se torna uma pequena luz que a faz avançar:

O sol começava a me aquecer. Remexi na bolsa e peguei minha carteira de identidade. Observei a foto por bastante tempo, tentando reconhecer Amalia naquela imagem. Era uma foto recente, tirada especialmente para renovar o documento vencido. Com uma caneta, enquanto o sol queimava meu pescoço, desenhei em volta das minhas feições o penteado de minha mãe. Alonguei meus cabelos curtos a partir das orelhas, criando duas faixas amplas que se fechavam em uma onda negríssima sobre a testa. Esbocei um cacho rebelde sobre o olho direito, contido com dificuldade entre a linha dos cabelos e a sobrancelha. Olhei-me, sorri para mim mesma. Aquele penteado antiquado, em uso nos anos quarenta, mas já raro no final dos anos cinquenta, ficava bem em mim. Amalia existira. Eu era Amalia (Ferrante, 2017b, p. 173).

Delia sorri para si mesma porque comprehende que acolher a mãe não a impede de avançar como mulher, muito pelo contrário, permite que a mãe se realize mais uma vez dentro de si. Como aponta Ferrante, “serve agora para que a filha seja plenamente” (Ferrante, 2017a, p. 69). Vale mencionar que Amália, assim como a mãe de Ferrante, também era costureira. A autora fala sobre como tecer roupas é, também, tecer corpos. Para ela, tecer funciona quase como um feitiço e, quando criança, fazia questão de vestir as roupas que a mãe costurava, pois “encontrava lá dentro mulheres lindas e de grande prestígio, mas mortas. Então eu entrava nelas, vestia-as com esmero e dava vida às suas aventuras” (Ferrante, 2017a, 2017). Ao vestir o tailleur da mãe, é como se Delia vestisse não só seu corpo, mas vários corpos, de várias mulheres, pois, para ela, Amália sempre foi outra mulher, como Ferrante mostra no seguinte trecho, que acabou sendo excluído da versão final da obra:

Então, uma vez, não sei como começou: eu tinha doze anos; talvez estivesse procurando uma ocasião para me fechar em um sofrimento incontestável; talvez apenas me sentisse irremediavelmente feia e estivesse cansada de procurar uma beleza minha; talvez apenas quisesse desafiar minha mãe, gritar para ela em silêncio minha inimizade, o certo é que roubei suas tesouras de costura, atravessei o corredor, tranquei-me no banheiro e picotei os cabelos com obstinação, com os olhos compridos e estreitos, a testa pálida, uma miséria selva-gem no musgo do crânio. **Pensei: sou outra pessoa. Pensei logo em seguida: minha mãe também é outra pessoa embaixo dos cabelos. Outra, portanto, e outras, outras, outras** (Ferrante, 2017a, p. 108, grifo nosso).

O que leva Delia a vestir outros corpos é a escrita. Ferrante diz que o ato de escrever não captura um “eu” singular, mas sim um “eu” de 20 pessoas: “quando escrevo, nem eu mesma sei quem sou” (Ferrante, 2023, pos. 207). Mais uma vez, a escrita pode ser comparada à costura: escrever é tecer possibilidades de vida. Na concepção deleuziana, é como se a literatura, a escrita, desse a quem escreve uma visão que as leva ao indefinido. Esse processo é curioso, pois, de certa forma, a escrita parte do indefinido e recai sobre ele ao final. É um devir poderoso, uma potência que faz da literatura uma tarefa de saúde:

[...] não que o escritor tenha forçosamente uma grande saúde (haveria aqui a mesma ambiguidade que no atletismo), mas usufrui de uma irresistível pequena saúde que vem daquilo que viu e escutou, das coisas demasiado grandes para ele, demasiado fortes para ele, irrespiráveis, cuja passagem o esgota, e

que lhe dá, no entanto, devires que uma grande saúde dominante tornaria impossíveis (Deleuze, 1993, p. 5).

Assim, o escritor inventa um povo que falta, “um povo por vir ainda imerso nas suas traições e abjurações” (Deleuze, 1993, p. 5).

Ferrante escreve mulheres que, por muito tempo, estiveram em falta. Mulheres abjetas e vis, capazes de confessar o que já foram – e ainda são –, de confessar o inconfessável para elas e para a sociedade. Quando as vozes narradoras femininas tocam a maternidade, por exemplo, em qualquer um dos romances da escritora italiana, elas expõem uma maternidade difícil, bem diferente daquela idealizada que conhecemos desde cedo. O amor entre Amalia e Delia, mãe e filha, é incômodo; Olga [*Dias de abandono*] é deixada pelo marido e, diante disso, deixa de reagir, tornando-se filha dos próprios filhos, que precisam cuidar da mãe; Leda [*A filha perdida*] é uma mãe abandonadora que não se arrepende de ter deixado as filhas com o marido para viver sua vida acadêmica e um romance com outro homem.

A própria autora italiana afirma que, “se continuarmos a falar a respeito [da maternidade] de maneira idílica, como em manuais para futuras mamães, continuaremos a nos sentir sozinhas e culpadas quando tocarmos os lados frustrantes daquela experiência” (Ferrante, 2017a, p. 377-378). Suas narradoras vão até o fundo mais escuro, reviram a *frantumaglia*, pois apenas assim é possível avistar *le lucciole*. Mas é necessário que consigam sair desses destroços para se debruçar sobre eles e, de alguma forma, fazer disso uma “passagem de vida” pela escrita, como quer Deleuze.

Consoante a isso, temos o posto de Walter Benjamin (1987), que, em sua nona tese sobre o conceito de história, cita o quadro *Angelus Novus*, de Paul Klee, o qual ilustra um anjo tentando afastar-se de algo que ele encara fixamente. Ele diz que o anjo da história deve ter esse aspecto: “seu rosto está dirigido para o passado. Onde nós vemos uma cadeia de acontecimentos, ele vê uma catástrofe única, que acumula incansavelmente ruína sobre ruína e as dispersa a nossos pés” (Benjamin, 1987, p. 226). Esse anjo deseja juntar os fragmentos enquanto uma tempestade o lança para o futuro. Para isso, ele dá as costas ao futuro e encara as ruínas. Segundo Benjamin, “a tempestade é o que chamamos progresso” (Benjamin, 1987, p. 226). O progresso quer limpar as ruínas, os restos, os vestígios, ele é a voz do vencedor, daquele que conta uma história única e homogênea. O anjo da história encontrar-se-ia, então, na

brecha entre o passado e o futuro, no vórtice. Nesse sentido, um escritor se assemelha ao anjo da história. A escrita acontece dentro de um vórtice e, de lá, ele encara a *frantumaglia* enquanto é empurrado para o futuro. No cenário de uma tempestade, o escritor – aquele que se deixa afetar – é um dos poucos a olhar com benevolência para as ruínas e perceber ali a vida em potência. Com sua escrita, ele vê *le lucciole*.

E são narrativas como as de Elena Ferrante que também me fazem avistar pequenas luzes. Ao dispor, em sua escrita, fragmentos de um mundo em constante desmoronamento, a autora italiana inquieta seu tempo e outros tempos: vejo nisso uma resistência possível para mim enquanto mulher, afinal, como a própria autora pondera, “ainda estamos em pleno campo de batalha” (Ferrante, 2017a, p. 385). O conflito com a sociedade, a cultura e a linguagem patriarcal perdura e continuará perdurando por muito tempo, e tudo aquilo que já conquistamos pode ser facilmente perdido, o que ecoa certo tom processual do declínio, conforme assevera Didi-Huberman: “o apocalipse continua sua marcha” (Didi-Huberman, 2011, pos. 392). Mas isso não significa que devemos nos deixar ser consumidos pelo mal-estar, pelo discurso escatológico: “uma coisa é designar a máquina totalitária, outra coisa é lhe atribuir tão rapidamente uma vitória definitiva e sem partilha” (Didi-Huberman, 2011, pos. 392).

Temos de lutar, e a literatura é uma de nossas armas. Com ela, somos capazes de construir uma genealogia nossa, “que nos orgulhe, nos defina, que permita que nos vejamos fora da tradição a partir da qual os homens, há milênios, nos olham, nos representam, nos avaliam, nos catalogam” (Ferrante, 2017a, p. 358). Elena Ferrante é uma das autoras que impulsiona a construção de uma grande tradição feminina, a qual se debruça sobre a *frantumaglia*, sobre as ruínas daquilo que seria considerado o modelo, os mitos e os símbolos do “ser-mulher”, problematizando-os, tornando-os inadequados e os questionando fora do ideal normativo. Ela é uma das autoras que se aproxima do sentido supranumerário (excedente ou faltante) do que é a mulher, esse algo “a mais” impossível de definir, e nos “ajuda a traçar um mapa do que somos ou do que queremos ser” (Ferrante, 2017a, p. 385).

Por isso, retomo, para concluir, a frase que dá título a este texto: “estou morta, mas bem”. Sei que, “*apesar de tudo*”, são autoras como Ferrante que formam “belas comunidades luminosas” (Didi-Huberman, 2011, pos. 553). As personagens criadas por ela subvertem, mesmo com sofrimento, a lógica óbvia do amor maternal ou conjugal que sustenta a “identidade feminina” no mundo

ocidental. Ao entrar em contato com as histórias narradas por essas personagens, que utilizam justamente a escrita para subverter a lógica tradicional, uma pequena chama – ou luz – se acende em minha mente e em meu coração. Chego, assim, à conclusão de que, apesar de tudo, as mulheres, assim como Delia, Olga e Leda, podem desejar diferente daquilo que lhes foi imposto. Podemos juntar os fragmentos de nossos desejos destruídos e construir novos desejos. Apesar da *frantumaglia* – e por causa dela –, podemos ser *lucciole*.

“I’m dead, but fine”: the *frantumaglia* and the *lucciole*

Abstract

Frantumaglia is a word from the neapolitan dialect, introduced by Elena Ferrante (2017) in her book of the same title. According to her, it was the word her mother used to describe the mental confusion that occasionally afflicted her. For Ferrante, the word echoes loss, instability, and debris. In her work, the author discusses how *frantumaglia* imposed itself upon her, pushing her towards writing. Building on this notion, this article proposes a dialogue between *frantumaglia* and the image of the *lucciole* (fireflies), a concept from Georges Didi-Huberman’s *Survival of the fireflies* (2011), to investigate how both ideas illuminate writing as a possibility for life in the face of chaos and fragmentation.

Keywords

Writing. *Frantumaglia*. *Lucciole*.

REFERÊNCIAS

- BENJAMIN, W. Sobre o conceito de História. In: BENJAMIN, W. *Magia e técnica, arte e política*: ensaios sobre literatura e história da cultura. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- DELEUZE, G. A literatura e a vida. *Critique et Clinique*, Minuit, Paris, p. 11-17, 1993. Disponível em: <https://cultureinjection.wordpress.com/wp-content/uploads/2021/04/deleuze-a-literatura-e-a-vida.pdf>. Acesso em: 11 fev. 2025.
- DIDI-HUBERMAN, G. *Sobrevivência dos vaga-lumes*. Belo Horizonte: UFMG, 2011.

FERRANTE, E. *A amiga genial*: infância – adolescência. Tradução Maurício Santana Dias. 2 ed. Rio de Janeiro: Biblioteca Azul, 2023.

FERRANTE, E. *A filha perdida*. Tradução Marcello Lino. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2016a.

FERRANTE, E. *As margens e o ditado*: sobre os prazeres de ler e escrever. Tradução Marcello Lino. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2023.

FERRANTE, E. *Dias de abandono*. Tradução Francesca Cricelli. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2016b.

FERRANTE, E. *Frantumaglia*: os caminhos de uma escritora. Tradução Marcello Lino. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2017a.

FERRANTE, E. *Um amor incômodo*. Tradução Marcello Lino. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2017b.

LUCHETA, R. O Abecedário de Gilles Deleuze | Transcrição Completa. *Machine Deleuze*, 7 jun. 2021. Disponível em: <https://machinedeleuze.wordpress.com/2021/06/07/o-abecedario-de-gilles-deleuze-transcricao-completa/>. Acesso em: 11 fev. 2025.

RECOLHENDO OS FRAGMENTOS: TESTEMUNHAS E O NARRADOR TRAPEIRO EM K.: *RELATO DE UMA BUSCA*, DE B. KUCINSKI

GUSTAVO LUÍS DE OLIVEIRA*

Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (Cefet-MG), Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens, Belo Horizonte, MG, Brasil.

Recebido em: 25 jul. 2025. Aprovado em: 3 out. 2025.

Como citar este artigo: OLIVEIRA, G. L. de. Recolhendo os fragmentos: testemunhas e o narrador trapeiro em *K: relato de uma busca*, de B. Kucinski. *Cadernos de Pós-Graduação em Letras*, v. 25, n. 3, p. 162-179, set./dez. 2025. DOI: 10.5935/cadernosletras.v25n3p162-179

Resumo

O presente artigo possui como principal objetivo discutir as diferentes testemunhas e o narrador trapeiro presentes no romance *K.: relato de uma busca* (2016), de B. Kucinski. Nessa obra, que é uma representação do real de um evento traumático da família do autor e possui como pano de fundo os acontecimentos durante e no pós-ditadura civil-militar brasileira (1964-1985), narra-se a infin-dável busca do personagem K. por sua filha, A., que “foi desaparecida”. Para abordar sobre os conceitos de testemunha, convoca-se Giorgio Agamben (2008).

* Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

E-mail: gustavoliveira.tcc@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0001-8709-6452>

Já para abordar sobre a fragmentação narrativa e o narrador trapeiro, usam-se ensaios de Walter Benjamin sobre o narrador (1987) e Charles Baudelaire (2012).

Palavras-chave

Testemunhas. Narrador trapeiro. B. Kucinski.

INTRODUÇÃO

O romance *K.: relato de uma busca* (2016), de B. Kucinski, foi a primeira obra literária publicada pelo autor, em 2011, pela editora Expressão Popular, posteriormente reeditada por outras companhias editoriais. No livro de Kucinski, o leitor é advertido com a seguinte nota: “*Caro leitor: Tudo neste livro é invenção, mas quase tudo aconteceu*” (Kucinski, 2016, p. 11, grifo do autor). Essa advertência éposta, pois, assim como no livro, sua irmã, Ana Rosa Kucinski Silva (que no livro é conhecida apenas por A.), foi desaparecida durante a ditadura civil-militar (1964-1985), e seu pai, o judeu polonês Meir Kucinski (o personagem do livro é K.), tornara-se um símbolo da infundável busca dos pais pelos familiares que foram desaparecidos pelos militares.

Diferentemente dos romances tradicionais, a história é narrada por meio de distintas vozes narrativas, com foco na busca de K., na perspectiva dos militares, de outros familiares que estão em busca daqueles que desapareceram etc. Além disso, muitos são os gêneros discursivos que essas vozes narrativas utilizam, como cartas, monólogos, atas etc.

Para a análise proposta no presente artigo, parte-se das discussões de Giorgio Agamben (2008) sobre as diferentes posições das testemunhas, como *testis*, *supertes*, pseudotestemunha e *auctor* – sendo esta última aquela que se coloca enquanto um autor na tentativa de preencher o vazio deixado pela ausência. Mais adiante, apoiando-se na comparação entre os poetas e a figura dos trapeiros feita por Charles Baudelaire em seu poema “O vinho dos trapeiros” (2012), e também discutida pelo filósofo alemão Walter Benjamin (2015), intenta-se pensar o escritor B. Kucinski (2016) enquanto um *auctor* e, consequentemente, um narrador trapeiro, que diante de uma realidade estilhaçada busca, a partir de diferentes perspectivas, recolher dos becos da História a sua riqueza, tentando remontar o passado, que ainda hoje não se encontra totalmente reconstituído.

O OLHAR DA TESTEMUNHA

Na epígrafe de seu livro, B. Kucinski coloca o seguinte trecho do romance *Grande sertão: veredas* (2001), de Guimarães Rosa: “Conto ao senhor é o que sei e o senhor não sabe; mas principal quero contar é o que eu não sei se sei, e que pode ser que o senhor saiba” (Rosa, 2001). Nesse trecho, o narrador explícita que, no ato de contar uma determinada situação, existe uma relação paradoxal: ao mesmo tempo que se conta aquilo que o outro pode não conhecer, reafirma-se também aquilo que o locutor não sabe se sabe, mas que o outro pode conhecer. Essa situação é vivida na prática por B. Kucinski durante a escrita de sua obra de estreia, uma vez que escolhe não escrever a partir de sua perspectiva (pelo menos não em todo o texto), mas focalizando as histórias que se entrecruzam em sua obra por meio de diferentes pontos de vista.

Contudo, apesar de não saber exatamente sobre todos os fatos da ditadura militar, que vitimou sua irmã e seu cunhado, Ana Rosa Kucinski Silva e Wilson Silva, respectivamente, utiliza da representação do real para dar voz àqueles que não podem fazê-lo, para representar a ausência daquilo que, embora conheça apenas alguns estilhaços, preenche com a ficção as lacunas do passado.

Primo Levi (2016) menciona que, diante da “queima de arquivos” perpetrada pelos nazistas momentos antes de o Estado Nazista cair, a História dos *Lager* foi escrita pelos sobreviventes:

[...] Numa distância de anos, hoje se pode bem afirmar que a história dos Lager foi escrita quase exclusivamente por aqueles que, como eu próprio, não tateiam seu fundo. Quem o fez não voltou, ou então sua capacidade de observação ficou paralisada pelo sofrimento e pela incompREENSÃO (Levi, 2016, p. 14).

Nesse trecho, aqueles que perpetuam a memória da experiência dos campos são aqueles que lá foram transformados em prisioneiros forçados. No entanto, nem todos podem contar o que lhes aconteceu, haja vista que aqueles que tocaram o fundo do *Lager* não podem narrar o trauma, isto é, não podem testemunhar integralmente o que viveram, em decorrência de não terem sobrevivido à solução final perpetrada pelos nazistas.

Na linguagem do campo de extermínio de Auschwitz, o intestemunhável, aquele que não pode relegar a experiência do que viveu, pois não sobreviveu, é chamado de *Der Muselmann*: o muçulmano (Agamben, 2008, p. 49). Em *É isto*

um homem? (1988), Primo Levi menciona que estes eram a força motriz dos campos, por serem a multidão dos “não-homens”, pois neles se apagou qualquer faísca de vida. Assim, “[...] Hesita-se em chamá-los de vivos; hesita-se em chamar ‘morte’ à sua morte, que eles já nem temem, porque estão esgotados demais para comprehendê-la” (Levi, 1988, p. 91). Os muçulmanos são aqueles prisioneiros que, diante da situação-limite a qual lhes foi imposta, abandonaram qualquer tipo de esperança acerca da vida, já que, assim como Levi (1988) menciona, eles foram transformados em “não-homens”, vivenciaram ao fundo o *Lager* e “viram a Górgona”.

Essa expressão não possui uma designação simples, revelando a impossibilidade daqueles que, no campo, se tornaram não homens. Sendo assim, “[...] A Górgona e quem a viu, o muçulmano e quem dá testemunho por ele, constituem um único olhar, uma só impossibilidade de ver” (Agamben, 2008, p. 61). É, pois, diante dessa impossibilidade de visualizar e de narrar que os muçulmanos são considerados as “testemunhas integrais” do *Lager*, mas, como não sobreviveram aos campos, são incapazes de o fazer.

Embora em um contexto diferente dos prisioneiros, a personagem A. – uma representação da irmã de Kucinski – é a intestemunhável. Durante a narrativa, a personagem toma a voz para falar sobre si apenas uma vez, no capítulo “Carta a uma amiga”; no restante do enredo, a filha de K. e sua ausência são narradas pela voz de outros narradores, suas testemunhas.

No capítulo em que toma a voz na fragmentária narrativa, A. se dirige a uma amiga, que não é nomeada no livro. Inicialmente, A. fala sobre sua ida ao cinema para assistir ao filme surrealista *O anjo exterminador*, de 1962, do cineasta hispano-mexicano Luis Buñuel. Nessa película, o casal formado por Edmundo e Lúcia Nolibe organiza um jantar elegante para os amigos pertencentes à elite, no qual, momentos antes da reunião, os empregados vão embora da mansão – pressentindo que algo viria a acontecer. Após o jantar, o casal e os convidados não conseguem deixar a sala de estar e, quando as horas viram dias, o comportamento elegante dos personagens cai por terra.

A ida ao cinema foi um evento marcante, uma vez que, devido aos acontecimentos velados da ditadura, A. tornara-se uma pessoa reclusa e, após as aulas que ministrava, logo refugiava-se em sua casa. Sobre o período tenebroso que vivia, além de mencionar que todos os dias prendiam alguém no *campus* da universidade onde trabalhava, também diz o seguinte:

[...] Tem alguma coisa muito errada e feia acontecendo, mas não consigo definir o que é. Sabe, uma coisa é a gente sonhar e correr riscos mas ter esperanças, outra coisa muito diferente é o que está acontecendo. Uma situação sem saída e sem explicação, direitinho como no filme do Buñuel. Uma tensão insuportável e sem nenhuma perspectiva de nada. Já nem sei mais onde está a verdade e a mentira [...] (Kucinski, 2016, p. 48, grifo do autor).

Para o caso de algo lhe acontecer, a narradora-testemunha tomou algumas precauções, como se casar e colocar um comprimido de cianureto entre os dentes se fosse pega pelos militares, pois sabia que algo estranho estava se desenrolando durante os “anos de chumbo”. Ao comparar o que captava da realidade brutal que vivia com o filme de Buñuel (1962), compreendeu que viviam uma situação extrema, “[...] sem saída e sem explicação [...]” (Kucinski, 2016, p. 48, grifo do autor). Era como se já soubesse que algo aconteceria com ela e seu marido; por isso havia se precavido, e mantinha sua militância às escondidas da família.

Assim como pressentia, com a “queda do ponto”, A. – que seria a “testemunha integral” dessa história – não sobreviveu à ditadura civil-militar brasileira, sendo impossível relegar seu testemunho. No entanto, aqueles que sobreviveram o fazem: além de narrarem sobre si e sobre o que vivenciaram, narram por aqueles que não o podem.

Os sobreviventes de catástrofes históricas sofrem de algum grau de melancolia, evitando falar sobre as perdas que tiveram e que deixaram feridas por conta disso. K., por exemplo, não falava sobre a perda de suas irmãs na Polônia – sua terra natal – para seus filhos; assim como a mãe também não dizia muito sobre a perda de toda a família durante a *Shoah* (Kucinski, 2016, p. 154). Embora cada história seja única, esses sobreviventes vivenciam, constantemente, a retomada, em seus pensamentos, das sombras do passado, daqueles que, mesmo ausentes, fazem-se presentes na memória; além disso, a dor da culpa, de não ter se atentado ao que aconteceria, ou mesmo de não ter agido antes da tragédia, vigora: “[...] No fundo a culpa de ter sobrevivido” (Kucinski, 2016, p. 155).

Entretanto, mesmo diante da impossibilidade de acessar plenamente o real, é necessário representá-lo. Os sobreviventes de períodos de exceção, ao representar o que vivenciaram, são as testemunhas da História. Walter Benjamin (1987), ao discutir sobre a decadência do narrador tradicional na modernidade, aquele que transmite a experiência de geração em geração,

comenta o seguinte sobre os soldados que voltaram da Primeira Guerra Mundial (1914-1918):

[...] Com a guerra mundial tornou-se manifesto um processo que continua até hoje. No final da guerra, observou-se que os combatentes voltavam mudos do campo de batalha não mais ricos, e sim mais pobres em experiência comunicável. E o que se difundiu dez anos depois, na enxurrada de livros sobre a guerra, nada tinha em comum com uma experiência transmitida de boca em boca [...] (Benjamin, 1987, p. 198).

Os combatentes que voltaram da guerra, ao retornarem para casa, possuíam dificuldades para narrar o que vivenciaram. Essa “guerra para acabar com todas as guerras” foi uma quebra de paradigmas sem precedentes, entre um mundo antigo e um novo mundo, que decreta o colapso da civilização ocidental a qual havia sido construída durante a Era dos Impérios, dando vez ao início do Breve Século XX, quando o mundo erguido anteriormente cai em ruína (Hobsbawm, 1995, p. 16). Os que lutaram nas trincheiras, diante do horror da guerra que viveram, ao retornarem para casa, pobres em experiência comunicável, não conseguiam transmitir as histórias, como faria o narrador tradicional. Isso se deve, sobretudo, à limitação da linguagem em traduzir todo o horror da experiência que vivenciaram.

O silêncio dos soldados – que, em um primeiro momento, não conseguiam narrar o horror vivido nas trincheiras diante da limitação da linguagem, e, depois, passam a narrá-lo efusivamente por meio da publicação de uma enxurrada de livros sobre a guerra – evidencia um paradoxo do testemunho: entre a possibilidade e a impossibilidade de dizer. De acordo com Agamben (2008, p. 147, grifo do autor),

[...] o testemunho é a relação entre uma possibilidade de dizer e o fato de ter lugar, ele só pode acontecer por meio da relação com uma impossibilidade de dizer, ou seja, unicamente como *contingência*, como um poder não ser [...] O testemunho é uma potência que adquire realidade mediante uma impotência de dizer e uma impossibilidade que adquire existência mediante uma possibilidade de falar. Os dois movimentos não podem nem identificar-se em um sujeito ou em uma consciência, nem sequer separar-se em duas substâncias incomunicáveis. Esta indivisível intimidade é o testemunho.

O testemunho dos sobreviventes existe na íntima relação paradoxal entre a potência do dizer e a do não dizer, isto é, entre a possibilidade e a impossibilidade de dizer. Ainda diante da limitação da linguagem que não consegue exprimir todo o real, assim como constatado por Benjamin (1987), a testemunha vale-se da linguagem para perpetuar aquilo que vivenciou, testemunhando tanto sobre si quanto sobre aqueles que não podem testemunhar.

Na língua latina, pode-se diferenciar a testemunha em dois níveis: enquanto *testis*, representa aquele que se coloca como um terceiro em um processo, e, como *supertes*, é aquele que vivenciou ao fundo um determinado evento e pode, portanto, dar seu testemunho acerca de determinada situação (Agamben, 2008, p. 27). No caso do processo de escrita da obra analisada, a *supertes*, isto é, a “testemunha integral”, é A., mas esta não sobreviveu à ditadura civil-militar brasileira para sê-lo. Tampouco seu pai escreveu testemunho próprio sobre os caminhos pelos quais passou, mesmo sendo aquele que vivenciou a árdua jornada em busca da filha que foi desaparecida, pois faleceu poucos anos após o “desaparecimento”.

B. Kucinski (2016), parente das vítimas desse Estado de exceção, ao representar sobre a tragédia que aconteceu em sua família, coloca-se como uma “pseudotestemunha”. Diante da ausência daqueles que não podem testemunhar, ele o faz “sobre um testemunho que falta” (Agamben, 2008, p. 43), assumindo que, mesmo diante da impossibilidade de representar, é necessário trazer o trauma à cena.

Ao testemunhar sobre aqueles que não o podem, entre a possibilidade e a impossibilidade de narrar, Kucinski (2016), uma “pseudotestemunha”, representa as lacunas do passado traumático como um *auctor*. No latim, essa é a figura de um indivíduo que “[...] intervém no ato de um menor [...] para lhe conferir o complemento de validade de que necessita” (Agamben, 2008, p. 149). O significado moderno da palavra “autor”, pelo menos nas línguas latinas, deriva dessa expressão latina. O autor é, pois, aquele que confere a uma determinada história validade, uma vez que, no ato de escrever, evidencia uma representação do real, seja ela puramente ficcional ou não, ampliando os universos possíveis.

A exemplo disso, Levi, em entrevista concedida ao jornal *Chemical & Engineering News*, em 1963, quando perguntado se considerava-se um autor que trabalhava com química ou um químico que escrevia, respondeu o seguinte: “[...] Ah, um químico, sem nenhuma dúvida, não vamos confundir. E sobre

esses dois livros meus [*É isto um homem?* e *A trégua*], eu os escrevi por acaso” (2001, *e-book*). Embora passe a se considerar um autor mais tarde, quando no período dessa entrevista, o processo de escrita de Primo Levi, em suas obras memorialísticas, foi motivado pelo dever ético de testemunhar, de não deixar que os rastros do passado fossem esquecidos, por isso não se considera um autor. Mas, ao escrever, Levi transforma-se em um *auctor*, pois materializa seu testemunho em forma de escrita.

Assim, as testemunhas recorrem intuitivamente à carga semântica do termo latino *auctor*, intervindo e conferindo vitalidade às experiências daqueles que necessitam. Agamben (2008), ao discutir sobre os termos *testis*, *supertes* e *auctor*, profere a seguinte passagem:

[...] Se *testis* indica a testemunha enquanto intervém como terceiro na disputa entre dois sujeitos, e *supertes* é quem viveu até o fundo uma experiência, sobreviveu à mesma e pode, portanto, referi-la aos outros, *auctor* indica a testemunha enquanto o seu testemunho pressupõe sempre algo – fato, coisa ou palavra – que lhe preexiste, e cuja realidade e força devem ser convalidadas ou certificadas [...] O testemunho sempre é, pois, um ato de “autor”, implicando sempre uma dualidade essencial, em que são integradas e passam a valer uma insuficiência ou uma incapacidade (Agamben, 2008, p. 150, grifos do autor).

O sobrevivente de uma realidade extrema, como um indivíduo que viveu a ditadura civil-militar, ou outro regime de exceção, mas não chegou ao fundo nem viu a Górgona, como os companheiros e familiares de A., transmuta-se em um *auctor*, o qual tenta preencher o vazio deixado pela ausência ou pela realidade, de experiências traumáticas, que se tornaram duras demais e que necessitam ser transmitidas ao outro.

Embora Benjamin (1987), em seu célebre ensaio sobre o narrador tradicional, tenha mencionado que este estava em vias de extinção, a modernidade, diante de tantas catástrofes, cunhou também um outro tipo de narrador. Este lida com a sua dor e com a culpa diante do real traumático e com a limitação da linguagem, marcado pela potência e pela impotência de dizer, pela possibilidade e pela impossibilidade de narrar, e, mesmo diante de tantos obstáculos, ainda assim utiliza de sua posição para narrar. Sendo uma *testis*, *supertes* ou “pseudotestemunha”, ao testemunhar sobre a experiência e se transformar em um *auctor*, recolhe os cacos do real estilhaçado. Esse narrador é, pois, o narrador trapeiro.

O ESTILHAÇAMENTO NARRATIVO

A obra *K.: relato de uma busca* (2016), de B. Kucinski, possui uma montagem diferente do usual, já que as histórias dos capítulos são narradas por diferentes vozes narrativas. Ao todo, o livro é composto por 29 capítulos, sendo que, enquanto a maioria se concentra na odisseia de K. para encontrar sua filha e seu genro, os demais são narrados tanto pelas vítimas e sobreviventes do poder soberano quanto pelos militares – os orquestradores da ditadura civil-militar. Os capítulos desse romance de Kucinski são como fragmentos de uma realidade estilhaçada, de um passado obscuro e não resolvido. As diferentes óticas sobre a ditadura são fragmentos recolhidos pelo narrador trapeiro, que, diante da ausência, tenta reconstituir o passado por meio de diferentes pontos de vista.

Benjamin, em seus escritos sobre a poética do francês Charles Baudelaire (1821-1867) em *As flores do mal* (2019), estabelece uma comparação entre os papéis do trapeiro e do poeta. No ensaio “A Paris do Segundo Império na obra de Baudelaire” (2015), Benjamin menciona sobre os trapeiros que começaram a aparecer na cidade durante o reinado de Napoleão III. Essas figuras, segundo o autor, apareceram na capital francesa quando a grande quantidade de lixo nas ruas passou a ter certo valor e representavam, então, uma “espécie de indústria doméstica situada na rua” (Benjamin, 2015, p. 21). Dentre as poesias do livro de Baudelaire comentado por Benjamin, encontra-se o poema “O vinho dos trapeiros”. Na segunda estrofe desse poema, o eu lírico professa os seguintes versos: “Vê-se um trapeiro cambaleante, a fronte inquieta, / Rente às paredes a esgueirar-se como um poeta, / E, alheio aos guardas e alcaguetes mais abjetos, / Abrir seu coração em gloriosos projetos” (Baudelaire, 2012, p. 363). Aqui, os ofícios do trapeiro e do poeta são comparados no recolhimento de cacos e dos lixos da cidade – ambos retiram a riqueza e a beleza do resto da cidade burguesa.

A comparação entre o trapeiro, o *Lumpensammler* ou *chiffonier*, e o poeta é estabelecida, uma vez que, de acordo com o ensaio,

Os poetas encontram o lixo da sociedade nas suas ruas, e é também ele que lhes fornece a sua matéria heroica. Assim, no tipo ilustre do poeta transparece um outro, vulgar, de que ele é cópia. O poeta é penetrado pelos traços do trapeiro, que tantas vezes ocupou Baudelaire [...] Trapeiro ou poeta – a escória

interessa a ambos; ambos exercem, solitários, a sua profissão, a horas em que os burgueses se entregam ao sono; até o gesto é o mesmo em ambos [...] (Benjamin, 2015, p. 81).

Tanto o poeta quanto o *Lumpensammler* encontram no resto da sociedade burguesa o seu meio de subsistência. Em outras palavras, interessa-lhes a escória, aquilo que não é tido como valoroso; aqui o lixo de uma sociedade é transformado, pelo trapeiro e pelo poeta, em outra coisa, independentemente de possuir ou não valor. O poeta transforma o lixo e os detritos em uma representação histórica, símbolo daquilo que falta, por meio da composição das palavras e de seu ordenamento.

Ao metamorfosear-se em um *auctor* para representar o real, Kucinski (2016) assume a função de reconstituir o passado tal como o trapeiro descrito por Baudelaire. O desaparecimento de A. deixou várias lacunas, como a falta de seu corpo e do que realmente aconteceu com ela. Logo, o narrador trapeiro, quando narra um passado estilhaçado e inconclusivo, o faz a partir de seus destroços, recorrendo a relatos de diferentes figuras – dos sobreviventes aos militares –, utilizando, para isso, a polifonia.

Por um lado, capítulos como “Sorvedouro de pessoas”, “A *matzeivá*”, “O abandono da literatura”, entre outros, possuem um narrador imanente à busca de K. por A. Por outro, os capítulos que não acompanham o pai da “desaparecida” apresentam um ângulo diverso, como em “A abertura”, no qual o algoz se impõe, pela voz do personagem Fleury, a um militar que executa a “guerra psicológica adversa” contra os pais dos desaparecidos políticos, agindo em prol da “queima de arquivos”. Há, ainda, outras vozes que ressoam na obra, como a dos familiares dos desaparecidos e a de uma advogada, em “Os desamparados” e “Paixão, compaixão”.

Esse fenômeno é chamado, segundo o filósofo russo Mikhail Bakhtin (2010), de “polifonia”. Ao analisar as obras do escritor moscovita Fiódor Dostoiévski (1821-1881), nota que diferentes vozes narrativas assumem liberdade e independência na narrativa. Bakhtin (2010) cunha o termo polifonia para compreender esse fenômeno inovador na forma de escrever romances. De acordo com o filósofo russo, essa manifestação literária

[...] Trata-se, antes de mais nada, da liberdade e independência que elas assumem na própria estrutura do romance em relação ao autor, ou melhor, em relação às definições comuns exteriorizantes e conclusivas do autor. Isto,

obviamente, não significa que a personagem saia do plano do autor. Não, essas independências e liberdade integram justamente o plano do autor. Esse plano como que determina de antemão a personagem para a liberdade (relativa, evidentemente) e a introduz como tal no plano rigoroso e calculado do todo (Bakhtin, 2010, p. 26).

As diferentes figuras que assumem o compromisso de narrar a História, por meio de sua própria perspectiva, fazem-no com liberdade e independência durante a narrativa. Isso, claro, não significa que os personagens saiam do plano narrativo estabelecido pelo autor, mas sim comprehende que outras vozes podem contar suas histórias sob outra ótica. Assim, adicionam novos enredos e visões sobre uma História que não atinge um único personagem, já que “[...] *São vozes diferentes, cantando diversamente o mesmo tema [...]*” (Bakhtin, 2010, p. 34, grifo do autor).

No caso de *K.: relato de uma busca* (2016), as diferentes vozes que assumem a narrativa têm como missão falar sobre um passado inconclusivo, isto é, acerca da ditadura civil-militar brasileira. Os diferentes personagens que são englobados durante o romance, e que assumem o poderio de contar sobre os vestígios de um passado estilhaçado – como notado por Bakhtin nos romances de Dostoiévski – combinam uma unidade de acontecimento com uma multiplicidade de consciências e de visões possíveis, as quais mantêm a imiscibilidade da história narrada (Bakhtin, 2010, p. 19-20).

É, pois, nessa seara da multiplicidade de vozes que a obra literária de Kucinski ganha materialidade. Aqueles capítulos que não possuem um foco narrativo na infindável busca de K. pelos rastros da filha revelam diferentes visões sobre o período da ditadura e daqueles que as vivenciaram, sejam essas vozes tanto dos sobreviventes quanto dos militares.

No capítulo “Paixão, compaixão”, acompanha-se uma espécie de “diálogo” entre uma mãe em busca de informações de seu filho e uma advogada, que ajuda os familiares dos presos políticos – mas ao leitor, só é relatado o monólogo pungente da advogada; a mãe permanece emudecida como as vítimas do regime. Durante essa conversa, a advogada diz que recorreu a um poderoso militar para implorar pela volta segura de seu irmão, Zinho, pois ele se encontrava encarcerado no exílio político e precisava fugir, mas não tinha passaporte (Kucinski, 2016, p. 96). No entanto, desses encontros que teve com o algoz, nasceu uma paixão arrebatadora e, devido a isso, havia sido abandonada por todos, incluindo aquele que lutara para salvaguardar: o seu irmão.

A advogada menciona que, após o nascimento de Zinho, sua mãe desenvolveu depressão pós-parto. Sendo assim, quem cuidou dele para que não ficasse doente foi a irmã, segundo ela: “[...] Cuidei do Zinho como meu filho. Eu fui a verdadeira mãe dele, a vida toda. E pensar que hoje nem fala comigo; me rejeita como se eu fosse uma leprosa. Ele e os outros [...]” (Kucinski, 2016, p. 99). A única que a entendia era a mãe, pois tem certas coisas que só alcançam o sentido materno (Kucinski, 2016, p. 99).

Abandonada, após perceber que havia se tornado um “bicho solitário”, a advogada passa a ajudar outros familiares de vítimas da ditadura. Em conversa com a mãe que procurava pelo filho, a advogada declara: “[...] Eu também preciso de vocês, para compensar isso tudo, essa meleca toda em que fui me meter. É por isso que a senhora não precisa me agradecer. Eu é que agradeço” (Kucinski, 2016, p. 105). Ou seja, essa personagem precisava ajudar outras pessoas para, de algum modo, livrar-se da culpa que carrega por ter se envolvido com um algoz.

Outra vítima da ditadura aparece em “Os desamparados”, sendo materializada pela voz, por meio de um monólogo¹, de um senhor cujo filho foi desaparecido. Esse pai revela, durante suas falas, a dor presente daqueles que sobreviveram e que, em determinadas situações, encontram-se desamparados pelo Estado em nível financeiro. Sobre a ausência do filho e as dificuldades financeiras que enfrentava, esse narrador diz:

O certo, quando chega o peso dos anos, é o filho cuidar do pai e da mãe até o último sono e enterrar; os filhos dos filhos repetem, e assim sempre. Agora não sei o que vai ser; o senhor ainda tem sua lojinha, sua filha falava dela, mas nós, o que temos? A aposentadoria da patroa é quantia pouca; eu nem isso [...] (Kucinski, 2016, p. 79).

Com o desaparecimento do filho durante a ditadura, o primeiro da família a conquistar um diploma e responsável pelas despesas da casa, os familiares que restaram começaram a passar por dificuldades financeiras. O pai se acidentou durante uma prestação de serviços e, como não tinha carteira assinada, recebia apenas um auxílio-invalidez, importância utilizada para comprar os

¹ Embora não seja mencionado a quem esse pai relata sua dor, possivelmente esse narrador conversa com K. Em alguns trechos é possível estabelecer essa conexão, tais como: é dito que o interlocutor possuía uma mercearia, além de ser referenciado o início de namoro do filho com uma moça – uma bacharela que alertava ao sogro sobre o uso de aspirina, o que indica ser A. a moça referenciada.

remédios necessários. Em contrapartida, o valor que a esposa recebia de apó-sentadoria não era suficiente, o que poderia trazer a eles futuros problemas financeiros. Essa condição é uma decorrência, uma vez que a tradição de os filhos cuidarem dos pais foi tragicamente cortada. Os sobreviventes, além de lidarem com a dor da ausência do filho amado, também lidam com questões financeiras, devido ao desamparo. O curso natural de os filhos enterrarem os pais não pôde se concretizar; mas “pior que nem isso, nem enterrar podemos” (Kucinski, 2016, p. 82).

Além das vozes narrativas mencionadas anteriormente, isto é, dos sobreviventes e vítimas da ditadura, a voz daqueles que a orquestraram também aparece. Em “A abertura”, como já sinalizado anteriormente, acompanha-se a infindável força do delegado Fleury em impedir que os familiares dos desaparecidos, que os buscavam incessantemente – incluindo K. – tivessem acesso a informações que revelassem o que havia acontecido com as vítimas. Torturá-los com a “guerra psicológica adversa” fazia parte da agenda contra os novos inimigos do regime. Nessa modalidade de guerra, confundir o inimigo com mentiras tornou-se um recurso legítimo, enganando aqueles que caçam os rastros dos entes queridos, como uma cortina de fumaça sobre as atrocidades cometidas pelo horror de Estado (Kucinski, 2016, p. 64).

O delegado liberta Fogaça, um dos prisioneiros, em troca de um serviço: ligar para um velho – o K. – dizendo que havia acabado de sair do Departamento de Ordem Política e Social (Dops) e que tinha visto a sua filha durante a sua estada por lá; também deveria sugerir um encontro na rodoviária (Kucinski, 2016, p. 66). Assim como planejado pelo delegado, o velho foi ao encontro de Fogaça, pois, embora soubesse que podia ser uma trama articulada pelo poder soberano para despistá-lo, tinha de se manter ativo e investigar o paradeiro da filha.

À medida que os familiares dos desaparecidos se movimentavam, tal como a ida deles ao Instituto Médico Legal (IML) para verificar se lá encontravam os corpos, eles se transformaram nos novos inimigos. Para “desmontar esses familiares pela psicologia”, os militares recorrem a caminhos sórdidos. Como não havia uma admissão do Estado pelo que aconteceu com os “desaparecidos”, K. passa a ser enganado pelo sistema, de modo que poderia receber ligações de uma certa Lourdes, que morava em Ottawa, dizendo que tinha visto a filha dele lá, ou, até mesmo, receber notícias de A. por uma moça que afirmava ter visto a professora em uma cafeteria em Portugal (Kucinski,

2016, p. 70). O objetivo dessa manobra ardilosa era distraí-lo, erguendo caminhos imaginários para que o pai que procurava a filha seguisse, inutilmente, em falso.

Somando-se às vozes narrativas que aparecem para tentar reconstituir o passado fragmentário e estilhaçado da infindável busca de K. pela filha, é também interessante a materialidade fragmentária desses relatos. Em outras palavras, os narradores, ao se manifestarem e apresentarem os relatos fragmentários, os fazem de diferentes formas.

Essa estrutura do romance de Kucinski (2016) lembra, em parte, os próprios romances publicados durante a ditadura civil-militar, em especial as obras dos anos 1970, que apresentam uma estrutura fragmentária em relação à polifonia e à forma. Pilger e Calegari (2017), ao discutirem sobre o romance *Zero* (1987)², de Ignácio Loyola Brandão, mencionam que a forma está relacionada ao contexto violento do período:

A estrutura fragmentária do livro faz referência indireta ao período histórico vigente. Em meio à censura e às práticas repressivas, a população não tinha uma visão total e abrangente da realidade. No livro são misturados, recursos que marcam a fragmentação na narrativa: desenhos, fórmulas publicitárias, photocópias de recortes de jornais, códigos visuais de revistas em quadrinhos, avisos, flashes de informação, anúncios classificatórios. Essa estrutura objetiva criticar os valores da sociedade capitalista que torna o ser humano objeto de manipulação, sem perspectivas, sem individualidade [...] A diagramação do romance *Zero* é inusitada, semelhante a um almanaque, com diversas tipografias, para cada gênero de texto e para cada tipo de efeito [...] (Pilger; Calegari, 2017, p. 11-12).

O livro de Brandão, escrito em um período de violência extrema por parte do Estado durante a ditadura, seguindo os moldes de outros livros publicados durante o período, é marcado pela fragmentação narrativa. Para compô-la, são usados desenhos, fórmulas, avisos etc., além de a diagramação do livro possuir diversas tipografias para os diferentes gêneros textuais utilizados. Por sua vez, no livro de Kucinski (2016), a fragmentação do texto é marcada também pela violência, mas esta é uma violência simbólica devido às diversas ausências nele

2 *Zero* (1987), de Ignácio de Loyola Brandão, foi publicado inicialmente em 1974 na Itália por causa do regime de exceção que o Brasil enfrentava. Nesse livro, é apresentado um enredo distópico ambientado em um futuro não especificado. O personagem principal é um jornalista que se depara com uma trama complexa ao investigar a gradual desaparição das pessoas e lugares que conhecia.

presentificadas, e pela ditadura militar brasileira não ter tido julgamentos – tendo seguido pelo caminho da anistia.

Recolhendo os cacos do passado, o narrador trapeiro cata aquilo que havia ficado no lixo da memória nacional, utilizando a polifonia para tentar reconstituir o passado, mas, para tanto, recorre a diferentes gêneros textuais para fazê-lo – o que também inclui o modo como os capítulos são diagramados e montados.

Os capítulos narrados pelo irmão de A., que continua a receber as cartas da dor, contemplam a ausência e denunciam o sistema repressor ainda articulado, como descrito em “As cartas à destinatária inexistente” e “Post Scriptum”, escritos sob o gênero carta. Direcionadas ao leitor, essas cartas-capítulo abrem e fecham o livro, configurando sua moldura. Outro capítulo que se utiliza do gênero é o “Carta a uma amiga”, único momento da narrativa em que A. toma a voz para refletir sobre o tempo soturno que vivenciava durante a ditadura, e, embora não seja datado, ao final, a narradora coloca a saudação final e a assinatura “Beijos. A.”. Além disso, esses relatos são diagramados em itálico, destacando uma maior subjetividade.

Os monólogos de “Paixão, compaixão”, da advogada que se transformou em amante de um militar e foi renegada pela família, e “A abertura”, no qual acompanha-se a “guerra psicológica adversa” perpetrada pelo delegado Fleury, não são expressos de uma vez só, são fragmentários. O relato da advogada, apesar de ser uma conversa com uma mãe que estava em busca de informações sobre seu filho, é fragmentado em 11 partes, divididas em números romanos. Do mesmo modo, a jornada de Fleury é repartida em oito fragmentos, também demarcados com numerais romanos. Esses são alguns exemplos do uso de diferentes gêneros textuais para compor a forma da obra de Kucinski (2016).

Apesar de ser um contexto diferente dos autores que escreveram nos anos 1970, durante o período de violência extrema da ditadura militar, o escrito de Kucinski, utilizando-se de diferentes formas e apropriando-se de gêneros textuais distintos, revela um passado fragmentário e que ainda não havia sido concluído.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As testemunhas, assim como visto a partir de Agamben (2008), podem assumir diferentes posições, tais como *testis*, *supertes*, pseudotestemunha e

auctor. B. A partir de tais concepções, Kucinski (2016) pode ser considerado uma pseudotestemunha, pois não vivenciou o mesmo que seu pai, Meir Kucinski, e nem mesmo o fado de sua irmã, Ana Rosa Kucinski Silva. Entretanto, ao distanciar-se do seu *eu* e fazer uso de diferentes focalizações e vozes narrativas, coloca-se na posição de um *auctor*, isto é, aquele que, diante da possibilidade e a impossibilidade de dizer, assume para si a responsabilidade de falar por aqueles que foram silenciados, dado que chegaram ao fundo do poço e viram a figura mitológica da Górgona.

B. Kucinski recolhe dos trapos do passado aquilo que ficou na escória da História para representar o irrepresentável, enfim trazendo à luz histórias que foram subjugadas. Logo, além de um *auctor*, é um narrador trapeiro que, dos becos da sociedade burguesa, retira seu meio de subsistência.

Portanto, ao recolher o lixo que havia ficado no esquecimento da História brasileira, o narrador trapeiro em *K.: relato de uma busca* (2016) o faz a partir de relatos de diferentes figuras da sociedade e de materialidades diferentes. A polifonia é utilizada para recolher, além da infindável busca de K. pela filha, as manifestações dos outros, daqueles que sobreviveram ao regime militar e, também, de seus algozes. Para tanto, Kucinski (2016) apropria-se de cartas, atas ou monólogos fragmentários, ou seja, de diferentes materialidades. Essa condição éposta, pois, enquanto um narrador trapeiro que tende a representar e a salvar o real de um passado inconclusivo e com ausências que se perpetuam no presente, precisa recolher os restos daquilo que sabe, para, enfim, narrar o inenarrável, por mais difícil que seja.

Picking up the pieces: witnesses and the narrator in *K.: relato de uma busca*, by B. Kucinski

Abstract

The main objective of this article is to discuss the different witnesses and the unreliable narrator present in the novel *K.: relato de uma busca* (2016), by B. Kucinski. This work, which is a representation of a traumatic event in the author's family and has as its backdrop the events during and after the Brazilian civil-military dictatorship (1964-1985), narrates the endless search of the character K. for his daughter, A., who "went missing". To address the concepts of witness, we call upon Giorgio Agamben (2008). To address narrative

fragmentation and the Lumpensammler narrator, we use essays by Walter Benjamin on the narrator (1987) and Charles Baudelaire (2012).

Keywords

Witnesses. Lumpensammler narrator. B. Kucinski.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, G. *O que resta de Auschwitz*: o arquivo e a testemunha (Homo Sacer III). Tradução Selvino J. Assmann. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008. (Coleção Estado de Sítio).
- BAKHTIN, M. O romance polifônico de Dostoiévski e seu enfoque na crítica literária. In: BAKHTIN, M. *Problemas da poética de Dostoiévski*. Tradução Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. p. 17-61.
- BAUDELAIRE, C. O vinho dos trapeiros. In: BAUDELAIRE, C. *As flores do mal*. Tradução Ivan Junqueira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012. p. 363.
- BELPOLTI, M.; GORDON, R. (org.). *The Voice of a Memory: Interviews 1961-1987*. Tradução Robert Gordon. Cambridge: Polity Press, 2001.
- BENJAMIN, W. A Paris do Segundo Império na obra de Baudelaire. In: BENJAMIN, W. *Walter Benjamin: Baudelaire e a modernidade*. Tradução João Barrento. Belo Horizonte: Autêntica, 2015. p. 9-102. (Filô/Benjamin).
- BENJAMIN, W. *Magia e técnica, arte e política*: ensaios sobre literatura e história da cultura. Tradução Sérgio Paulo Rouanet. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. (Obras escolhidas, v. 1).
- BRANDÃO, I. L. *Zero*. 11. ed. São Paulo: Clube do Livro, 1987.
- HOBSBAWN, E. O século: vista aérea. In: HOBSBAWN, E. *Era dos Extremos*: o breve século XX 1914-1991. Tradução Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 13-28.
- KUCINSKI, B. K.: relato de uma busca. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
- LEVI, P. *Os afogados e os sobreviventes*: os delitos, os castigos, as penas, as impunidades. Tradução Luiz Sérgio Henriques. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2016.
- O ANJO Exterminador. Direção de Luis Buñuel. Cidade do México: Gustavo Alatriste, 1962.

PILGER, A. S. D.; CALEGARI, L. C. Zero, uma obra fragmentada representada pela violência da ditadura militar. *Literatura e Autoritarismo*, [s. l.], n. 20, p. 3-16, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/LA/article/view/27939>. Acesso em: 27 jul. 2024.

ROSA, J. G. *Grande sertão: Veredas*. 19. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

DESLOCAMENTOS E IDENTIDADE EM A FILHA PERDIDA, DE ELENA FERRANTE: REPRESENTAÇÕES DAS EXPERIÊNCIAS SOCIAIS FEMININAS

JÉSSICA DAMETTA*

Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM), Programa de Pós-Graduação em Letras, São Paulo, SP, Brasil.

Recebido em: 8 fev. 2025. Aceito em: 15 out. 2025.

Como citar este artigo: DAMETTA, J. Deslocamentos e identidade em *A filha perdida*, de Elena Ferrante: representações das experiências sociais femininas. *Cadernos de Pós-Graduação em Letras*, v. 25, n. 3, p. 180-194, set./dez. 2025. DOI: 10.5935/cadernosletras.v25n3p180-194

Resumo

Este artigo propõe um recorte de análise do romance *A filha perdida* (2016), de Elena Ferrante, a partir da perspectiva da crítica literária feminista, suscitando temas como maternidade, divisão sexual do trabalho e hierarquização de gêneros, com base nos trabalhos de Zolin (2009), Fraser (2019) e Kergoat (2009). A obra de Ferrante traz para o centro da narrativa a condição do abandono materno, enfatizando os conflitos internos pelos quais a protagonista Leda passa ao tentar lidar com a maternidade e com as limitações que lhe são impostas nessa nova condição. Nossa interesse de pesquisa está em mostrar como

* E-mail: jessica.dametta@gmail.com
 <https://orcid.org/0000-0002-8249-3616>

Ferrante constrói uma personagem que representa parte das experiências sociais femininas e que escolhe romper com as expectativas sociais impostas às mulheres ao priorizar sua posição como *mulher* em detrimento da posição como *mãe*.

Palavras-chave

Identidade. Crítica literária feminista. Elena Ferrante.

INTRODUÇÃO

A filha perdida (*La figlia oscura*, no original) é o terceiro romance da escritora italiana Elena Ferrante, publicado originalmente em 2006 e lançado no Brasil, pela primeira vez, em 2016. No início dos anos 2000, a autora publicou outras obras de ficção e não ficção. Embora seus primeiros romances, *Um amor incômodo* e *Dias de abandono*, tenham sido grandes sucessos de crítica, foi somente com a publicação, já na década de 2010, de sua Tetralogia Napolitana, como ficou conhecida a série de livros que acompanha a história de Lenu e Lila (quadrilogia *A amiga genial*), que a autora alcançou grande sucesso de vendas e se tornou internacionalmente aclamada.

Atualmente, Elena Ferrante é uma das escritoras contemporâneas de maior sucesso editorial e de crítica. Seus livros já foram traduzidos para mais de 30 línguas. O primeiro volume de sua obra-prima, homônimo da série *A amiga genial*, concorreu em importantes prêmios literários, como o Prêmio Strega (Itália) e o Prêmio Booker (Estados Unidos), e, recentemente, três de suas obras apareceram na lista dos 100 livros mais importantes do século XXI, publicada pelo *The New York Times* (Estados Unidos), na qual *A amiga genial* aparece em primeiro lugar e *História da menina perdida* e *Dias de abandono* situam-se, respectivamente, em 80º e 92º lugares. Suas histórias estão centradas em personagens femininas e abordam as dinâmicas sociais envolvendo mulheres, seja a relação entre amigas, entre mãe e filha, ou a relação entre marido e mulher. Temas como abandono, solidão, sofrimento mental, maternidade, casamento e amizade perpassam sua obra, levando milhares de mulheres a se identificarem com suas protagonistas.

Elena Ferrante é, na verdade, um pseudônimo da escritora que prefere manter oculta sua verdadeira identidade. Apesar da grande quantidade de

especulações que cercam o seu nome, nenhuma informação pode ser considerada definitiva quando se trata da misteriosa autora italiana.

Neste artigo, propomos um recorte de análise do romance *A filha perdida* (2016) a partir de uma perspectiva da crítica feminista. Nosso intuito é analisar a construção da identidade da protagonista Leda e como essa identidade foi moldada a partir de experiências sociais pautadas na hierarquização de gênero pelas quais a personagem passa ao longo da vida, mas, principalmente, após se tornar mãe.

Com isso, buscamos demonstrar como a produção literária da escritora italiana apresenta uma visão crítica das condições e dilemas vividos por mulheres posicionadas num contexto sócio-histórico de subversão e ruptura com modelos tradicionais masculinos. Procuramos, também, analisar como, mesmo com uma linguagem direta e acessível, Ferrante conduz a leitora/o leitor a um aprofundamento na interioridade feminina.

A CRÍTICA LITERÁRIA FEMINISTA

O movimento feminista do início da década de 1960 centralizou a mulher como pauta de discussão em diversas áreas do conhecimento, entre elas, História, Sociologia, Antropologia, Psicanálise, entre outras. Segundo a filósofa feminista Sandra Harding (2019, p. 101, grifos da autora),

Não há dúvida de que a crítica feminista das ciências naturais e *sociais* identificou e descreveu uma ciência malconduzida – isto é, uma ciência distorcida pela *visão* masculina preconcebida na elaboração da problemática, nas teorias, nos conceitos, nos métodos de investigação, nas observações e interpretações dos resultados.

Esse movimento, que ficou conhecido como “segunda onda do feminismo”, criou, portanto, as condições necessárias para uma visão mais ampla da realidade e para a formação de teóricos e críticos, homens e mulheres, mais inclinados a reconhecerem a predisposição androcêntrica da ciência e, o que é o foco deste artigo, da produção literária (Zolin, 2009). Isso porque os ideais feministas também permearam a produção cultural e literária, resultando no processo em que as mulheres deixaram uma posição de marginalização e passaram a ocupar espaços centrais como sujeitos históricos que pensam sua

própria condição e desafiam os valores e normas dominantes que as haviam imputado um silenciamento histórico.

A crítica literária feminista passou a questionar as normas patriarcais que permeavam a academia e a afirmar que a experiência da mulher como leitora e escritora é diferente da masculina, conduzindo a significativas mudanças no campo intelectual (Zolin, 2009). Como espelhamento dessa realidade, o trabalho da crítica feminista, em um primeiro momento, ficou centrado na tentativa de resgatar a contribuição de mulheres no âmbito das artes e da literatura, retirando-as do lugar de invisibilidade em que haviam sido colocadas dentro da tradição da história da literatura, uma vez que, por séculos, o cânone literário foi formado por homens brancos, ocidentais e de classe média (Zolin, 2009).

É possível traçar um desenvolvimento gradual do conceito da crítica literária feminista, que começa, na década de 1960, como um movimento de reação contra o androcentrismo que havia dominado os estudos literários, para chegar à década de 1990 como uma complexa e diversificada configuração de discursos que visam problematizar as questões não apenas relacionadas a gênero, mas também a raça, classe social e sexualidade (Plain; Sellers, 2007).

Diferente de outras linhas teóricas e metodológicas de leitura do texto literário, a crítica literária feminista não apresenta conceitos e estratégias homogêneas para interpretação do texto literário, mas sim uma variação de propostas temáticas, ideológicas e, acima de tudo, políticas para se pensar o estudo da literatura (Alós; Andreta, 2017).

Nesse sentido, um olhar para o texto literário, segundo a perspectiva da crítica feminista, está necessariamente vinculado ao seu contexto de produção e de leitura. As circunstâncias sócio-históricas são fatores determinantes na construção de como se lê, e o lugar ocupado pelas mulheres na sociedade tem implicações na produção literária e em como elas são retratadas nas obras.

A hierarquização de gêneros da sociedade se reflete nas obras literárias e, portanto, reforça estereótipos, que, por sua vez, podem acentuar preconceitos e dificultar a luta das mulheres por direitos mais igualitários (Zolin, 2009). O avanço nas pautas feministas levou mulheres a se engajarem na busca por maior equidade e representatividade em esferas políticas, sociais, culturais, econômicas, o que se reflete na produção literária.

Segundo Zolin (2009), ler um texto literário com base em aparatos conceituais fornecidos pela crítica feminista significa investigar marcas de hierarquização de gênero nos textos, despertar o senso crítico e a mudança de mentalidade

e divulgar as posturas críticas por parte das/os escritoras/es quanto às convenções sociais.

Se a sociedade é construída sobre pilares de dominação de um gênero sobre outro (dominação do masculino sobre o feminino) e se os textos literários refletem seu contexto sócio-histórico, é quase inevitável encontrar, em algum momento, essas relações de poder sendo retratadas na literatura. As mulheres escritoras produzem suas obras a partir das experiências que vivenciam ao longo de sua vida ou que veem outras mulheres vivenciar, e essas vivências são atravessadas pelos valores dominantes a que estão submetidas.

A literatura torna-se, portanto, campo fértil para a crítica a esses modelos de sociedade, que, representados em histórias ficcionalizadas, podem revelar o olhar crítico e o rompimento das escritoras em relação às convenções sociais de que fala Zolin (2009), ao mesmo tempo que também podem despertar o senso crítico de leitoras e leitores.

Cria-se, portanto, uma dinâmica com duas faces que se complementam: por um lado, as mulheres leitoras leem e releem as obras literárias baseadas e influenciadas por novas configurações de análise e interpretação; e, por outro, as mulheres escritoras produzem obras com novos olhares para o feminino, reelaborando, assim, a tradição literária.

A FILHA PERDIDA, DE ELENA FERRANTE

Leda é uma professora universitária de 48 anos que, tendo terminado de criar suas filhas, decide passar férias sozinha numa praia na costa Jônica, no litoral sul da Itália. Suas filhas, Bianca e Marta, são duas jovens mulheres que foram recentemente morar com o pai em Toronto, no Canadá, e isso traz uma sensação de alívio e liberdade para a protagonista.

Quando Leda chega à praia paradisíaca e silenciosa, passa seus primeiros dias numa mistura de descanso e trabalho. Logo de início, estabelece algumas relações com os moradores da região, como o zelador do prédio em que está se hospedando e o garoto que trabalha como salva-vidas na praia, e tudo parece seguir como ela havia imaginado.

Essa tranquilidade é interrompida pela chegada de uma família grande e barulhenta, que passa a chamar a atenção de todos na praia. Leda logo identifica que se trata de uma família vindas de Nápoles, sua cidade natal, e muito

semelhante à sua própria família de origem. Isso desperta sua curiosidade e a atrai de tal maneira que ela passa a observar todas as ações dessa família. A partir dessa observação, a narrativa passa a ser guiada por analepses, recurso que é usado para conduzir o leitor pelas lembranças de Leda em relação à sua infância, à sua juventude e aos anos iniciais de sua maternidade.

Com isso, sentimentos controversos, questionamentos, dilemas vivenciados por Leda vão se revelando, e os sentimentos de paz e tranquilidade que marcam o início da narrativa vão sendo substituídos, gradualmente, por uma constante sensação de desconforto e incômodo, à medida que a história avança e vamos entendendo o passado de Leda.

Maternidades em conflito

A filha perdida é uma narrativa que circula em torno do tema maternidade. Na obra, vemos diversas representações da maternidade e das relações entre mães e filhas: temos a figura da mãe de Leda, que nos é apresentada por meio das lembranças da protagonista, e a própria Leda ocupando os papéis de mãe e filha; na família napolitana que passa a ocupar o mesmo espaço de Leda na praia, temos a figura de uma mulher de 40 anos que está grávida e de outra jovem mulher, Nina, que é mãe de uma menina de 3 anos, Elena; a própria garotinha tem uma boneca e, na relação de brincadeiras entre elas, Elena é a mãe da boneca; e, para completar, até mesmo a boneca está “grávida”.

O primeiro conflito que vemos retratado na obra é de Leda com sua mãe. Ao longo da narrativa, as lembranças que a protagonista tem da figura materna são ligadas à imagem de uma mulher infeliz, exausta e esboçando desejos de abandonar os filhos. A ameaça de abandono, inclusive, despertava muito medo em Leda.

Lembro-me do dialeto na boca de minha mãe quando perdia a cadência meiga e gritava conosco, *intoxicada pela infelicidade*: não aguento mais vocês, não aguento mais. [...] vocês vão acordar de manhã e não vão mais me encontrar. Eu acordava todos os dias tremendo de medo (Ferrante, 2016, p. 20-21, grifo nosso).

Leda não entra em detalhes sobre os motivos da infelicidade da mãe, mas até mesmo pela linha temática da narrativa, depreendemos que se trata de uma

mulher inserida num contexto conservador, que lhe impõe uma carga muito grande e muito solitária de criação dos filhos e, ao mesmo tempo, uma “aceitação” silenciosa dessa condição. Não temos, por exemplo, a presença do pai de Leda em nenhum momento da narrativa. Essa falsa aceitação – e falsa porque a mulher, mesmo inconscientemente, percebe a carga que a oprime – é eventualmente rompida por momentos de extravasamento via linguagem, como podemos ver na citação anterior.

A nosso ver, esse é o principal motivo que conduz Leda, desde a adolescência, a um anseio por “fugir” de sua cidade natal, por buscar uma condição de vida diferente daquela que via a mãe experenciar. Em diversos momentos, a protagonista relata sua falta de adequação ao contexto em que estava inserida, aos barulhos de sua família “ruidosa” e “vulgar”. Ela queria ser diferente.

Desde os treze, quatorze anos, eu tinha aspirado ao decoro burguês, a um bom italiano, a uma vida culta e reflexiva. Nápoles me parecera uma onda que me afogaria. *Eu não acreditava que a cidade jamais pudesse conter formas de vida diferentes das que eu havia conhecido quando criança, violentas ou sensualmente indolentes, tingidas com uma vulgaridade sentimental ou obtusamente entrincheiradas na defesa da própria degradação miserável* (Ferrante, 2016, p. 107, grifo nosso).

Na sequência, vemos, então, o primeiro deslocamento geográfico que representa, simbolicamente, um deslocamento na identidade dessa personagem: aos 18 anos, Leda se muda para Florença para cursar a universidade.

A TRAJETÓRIA DA PERSONAGEM LEDA E A REPRESENTAÇÃO DAS EXPERIÊNCIAS SOCIAIS FEMININAS

A busca pela própria identidade

Iniciamos esta seção com uma breve explanação sobre o contexto geográfico da Itália. O país, que só foi unificado como nação no século XIX, é composto por diversas regiões bastante diferentes entre si. Por ser um país com território pequeno, essa diversidade regional fica ainda mais evidente e se revela nos aspectos políticos, econômicos, culturais, gastronômicos, entre outros.

Nápoles é a capital da Campânia, região localizada no sul da Itália, que é marcadamente a mais pobre do país. Apresenta uma economia majoritariamente agrária e uma sociedade pautada em valores mais tradicionais e conservadores. Florença, por sua vez, é a capital da região da Toscana, localizada no norte do país, região mais rica, com uma economia mais industrial. A região foi o berço do Renascimento e sedia diversas universidades importantes do país, o que a tornou, historicamente, um centro cultural, fazendo com que a comunidade que por ali circula esteja mais inclinada à intelectualidade e a uma maior valorização da arte e da cultura.

Em *Espaço e romance*, Antonio Dimas (1987) apresenta um breve estudo sobre as funções que o espaço desempenha na construção dos enredos na literatura. É interessante observar que, no capítulo 2, o autor faz uma distinção entre espaço e ambientação. Segundo ele, o espaço existe no plano físico e está ligado a dados da realidade, enquanto a ambientação seria formada por um “quadro de significados mais complexos”, isto é, estaria mais ligada à subjetividade e às conotações que o espaço provoca.

No caso de uma análise literária, mais importante do que estabelecer as características reais dos espaços geográficos em que a narrativa se passa – no caso deste artigo, das duas cidades em que Leda vive – é verificar como a personagem enxerga esses dois espaços e quais os efeitos que eles provocam na construção de sua identidade.

No romance de Ferrante, Nápoles, simbolicamente, representaria para a personagem principal um lugar de aprisionamento e de degradação, muito ligados à figura da família ruidosa, à qual ela não se adequa, e da mãe cansada, cujo destino de infelicidade e limitação Leda não quer repetir na sua própria vida; ela deseja viver outras oportunidades, conquistar outros espaços. Florença representaria, justamente, esse espaço de libertação e de riqueza cultural e econômica, aspectos ligados aos anseios da protagonista pelo “decoro burguês” e por “uma vida culta e reflexiva”.

A diferença simbólica entre esses dois espaços para a personagem fica bastante marcada quando ela diz que, ao se mudar para Florença, era quase como se estivesse se mudando para um novo país, tamanha a diferença entre as duas cidades e, mais importante, o efeito que ambas causam no interior da personagem: “[...] os costumes, o idioma, todos os traços que eu apagara de mim mesma quando fui embora da cidade, aos dezoito anos, para estudar em Florença, um lugar distante e, para mim, quase estrangeiro” (Ferrante, 2016, p. 107).

Na visão de Leda, se ela permanecesse em Nápoles, seu destino seria o mesmo de sua mãe. Portanto, ao se mudar para Florença para estudar na universidade, ela conquista sua própria realização profissional.

As descrições das duas cidades são sempre relacionadas à subjetividade e às experiências da personagem. Os níveis reais e simbólicos de representação de ambas se misturam, mas observe-se que o mais importante é entender os efeitos que essas diferenças provocam na construção da narrativa. Esse primeiro deslocamento geográfico, portanto, conduz a protagonista a um movimento de emancipação em relação às expectativas sociais e ao destino que talvez lhe caberia se ela tivesse permanecido em sua cidade natal. E sua própria identidade é moldada a partir dessa experiência: “Eu só havia começado a gostar de mim depois dos dezoito anos, quando deixei minha família, minha cidade, para estudar em Florença” (Ferrante, 2016, p. 157).

O reencontrar-se: posições mãe versus mulher

Nancy Fraser (2019), em texto intitulado “Feminismo, capitalismo e a astúcia da história”, comenta sobre as relações entre capitalismo e androcentrismo. Segundo a filósofa, na visão do capitalismo organizado pelo Estado no período do pós-guerra, o tipo ideal de cidadão era o trabalhador homem, branco, chefe de família. Nesse sentido, caberia à mulher somente o trabalho reprodutivo e de cuidados com a família e a casa, os quais não eram nem vistos, de fato, como trabalho.

Por valorizar o trabalho assalariado, a cultura política do capitalismo organizado pelo Estado *apagou a importância social do trabalho não assalariado de cuidado da família e do trabalho reprodutivo*. Institucionalizando compreensões androcêntricas de família e trabalho, ele *naturalizou injustiças de gênero e as removeu de contestações políticas* (Fraser, 2019, p. 30, grifo nosso).

Em um segundo momento, com o avanço das pautas feministas e, ao mesmo tempo, a consolidação de um modelo de capitalismo chamado agora de neoliberal, esse padrão de restrição às mulheres se altera um pouco e elas passam a ocupar o mercado de trabalho. No entanto, como não há de fato uma mudança de mentalidade social quanto aos papéis ocupados por homens e mulheres, o trabalho assalariado que elas exercem apenas se soma às

atribuições domésticas, ainda consideradas, no imaginário social, como função da mulher. Tudo isso se traduz numa “exacerbação da dupla jornada de trabalho – agora frequentemente uma jornada tripla ou quádrupla”, aumentando a carga de trabalho das mulheres de maneira generalizada (Fraser, 2019, p. 38-39).

Em nossa análise, essas duas formas de estruturação da sociedade estão representadas nas personagens de *A filha perdida*. A mãe de Leda estaria representando a restrição das mulheres ao ambiente doméstico, aos cuidados com o lar e a família. O cansaço e a infelicidade que Leda afirma enxergar nas falas e na postura da mãe poderiam estar ligados ao excesso de carga mental, à solidão e à falta de valorização de seu trabalho.

Por sua vez, a própria Leda estaria representando o modelo neoliberal de organização econômica da sociedade: uma mulher que ingressa no mercado de trabalho, buscando realização profissional, mas que, a partir da experiência da maternidade, se vê numa posição de acúmulo de funções e sobrecarga de trabalho e de abandono de si mesma para exercer o papel de mãe, o que a levará, mais tarde, ao dilema entre ser mulher ou ser mãe.

As lembranças de Leda a que o leitor vai tendo acesso ao longo da narrativa revelam que, depois de se formar no curso superior, a personagem conquista um trabalho dentro da própria universidade, atuando, como vai ficando claro mais tarde, na área de literatura de língua inglesa. Sua trajetória profissional é interrompida a partir do nascimento de sua primeira filha, Bianca.

As marcas de hierarquização dos gêneros se mostram no romance quando vemos que Leda abdica de seu trabalho na universidade para cuidar das filhas, enquanto o marido consegue manter sua profissão e, inclusive, prosperar: “Ela [Bianca] chegara cedo, eu tinha vinte e três anos, e o pai dela e eu estávamos no meio de uma árdua luta para continuarmos a trabalhar na universidade. *Ele conseguiu, eu não*” (Ferrante, 2016, p. 45, grifo nosso). E após o nascimento da segunda filha, Marta, o assujeitamento à vida doméstica se intensifica: “Assim, aos vinte e cinco anos, qualquer outra brincadeira havia acabado para mim. *O pai corria mundo afora, uma oportunidade atrás da outra*” (Ferrante, 2016, p. 45, grifo nosso).

No *Dicionário crítico do feminismo*, Danièle Kergoat (2009) disserta sobre a divisão sexual do trabalho. Nesse sentido, apesar dos avanços nas pautas feministas, os valores das sociedades em geral ainda estão bastante pautados numa visão androcêntrica, o que se reflete numa divisão e hierarquização do trabalho. *Divisão* porque se baseia no princípio de que existem “trabalhos de

homens” e “trabalhos de mulheres”; *hierarquização* porque os trabalhos exercidos por homens são mais reconhecidos e valorizados do que aqueles que caberiam às mulheres.

Nesse sentido, ao homem caberia o trabalho na esfera produtiva, a ocupação de espaços públicos e de funções com alto valor social, enquanto às mulheres caberia o trabalho na esfera reprodutiva e de cuidados, a restrição ao espaço doméstico e a ocupação de funções “esquecidas” socialmente (Kergoat, 2009).

Ao longo do romance de Ferrante, observamos a crescente insatisfação de Leda em relação às restrições que lhe são socialmente impostas. Ela se torna uma mulher infeliz e cansada, como acontecera com sua mãe: “Fui muito infeliz naqueles anos. Não conseguia mais estudar, brincava sem alegria, sentia meu corpo inanimado, sem desejos” (Ferrante, 2016, p. 58).

Leda está de volta à condição de aprisionamento que vivenciara ao longo de sua infância e adolescência na cidade de Nápoles. No entanto, algo muda dentro dela após o encontro com um casal de britânicos que estava viajando o mundo depois de ter, cada um individualmente, abandonado suas respectivas famílias. A liberdade do casal, principalmente da mulher, faz com que Leda comece a ter ímpetos de libertação de sua própria condição, da mesma maneira que tivera no passado, e a ideia de abandono surge, ainda com um sentimento de culpa, pela primeira vez:

Senti pela primeira vez, como um empurrão dentro do peito, que eu precisava de algo diferente, mas fiquei incomodada ao dizer isso para mim mesma, pareciam pensamentos inadequados para a minha condição, para as ambições de uma mulher culta e sábia (Ferrante, 2016, p. 115).

Acontece, na sequência, o segundo deslocamento geográfico que, em nossa análise, simbolizaria uma mudança na mentalidade da personagem. Leda é convidada a participar de um congresso de literatura inglesa em Londres, incentivada por um de seus professores na universidade em que atuava. Ela chega a esse novo espaço como uma espécie de pesquisadora assistente, sentindo-se pouco relevante e ainda insegura por estar deslocada dos espaços da academia.

Tudo muda a partir do momento em que um professor importante, de uma universidade prestigiada, cita durante sua palestra, a mais aguardada do evento, um artigo que Leda havia publicado. Esse momento surpreende a protagonista,

cuja primeira reação é fugir daquele espaço amplo e público, cercado por acadêmicos, e se refugiar no quarto do hotel.

Corri para o meu quarto. Eu sentia como se todos os líquidos em meu corpo estivessem fervendo sob a pele, estava cheia de orgulho. Liguei para meu marido, em Florença. Contei-lhe quase aos berros, por telefone, aquela coisa incrível que havia acontecido comigo. Ele disse sim, muito bem, fico contente, e anunciou que Marta estava com catapora; estava confirmado, o médico não tinha dúvidas. Desliguei. A catapora de Marta procurou um espaço dentro de mim com a costumeira onda de ansiedade, mas, em vez do vazio dos últimos anos, encontrou um furor alegre, uma sensação de poder, uma confusão jubilosa de triunfo intelectual e prazer físico. O que é uma catapora, pensei, Bianca também tivera, vai passar. Eu estava cheia de mim mesma. Eu, eu, eu: isso é o que sou, isso é o que sei fazer, isso é o que devo fazer (Ferrante, 2016, p. 118).

Nesse trecho, sugere-se o choque entre a condição de mulher e de mãe. Leda está tentando celebrar um momento de grande realização profissional e é “jogada” de volta à sua realidade, simbolizada pela catapora da filha. Nesse momento, porém, ela não se importa, ela está “cheia de si”, parece ter se reencontrado como mulher. Com o retorno de Leda aos espaços públicos do congresso de que está participando, mais uma vez vemos a mudança do espaço geográfico interferindo na sua identidade, algo muda dentro dela a partir desse exterior, ela fica mais confiante: “à minha volta, tudo havia mudado. [...] eu havia me tornado uma jovem acadêmica com uma pequena fama internacional” (Ferrante, 2016, p. 119).

Na sequência, ainda em Londres, Leda passa a ter um caso com o professor importante que citara seu trabalho. Ela parece se apaixonar por ele, mas, na verdade, depois entende que está encantada pela admiração que ele sente por ela. Leda se enxerga através dos olhos dele e gosta do que vê. Ela é vista a partir de uma outra perspectiva, que não a da maternidade. Esse movimento a ajuda a resgatar sua individualidade como pessoa, como mulher, o que é decisivo para sua tomada de decisão pelo abandono do marido e das filhas. Ao retornar para sua casa em Florença, ela começa a se dedicar como nunca ao trabalho, chegando a passar “dez horas por dia na universidade” (Ferrante, 2016, p. 121). Mais tarde, comunica o marido que está indo embora e o deixa com as duas filhas, retornando somente após três anos.

É interessante observar que Leda não está abandonando exatamente as filhas, mas sim a maternidade em um sentido mais amplo, isto é, o modelo de

maternidade que é construído socialmente e que impõe às mulheres a anulação de si próprias em prol dos filhos, quando o mesmo não é exigido, ou ao menos esperado, dos homens. Leda só abandona as filhas porque percebe que essa é a única maneira pela qual ela conseguiria ter sua própria vida, realizar seus sonhos, suprir seus desejos como mulher, sem o sentimento de culpa. Ela tem que escolher entre si própria ou as filhas.

No lugar social de cuidadoras que as mulheres ocupam, mesmo uma mulher que tenta se emancipar encontra dificuldade em romper com essa posição, que é muito forte e marcadamente atribuída a ela. A ideia de transgeracionalidade também é sugerida ao longo da narrativa, ou seja, a delimitação dos papéis sociais de cada gênero que são transmitidos de geração em geração, cabendo à mulher o estigma da carga de trabalho reprodutivo e de cuidados. Leda queria ser diferente da mãe, mas acabou se vendo na mesma posição de exaustão e infelicidade que havia presenciado tantas vezes em sua infância. A única solução que viu para essa situação foi deixar de ocupar a posição de mãe.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em *A filha perdida*, Elena Ferrante, pautada nas experiências sociais femininas de seu contexto sócio-histórico, joga luz nos conflitos internos que perpassam a experiência da maternidade e da invisibilidade do trabalho de cuidado associado às mulheres e, ao fazer isso, também suscita discussões e desperta debates sobre tais temáticas no âmbito da sociedade.

O caminho que a autora encontra para revelar sua crítica é dar voz a uma personagem que passa por grandes dilemas existenciais justamente por não se adequar aos valores disseminados pela ideologia dominante de sua época. A própria estratégia de colocar Leda numa posição de muita certeza e tranquilidade quanto ao abandono das filhas gera desconforto e, até mesmo, julgamento ao longo da experiência de leitura.

Isso porque como sociedade estamos habituados ao abandono e à ausência do *pai*, o que é bastante recorrente, mas o abandono da *mãe* causa um incômodo maior, uma vez que se tornou coletivamente aceito que essa enorme massa de trabalho de cuidados deve ser realizada gratuitamente pelas mulheres e que esse trabalho é feito não para si, mas para os outros e sempre em nome da natureza, do amor e do chamado dever maternal.

De modo geral, Elena Ferrante, por meio de sua produção literária, exerce importante papel no âmbito social, ao construir personagens que rompem com modelos tradicionais de representação feminina na literatura. Ao jogar luz sobre as complexas relações sociais, Ferrante quebra a dicotomia “bem *versus* mal”, revelando a complexidade da interioridade de suas personagens e rompendo com a idealização da mulher. Com isso, a autora suscita discussões caras aos estudos feministas no que se refere à identidade e aos papéis sociais da mulher, opondo-se a visões cristalizadas e estereotipadas.

Displacements and identity in *The lost daughter*, by Elena Ferrante: representations of female social experiences

Abstract

This article proposes an analysis of the novel *The Lost Daughter*, by Elena Ferrante, from the perspective of feminist literary criticism, raising themes such as motherhood, sexual division of labor and hierarchy of genres, based on the works of Zolin (2009), Fraser (2019), and Kergoat (2009). Ferrante's work brings to the center of the narrative the condition of maternal abandonment, emphasizing the internal conflicts that the protagonist Leda goes through when trying to deal with motherhood and the limitations imposed on her in this new condition. Our research interest is to show how Ferrante builds a character that represents part of the female social experiences and who chooses to break with the social expectations imposed on women by prioritizing their position as *woman* over the position as *mother*.

Keywords

Identity. Feminist literary criticism. Elena Ferrante.

REFERÊNCIAS

- ALÓS, A. P.; ANDRETA, B. L. Crítica literária feminista: revisitando as origens. *Fragmentum*, Santa Maria, n. 49, p. 15-31, jan./jun. 2017.
- DIMAS, A. *Espaço e romance*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1987.
- FERRANTE, E. *A filha perdida*. Tradução Marcello Lino. São Paulo: Intrínseca, 2016.

FRASER, N. Feminismo, capitalismo e a astúcia da história. *In: HOLLANDA, H. B. de. Pensamento feminista: conceitos fundamentais.* Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 25-45.

HARDING, S. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. *In: HOLLANDA, H. B. de. Pensamento feminista: conceitos fundamentais.* Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 95-118.

KERGOAT, D. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. *In: HIRATA, H. et al. (org.). Dicionário crítico do feminismo.* São Paulo: Editora Unesp, 2009.

PLAIN, G.; SELLERS, S. (ed.). *A history of feminist literary criticism.* Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

ZOLIN, L. O. Crítica feminista. *In: BONNICI, T.; ZOLIN, L. O. (org.). Teoria literária: abordagens históricas e tendências contemporâneas.* Maringá: Eduem, 2009. p. 211-237.

A RESISTÊNCIA, DE JULIÁN FUKS: EXCELÊNCIA EM EXPERIMENTALISMO FORMAL?

JEFFERSON SILVA DO REGO*

Universidade Federal de Goiás (UFG), Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, Goiânia, GO, Brasil.

Recebido em: 24 mar. 2025. Aceito em: 15 out. 2025.

Como citar este artigo: REGO, J. S. do. *A Resistência*, de Julián Fuks: excelência em experimentalismo formal? *Cadernos de Pós-Graduação em Letras*, v. 25, n. 3, p. 195-206, set./dez. 2025. DOI: 10.5935/cadernosletras.v25n3p195-206

Resumo

Em decorrência das violências inerentes às ditaduras sul-americanas, surgiram vários testemunhos dos sobreviventes, como se vê em *A Resistência* (2015), de Julián Fuks. Na obra, narra-se a memória familiar, ficcionalizando os horrores vividos por aqueles(as) que enfrentaram tais ditaduras. Pautado pela tensão entre o real e o ficcional, os procedimentos estéticos desse romance desvelam a persistência do autoritarismo nas relações sociais, bem como as tensões entre memória, esquecimento e ocultamento do trauma. Logo, demonstraremos que os conceitos de metaficação e de autoficção constituem elementos estruturantes

* E-mail: entrecas@gmail.com
 <https://orcid.org/0000-0002-6715-0420>

dessa obra, pois são usados para reativar a memória do período ditatorial na Argentina e no Brasil.

Palavras-chave

Julián Fuks. Metaficcão. Autoficcão.

INTRODUÇÃO

No século XX, a América Latina passou por algumas ditaduras, caracterizadas pela violência aos opositores de cada regime. Tais violências são denunciadas na literatura contemporânea, trazendo à tona o tolhimento de direitos democráticos em contingências ditatoriais. É o caso de *A Resistência* (2015), de Julián Fuks, um romance permeado pelo cenário da ditadura militar da Argentina e do Brasil. Em nossa abordagem, focaremos a construção de sua estrutura narrativa, visto que se vale de experimentalismo formal, explorando as estratégias da metaficcão e da autoficcão.

Julián Fuks é filho de pais argentinos, mas nasceu em São Paulo, em 1981. Seus avôs, judeus europeus, deixaram o continente nos anos 1920, fugindo do antisemitismo que se intensificava com a ascensão da agenda nazista. Refugiaram-se na Argentina, onde mais tarde nasceria o pai de Fuks, já em um tempo em que tantos outros judeus eram enviados aos campos de extermínio. Julián formou-se em Jornalismo pela Universidade de São Paulo (USP), onde também realizou o doutorado em Teoria Literária, defendendo a tese *História abstrata do romance* (2016).

Quanto à produção literária, Fuks estreou em 2004, com a coletânea de contos *Fragmentos de Alberto, Ulisses, Carolina e eu*. Em 2010, participou da antologia *Primos – Histórias da Herança Árabe e Judaica*, organizada pelas romancistas Adriana Armony e Tatiana Salem Levy. É autor também de *Histórias de literatura e cegueira* (2007) e *Procura do romance* (2011), ambos finalistas dos prêmios Jabuti e Portugal Telecom. Seu romance *A Resistência* (2015) foi traduzido para cinco idiomas e angaria: Prêmio Jabuti, nas categorias Livro do ano de ficção e Melhor romance (2016); Prêmio Literário José Saramago (2017); Prêmio Anna Seghers (2018); e Prêmio Jabuti, na categoria Livro brasileiro publicado no exterior (2019). Em seus escritos, Fuks problematiza os

limites entre a ficção e a realidade, isto é, ele incorpora fatos reais e biográficos, dando-lhes configuração literária. Dessa forma, a ficção de Fuks é centrada em sua história familiar, fazendo uso da voz em primeira pessoa, intimista, beirando o confessional.

Emir Rodríguez Monegal (1979 *apud* Ribeiro, 2012) frisa que o romance é o gênero em que a experimentação se faz mais presente. Assim, a partir de 1960, os romancistas tiveram “a tarefa de narrar com a máxima amplidão possível e sem respeitar nenhuma lei ou tradição visível, salvo aquela do experimento. Este experimento se traduziria, principalmente, na linguagem” (Monegal, 1979, p. 157). Desse modo, demonstrando maturidade, os romancistas latino-americanos desse período valeram-se de vários recursos para a recriação da linguagem narrativa. Ora, ao questionar sua estrutura, o romance pôs em questão sua linguagem e converteu isso em tema romanesco. Logo, o romance latino-americano alcançou:

[...] um verdadeiro delírio de invenção prosaica e poética ao mesmo tempo. É um tema subterrâneo do romance latino-americano mais recente: o tema da linguagem como lugar (espaço e tempo) onde 'realmente' acontece o romance. A linguagem como 'realidade' única e final do romance. O meio que é a mensagem (Monegal, 1979, p. 159).

Desse modo, Ribeiro (2012) frisa que o enredo em si já não é o centro do romance, mas como os acontecimentos são narrados, de sorte que “a tematização da linguagem e a preocupação do romance com seus próprios mecanismos apontam para o que se convencionou chamar de metaliteratura (denominação mais abrangente), metaficação ou metanarrativa” (Ribeiro, 2012, p. 174). Logo, metaliteratura é um conceito mais amplo, visto que pode se referir a qualquer gênero literário. Inerente a este, há o conceito de metaficação ou metanarrativa, ou seja, “uma narrativa ou ficção baseada na elaboração de narrativas ou ficções” (Ribeiro, 2012, p. 174).

Em *A Resistência* (2015), o narrador, chamado Sebastián, refaz os percursos de sua família, tanto materna quanto paterna. Logo, mediante sua condução, o romance interconecta sua subjetividade às esferas políticas correspondentes. A bem da verdade, Sebastián narra um passado de antes do seu nascimento, um passado que não conhece com exatidão. Assim, ele se apoia no que lhe foi contado, em cacos de informação: “Isto é história e, no entanto, quase tudo o que tenho ao meu dispor é a memória, noções fugazes de dias tão remotos,

impressões anteriores à consciência e à linguagem, resquícios indigentes que eu insisto em malversar em palavras” (Fuks, 2015, p. 23). Dessa forma, a obra apresenta um complexo jogo entre ficção e realidade. Aliás, a resistência, destacada inclusive pelo título do livro, presentifica-se desde os temas escolhidos até o próprio ato de escrever, uma vez que, segundo Alfredo Bosi (1996, p. 13), “a resistência se dá como processo inerente à escrita”.

Ao longo de *A Resistência*, há três pontos importantes. O primeiro, típico das metaficcões, constitui-se na ficcionalização das vivências do autor-narrador, valendo-se de uma estratégia narrativa pautada pela metalinguagem e de comentários críticos sobre o fracasso diante da escrita:

Sei bem que nenhum livro jamais poderá contemplar ser humano nenhum, jamais constituirá em papel e tinta a sua existência feita de sangue e de carne. Mas o que digo aqui é algo mais grave, não é um formalismo literário: falei do temor de perder meu irmão e sinto que o perco em cada frase (Fuks, 2015, p. 23).

O segundo ponto, típico das autoficcões, baseia-se na presença de rastros biográficos de Fuks no narrador Sebastián. Aqui, encontramos uma das possíveis razões da escrita da obra:

Enquanto me empenhava em decifrar tudo aquilo que eu não entendia e jamais seria capaz de entender, meu irmão soltou a frase que não pude esquecer, a frase que me trouxe até aqui: Sobre isso você devia escrever um dia, sobre ser adotado, alguém precisa escrever (Fuks, 2015, p. 124).

O terceiro, por sua vez, expressa o ponto de vista do autor-narrador no que diz respeito aos problemas políticos ligados à ditadura militar argentina, que têm reflexos diretos em sua família:

Nas páginas desse discurso conheci algo mais: a atrocidade de um regime que mata e que, além de matar, aniquila os que cercam suas vítimas imediatas, em círculos infinitos de outras vítimas ignoradas, lutos obstruídos, histórias não contadas – a atrocidade de um regime que mata também a morte dos assassinados (Fuks, 2015, p. 78).

Sobre os “reflexos” desse período ditatorial, Hellen Gandin e Silvia Niederauer (2017, p. 10) dizem que a adoção do irmão argentino constitui um modo de resistência, haja vista que: “Ter um filho há de ser, sempre, um ato de

resistência. Talvez a afirmação da continuidade da vida fosse apenas mais um imperativo ético a ser seguido, mais um modo de se opor à brutalidade do mundo” (Fuks, 2015, p. 42). Assim, conforme as autoras (2017, p. 11), a narrativa em questão aborda uma história pessoal, repleta de sentimentos particulares do autor-narrador; porém, a obra também dá voz a várias outras famílias que passaram por situações parecidas, visto que os períodos de cerceamento da liberdade, como os vividos pelos argentinos e brasileiros, deixaram marcas indeléveis nas pessoas. Desse modo, mesmo que a intenção de *A Resistência* não tenha sido denunciar as ditaduras, o autor-narrador se referiu a elas de forma crítica, visto que as marcas estão nele, em seus pais e em seu irmão adotivo. Vejamos, adiante, como as estratégias da metaficção e da autoficção foram trabalhadas por Fuks nessa obra.

A metaficção em *A Resistência*

Carlos Ceia [s. d.] define o verbete “metaficção” como uma “designação pela qual se tornou conhecido um conjunto de escritores norte-americanos do pós-II Guerra Mundial (John Hawkes, Vladimir Nabokov, Donald Barthelme, entre outros) que, apesar de possuírem estilos distintos, convergiam tanto numa dimensão experimental quanto na busca por uma narrativa fundada na elaboração de ficções. Assim, a metaficção surge numa tentativa de superar o peso das tradições regionalistas da literatura norte-americana, tendo como objetivo imediato a subversão dos elementos narrativos canônicos e adotando como estratégia a elaboração de um jogo intelectual com a linguagem e com a memória literária.

Ribeiro (2012) traz que, quando se discute metaficção, certos termos são recorrentes, como autorreflexão, metalinguagem e autoconsciência. Linda Hutcheon explora essa questão de modo mais aprofundado, afirmando que a metaficção é a “ficção sobre ficção – isto é, ficção que inclui em si mesma um comentário sobre a própria narrativa e/ou a identidade linguística” (Hutcheon, 1984, p. 1).

De acordo com Ribeiro (2012), outro aspecto da metaficção que convém destacar diz respeito à tenuidade das fronteiras entre os gêneros literários e, também, não literários. Aspecto, inclusive, ressaltado por Hutcheon (1984, p. 15): “com a metaficção, portanto, a distinção entre textos literários e críticos começa

a enfraquecer. [...] A própria literatura sofreu alterações e isso não pode ser negado se alguém observa o romance moderno”.

Diante do exposto, entendemos que *A Resistência* consiste em uma metaficção devido aos seguintes aspectos: a) trata-se de uma narrativa que faz experimentações com a forma romance, bem como com a linguagem da narrativa; b) é uma ficção fundada na elaboração de outras, visto que tal obra ficcionaliza as vivências de Fuks/Sebastián, valendo-se de uma estratégia narrativa pautada pelo uso da metalinguagem e comentários críticos sobre o fracasso diante da escrita, como neste trecho:

Não sei bem o que escrevo. Vacilo entre um apego incompreensível à realidade – ou aos esparsos despojos de mundo que costumamos chamar de realidade – e uma inexorável disposição fabular, um truque alternativo, a vontade de forjar sentidos que a vida se recusa a dar. Nem com esse duplo artifício alcanço o que pensava desejar (Fuks, 2015, p. 95).

A autoficção em *A Resistência*

Na literatura contemporânea, a autoficção vem ganhando espaço e se caracteriza pelo ato de escrever sobre si, agregando, porém, traços ficcionais. Tanto o é que, nesse gênero, o trinômio autor-narrador-personagem se confundem, pois

a autoficção se forma através da hibridização entre as características presentes nos textos autobiográficos, em que o autor escreve a sua própria vida, e características do romance, em que a ficcionalização do enredo é o ponto máximo (Gandin; Niederauer, 2017, p. 1).

Para Gandin e Niederauer (2017, p. 2), o termo autoficção foi criado por Serge Doubrovsky (1977), consistindo em um gênero contemporâneo em que o autor ficcionaliza as suas vivências reais, promovendo uma narrativa híbrida de realidade e ficção. Assim, ao expor acontecimentos da vida do autor, este passa à categoria de personagem. Dessa forma, consoante a Gandin e Niederauer (2017, p. 5), a autoficção se permite perambular entre a fantasia e o que é real, cabendo aos seus leitores a tarefa de interpretar as informações expostas nas narrativas de modo ciente, sabendo que se trata de ficção, sem compromisso com o factual.

Conforme Anna Faedrich (2015), a popularização do termo autoficção tem produzido uma confusão conceitual sobre tal neologismo. Isso porque o conceito de autoficção tem sido marcado por contradições que acabaram impossibilitando sua definição de forma mais nítida: “um dos efeitos dessa confusão conceitual tem sido um misto de vulgarização e uso inadequado do termo, que passou a caracterizar toda sorte de obras pertencentes ao campo das “escritas do eu” (Faedrich, 2015, p. 56).

Ora, apoiada na noção de pacto, a autora defende que a autoficção se diferencia da autobiografia e do romance autobiográfico, visto que, na autoficção, estabelece-se com o leitor um pacto oximórico (Jacomard, 1993), “que se caracteriza por ser contraditório, pois rompe com o princípio de veracidade (pacto autobiográfico), sem aderir integralmente ao princípio de invenção (pacto romanesco/ficcional)” (Faedrich, 2015, p. 56). Faedrich (2015) também aponta que, com a “morte do autor” barthesiana no contexto dos anos 1960, em que o autor perdia o poder sobre o texto publicado, e o texto e o leitor ganhavam autonomia, foi preciso iniciar um estudo sério sobre essa prática autobiográfica, tão típica da cultura francesa e tão desprestigiada no campo literário.

Nesse sentido, houve uma importante contribuição de Lejeune (1975), quando propôs a noção de “pacto autobiográfico”, uma concepção de contrato de leitura entre o autor e o leitor, o que seria inadmissível no ideário vigente de autonomia do texto. Esse contrato de leitura consiste nos princípios de veracidade e de identidade entre Autor, Narrador e Personagem-protagonista (A = N = P). Assim, o leitor interpreta o texto autobiográfico como a “verdade do indivíduo”, diferenciando-o do romance. Neste, o compromisso com a realidade é impreciso (*flow*), diferente da autobiografia, na qual o pacto de veracidade traz consequências legais para quem a escreve; afinal, o pressuposto do leitor é que o conteúdo traduz a verdade, comprometendo o autor.

Para Faedrich (2015, p. 46), tal comprometimento é inconcebível no campo romanesco, em que o princípio de invenção e de não identidade caracterizam o gênero. Mas, na autoficção, estabelece-se com o leitor um pacto que se caracteriza por ser contraditório, pois rompe com o princípio de veracidade, sem aderir integralmente ao princípio de invenção. Os dois princípios são mesclados, resultando no contrato de leitura marcado pela ambiguidade. “Por conseguinte, a noção de pacto é fundamental para esclarecer o conceito de autoficção, uma vez que é preciso diferenciar práticas distintas dentro do campo da “escrita do eu” (Faedrich, 2015, p. 46).

Manuel Alberca (2007) lembra que há um salto qualificativo do romance autobiográfico à autoficção; ou seja, da dissimulação e do ocultamento do romance autobiográfico passa-se à simulação e à aparência de transparência da autoficção.

Consoante a Faedrich (2015), Sébastien Hubier (2003, p. 125-126) traz uma contribuição significativa quando comenta que a autoficção é “anfibiológica”, ou seja, pode ser lida como romance e como autobiografia, deixando “[...] ao leitor a iniciativa e a ocasião de decidir por ele mesmo o grau de veracidade do texto que ele atravessa”. Dessa maneira, na autoficção, cabe ao leitor definir os limites entre a ficção e a realidade.

Ratificamos que pensar na relevância do conceito de autoficção para classificar um tipo de produção literária cada vez mais popular implica, inexoravelmente, demarcar sua especificidade em relação às demais escritas do eu, apontando condições necessárias e suficientes para delimitá-lo. Conforme Faedrich (2015, p. 49), afirmar que autoficção é o exercício literário em que o autor se transforma em personagem do seu romance, misturando realidade e ficção, é apenas um passo, uma condição necessária, mas não suficiente – haja vista que misturar realidade e ficção não é um traço estrito à autoficção, e se encontra em romances históricos e romances autobiográficos, por exemplo. A diferença essencial está em como isso é feito. Na autoficção, é necessária a intenção de abolir os limites entre o real e a ficção, confundindo o leitor e provocando uma recepção minimamente contraditória da obra. Desse modo,

a ambiguidade criada textualmente na cabeça do leitor é uma característica fundamental da autoficção. Há um jogo de ambiguidade referencial (é ou não é o autor?) e de fatos (é ou não é verdade? aconteceu mesmo ou foi inventado?) estabelecido intencionalmente pelo autor (Faedrich, 2015, p. 49).

Aliás, Anna Faedrich (2015, p. 53) aponta que o risco de associação da autoficção com a autobiografia se dá porque a autoficção ainda não está totalmente estabelecida. Assim, faz-se urgente considerar que o rebuscamento no trato com o texto e com a linguagem é um dos critérios necessários do gênero autoficção:

Ou seja, os autores têm uma preocupação estética e linguística, procuram uma forma original de se (auto)expressar. Por esse motivo, não é raro nos depararmos com a inscrição da palavra romance na capa de um livro autoficcional, que

funciona como estratégia de afastamento do gênero autobiográfico e de inserção no campo literário (Faedrich, 2015, p. 53).

Dessa forma, mesmo que se discorde em caracterizar a autoficção como recurso terapêutico, reconhece-se o “desnudamento” e a reconstrução do autor, mediada pela escrita. Tal característica fica muito evidente em *A Resistência* quando pensamos na biografia de seu autor, Julián Fuks. A autoficção tem a ver com

desnudar-se para se enxergar e se entender melhor. Escrever para aliviar. Fabular um sofrimento para elaborá-lo. Colocar na realidade das palavras uma experiência traumática para compartilhar o sofrimento e reestruturar o caos interno (Faedrich, 2015, p. 55).

Logo, a escrita terapêutica é um recurso frequente das autoficções, mesmo que não seja uma condição necessária para sua existência. Nesse sentido, na autoficção, é comum o autor explorar as profundezas inconscientes de sua intimidade, no intuito de elucidar coisas ainda obscuras.

Ainda para Faedrich (2015, p. 57), na autoficção, “a ambiguidade criada textualmente na cabeça do leitor é potencializada pelo recurso frequente à identidade onomástica entre autor, narrador e protagonista, embora existam variações e nuances na forma como este pacto se estabelece”. Assim, diferentemente da autobiografia, a autoficção tem um rebuscamento no trato com o texto e com a linguagem, com dimensões próprias do fazer literário, tais como as preocupações estéticas e linguísticas, além da busca por uma forma original de se (auto)expressar.

Por fim, Faedrich (2015, p. 57) acrescenta que a autoficção continua a se contaminar com o usual preconceito e rebaixamento literário conferido à autobiografia. As estratégias editoriais de qualificar as autoficções como romances, na tentativa de apartá-las da autobiografia, indicam a aproximação que ainda se faz entre ambas. Essa associação é indevida e tende a se diluir na medida em que se reconheçam os atributos da obra autoficcional. Com isso, Faedrich (2015, p. 57) sugere ser possível – e desejável – que o conceito de autoficção seja precisado, sem desconsiderar que a fluidez da produção literária contemporânea apresenta dificuldades à formulação de um conceito estanque.

Como dito, é típico das autoficções a ficcionalização das vivências reais do autor. Em *A Resistência*, percebemos rastros biográficos de Fuks no narrador

Sebastián: este, no decorrer da narrativa, mostra-se consciente da fabulação que faz de si mesmo, criando uma atmosfera ambígua, porque fruto de elementos ficcionais e autobiográficos. Dessa forma, na obra, os pais de Sebastián (com o bebê adotado, então com 6 meses de vida) deixam Buenos Aires, atravessando de carro a fronteira com o Uruguai, onde pegam o avião para São Paulo, no Brasil. Sobre essa situação, o protagonista declara: “Partir e esquecer a derrota, partir e esquivar o descalabro, e preservar o que lhes restava, fosse muito ou fosse pouco, a existência diária que a cada dia lhes roubavam” (Fuks, 2015, p. 82).

Enfim, percebemos que a história de *A Resistência* se entrelaça com dois fatos importantes: de um lado, a adoção de uma criança (a qual fora sequestrada pela ditadura argentina e que pôde recomeçar graças à adoção pelos pais de Sebastián); de outro, a resistência da família diante desse regime, pois migrou para outro país em busca de paz e recomeço. Confirmando um dos aspectos necessários para a configuração de uma autoficção, Fuks declara na voz de Sebastián: “estou escrevendo um livro [...] sobre essa criança, meu irmão, sobre dores e vivências de infância, mas também sobre perseguição e resistência, sobre terror, tortura e desaparecimentos” (Fuks, 2015, p. 57-58).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelo exposto, fica evidente o caráter metaficcional de *A Resistência* (2015), de Julián Fuks, posto que, ao figurativizar os processos de escrita e leitura em personagens, revela seus próprios mecanismos de produção. Além disso, fica claro que a obra consiste em uma autoficção, haja vista que traços biográficos do autor se embaralham, de um modo peculiar, com traços característicos do narrador.

Desse modo, *A Resistência* consiste em uma narrativa em que impera o experimentalismo formal, pois explora com desenvoltura as estratégias narrativas concernentes aos conceitos de metaficação e de autoficção. Por conseguinte, concluímos que esse romance de Fuks, por mostrar uma qualidade estética inquestionável e por abordar um tema urgente no Brasil contemporâneo (a natureza e as nefastas consequências do autoritarismo inerente às ditaduras militares) precisa ser lido pelo público em geral, merecendo, inclusive, ser objeto de estudo no âmbito do ensino básico.

Resistance, by Julián Fuks: excellence in formal experimentalism?

Abstract

There are several testimonies related to the violence of South American dictatorships. In a tension between the real and the fictional, *Resistance*, by Julián Fuks, reveals marks of authoritarianism in socio-political relations. Thus, this article will demonstrate that the concepts of metafiction and autofiction are structuring elements of Fuks' novel, because they are used to reactivate the memory of Argentina and Brazil's dictatorial period.

Keywords

Julián Fuks. Metafiction. Autofiction.

REFERÊNCIAS

- ALBERCA, M. *El pacto ambiguo*: de la novela autobiográfica a la autoficción. Madrid: Biblioteca Nueva, 2007.
- ARMONY, A.; LEVY, T. S. (org.). *Primos* – Histórias da Herança Árabe e Judaica. Rio de Janeiro: Record, 2010.
- BOSI, A. Narrativa e resistência. *Itinerários*, Araraquara, n. 10, p. 11-27, 1996. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/itinerarios/article/view/2577>. Acesso em: 7 jan. 2025.
- CEIA, C. Metaficação (verbete). *E-Dicionário de Termos Literários*. Disponível em: <https://edtl.fcsh.unl.pt/encyclopedia/metaficcao>. Acesso em: 7 jan. 2025.
- DOUBROVSKY, S. *Fils*: roman. Paris: Éditions Galilée, 1977.
- FAEDRICH, A. O conceito de autoficção: demarcações a partir da literatura brasileira contemporânea. *Itinerários*, Araraquara, n. 40, p. 45-60, 2015.
- FUKS, J. *A Resistência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- FUKS, J. *Fragmentos de Alberto, Ulisses, Carolina e eu*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004.
- FUKS, J. *Histórias de literatura e cegueira*. Rio de Janeiro: Record, 2007.
- FUKS, J. *Procura do romance*. Rio de Janeiro: Record, 2011.

GANDIN, H.; NIEDERAUER, S. H. P. *A Resistência*, de Julián Fuks: uma leitura da autoficção. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE PESQUISA EM LEITURA, LITERATURA E LINGUAGENS: NOVAS TOPOGRAFIAS TEXTUAIS, 1., 2017, Passo Fundo. *Anais* [...]. Passo Fundo: UPF, 2017.

HUBIER, S. *Littératures intimes*: les expressions du moi, de l'autobiographie à l'autofiction. Paris: Armand Colin, 2003.

HUTCHEON, L. *Narcissistic narrative*: the metafictional paradox. New York: Methuen, 1984.

JACCOMARD, H. *Lecteur et lecture dans l'autobiographie française contemporaine*: Violette Leduc, Françoise d'Eaubonne, Serge Doubrovsky, Marguerite Yourcenar. Genève: Droz, 1993.

LEJEUNE, P. *Le pacte autobiographique*. Paris: Seuil, 1975.

MONEGAL, E. R. Tradição e renovação. In: MORENO, C. F. (org.). *América Latina em sua literatura*. São Paulo: Perspectiva, 1979. p. 131-159.

RIBEIRO, R. R. O caso Morel: um caso metaficcional. *Signótica*, Goiânia, v. 24, n. 1, p. 173-189, 2012. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/sig/article/view/17923>. Acesso em: 7 jan. 2025.

LINGUAGEM E CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE: REFLEXÕES SOBRE A IDENTIDADE DA “PESSOA COM DEFICIÊNCIA”

MARCELLA WIFFLER STEFANINI*

Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, Campinas, SP, Brasil.

Recebido em: 28 abr. 2025. Aceito em: 15 out. 2025.

Como citar este artigo: STEFANINI, M. W. Linguagem e construção de identidade: reflexões sobre a identidade da “pessoa com deficiência”. *Cadernos de Pós-Graduação em Letras*, v. 25, n. 3, p. 207-225, set./dez. 2025. DOI: 10.5935/cadernosletras.v25n3p207-225

Resumo

Neste artigo, partimos da discussão sobre identidade na pós-modernidade para propor reflexões em torno da identidade da “pessoa com deficiência”, em especial a partir de Davis (2006). Para isso, apresentamos o conceito de “normalidade”, que surge na modernidade, e a noção de “corpo normal”, que estabeleceria uma oposição com a ideia de deficiência. Propomos também uma reflexão acerca da importância da linguagem na construção da identidade e, dado o recorte escolhido, analisamos os termos “cego” e “cegueira”, assim como o próprio termo pessoa com “deficiência visual”, no intuito de defender a ideia de que a linguagem é um fator determinante na perpetuação de estereótipos identitários.

* E-mail: marcella.wiffler@gmail.com
 <https://orcid.org/0000-0002-6715-0420>

Palavras-chave

Identidade. Linguagem. Deficiência.

INTRODUÇÃO

Stuart Hall entende que o sujeito pós-moderno é fragmentado e que sua identidade não é fixa, estável ou permanente, mas sim “formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam” (Hall, 2006, p. 13).

Alinhado a esse pensamento, Silva (2000) comprehende a identidade como o resultado de um constante processo de produção simbólica e discursiva, de modo que sua construção está sujeita a vetores de força e relações de poder. Conforme explica, “o poder de definir a identidade e de marcar a diferença não pode ser separado das relações mais amplas de poder. A identidade e a diferença não são, nunca, inocentes” (Silva, 2000, p. 81). Ainda segundo o autor, “a mesmidade (ou a identidade) porta sempre o traço da outridade (ou da diferença)” (Silva, 2000, p. 79), ou seja, a identidade se constrói a partir do outro, do diferente.

Com base em ambos os autores, pode-se entender que, antes das teorias pós-modernas, as identidades eram todas determinadas pelos grupos dominantes, localizados no polo mais forte das relações de poder, que definiam a identidade das minorias a partir da diferença. Sobre isso, Silva (2000, p. 83) explica que “a força homogeneizadora da identidade ‘normal’ é diretamente proporcional à sua invisibilidade”, no sentido de que não se verifica um esforço dos grupos dominantes em construir a própria identidade sem negar o pertencimento à identidade do outro. É só a partir da pós-modernidade que os grupos minoritários passam a construir as próprias identidades. Contudo, essa construção ainda se baseia na oposição aos grupos dominantes e o princípio da negação da identidade de outrem, mantendo alguns binarismos, como “mulher *versus* homem”, “homossexual/bissexual *versus* heterossexual”, “preto *versus* branco”, entre outros.

Com vistas a promover uma mudança nesse paradigma, Lennard J. Davis (2006) propõe o que chama de “desmodernismo” (*dismodernism*), uma teoria que investiga as identidades a partir do que todos os seres humanos têm em

comum: as limitações do corpo. Nesse sentido, acredita que “os estudos sobre deficiência podem promover uma crítica a políticas para discutir como todos os grupos, baseados em traços e marcas físicas, são selecionados por um sistema maior de regulação e significação”¹ (Davis, 2006, p. 240), de forma que as identidades sejam construídas não a partir da diferença, mas sim a partir do que todos têm em comum.

Desmodernismo (*Dismodernism*)

Segundo Davis (2006), as “pessoas com deficiências físicas” correspondem a uma categoria política relativamente nova, que ganhou destaque nos Estados Unidos a partir da década de 1970, com o retorno dos soldados que lutaram na Guerra do Vietnã (1955-1975). Até então, havia uma tendência à negação da deficiência e, consequentemente, buscavam-se meios de “normalizar” o diferente, ou seja, “enquadrar” o diferente na norma.

Ainda de acordo com o autor (2006), as pessoas com deficiência faziam parte de uma “minoria”, assim como as mulheres, os homossexuais e a população negra, e se viam privadas de seus direitos civis em função de uma “maioria” dominante, algo que só começa a mudar, em termos de legislação, com a Declaração dos Direitos Humanos, em 1959, também em um contexto de pós-guerra.

As teorias pós-modernas propõem uma quebra na hegemonia existente até então, pois entendem que a identidade transcende o corpo físico, e é uma construção social e uma performance, e não mais uma entidade predeterminada e estanque (Hall, 2006). Insistir em ignorar isso e restringir a identidade a características meramente físicas é, na perspectiva de Davis (2006), um reducionismo.

O autor destaca como exemplo a eugenia (termo criado por Sir Francis Galton em 1883), que, embasada nas teorias evolucionistas, consistiu no estudo de como os agentes sociais poderiam, supostamente, aprimorar ou empobrecer suas características humanas, fossem elas físicas ou mentais. Apesar de tradicionalmente associado ao nazismo, Davis (2013) ressalta que não foi só na Alemanha que o ideal do “bem nascido” ganhou força, tendo conquistado

¹ Todas as traduções não referenciadas são de autoria própria.

também adeptos na Inglaterra e nos Estados Unidos, o que demonstra a influência que essa ideologia de exclusão do diferente – determinado por uma “maioria” dominante – teve nos séculos XIX e XX.

Segundo Davis (2006), algumas décadas mais tarde, o Projeto Genoma, cujo objetivo foi desvendar a genética humana, possibilitou a desconstrução de uma série de postulados desse período – como a noção de “raça” –, uma vez que provou a inexistência de fatores genéticos que determinem as características raciais, e rompeu com o binarismo entre homem (XY) e mulher (XX), ao identificar a existência de outras possibilidades genéticas, como a Síndrome de Turner (quando a pessoa nasce com apenas um cromossomo X) e a Síndrome de Klinefelter (quando a pessoa nasce com dois cromossomos X e um Y). Além disso, o Projeto ainda não foi capaz de determinar o suposto “gene gay”, que muitos acreditavam existir no período da eugenia.

Para o autor, o que o Projeto conseguiu provar é que “nenhum gene determina o curso da vida humana” (Davis, 2006, p. 235). A partir dessa reflexão, ele propõe uma nova ética do corpo, uma ética que comece pela deficiência. Davis (2006) entende que a pós-modernidade, apesar de reconhecer a fluidez do sujeito e de sua identidade, ainda está baseada em um modelo dominante (homem, branco, hétero e de classe alta), a partir do qual se constroem as demais identidades, chamadas minoritárias, propondo, por isso, o que chama de “desmodernismo”, sendo a “pessoa com deficiência” seu modelo².

O “desmodernismo” proposto por Davis tem como objetivo criar uma nova categoria, baseada em um sujeito parcial e incompleto, cuja realização não é a autonomia, como é a do sujeito pós-moderno, mas justamente a dependência, por entender que todos os seres humanos são, de alguma forma, “pessoas com deficiência” e que nosso corpo só se completa com as variadas tecnologias e intervenções que a ele adicionamos. Segundo o autor, “o que é universal na vida, se é que há universais, é a experiência das limitações do corpo” (Davis, 2006, p. 241).

Contudo, Davis (2013) destaca que algumas limitações acabam se destacando em relação a outras, não em função da limitação em si, mas por conta da falta de acessibilidade. Desse modo, uma pessoa que precisa usar óculos, por exemplo, não é encarada como uma “pessoa com deficiência”, pois tem

² Usaremos o termo “pessoa com deficiência” entre aspas a fim de marcar que, apesar de ser a terminologia oficial, adotada nas esferas acadêmica e jurídica, por exemplo, é um termo que reflete uma valoração negativa e, portanto, deve ser repensado, como pretendemos discutir no texto.

acesso a esse recurso, diferentemente de uma pessoa cega, a qual, em diversas situações do cotidiano, lhe falta acessibilidade. O autor argumenta que “o ‘problema’ não é a pessoa com deficiência; o problema é o modo como a normalidade é construída para criar o ‘problema’ da pessoa com deficiência” (Davis, 2013, p. 1).

É o que podemos inferir do trabalho de campo realizado por alunos da disciplina de Antropologia do curso de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP). O trabalho etnográfico foi realizado em um abrigo para “pessoas com deficiência visual” na cidade de Ribeirão Preto e relata que:

Quando falam das atividades que conseguem realizar sozinhos, os moradores do lar sempre colocam que ‘não tem importância eu ser cego, porque eu consigo fazer’, ou ‘nessa hora não importa que eu não enxergo’, ou seja, não sentem-se [sic] limitados pois podem realizar a tarefa. Já quando por falta de instrução adequada ou das adaptações necessárias não conseguem realizar tarefas que muitas vezes consideramos banais (como retirar dinheiro sozinhos de um caixa eletrônico ou andar alguns quarteirões sem um guia), relatam com tristeza que ‘não conseguem ser cem por cento’ ou não se sentem ‘completos’ (Morellato; Ferreira, 2012, p. 9).

Desse relato, podemos inferir que os ideais de normalidade e deficiência são social e culturalmente construídos, em especial pela falta de acessibilidade às limitações do corpo. Além disso, não se pode ignorar que são as relações de poder que determinam o que é “normal” e o que é “diferente” e que, consequentemente, são elas que definem quais recursos de acessibilidade devem ser priorizados, proporcionando-os de acordo com esse ideal de “normalidade”.

O ideal de normalidade

Segundo Aranha (2001), há poucos textos escritos sobre o tratamento conferido às “pessoas com deficiência” na Antiguidade. O que se sabe é que, em Esparta, aqueles considerados imaturos, fracos ou “defeituosos” eram mortos ao nascer, ao passo que, no Império Romano, as crianças nascidas com deformidade eram “descartadas” em esgotos localizados, ironicamente, no lado externo do Templo da Piedade.

Entretanto, a autora destaca a importância de se entender a dinâmica social da época para poder se analisar por que se dispensava esse tipo de

tratamento às “pessoas com deficiência”. Conforme ela explica, a sociedade na Antiguidade era dividida em duas classes: os nobres e os serviçais. A vida dos serviçais como um todo “só tinha algum valor enquanto valorada pela nobreza, em função da utilidade que tivesse para a realização de seus desejos e a satisfação de suas necessidades” (Aranha, 2001, p. 2). Dessa forma, muitos serviçais morreram para a construção de grandes monumentos, como as célebres pirâmides do Egito, ou em lutas de defesa e de conquista, muito comuns em Esparta, terra dos grandes guerreiros.

Considerando isso, Aranha (2001) conclui que o tratamento conferido ao deficiente não diferia muito daquele dado aos serviçais, cuja vida só tinha valor em função da sua utilidade. Essa lógica só vai mudar com o surgimento do cristianismo, quando todos passam a ser considerados filhos de Deus. Apesar disso, o que se observa nos poucos registros sobre o tema é que cada comunidade tratava de modo diferente as “pessoas com deficiência”. Algumas passaram a entender a deficiência como uma punição de Deus e por isso desprezavam as “pessoas com deficiência”, enquanto outras defendiam uma convivência amigável, pregavam a caridade e o amor ao próximo. Entretanto, nesse período a noção de “normalidade” ainda não existia.

Conforme explica Davis (2013), essa ideia surge apenas no século XVIII, com o processo de industrialização. Até então, a palavra “normal” era empregada no sentido de “perpendicular”, e é somente por volta de 1840 que ela passa a ser utilizada com o sentido de “conformar-se com, não se desviar ou ser diferente de, do tipo comum ou padrão, regular, usual” (Davis, 2013, p. 3).

No que diz respeito ao corpo, até então, prevalecia a noção de corpo ideal, vinculado aos deuses e que, dessa forma, não poderia ser alcançado por nenhum ser humano. Era esse ideal de corpo que inspirava os artistas em suas obras, os quais, para alcançá-lo, lançavam mão de diversos modelos, uma vez que nenhum humano possuía todos os traços de um corpo ideal.

Contudo, no século XVIII, o paradigma do corpo ideal é substituído pelo do corpo “normal”. Segundo Davis (2013), Adolphe Quetelet foi quem mais contribuiu para a noção de “normalidade” corporal. Para ele, o homem normal seria *l'homme moyen* (homem médio/average man), tanto física quanto moralmente. Dessa forma, com o conceito de “normal”, surge a noção de norma e de desvio. O conceito de norma, por sua vez, implica que a maioria da população deve, de alguma forma, fazer parte dessa norma – nesse sentido, a estatística contribuiu muito para o desenvolvimento da ideia de “normalidade”.

A deficiência, portanto, passa a ser encarada como um desvio à norma, ou seja, como o diferente.

Ainda de acordo com Davis (2013), alguns estatísticos, como o já citado Sir Francis Galton, propuseram um *ranking* das características humanas, utilizando métodos como o quociente de inteligência (QI), considerando aqueles que se encontrassem nas extremidades “fora do padrão”. Essa nova forma de se pensar o ser humano está intimamente relacionada com a noção de progresso advinda da industrialização, razão pela qual a ideia de “normalidade” surge apenas nesse período.

Como destaca Davis (2013), não foi apenas para o desenvolvimento da eugenio que esses ideais serviram de base. A própria psicanálise parte do princípio da (a)normalidade, e é uma ciência amplamente difundida até os dias de hoje. Ele também chama a atenção para o constante uso de metáforas relacionadas a deficiências e exemplifica com alguns trechos de novelas de Joseph Conrad, dentre os quais se destacam expressões como “crença cega”, “se tornou cego(a) para o certo e o errado”, “imóvel como um surdo”, “não havia nada de aleijado nele”, entre outras.

Tais expressões, de uso corrente não só no senso comum, demonstram como a linguagem é fator determinante para a perpetração dessas construções identitárias, fazendo com que reflexões identitárias perpassem também reflexões linguísticas.

Linguagem e identidade da “pessoa com deficiência”

De acordo com Silva (2000), identidade e diferença, como construções sociais e culturais, são também constituídas e reforçadas linguisticamente. Signorini (1998), ao refletir sobre a subjetividade na pós-modernidade, conclui acerca da “noção do si como uma ‘construção social’ que ‘emerge’ das práticas discursivas em que se envolve o falante” (Signorini, 1998, p. 363) e entende o sujeito pós-moderno como “um sujeito que se constitui entre linguagens, ou seja, no/pelo trançado de múltiplas e heterogêneas formas de linguagem” (Signorini, 1998, p. 336).

A autora ainda recorre a Serres (1990) para analisar a subjetividade em um contexto marcado por “lugares de passagem e da comunicação”. Segundo ela, o autor se vale do mito de Hermes para tratar dos limites e aderências

entre o corpo e a linguagem, e, nessa medida, entender o sujeito como um ser em construção, cuja identidade, produzida nas ações comunicativas, é plural e provisória.

É nesse contexto que Frank e Conceição (2021, p. 14) defendem que o estudo rigoroso da identidade envolve a análise das ações de linguagem em situações de comunicação social. Podemos inferir, assim, que as práticas sociais, em particular aquelas que se dão por meio da linguagem, são as principais responsáveis por instaurar o fluxo da identidade. Na perspectiva dos estudos sobre deficiência, Ellen L. Barton (2001, p. 170) entende a terminologia como o aspecto crucial da linguagem que contribui para a concepção da deficiência.

Para aprofundar nossa reflexão a respeito desse tema, propomos como recorte a análise dos termos “cego” e “cegueira”. Georgina Kleege (2006) explica que, durante muitos anos, a cegueira foi estudada e definida por videntes (pessoas sem deficiência visual) e cita os exemplos de Descartes e Diderot. Segundo a autora, no livro *La Dioptrique* (1637), Descartes aborda questões relativas à cegueira enquanto homem vidente e defende a tese de que a visão seria uma extensão ou uma forma hipersensitiva do tato. Um dos argumentos apresentados pelo autor seria a capacidade de a bengala que guia o cego não só dimensionar distâncias, mas também detectar a densidade e a resistência dos objetos, características que, segundo o filósofo, a visão seria capaz de perceber como extensão do tato.

Marilena Chauí (1995) também chama a atenção para o fato de muitos filósofos clássicos e modernos, como Platão, Aristóteles, Berkeley, além do próprio Descartes, considerarem o tato como o sentido por meio do qual todos os demais se manifestam, incluindo a visão. De acordo com a autora, esses filósofos propuseram estudos da visão a partir do tato por acreditarem que seria necessário se deixar *tocar* pela luz, pelo som, pelo odor e pelo saber para perceber e conhecer algo. Em contrapartida, filósofos como Santo Agostinho e Giordano Bruno defendiam a visão como o sentido preponderante, “o mais apto para o conhecimento” ou “o mais espiritual dos sentidos”.

Levando essa tese ao extremo, Kleege (2006) recorda que, no livro *Lettre sur les aveugles à l'usage de ceux qui voient* (1749), Diderot sugere que o sofrimento se constrói pelo sentido da visão. Refletindo sobre a situação hipotética de que um cego não seria capaz de perceber que alguém ao seu lado sangra – uma vez que essa percepção se daria apenas pelo sentido da visão –, o autor entende que o cego experiencia o sofrimento alheio de maneira mais amenizada

que o vidente. Contudo, ao postular tal constatação, o autor desconsiderou outros fatores, como o fato de que, ao sangrar e sofrer, dificilmente alguém permaneceria em silêncio e provavelmente emitiria algum som perceptível ao cego.

Anos mais tarde, testemunhou-se uma profusão de relatos de escritores cegos, o que demonstrou a urgência desse grupo em desconstruir muitas dessas interpretações e representar as próprias experiências da cegueira. Nesse sentido, relatos como os de Thérèse-Adèle Husson e Helen Keller³ permitem concluir que o vidente deposita um valor exagerado na visão. Além disso, é importante ressaltar que a experiência da cegueira é muito variada. A maioria dos cegos adquire a cegueira ao longo da vida, de modo que, para essa parcela, ainda há uma memória visual, e em muitos casos, a cegueira não é total, havendo um resquício de visão, o que torna a experiência (e a construção da identidade desses sujeitos) completamente diferente.

É nesse sentido que Kleege (2006) questiona: é possível uma oposição binária entre visão e cegueira? Existe uma visão total em oposição a uma cegueira total? Esse binarismo, que é característico da necessidade social de classificar, incluir e excluir, é o que a pós-modernidade pretende desconstruir, ao propor que essa classificação não é fechada, sendo impossível delimitar duas oposições estanques e classificar os sujeitos a partir delas. Para Silva (2000, p. 83), “questionar a identidade e a diferença como relações de poder significa problematizar os binarismos em torno dos quais elas se organizam”. Entender que as identidades se constroem a partir das relações de poder, nas quais o lado mais forte determina a identidade dos demais, no caso, o sujeito “normal” estabelece o que seria o “não ser normal” ou o “ser deficiente”, é, segundo Silva, a chave para romper com os binarismos e determinar uma nova forma de se entender a identidade.

Analizando agora a terminologia utilizada para se referir à cegueira, David Bolt (2005) discute os termos *blindness* (cegueira) e *visual impairment*⁴, e defende esse último a fim de reduzir o dano psicológico que termos pejorativos, como a própria palavra “cegueira”, podem ocasionar. O autor explica que a palavra *blindness* deriva de uma palavra indo-europeia (*blandana*)⁵ que significa confusão e obscuridade. Contudo, Bolt esclarece que o termo foi

³ Em *Réflexions sur l'état physique et moral des aveugles* (1825) e em *The world I live in* (1910), respectivamente.

⁴ Problematizaremos a tradução desse termo no decorrer da nossa reflexão.

⁵ Blandana (to blend, make murky; to mix, mingle) – blindaz – blind.

associado à deficiência visual porque os videntes a entendem como ausência de luz, portanto, escuridão. Ressalta, dessa forma, que a escolha não parte da real experiência da pessoa com “deficiência visual”, mas sim de como aqueles que não experienciam a deficiência a concebem. Nesse sentido, o termo não tem relação alguma com a deficiência visual em si, mas com o modo como os videntes a imaginam. Para reforçar isso, o autor discute os significados para a palavra *blind* (cego) encontrados na *Encarta World English Dictionary* (1999).

Das 13 entradas, apenas uma descreve o *visual impairment* de fato. Das demais, uma faz referência ao mito no qual Sansão, enraivecido, fez cair ao chão um templo inabitado, dando origem aos termos *blind rage* (raiva cega) e *blind fear* (medo cego); e outra é um termo utilizado na botânica – o qual alude ao mito de Édipo – para descrever plantas cujo crescimento foi interrompido. As dez entradas restantes possuem conotação negativa. Por exemplo, uma pessoa se torna cega (*is rendered blind*) para as consequências das suas ações se é incapaz de ou não quer entender algo; ou manifesta um preconceito cego (*blind prejudice*) quando adota uma atitude baseada não em fatos, mas na própria deliberação; ainda, é dominada por um estupor cego (*blind stupor*) quando perde consciência, dentre outras expressões.

Resultado semelhante se observa ao pesquisar as palavras “cego” e “cegueira” no dicionário *on-line Aulete da Língua Portuguesa*:

Quadro 1 – Verbete da palavra “cego”

(ce.go)

1. Privado da visão; organicamente incapaz de ver
 2. Restr. Med. Diz-se de pessoa que não tem mais de 10% da visão normal em cada olho, mesmo usando lentes corretivas para deficiências de refração
 3. Fig. Sem fio ou gume (faca cega); BOTO; EMBOTADO; ROMBO; ROMBUDO [Antôn.: afiado.]
 4. Fig. Difícil ou impossível de desatar (nó cego).
 5. Fig. Que interfere no bom senso, impede a reflexão (amor cego).
 6. Fig. Sem discernimento, sem capacidade de refletir, em razão de emoção intensa [+ de, por: Cego de/pelo ciúme.]
 7. Fig. Em que não há questionamento ou dúvida; incondicional, absoluto (submissão cega).
 8. Fig. Indiferente, insensível; que não consegue ou não se dispõe a perceber, a dar atenção ou consideração a algo [+ a, para: Cego às/para as injustiças.]
 9. Pessoa privada da visão, ou que a tem muitíssimo reduzida ou deficiente.
- [F: Do lat. *caecus*. Hom./Par.: *cego* (a.sm.), *cego* (fl. de *cegar*), *sego* (fl. de *segar*); *cega* (fem.), *sega* (fl. de *segar*), *sega* /ê/ (sf.). Ideia de ‘cego’: *tifl(o)-* (*tiflografia*). Col.: *cegada*.]

Fonte: Cego ([s.d.]).

Quadro 2 – Verbete da palavra “cegueira”

(ce.guei.ra)

sf.

1. Oft. Condição de quem é cego; incapacidade orgânica de ver, de enxergar, com um olho ou ambos os olhos; privação do sentido da visão; TIFLOSE
 2. Pext. Estado de quem não consegue ver; incapacidade momentânea de enxergar ou de usar os olhos para ver
 3. Fig. Falta de percepção ou de apreensão da realidade, do significado das coisas ou acontecimentos; obcecação
 4. Fig. Falta ou perda de bom senso, de lucidez, ou da capacidade de raciocinar, esp. devido a sentimento ou emoção intensos; obcecação: *Na sua cegueira não reconhece a culpa da filha.*
 5. Fig. Paixão ou afeto intenso
 6. Fig. Fanatismo, apego (a algo ou alguém) que beira a insanidade
- [F: *cego* + *-eira*.]

Cegueira diurna

1. Oft. Deficiência visual à luz intensa; hemeralopia.

Cegueira noturna

1. Oft. Deficiência visual à noite ou em ambiente escuro; nictalopia.

Cegueira verbal

1. Neur. Incapacidade patológica de interpretar a palavra escrita; alexia.

Fonte: Cegueira ([s.d.]).

Constata-se que grande parte das entradas para as palavras “cego” ou “cegueira” possui um sentido figurado, e, dentre essas, todas possuem uma conotação negativa que remete à ideia de confusão (mental) que o termo *blind* também sugere. Pensando no termo latino que originou a palavra “cego”, segundo o dicionário latim-português de Francisco Alves (1910), *caecus* pode significar: “cego, que perdeu a vista. Obscuro, negro, tenebroso. Oculto, secreto. Incerto, duvidoso. Ofuscado, deslumbrado”. O dicionário latim-inglês de Charlton T. Lewis e Charles Short (1892) apresenta a seguinte tradução para o termo *caecus*: “que não pode ser visto, ou conhecido; invisível, oculto, escondido, secreto, obscuro, escuro”.

Sobre os sentidos que as palavras “cego” e “cegueira” alcançam, Marilena Chauí (1995) chama a atenção para uma série de expressões que utilizamos em nosso dia a dia e que estão relacionadas a essa ideia de ausência de visão como algo negativo:

Se pretendemos assegurar que algo é efetivamente verdadeiro, dizemos ser evidente e sem sombra de dúvida, porém não indagamos porque teríamos feito a verdade equivalente à visão perfeita – já que não pensamos com os olhos – nem por que teríamos associado dúvida e sombra, associação que transparece quando enfatizamos nossa certeza com um ‘mais é claro’ (Chauí, 1995, p. 31).

Adauto Novaes (1995) destaca que essa relação remonta ao ideal de ciência proposto por Platão no mito da caverna. Para o filósofo grego, o homem precisa empreender uma “operação do olhar” despojada dos sentidos para ser capaz de alcançar a essência, a certeza, e chegar a conceitos universais – o que demonstra, mais uma vez, como alguns filósofos sobrevalorizavam o sentido da visão. Conforme explica De Paula (2009), o mito da caverna relata o momento em que

o homem que consegue abandonar as sombras (domínio das coisas sensíveis) e ter com a luz que vem de fora da caverna (domínio das ideias) teria realizado a passagem do senso comum como visão de mundo para a explicação da realidade a partir do conhecimento filosófico, superando sua condição de ignorância (De Paula, 2009, p. 493).

Dessa forma, Platão relaciona as sombras (ausência de luz/cegueira) à ignorância e ao reino do sensível, e a luz (visão) ao conhecimento e ao reino da razão.

Além de exemplificar como muitos videntes tendem a supervalorizar a visão, esse pensamento acaba endossando muitos preconceitos e estigmas em torno da “pessoa com deficiência”. Alguns deles foram identificados por Fernandes e Denari (2017), ao analisarem diversas mídias audiovisuais *on-line* e denunciarem o uso de termos depreciativos, como “ceguinho” para se referir à pessoa com “deficiência visual”. As autoras também chamam a atenção para a forma como essas pessoas lidam com os preconceitos e estigmas: enquanto uns fazem piadas irônicas, outros dizem não se importarem mais com os comentários preconceituosos.

Com o objetivo de definir a terminologia mais adequada, Bolt (2005) discute os termos *disability* (deficiência) e *impairment*. Segundo o autor, o termo *visual disability* seria mais apropriado que *blindness* justamente por quebrar a suposta homogeneidade que o termo “cegueira” pode sugerir, abarcando qualquer pessoa que apresente alguma restrição visual. Entretanto,

reconhece que a palavra *disability* é produto do que chama de ideologia capacetista (*ableist ideology*) – discriminação e preconceito social contra “pessoas com deficiência” – e, nesse sentido, possui uma valoração negativa. O termo *impairment*, no entanto, parece não ter essa conotação negativa, como se pode observar ao contrastar os verbetes do *Cambridge Dictionary* para ambos os termos:

Quadro 3 – Verbete da palavra “disability”

disability

noun UK /dɪs·ə·bɪl·ə·ti/ US /dɪs·ə·bɪl·ə·tɪ/ plural disabilities

an illness, injury, or condition that makes it difficult for someone to do the things that other people do, and that is usually permanent or lasts for a long time

Fonte: Disability ([s.d.]).

Quadro 4 – Verbete da palavra “impairment”

impairment

noun UK /ɪm'peə.mənt/ US /ɪm'per.mənt/ [no plural]

medical specialized deterioration in the functioning of a body part, organ, or system that can be temporary or permanent and can result from injury or disease

Fonte: Impairment ([s.d.]).

A definição de *disability* deixa explícito que se trata de uma condição que implica a dificuldade em realizar certas atividades que “outras pessoas”, isto é, as consideradas “normais” fazem. A definição de *impairment*, por sua vez, começa destacando que se trata de um termo técnico da medicina e, embora possa parecer semelhante a *disability*, não vincula a condição a uma consequência negativa. Davis (2006) chama a atenção para essa distinção entre os dois termos: *disability* remete a uma noção socialmente construída, enquanto *impairment* se refere à condição física, cognitiva, genética etc. em si. Na língua portuguesa, ambos os termos costumam ser traduzidos como “deficiência”, mas a definição de “deficiência”, reproduzida abaixo, nos leva a concluir que se trata de um termo mais adequado para traduzir *disability* do que *impairment*.

Quadro 5 – Verbete da palavra “deficiência”

(defi.ci:ên.ci:a)

sf.

1. Carência, falta, insuficiência: *A deficiência de vitaminas causa doenças.*
 2. Med. Insuficiência de um órgão no exercício de suas funções (deficiência auditiva/visual); DÉFICIT
 3. Psiq. Insuficiência de função intelectual (deficiência mental); DÉFICIT
 4. Falha, defeito: *O apagão resultou de uma deficiência na central elétrica.* [Antôn.: abundância, fartura.]
- [F: Do lat. *deficiens*, *ae*.]

Fonte: Deficiência ([s.d.]).

Além de não fazer a distinção apontada por Davis (2006), a palavra em português traz a ideia de carência e insuficiência, portanto, é vinculada a uma valoração negativa, que entende o deficiente como alguém que não consegue realizar as atividades por si só, e, em função dessa insuficiência, precisa da ajuda de outras pessoas. Nesse tocante, Bolt (2005) argumenta que a terminologia que nega a construção social da deficiência, frequentemente, tem uma construção patriarcal, a qual entende a “pessoa com deficiência” como alguém que precisa de cuidados, como é o caso de *disability* e deficiência.

É importante destacar que, para ambos os autores, a principal diferença entre os termos *disability* e *impairment* reside na valoração (social e cultural) negativa que o primeiro carrega e o segundo, não. No entanto, etimologicamente, a palavra *impair* deriva do francês *empeirier* (no Francês Antigo / *empirer*, no Francês Moderno) e do latim vulgar *impeiorare*⁶, que significam “tornar-se pior, agravar-se”⁷, e cuja tradução literal em português seria “empiorar”. Não podemos dizer que, no português brasileiro, as palavras “empiorar” ou “empioramento”⁸ não tenham valoração negativa. Pelo contrário, elas indicam um processo em que algo ou alguém se tornou pior ou uma situação ou condição se agravou. Diferentemente da palavra em inglês, que se refere especificamente a uma questão física.

⁶ Etimologia disponível em: <https://www.etymonline.com/word/impair>. Acesso em: 15 abr. 2025.

⁷ Tradução de “devenir pire, s’aggraver”. Definição do dicionário Larousse *on-line*, disponível em: <https://www.larousse.fr/dictionnaires/francais/empirer/28937>. Acesso em: 15 abr. 2025.

⁸ Definição disponível em: <http://www.portaldalinguaportuguesa.org/?action=lemma&lemma=173072>. Acesso em: 15 abr. 2025.

Isso indica que o termo *impairment* não se traduz nem por “deficiência” nem por “empioramento”, dada a diferença no significado entre os três termos. Além disso, ao considerar a origem etimológica das palavras, nota-se que *impairment*, derivada de *empeirier* ou *impeiorare*, significava “tornar-se pior” ou “agravar-se” – algo próximo de “empioramento” em português. Com o tempo, porém, o termo passou a assumir o sentido que hoje se encontra nos dicionários, associado a uma linguagem técnica e especializada para designar uma condição física. Tal constatação reforça o caráter social e cultural da linguagem e o problema em torno da tradução literal. Mesmo a palavra *desability*, cuja tradução como “deficiência” não parece ser contestada, seria, em tradução literal para o português, “inabilidade”, a qual não costuma ser usada no contexto em análise.

Ainda a respeito dessa discussão terminológica, Nepomuceno, Assis e Carvalho-Freitas (2020) problematizam o termo “pessoas com deficiência”, que parece ser o mais usado no Brasil, visto ser o termo jurídico elegido para dispor sobre os direitos desse grupo de pessoas – a exemplo da própria Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência e da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei n. 13.146/2015).

As autoras, embasadas em Barnes, Oliver e Barton (2002), analisam o termo *impairment* como alternativa ao termo “deficiência”. De acordo com elas, uma tradução possível, e já utilizada, para *impairment* nesse contexto seria “impedimento”. Conforme argumentam, *impairment* é usado para se referir a alguma lesão, que qualquer pessoa pode apresentar ou desenvolver ao longo da vida. Nesse sentido, Barnes, em entrevista a Diniz (2013), menciona acreditar que o termo *disability* implica um problema pessoal, enquanto *impairment* engloba um problema social. Sua defesa gira em torno da ideia de *impairment* como uma lesão adquirida em decorrência de um problema social. Para ele, todas as lesões, sejam elas físicas ou mentais, são resultantes de conjunturas sociais, como pobreza, violência, poluição, envelhecimento etc.

Davis (2006) e Bolt (2005), em contrapartida, adotam o termo *impairment* sob o viés do impedimento, e não da lesão. O primeiro entende que todas as pessoas têm algum tipo de impedimento decorrente de alguma “lesão”, contudo, apenas aquelas sem os recursos de acessibilidade enfrentam deficiências. De forma semelhante, o segundo defende que é a falta de acessibilidade que torna o sujeito uma “pessoa com deficiência” e não a “lesão” em si. Nesse sentido, pode-se entender que a deficiência (*disability*) não é uma condição física ou mental, mas sim um conceito socialmente construído.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste artigo foi provocar algumas reflexões acerca da construção da identidade, recorrendo ao *desmodernismo* de Davis (2006) para concentrar nossa análise na construção da identidade da “pessoa com deficiência”. Nossa percurso começa com uma retomada histórica de como a noção de “normalidade” – e de seu contraponto “deficiência” – surge e se consolida social e culturalmente, permitindo-nos constatar que a definição do que é “normal” se estabelece a partir da perspectiva de um grupo de pessoas que se consideram como tal e entendem os diferentes como “deficientes” em alguma medida.

Em meio a essa reflexão, entendemos que a linguagem acaba desempenhando um papel primordial na reafirmação desses preconceitos, influencian- do diretamente a forma como as identidades são construídas. Nesse sentido, ao analisarmos os termos usados para se referir à “pessoa com deficiência”, e mais especificamente à pessoa com “deficiência visual”, percebemos que as palavras “cegueira” e “cego” refletem o modo como as pessoas videntes entendem a experiência desse sentido, reproduzindo preconceitos e estereótipos. A palavra “deficiência” (e o termo “pessoa com deficiência”), amplamente usada nas mais variadas esferas – incluindo a jurídica – parece surgir como alternativa, mas logo notamos que ela também reflete uma valoração cultural e social negativa, pois, como pudemos verificar no verbete da palavra, denota uma insuficiência da pessoa.

Conforme reforça Silva (2000), a escolha desses termos sempre parte dos grupos dominantes e, como insiste o autor, nunca é inocente ao implicar a construção de uma identidade negativa e desvalorizada, com base em sistemas de significação e representação cultural (Hall, 2006) enviesados. É por esse motivo que Davis (2006) e Bolt (2005) defendem o termo em inglês *impairment*, cuja tradução mais adequada seria, segundo Nepomuceno, Assis e Carvalho-Freitas (2020), “impedimento”. Os autores argumentam que esse termo, diferente de “deficiência”, engloba um problema social, isto é, a falta de acessibilidade, enquanto “deficiência” denota uma valoração social e cultural negativa.

Language and identity construction: reflections on the identity of “people with disabilities”

Abstract

In this article, we start with a discussion on identity in postmodernity to propose reflections on the identity of “people with disabilities”, especially based on Davis (2006). To this end, we present the concept of “normality”, which emerged in modernity, and the notion of “normal body”, which would establish an opposition with the idea of disability. We also propose a reflection on the importance of language in the construction of identity and, given the chosen scope, we analyze the terms “blind” and “blindness”, as well as people with visual “disability”, to defend the idea that language is a determining factor in the perpetuation of identity stereotypes.

Keywords

Identity. Language. Impairment.

REFERÊNCIAS

ARANHA, M. S. F. Paradigmas da relação da sociedade com as pessoas com deficiência. *Revista do Ministério Público do Trabalho*, Brasília, DF, ano IX, n. 21, p. 160-173, 2001. Disponível em: <https://claudialopes.psc.br/wp-content/uploads/2021/08/Paradigmas.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2025.

BARNES, C.; OLIVER, M.; BARTON, L. *Disability Studies Today*. Cambridge: Polity Press, 2002.

BARTON, E. L. Textual practices of erasure: representations of disability and the founding of the United Way. In: WILSON, J.; LEWIECKI-WILSON, C. (ed.). *Embodying rhetorics: disability in language and culture*. Carbondale: Southern Illinois University Press, 2001. p. 169-199.

BOLT, D. From blindness to visual impairment: terminological typology and the social model of disability. *Disability & Society*, v. 20, n. 5, p. 539-552, 2005. DOI: <https://doi.org/10.1080/09687590500156246>. Acesso em: 14 abr. 2025.

BRASIL. Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Brasília: Ministério da Justiça e Cidadania / Secretaria Especial dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF, 2016. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/Oficina%20PCF/JUSTI%C3%87A%20E%20CIDADANIA/convencao-e-lbi-pdf.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2025.

CEGO. *Dicionário Aulete Digital*, [s.d.]. Disponível em: <http://www.aulete.com.br/cego>. Acesso em: 14 abr. 2025.

CEGUEIRA. *Dicionário Aulete Digital*, [s.d.]. Disponível em: <https://www.aulete.com.br/cegueira>. Acesso em: 14 abr. 2025.

CHAUÍ, M. Janela da alma, espelho do mundo. In: NOVAES, A. (ed.). *O olhar*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 31-64.

DAVIS, L. J. The end of identity politics and the beginning of dismodernism: on disability as an unstable category. In: DAVIS, L. J. (ed.). *The disability studies reader*. 2. ed. Routledge: Nova York; Londres, 2006. p. 231-242.

DAVIS, L. J. Introduction: normality, power, and culture. In: DAVIS, L. J. (ed.). *The disability studies reader*. 4. ed. Routledge: Nova York; Londres, 2013. p. 1-14.

DE PAULA, A. P. P. Ser ou não ser, eis a questão: a crítica aprisionada na caverna de Platão. *Cadernos ABRAPE.BR*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 3, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1679-39512009000300007>. Acesso em: 15 abr. 2025.

DICCIONARIO latim-portuguez: etymologico, prosodico e orthographico. 2. ed. corr. e augm. Lisboa; Rio de Janeiro: A Editora: Francisco Alves, 1910.

DINIZ, D. Deficiência e Políticas Sociais – Entrevista com Colin Barnes. *Revista SER Social*, v. 15, n. 32, p. 237–251, 2013. DOI: https://doi.org/10.26512/ser_social.v15i32.13043. Acesso em: 15 abr. 2025.

DISABILITY. *Cambridge Dictionary*, [s.d.]. Disponível em: <https://dictionary.cambridge.org/pt/dicionario/ingles-portugues/disability>. Acesso em: 14 abr. 2025.

FERNANDES, A. P. C. S.; DENARI, F. E. Pessoa com deficiência: estigma e identidade. *Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade*, v. 26, n. 50, p. 77-89, set./dez. 2017. DOI: <https://doi.org/10.21879/faeeba2358-0194.2017.v26.n50.p77-89>. Acesso em: 15 abr. 2025.

FRANK, H.; CONCEIÇÃO, M. P. Identidade em Linguística Aplicada: em direção a uma sistematização conceitual. *Linguagem em (Dis)curso – LemD*, Tubarão, v. 21, n. 1, p. 11-31, jan./abr. 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-4017-210102-8519>. Acesso em: 14 abr. 2025.

HALL, S. A identidade em questão. In: HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução Tomaz Tadeu da Silva e Guaraeira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. p. 7-22.

IMPAIRMENT. *Cambridge Dictionary*, [s.d.]. Disponível em: <https://dictionary.cambridge.org/pt/dicionario/ingles-portugues/impairment>. Acesso em: 14 abr. 2025.

KLEEGE, G. Blindness and visual culture: an eyewitness account. In: DAVIES, L. J. (ed.). *The disability studies reader*. 2. ed. Routledge: Nova York; Londres, 2006. p. 391-398.

LEWIS, C. T. *A new Latin dictionary*: founded on the translation of Freund's Latin-German lexicon. Coautoria de Charles Short; edição de E. A. Andrews. Nova York; Oxford: Harper; Clarendon, 1892.

MORELLATO, A.; FERREIRA, F. C. B. Ser, sentir-se e viver com a cegueira e a estigmatização. *Ponto Urbe*, v. 11, p. 1-16, 2012. DOI: <https://doi.org/10.4000/pontourbe.1092>. Acesso em: 14 abr. 2025.

NEPOMUCENO, M. F.; ASSIS, R. M.; CARVALHO-FREITAS, M. N. Apropriação do termo “Pessoas com Deficiência”. *Revista Educação Especial (UFSM)*, v. 33, p. 1-27, 2020. DOI: <https://doi.org/10.5902/1984686X43112>. Acesso em: 15 abr. 2025.

NOVAES, A. De olhos vendados. In: NOVAES, A. (ed.). *O olhar*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 9-20.

SERRES, M. *Hermes*: uma filosofia das ciências. Tradução Andréa Daher. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

SIGNORINI, I. Figuras e modelos contemporâneos da subjetividade. In: SIGNORINI, I. (org.). *Língua(gem) e identidade*: elementos para uma discussão no campo aplicado. 4. ed. Campinas: Mercado de Letras, 1998.

SILVA, T. T. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, T. T. (org.). *Identidade e diferença*. Rio de Janeiro: Vozes, 2000. p. 73-102.